

SOCIOLOGIA:

Das Ausências às Emergências

Alexsandro Teixeira Ribeiro
(Organizador)



Atena
Editora

Ano 2021

SOCIOLOGIA:

Das Ausências às Emergências

Alexsandro Teixeira Ribeiro
(Organizador)



Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa

Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalo de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliã Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Sociologia: das ausências às emergências

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Alessandro Teixeira Ribeiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S678 Sociologia: das ausências às emergências / Organizador Alessandro Teixeira Ribeiro. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-970-7

DOI 10.22533/at.ed.707211504

1. Sociologia. I. Ribeiro, Alessandro Teixeira (Organizador). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Combater a ausência a partir da emergência. Boaventura de Sousa Santos, um dos principais sociólogos da atualidade, aborda em seu pensamento a necessária quebra da colonização e da razão indolente, para o estabelecimento de um paradigma norteado pela multiplicidade de identidades e pela atuação contra-hegemônica a partir da abordagem do cosmopolitismo.

Esta perspectiva sociológica é o que norteia a edição da presente obra intitulada “Sociologia: Das Ausências às Emergências”, livro que reúne diversas contribuições para o debate de temas relativos ao cenário de diversidade e de pesquisas e abordagens teóricas descolonizadoras. Os capítulos da obra são resultantes de artigos e divulgação de investigações ancorados no campo da Sociologia, mas que dialogam com outras áreas do saber, como história, ciência da saúde, direito, comunicação, dentre outros.

Da mesma forma que o conceito central do livro é de origem e de debate múltiplo, as pesquisas que reforçam o conceito das Ausências às Emergências também são de localidades distintas, reforçando o caráter cosmopolita da pesquisa. Assim, as contribuições da presente obra não se encerram no cenário de excelência em pesquisa nas instituições privadas e públicas do Brasil, mas ultrapassam os limites nacionais para reunir também pesquisas desenvolvidas no eixo ibérico, em especial em universidades e centros de pesquisas de Lisboa, Braga e Madrid.

O quadro final é o de um livro com múltiplos olhares científicos que aprofunda olhares sobre temas como democracia racial, a luta das Mães de Acarí por justiça, a ética do cuidado, a identidade laboral, questões ambientais, e até a necessária inclusão da Sociologia no currículo básico de ensino. A relevância dos temas, a profundidade das análises e o rigor das investigações tornam a coletânea “Sociologia: Das Ausências às Emergências” uma leitura fundamental para o debate dos assuntos invisibilizados socialmente, e para quem busca tornar presentes e reais os assuntos ausentes.

Alexsandro Teixeira Ribeiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CRISE DA MODERNIDADE OCIDENTAL E A PÓS-MODERNIDADE NO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO DE BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS	
Rodrigo Davi Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.7072115041	
CAPÍTULO 2	17
A DEMOCRACIA RACIAL COMO UM PROJETO DE PLANIFICAÇÃO SOCIAL NO PENSAMENTO DE GUERREIRO RAMOS	
Nikolas Gustavo Pallisser Silva	
Alan Caldas	
DOI 10.22533/at.ed.7072115042	
CAPÍTULO 3	38
EL IMPACTO RELACIONAL DE LA POBREZA EN LA INFANCIA Y LA ADOLESCENCIA APORTES DESDE EL ANÁLISIS DEL BIENESTAR DE LA INFANCIA EN ESPAÑA 2007-2015	
Gonzalo de Castro Lamela	
Clarisa Giamello	
DOI 10.22533/at.ed.7072115043	
CAPÍTULO 4	52
O REGIME DE PODER E O CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19: UMA ANÁLISE DE MICHEL FOUCAULT À ACHILLE MBEMBE	
Diego Borges Cordeiro	
DOI 10.22533/at.ed.7072115044	
CAPÍTULO 5	67
MISSÕES DE PAZ DA ONU SOB A PERSPECTIVA DA ÉTICA DO CUIDADO	
Claudia Santos	
Marlene Tamanini	
DOI 10.22533/at.ed.7072115045	
CAPÍTULO 6	83
DA EMERGÊNCIA DO PROBLEMA AMBIENTAL À EMERGÊNCIA DO AMBIENTE NA SOCIOLOGIA	
Nuno Manuel dos Santos Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.7072115046	
CAPÍTULO 7	98
DE DENTRO E DE FORA: ESTRATÉGIAS DE PERTENCIMENTO E PERMANÊNCIA EM UMA COMUNIDADE RURAL NO LITORAL NORTE DA BAHIA	
Diana Anunciação Santos	
DOI 10.22533/at.ed.7072115047	

CAPÍTULO 8	110
ENTRE PORTUGAL E ESTADOS UNIDOS: O IMPACTO DAS DESIGUALDADES EM DUAS ROTAS DO PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS	
Rovênia Amorim Borges	
Renísia Cristina Garcia-Filice	
DOI 10.22533/at.ed.7072115048	
CAPÍTULO 9	125
ESPACIALIDADES DO ESPIRITUAL NA PINTURA PÓS-MODERNA: CONTRIBUTOS PARA O ESTUDO DO TRANSCENDENTAL MÍSTICO NA LINGUAGEM PICTÓRICA DA OBRA DE ARTE	
Salomé Marivoet	
DOI 10.22533/at.ed.7072115049	
CAPÍTULO 10	140
SIGILO PROFISSIONAL EM EQUIPES INTERPROFISSIONAIS: ALGUMAS REFLEXÕES	
Isabela Sarmet de Azevedo	
Bárbara Carlos Souza	
Juliana Manhães Fernandes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.70721150410	
CAPÍTULO 11	152
FORMAÇÃO DOCENTE E MERCADO DE TRABALHO: A INSERÇÃO DOS EGRESSOS DA LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS CDSA/SUMÉ NO MERCADO DE TRABALHO NO PERÍODO DE 2013 A 2017	
Edmilson Cardoso da Silva	
Diane Ângela Cunha Custódio	
Ana Lúcia Nery Sabath	
DOI 10.22533/at.ed.70721150411	
CAPÍTULO 12	166
MOVIMENTOS SOCIAIS E CLASSES SOCIAIS NA COSTURA	
José Guirado Neto	
DOI 10.22533/at.ed.70721150412	
CAPÍTULO 13	180
O HISTÓRICO DAS LUTAS PELA INSERÇÃO DA SOCIOLOGIA NO CURRÍCULO BÁSICO DE ENSINO BRASILEIRO: REFLEXÕES ACERCA DO ENGAJAMENTO DA COMUNIDADE ACADÊMICA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS	
Suelén Alves da Silva	
Sabrina da Silva Sousa	
Marco Aurélio Neves	
DOI 10.22533/at.ed.70721150413	
CAPÍTULO 14	193
UMA TIPOLOGIA DOS ESTUDOS SOBRE O PODER LOCAL NO BRASIL: CAPITALS, ESTRUTURAS E INSTITUIÇÕES	
André Barsch Ziegmann	
DOI 10.22533/at.ed.70721150414	

CAPÍTULO 15.....	207
DESMISTIFICANDO UM CLAMOR SOCIAL CRIMINOSO E CRIMINALIZANTE	
Rafaela Lourenço da Silva	
Alexandra Lourenço	
DOI 10.22533/at.ed.70721150415	
CAPÍTULO 16.....	220
A LUTA DAS MÃES DE ACARI POR JUSTIÇA	
Dandara Vicente Soares	
DOI 10.22533/at.ed.70721150416	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	232
ÍNDICE REMISSIVO.....	233

CAPÍTULO 1

A CRISE DA MODERNIDADE OCIDENTAL E A PÓS-MODERNIDADE NO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO DE BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS

Data de aceite: 01/04/2021

Data de submissão: 08/03/2021

Rodrigo Davi Almeida

Universidade Federal de Mato Grosso –
Departamento de História
Cuiabá/MT

<http://lattes.cnpq.br/9524251326442540>

RESUMO: O objetivo geral deste estudo é promover uma síntese dos principais conceitos sociológicos e categorias políticas utilizados por Boaventura de Sousa Santos para caracterizar a crise da modernidade ocidental e a pós-modernidade. As ideias são suprir a lacuna dos trabalhos sobre o intelectual português pouco interessados em apresentar de modo mais sistemático seu pensamento sociológico bem como auxiliar futuras investigações sobre o tema. De um lado, para Boaventura de Sousa Santos, a modernidade ocidental enfrenta uma crise civilizatória sem precedentes que pode ser identificada a partir de três núcleos: o núcleo epistemológico, isto é, as limitações do conhecimento científico ocidental; o núcleo teórico, qual seja, a insuficiência da teoria marxista da emancipação social e, por fim, o núcleo político, a saber, a crise do contrato social liberal, a emergência do fascismo social e a fragmentação política das esquerdas mundiais. De outro, a pós-modernidade traduz a factibilidade da superação da crise da modernidade ocidental, desde o Sul global, por

uma “sociologia insurgente” fundamentada, epistemologicamente, na “ecologia de saberes”, em uma “nova cultura política” da emancipação social e na “política democrática radical”.

PALAVRAS - CHAVE: Boaventura de Sousa Santos; crise da modernidade ocidental; pós-modernidade; pensamento sociológico; Sul global.

THE CRISIS OF WESTERN MODERNITY AND THE POSTMODERNITY IN THE SOCIOLOGICAL THOUGHT OF BOAVENTURA SOUSA SANTOS

ABSTRACT: The main objective of this work is to promote a synthesis of the essential sociological concepts and political categories used by Boaventura de Sousa Santos to characterize the crisis of western modernity and postmodernity. The ideas consist in filling the gaps of the works about the portuguese intellectual, which are less interested in presenting more systematically his sociological thought, as well as, to help future investigations about the theme. On the one hand to Boaventura de Sousa Santos, the western modernity faces an unprecedented civilizational crisis that can be identified from three constituent cores: the epistemological core, which means, the western scientific knowledge's issue, the theoretical core, namely the marxist theory of social emancipation, and finally, the political core, which are, the problems of liberal social contract, of social fascism and of the left's political fragmentation. On the other hand, the postmodernity translates the feasibility of overcoming the crisis of western modernity, as proposes, since the Global South, an insurgent

structured sociology, epistemologically in ecology of knowledges, in a new political theory of social emancipation and in radical political democracy.

KEYWORDS: Boaventura de Sousa Santos; crisis of western modernity; postmodernity; sociological thought; Global South.

1 | A PÓS-MODERNIDADE E A CRISE DA MODERNIDADE OCIDENTAL

O objetivo geral deste estudo¹ é promover uma síntese dos principais conceitos sociológicos e categorias políticas utilizados por Boaventura de Sousa Santos na sua compreensão e caracterização da crise da modernidade ocidental e da pós-modernidade. As ideias são suprir a lacuna dos trabalhos sobre o intelectual português pouco interessados em apresentar de modo mais sistemático seu pensamento sociológico bem como auxiliar futuras investigações sobre o tema.

Boaventura de Sousa Santos nasceu em Coimbra, em 1940. Intelectual versátil, na sua cidade natal, ocupa o cargo de professor catedrático na Faculdade de Economia mesmo tendo defendido seu doutorado em Sociologia do Direito, pela Universidade de Yale, nos Estados Unidos. Suas pesquisas e publicações contemplam um vasto campo de interesses, da Teoria Social à Educação Superior e da Sociologia Jurídica à Epistemologia. Seu engajamento político o impulsiona a participar de eventos científicos e de fóruns sociais pelo mundo todo, mas, especialmente, daqueles ocorridos no Brasil.

O sociólogo português define a pós-modernidade como uma temporalidade, isto é, uma época de transição, ou de interregno, cuja origem remonta à queda do Muro de Berlim em 1989, portanto, com o final da experiência histórica socialista. Trata-se de um momento ímpar na história do mundo ocidental, tendo em vista que a pós-modernidade traduz a factibilidade da superação da crise da modernidade ocidental, desde o Sul global, por uma “sociologia insurgente” fundamentada, epistemologicamente, na “ecologia de saberes”, em uma “nova cultura política” da emancipação social e na “política democrática radical”.

Por sua vez, a modernidade ocidental está estigmatizada por uma crise civilizatória sem precedentes que coincide, historicamente, com a imposição, desde o Norte global, da agenda neoliberal a partir dos últimos anos da década de 1980. Esta crise pode ser identificada em três níveis: no nível epistemológico, ela se refere às limitações do conhecimento científico ocidental; no nível teórico, se relaciona às insuficiências da teoria marxista da emancipação social e, por fim, no nível político, diz respeito, por um lado, aos resultados deletérios da dissolução do contrato social liberal que é responsável pela emergência do fascismo social e, por outro, pela fragmentação política das esquerdas mundiais.

¹ O trabalho em tela é um desdobramento da pesquisa intitulada Sartre e as esquerdas francesas, por mim desenvolvida junto ao Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso, campus de Cuiabá.

2 | AS EPISTEMOLOGIAS DO SUL GLOBAL E A “ECOLOGIA DE SABERES”

As epistemologias do Sul global e a sua correspondente “ecologia de saberes” têm como objetivos reestabelecer a riqueza da diversidade e a complexidade da realidade do mundo (natural e humana) por meio da integração dos saberes e conhecimentos populares urbanos e camponeses, desprezados, rejeitados e invisibilizados pela epistemologia ainda predominante do Norte global.

A principal crítica do sociólogo de Coimbra feita ao conhecimento científico moderno é que se trata de um conhecimento racional indolente, metonímico e proléptico. O saber racional metonímico consiste em “tomar a parte pelo todo”, “porque tem um conceito de totalidade feito de partes homogêneas, e nada do que fica fora dessa totalidade interessa” (SOUSA SANTOS, 2007, pp. 25-26). A ideia de totalidade, chave nessa definição,

é muito reducionista porque contrai o presente ao deixar de fora muita realidade que não é considerada relevante e que se desperdiça (...) vivemos em um conhecimento preguiçoso, que é, por natureza, um conhecimento dicotômico: homem/mulher, norte/sul, cultura/natureza, branco/negro. São dicotomias que parecem simétricas, mas sabemos que escondem diferenças e hierarquias” (ibidem, p. 27).

À ideia de totalidade, sob sua ótica – estreita, limitada, reducionista e dicotômica – Boaventura Santos opõe uma outra ideia de totalidade, a que provém do conhecimento oriental, este sim “muito mais global, mais holístico” (ibidem, p. 27). O conhecimento racional proléptico consiste em “conhecer no presente a história futura. (...) já sabemos qual é o futuro: o progresso, o desenvolvimento do que temos. É mais crescimento econômico, é um tempo ideal linear que de alguma maneira permite uma coisa espantosa: o futuro é infinito” (ibidem, p. 26).

O resultado líquido desse duplo conhecimento racional indolente, metonímico e proléptico, é, no entanto, um só: um determinado “modo de produção das ausências” característicos da racionalidade ocidental e compartilhado pelas Ciências Sociais² (ibidem, p. 29). De acordo com o teórico português, cinco são os modos de produção das ausências: i. “a *monocultura do saber e do rigor*: a ideia de que o único saber rigoroso é o saber científico; portanto, outros conhecimentos não têm a validade nem o rigor do conhecimento científico” (ibidem, p. 29, grifos do autor); ii. a *monocultura do tempo linear*:

a ideia de que a história tem um sentido, uma direção, e de que os países desenvolvidos estão na dianteira. E como estão na dianteira, tudo o que existe nos países desenvolvidos é, por definição, mais progressista que o que existe nos países subdesenvolvidos: suas instituições, suas formas de sociabilidade, suas maneiras de estar no mundo. Esse conceito de monocultura do tempo linear inclui o conceito de progresso, modernização, desenvolvimento e, agora, globalização (ibidem, p. 30, grifos do autor);

2 De acordo com Boaventura Santos, as limitações do conhecimento científico ocidental, do ponto de vista das Ciências Sociais, estão endereçadas ao positivismo e ao marxismo, formas ainda hegemônicas da racionalidade moderna que afastam, rejeitam, desprezam e invisibilizam a possibilidade de aprendizagem e incorporação de outros saberes, práticas e experiências.

iii. a *monocultura da naturalização das diferenças* que ocultam hierarquias; iv. a *monocultura da escala dominante*, isto é, o universalismo e a globalização. O universalismo consiste no fato de que “toda ideia ou entidade é válida independentemente do contexto no qual ocorre (...). O global e o universal são hegemônicos; o particular e o local não contam, é invisível, descartável, desprezível”; v. a *monocultura do produtivismo capitalista* que consiste na ideia de que o “crescimento econômico e a produtividade mensurada em um ciclo de produção determinam a produtividade do trabalho humano ou da natureza” (ibidem, p. 31, grifos do autor).

Sem distinguir o que entende por conhecimento científico e senso comum, saber e conhecimento, o intelectual de Coimbra defende que o conhecimento científico ocidental é, portanto, preguiçoso, pois, homogeneizador, reducionista, dicotômico, arrogante (despreza a validade de outros conhecimentos), linear (a história tem sentido único e progressivo), hierarquizante (naturaliza as diferenças), predominantemente global e universalizante (despreza e invisibiliza o particular e o local) e, ainda, produtivista.

Com tantos defeitos e limitações, não é difícil entender o motivo pelo qual Boaventura Santos prevê a necessidade de estabelecer outros parâmetros racionais para que o conhecimento científico possa efetivamente transformar a realidade. Para ele, a racionalidade moderna ocidental “se baseia na ideia da transformação do real, mas não na compreensão do real” (ibidem, p. 28). Em outras palavras, o problema da racionalidade ocidental consiste, atualmente, em transformar a realidade da natureza e da sociedade, mas sem compreendê-la: “a transformação sem compreensão está nos levando a situações de desastre” (ibidem, p. 28). Ou seja, para transformar, é preciso, antes, conhecer e compreender. Eis porque é tão importante levar em conta a sabedoria popular urbana e camponesa se se quer renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social, como veremos no tópico seguinte.

Se o conhecimento científico tem todas aquelas limitações, ele terá uma compreensão igualmente limitada da realidade que se quer transformar. Por isso é que ele deve ser enriquecido, revigorado ou, nas palavras de nosso autor, “renovado” e “reinventado”. Mas como?

Por meio de cinco ecologias que confrontam as cinco monoculturas supracitadas: i. a ecologia dos saberes, para

um uso contra-hegemônico da ciência hegemônica. Ou seja, a possibilidade de que a ciência entre não como monocultura mas parte de uma ecologia mais ampla de saberes, que o saber científico possa dialogar com o saber laico, com o saber popular, com o saber dos indígenas, com o saber das populações urbanas marginais, com o saber camponês (...) nesta ecologia, o importante não é ver como o conhecimento representa o real, mas conhecer o que determinado conhecimento produz na realidade; a intervenção no real (...) uma concepção pragmática do saber (ibidem, pp. 32-33).

ii. a ecologia das temporalidades, “que, embora haja um tempo linear, também existem outros tempos” (Idem, ibidem, p. 33); iii. a ecologia do reconhecimento, para “descolonizar nossas mentes para poder produzir algo que distinga, em uma diferença, o que é produto da hierarquia e o que não é” (Idem, ibidem, p. 35); iv. a ecologia da transescala, “que constitui a possibilidade de articular em nossos projetos as escalas locais, nacionais e globais” (Idem, ibidem, p. 36) e v. a ecologia das produtividades que “consiste na recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção, das organizações econômicas populares (...), da economia solidária etc., que a ortodoxia produtivista capitalista ocultou ou desacreditou” (ibidem, p. 36).

Do ponto de vista teórico-metodológico, a tarefa de desconstrução daquele “modo de produção das ausências” fica a cargo do duplo procedimento inventado por Boaventura Santos, a saber: a “sociologia das ausências” e a “sociologia das emergências” que, juntas, perfazem o que ele denomina de “sociologia insurgente”.

3 I A REINVENÇÃO DA TEORIA DA EMANCIPAÇÃO SOCIAL

A teoria marxista da emancipação social como parte do conhecimento científico ocidental também é portadora de uma racionalidade indolente (proléptica e metonímica). De modo geral apresenta, portanto, as mesmas características: monoculturalismo, homogeneização, universalização, reducionismo e invisibilização. Isso porque compartilhou “o ideal da unidade do saber, universalidade do saber científico e de sua primazia” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 52), sem ter em vista a realidade intercultural, os saberes, experiências e práticas populares dos povos e grupos sociais do Sul global.

Para reinventar a teoria crítica, portanto, “o que se precisa é de outro tipo de racionalidade, mais ampla de acordo com as necessidades atuais” (ibidem, p. 52). O marxismo como uma teoria crítica não considerou e nem integrou saberes, práticas e experiências populares no seu corpo teórico. Por exemplo, no campo econômico, os sistemas alternativos de produção, como a economia solidária, as formas cooperativas operárias de organização da produção e na gestão empresarial (autogestão) são ignorados (ibidem, p. 36).

A teoria marxista da emancipação social, para Boaventura Santos, está ancorada nas seguintes definições e características fundamentais: i. o princípio da igualdade; ii. a incapacidade em pensar outras formas de exploração, de discriminação e de exclusão para além da relação de opressão e de dominação estabelecida pelo capital-trabalho; iii. o sentido linear da história em que o capitalismo foi transformado em fator de progresso, particularmente, ao desconsiderar a questão colonial: “em Marx vemos uma justificação – sobretudo na Índia – do colonialismo como fator do capitalismo: colonialismo é capitalismo” (ibidem, p. 51)³; iv. o proletariado como exclusivo sujeito histórico revolucionário; v. a luta

3 Assim define o colonialismo: “O colonialismo é a incapacidade de reconhecer o outro como igual, a objetivação do

de classes como única forma de conflito social; vi. o partido de vanguarda como portador da consciência de classe do proletariado; vii. a revolução proletária como via para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária; viii. o socialismo ou a barbárie como alternativas à sociedade capitalista. Desse modo, o socialismo centralizado, de utopia crítica da modernidade converteu-se em “utopia conservadora”, assim como o neoliberalismo (ibidem, p. 54).

Mas nem por isso o sociólogo de Coimbra nega a importância e a validade da teoria marxista da emancipação social no período em que ela foi elaborada, isto é, a modernidade. Indubitavelmente, ela se constituiu como uma teoria crítica e permaneceu atual até a derrota definitiva da experiência socialista. A partir do momento em que a modernidade entra em crise e que uma nova fase transicional – a pós-modernidade – se abre à história com todas as transformações econômicas, sociais, políticas e culturais dela decorrentes, a teoria marxista deixa de ser crítica e passa a se tornar uma “utopia conservadora”.

Em outras palavras, a teoria marxista da emancipação social está desatualizada e o período histórico ao qual ela corresponde está em crise ou não existe mais. Ela já cumpriu seu papel e forneceu as respostas possíveis aos problemas de sua época. Eis porque Boaventura Santos propõe “reinventar as possibilidades emancipatórias que havia no conhecimento emancipador: uma utopia crítica (...) em um mundo dominado por utopias conservadoras” (ibidem, p. 54).

Em oposição àquelas oito características fundamentais da teoria marxista, o sociólogo português apresenta oito ideias norteadoras que objetivam o estabelecimento de uma “nova cultura política”, capaz de atualizar a teoria marxista da emancipação social adequada aos novos tempos e às novas necessidades epistemológicas, teóricas e políticas do mundo pós-moderno. Mesmo sem se constituir como um “pensamento de vanguarda”, a capacidade de renovação e a possibilidade de reinvenção dessa teoria passa, necessariamente, pela consideração e resgate – até então invisibilizados, desprezados, ignorados e rejeitados – de outros saberes, conhecimentos, experiências e práticas populares, urbanas e camponesas, das sociedades e comunidades do Sul global.

São elas: i. o princípio do reconhecimento da diferença; ii. considerar, para além da exploração capital-trabalho, o colonialismo, o racismo e o patriarcado (sexismo); iii. promover a compreensão de que a história não possui sentido linear ou progressivo, mas sentidos multidirecionais; iv. a alternativa dos movimentos sociais como novos sujeitos históricos; v. a promoção e desenvolvimento de subjetividades rebeldes pois a “cultura ocidental e a modernidade têm uma ampla experiência histórica de contato com outras culturas, mas foi um contato colonial, contato de desprezo, e por isso silenciaram muitas dessas culturas” (ibidem, p. 55); vi. estabelecer “partidos de retaguardas”, isto é, não burocráticos, que acompanhem e aprendam com os ativismos sociais e que aceite outras outro; após as independências políticas ainda resta “o colonialismo social ou cultural”, isto é, “todas as trocas, todos os intercâmbios, as relações em que uma parte mais fraca é expropriada de sua humanidade (SOUSA SANTOS, 2007, respectivamente, p. 53 e p. 59).

formas de organizações de interesses (idem, 2016, p. 79); vii. a revolução democrática como via para a construção de um mundo mais fraterno e justo; viii. nem o socialismo e nem a barbárie, mas “um outro mundo possível”.

NORTE GLOBAL		SUL GLOBAL	
	CARACTERÍSTICAS		CARACTERÍSTICAS
MODERNIDADE		PÓS-MODERNIDADE	
Crise civilizatória	crises epistemológica, teórica e política	Interregno/ transição	renovações epistemológica, teórica e política
EPISTEMOLOGIA OCIDENTAL		EPISTEMOLOGIAS DO SUL	
Crise do conhecimento científico	reguladora	Ecologia de saberes	emancipadora
	monocultural		pluricultural
	homogênea		heterogênea
	universalizadora		pluriversalizadora
	reducionista		holista
	invisibilizadora		visibilizadora
TEORIA DA EMANCIPAÇÃO SOCIAL		NOVA TEORIA DA EMANCIPAÇÃO SOCIAL	
Crise do marxismo	princípio da igualdade	Nova cultura política	princípio da diferença
	opressão/dominação → capital-trabalho		opressões/dominações: capitalismo, colonialismo e patriarcado
	sentido linear da história → progresso		sentidos multidirecionais da história
	sujeito histórico → proletariado		sujeitos históricos → movimentos sociais

	luta de classes		subjetividades rebeldes
	partido de vanguarda		partidos de retaguarda
	revolução do proletariado		revolução democrática
	socialismo ou barbárie		outro mundo possível → pós-capitalista
POLÍTICA OCIDENTAL		REINVENÇÃO DA POLÍTICA	
Crises do contrato social liberal e do Estado democrático liberal	crise do contrato social → fascismo social	Política democrática radical	reinvenção do contrato social
	crises do Estado de bem estar social e do Estado desenvolvimentista → neoliberalismo		reinvenção do Estado □ Estado como movimento social
	crise das forças de esquerda tradicionais → desunidade		unidade das novas forças políticas de esquerda
	crise da democracia representativa → democracia de baixa intensidade		democracia de alta intensidade → representativa e participativa.

Quadro sinóptico dos principais conceitos sociológicos e das categorias políticas utilizados por Boaventura de Sousa Santos⁴

Esse “outro mundo possível”⁵ é factível, como mostram as experiências sociais, políticas, econômicas e culturais bem sucedidas apresentadas por comunidades, grupos e movimentos sociais de todo o planeta nos encontros do Fórum Social Mundial (FSM). Não por acaso, para Boaventura Santos, esse fórum protagoniza, portanto, os avanços teóricos a partir dos quais pode-se fundar uma “nova cultura política” insurgente, rebelde, inconformista e transformista.

O primeiro avanço teórico se refere à concepção mais ampla de poder e de opressão, algo que a tradição marxista foi incapaz de empreender tendo em vista a sua análise concentrada em “uma só forma de opressão ou dominação: a do capital-trabalho”

⁴ Elaboração própria.

⁵ Lema do Fórum Social Mundial, cujo primeiro encontro ocorreu em Porto Alegre, em 2001, justamente, como contraoposição ao Fórum Econômico Mundial, que reúne os países mais desenvolvidos do planeta, em Davos, na Suíça.

(SOUSA SANTOS, 2007, p. 61). Ou seja, ela não esteve atenta às

diferentes formas de opressão e de poder e que talvez não seja possível determinar, em geral, para todo o mundo, o que é sempre mais importante em uma luta. (...) uma forma de opressão não pode ser determinada de maneira geral, mas apenas contextual, nas condições concretas. (...) entre os cientistas cada um tem sua opção. A minha é que não se deve ficar tão centrado na estrutura ou na ação e sim na rebeldia ou no conformismo (ibidem, p. 61).

Ao ampliar a investigação sobre o problema do poder, o intelectual de Coimbra identificou outras formas de dominação e de opressão a partir dos “seis espaços estruturais nos quais se geram seis formas distintas de poder”. Trata-se de “espaços-tempo” ou ainda “formas de sociabilidade que implicam lugares, mas também temporalidades, duração, ritmos.” São eles: i. o “espaço-tempo doméstico, onde a forma de poder é o patriarcado, as relações sociais de sexo”; ii. o “espaço-tempo da produção, onde o modo de poder é a exploração”; iii. o “espaço tempo da comunidade, onde a forma de poder é a diferenciação desigual entre quem pertence à comunidade e quem não pertence”; iv. o “espaço-estrutural do mercado, onde a forma de poder é o fetichismo das mercadorias”; v. o espaço-tempo da cidadania ou o espaço público, cuja “forma de poder é a dominação (solidariedade vertical entre os cidadãos e o Estado)” e, finalmente, vi. o “espaço-tempo mundial em cada sociedade, onde a forma de poder é o intercambio desigual” (ibidem, 2007, pp. 61-62).

O segundo avanço teórico é que o FSM pode evidenciar a necessidade de “construir a emancipação a partir de uma nova relação entre o *respeito da igualdade* e o *princípio do reconhecimento da diferença*.” Uma vez que na teoria marxista da emancipação social, “toda a energia emancipatória teórica foi orientada pelo princípio da igualdade, não pelo princípio do reconhecimento das diferenças” (ibidem, p. 62, grifos do autor). O terceiro avanço teórico evidenciado pelo FSM é “toda a relação entre *inconformismo*, *rebeldia*, *revolução* e *transformação social*” (ibidem, p. 65).

Boaventura Santos não estabelece qualquer distinção entre essas definições assim como não se reporta ao intenso debate teórico e político marxista acerca do problema da revolução – questão chave – para a problemática da emancipação social. Nosso autor prefere abandonar as estratégias reformistas e revolucionárias, ambas ocidentais e eurocêntricas, por outras formas sociais de insurgência:

o que o FSM traz com bastante força é que, provavelmente, não devemos nos martirizar tanto – porque isso não é produtivo – em discussões gerais sobre as vantagens relativas de uma estratégia reformista ou revolucionária. As duas estão em crise em sua forma moderna, é preciso repensá-las, e provavelmente necessitamos de outros padrões. Os movimentos que se reúnem no FSM se dizem revolucionários, se dizem reformistas ou nem uma coisa nem outra, porque os dois são eurocêntricos, produto do Ocidente. É preciso criar outra forma de insurgência (ibidem, pp. 65-66).

Por fim, o quarto avanço teórico enseja a renovação do internacionalismo, uma vez que o FSM demonstra que “estamos vivendo uma nova forma de internacionalismo e as teorias sociais não estão preparadas para isso: não são internacionais e menos ainda internacionalistas” (ibidem, p. 66). Esse “novo universalismo”, como também Santos o denomina, consiste em “produzir teoria e práticas transescalares, em que as escalas locais se articulem com as escalas nacionais e com as globais” (ibidem, p. 67).

Em suma, para Boaventura Santos, a crise da modernidade ocidental, em seu aspecto teórico, se refere ao problema da teoria marxista da emancipação social. Esta é bastante limitada, reducionista, monocultural e eurocêntrica, pois: fundamenta-se apenas no princípio da igualdade; atribui ao capital todas as formas de opressão/dominação; concede à história um sentido linear e progressivo; considera o proletariado como exclusivo sujeito histórico revolucionário e a luta de classes como única possibilidade de luta política; considera o partido de vanguarda como o portador da consciência de classe; estabelece a revolução do proletariado como única ruptura possível e o socialismo ou a barbárie como alternativas dicotômicas e unilaterais de organização societal.

4 | A POLÍTICA DEMOCRÁTICA RADICAL FACE À CRISE DO CONTRATO SOCIAL LIBERAL

Para Boaventura Santos, a emergência do fascismo social está diretamente ligada à crise do contrato social liberal e ao correspondente enfraquecimento das suas principais instituições políticas liberais, quais sejam, o Estado e a democracia representativa. A desarticulação das forças políticas de esquerda, nesse cenário, é incapaz de engendrar uma resistência organizada e consistente que obstrua, impeça ou faça regredir as tendências ou forças fascizantes e neoliberais que afrontam, corroem e avançam, de maneira inexorável, sobre a sociedade, o Estado e a democracia liberais.

A política neoliberal, por seu turno, com seus instrumentos e organizações internacionais, responde pelo desmonte do Estado de bem-estar social e do Estado desenvolvimentista, respectivamente, no centro e na periferia do sistema mundial capitalista (SOUSA SANTOS, 2018a, pp. 356-357):

a globalização neoliberal, a desregulação, a privatização, os tratados de livre comércio, o papel inflacionado do Banco Mundial e do FMI foram executados paulatinamente para erodir o princípio do Estado, retirando-o da regulação social para o da regulação mercantil. Para isso foi necessário a desvirtuação radical da democracia” (SOUSA SANTOS, 2018b, p. 28).

Após identificar esses problemas, o sociólogo propõe a reinvenção da política em novas bases contratuais e institucionais a fim de implementar uma política democrática radical, isto é, de alta intensidade, em que os cidadãos deliberem e participem ativamente nas tomadas de decisões da pólis. Essa seria a maneira popular e segura de afastar os riscos do neoliberalismo e do fascismo social e, portanto, superar a crise política instalada

no seio da modernidade ocidental.

No atual período transicional da pós-modernidade, isso exige, portanto: i. as reinvenções do contrato social e do Estado como movimento social; ii. uma nova concepção de esquerda e das forças e estratégias políticas para a sua articulação e unidade permanentes; iii. a implementação efetiva da democracia representativa, deliberativa e participativa, isto é, a democracia de alta intensidade. Vejamos.

No excerto abaixo, Boaventura Santos define o contrato social e aponta o respectivo papel do Estado na sociedade civil:

a grande narrativa em que se funda a obrigação política moderna ocidental (...) para maximizar e não minimizar essa liberdade. O contrato social é assim a expressão de uma tensão dialética entre regulação social e emancipação social que se reproduz pela polarização constante entre vontade individual e vontade geral, coletiva, entre o interesse particular e o bem comum (SOUSA SANTOS, 2018a, p. 351).

Nessa esteira, cabe ao Estado garantir o “desenrolar pacífico e democrático dessa polarização num campo social que se designou por sociedade civil” (ibidem, p. 351). Ora, de acordo com as ideias contidas no fragmento, o problema todo reside no fato de que o Estado, enquanto mediador do conflito entre a regulação social e a emancipação social, do qual o contrato social é a sua expressão, está em crise, assim como o próprio contrato que funda a modernidade, do ponto de vista político.

O maior risco que se corre face à corrosão do contrato social liberal, para Boaventura Santos, é a emergência do fascismo social. Daí a sua busca por “alternativas de sociabilidade que neutralizem ou previnam esses riscos e abram caminho a novas possibilidades democráticas” (ibidem, p. 375). Mas, como ele define o fascismo social?

Ao contrário do fascismo histórico, “um regime político ditatorial nacionalista, racista, sexista e xenófobo” (SOUSA SANTOS, 2016, p. 202), a especificidade do fascismo social consiste em conviver com a democracia política liberal de baixa intensidade, qual seja, meramente representativa, limitada ao voto e às eleições. Trata-se “de um regime social e civilizacional” que, ao invés de “sacrificar a democracia às exigências do capitalismo, promove a democracia até ao ponto de não ser necessário, nem sequer conveniente, sacrificar a democracia para promover o capitalismo” (SOUSA SANTOS, 2018a, p. 370).

Boaventura Santos distingue quatro formas do fascismo social: i. o fascismo do apartheid social que segrega os “excluídos através de uma cartografia urbana dividida em zonas selvagens e civilizadas (...), cidades privadas, condomínios fechados” (ibidem, pp. 370-371); ii. o fascismo paraestatal, que “assume funções de regulação social anteriormente exercidas pelo Estado. Trata-se da usurpação de prerrogativas estatais (de coerção e de regulação social) por parte de atores sociais muito poderosos” (ibidem, p. 371). Este subdivide-se em fascismo contratual, no qual “a diferença de poder entre as partes no contrato de direito civil (seja ele um contrato de trabalho ou um contrato de

fornecimento de bens ou serviços) é de tal ordem que a parte mais fraca, vulnerabilizada por não ter alternativa ao contrato, aceita as condições que lhes são impostas” (ibidem, pp. 371-372), por exemplo, a “privatização dos serviços públicos, da saúde, da segurança social, da eletricidade, da água, etc.” (ibidem, p. 372) e em fascismo territorial, “quando os atores sociais com forte capital patrimonial retiram ao Estado o controle do território onde atuam ou neutralizam esse controle. (...) são territórios coloniais privados dentro de Estados quase sempre pós-coloniais” (ibidem, p. 372); iii. o fascismo da insegurança, no qual se verifica a “manipulação discricionária da insegurança das pessoas e grupos sociais vulnerabilizados pela precariedade do trabalho” (ibidem, p. 372); iv. o fascismo financeiro:

talvez a forma mais virulenta de sociabilidade fascista. É o fascismo que comanda os mercados financeiros de valores e moedas, a especulação financeira global (...). Esta forma é a mais pluralista na medida em que os movimentos financeiros são o produto de decisões de investidores individuais ou institucionais espalhados por todo o mundo (...). Uma segunda forma de fascismo financeiro ampliado, também ele muito pluralista e global é o que decorre da avaliação dos Estados nacionais por parte das empresas de *rating* (...) para avaliar a situação financeira dos Estados (ibidem, pp. 373-374, grifos do autor).

Na prática, as definições de fascismo social e de neoliberalismo parecem se confundir, tendo em vista que o neoliberalismo consiste numa “cultura de medo, de sofrimento e de morte para as grandes maiorias” (SOUSA SANTOS, 2016, p. 180) em que:

todas as violações de direitos humanos estão relacionadas com o neoliberalismo, a versão mais antissocial do capitalismo nos últimos cinquenta anos. No Norte, o neoliberalismo impõe a austeridade às grandes maiorias e o resgate dos banqueiros, substituindo a proteção social dos cidadãos pela proteção social do capital financeiro. No Sul, o neoliberalismo impõe sua avidez pelos recursos naturais, minérios, petróleo, gás natural, água, a agroindústria. Os territórios passam a ser terra, e as populações que nelas habitam, obstáculos ao desenvolvimento os quais é preciso remover (ibidem, p. 186).

Contudo, o que interessa mesmo a Boaventura Santos, ciente de que a tarefa é árdua dada a profundidade da “desregulação social provocada pela crise do contrato social”, é “buscar alternativas de sociabilidade que neutralizem ou previnam esses riscos e abram o caminho a novas possibilidades democráticas” (SOUSA SANTOS, 2018a, p. 375). De que maneira?

Ele nos apresenta um arco amplo de saídas: i. “buscando sociabilidades alternativas e insurgentes”; ii. redescobrimto democrático do trabalho concomitantemente à reinvenção do movimento sindical; iii. “reinvenção solidária do Estado a partir da análise aprofundada da sua crise”; iv. reinvenção de espaços-tempo de deliberação democrática baseada nos princípios do “pensamento alternativo de alternativas”, isto é, uma epistemologia assentada no conhecimento-emancipação e na *ecologia de saberes*; v. da ação-com-clinamen que

distinga ação conformista e ação rebelde (ibidem, pp. 375-378); vi. “formação de frentes capazes de lutar contra a ameaça fascista e mobilizar energias democráticas adormecidas na sociedade”, que, “devem emergir de baixo, de uma politização mais articulada com a indignação que flui nas ruas” (SOUSA SANTOS, 2016, p. 190).

A democracia de baixa intensidade também é outro aspecto da crise do contrato social da modernidade ocidental. Sendo uma democracia liberal meramente representativa, cujos eleitores votam de tempos em tempos sem qualquer participação ativa e crítica, está limitada, portanto, “a criar uma ilha de relações democráticas num arquipélago de despotismo (econômicos, sociais, raciais, sexuais, religiosos) que controlam efetivamente a vida dos cidadãos e das comunidades” (ibidem, p. 80).

Boaventura Santos propõe, nessa esteira, “democratizar a democracia”, isto é, uma instaurar uma política democrática radical, isto é, de alta intensidade, viável pela democratização de todos os espaços que substituam “as relações de poder por relações de autoridade partilhada” (ibidem, p. 79). A verdadeira democracia, representativa e, ao mesmo tempo, participativa e deliberativa, portanto,

tem de existir, muito além do sistema político, no sistema econômico, mas relações familiares, raciais, sexuais, regionais, religiosas, de vizinhança, comunitária. *Socialismo é democracia sem fim*. Daqui decorre que a igualdade tem muitas dimensões e só pode ser plenamente realizada se, a par da igualdade, se lutar pelo reconhecimento das diferenças, ou seja, pela transformação das diferenças desiguais (que criam hierarquias sociais) em diferenças iguais (que celebram a diversidade social como forma de eliminar as hierarquias) (ibidem, p. 80, grifos nossos).

No excerto acima, observamos uma proposta bastante abrangente de democracia (social, econômica, cultural, religiosa e política). No entanto, apesar de definir “socialismo como democracia sem fim”, Boaventura Santos hesita e por vezes até rejeita a utilização da palavra “socialismo” para caracterizar sua proposta de reorganização da sociedade. Utiliza a palavra “pós-capitalista” ao invés de “socialismo” em dois textos redigidos e publicados em momentos diferentes (SOUSA SANTOS, 2016, p. 74 e 2018b, p. 8). O sociólogo português ainda emite um juízo negativo das revoluções socialistas ao afirmar que “foram sangrentas e falharam” e que os “governos conservadores que se seguiram tiveram de fazer concessões para que a questão social não descambasse em catástrofe” (SOUSA SANTOS, 2016, p. 177).

De acordo com o Boaventura Santos, a primeira divisão profunda das esquerdas ocorreu após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) tendo em vista as suas concepções e posições políticas divergentes quanto: i. à adoção dos modelos econômicos (de desenvolvimento e de crescimento) e os meios para realizá-los; ii. à alternativa do socialismo ou da reforma do capitalismo; iii. à consideração do proletariado enquanto exclusivo sujeito histórico revolucionário; iv. à condução da luta política e social dentro ou fora das instituições democráticas; v. ao Estado, enquanto instituição de dominação, se

ele pode ou não ser mobilizado para combater as relações de dominação (ibidem, p. 173).

Mas foi após a queda do Muro de Berlim, em 1989, que as esquerdas sofreram o primeiro impacto decisivo de duas agendas: “o fim definitivo do socialismo enquanto sistema social, econômico e político liderado pelo Estado e o fim de qualquer sistema social, econômico e político liderado pelo Estado” (SOUSA SANTOS, 2018b, p. 25).

Boaventura Santos também vê importantes diferenças entre as forças políticas europeias e latino-americanas de esquerda. Entre as primeiras, observa uma unidade sobre o crescimento como “a solução para todos os males da Europa” sendo este o ponto que as “distingue das direitas, apostadas na consolidação orçamental e na austeridade”. Já, nas segundas, constata uma profunda divisão “sobre o crescimento e o modelo de desenvolvimento que este pressupõe” (SOUSA SANTOS, 2016, p. 181).

Mas de quais esquerdas Boaventura Santos se refere e como ele as define? As forças de esquerda às quais se dirige são bastante amplas. Elas são compostas por partidos políticos, movimento sociais “que lutam contra o capitalismo, o colonialismo, o racismo, o sexismo e a homofobia e a todos os cidadãos que não se consideram organizados, mas partilham os objetivos e as aspirações daqueles que se organizam para lutar” e, ainda, por todos aqueles que desenvolvem ações ou práticas consideradas de esquerda mesmo sem se considerar de esquerda (ibidem, p. 183).

Por esquerda, ele entende:

o conjunto de teorias e práticas transformadoras que, ao longo dos últimos 150 anos, resistiram à expansão do capitalismo e aos tipos de relações econômicas, sociais, políticas e culturais que ele gera e que, assim, procederam na crença da possibilidade de um futuro pós-capitalista, de uma sociedade alternativa, mais justa, porque orientada para a satisfação das necessidades reais das populações, e mais livre, porque centrada na realização das condições do efetivo exercício da liberdade (SOUSA SANTOS, 2018b, p. 8.)

Na verdade, Boaventura Santos objetiva “analisar a conjuntura das forças de esquerda”, com a clara e objetiva proposta de “ampliar o conhecimento mútuo entre elas e sugerir possibilidades de articulação nacional e internacionalmente”, daí o lema “esquerdas do mundo, uni-vos” (SOUSA SANTOS, 2018b, p. 9). Nosso autor observa que, essencialmente, as esquerdas padecem do mesmo problema do conhecimento científico ocidental e da teoria marxista da emancipação social: a dificuldade em lidar (conhecer, aprender) e incorporar outros saberes, experiências e práticas de outras forças de esquerda para além das forças políticas tradicionais e ocidentais de esquerda.

É o que sugere o excerto:

as forças de esquerda têm dificuldade em conhecer as experiências de outras forças de esquerda e em aprender com elas; não estão interessadas em conhecer profundamente as realidades políticas de outros países nem dão atenção devida ao contexto internacional e às forças econômicas e

políticas que o dominam. O desaparecimento da análise das múltiplas faces do imperialismo é prova disso. Além disso, tendem a ser pouco sensíveis à diversidade cultural e política do mundo (ibidem, p. 9).

O último período do fragmento merece destaque. Boaventura Santos afirma, categoricamente, que as forças de esquerda perderam o interesse em estudar as múltiplas faces do imperialismo, o que não condiz, completamente, com a verdade histórica.⁶

Mas o período transicional da pós-modernidade por mais que se apresente concretamente como o momento propício para renovações e inovações não está imune aos riscos e perigos extremos, sejam econômicos, sociais, políticos ou culturais, que ameaçam tanto o Norte quanto o Sul globais, desde as últimas décadas do século XX até as primeiras do século XXI. Alguns deles são:

O agravamento sem precedentes da desigualdade social; a intensificação da dominação capitalista, colonialista (racismo, xenofobia, islamofobia) e heteropatriarcal (sexismo) traduzida no que chamo “fascismo social” em diferentes formas (...); reemergência do colonialismo interno na Europa com um país dominante, a Alemanha (...); o golpe judiciário-parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff (...); a renúncia às armas por parte da guerrilha colombiana e o início conturbado do processo de paz; (...) a emergência de partidos de tipo novo oriundos de movimento sociais ou mobilizações anti-políticas, como Podemos, na Espanha, 5 Stelle, na Itália, AAP, na Índia; (...) o ressurgimento da extrema-direita na Europa (...); a intensificação do terrorismo jihadista que se proclama islâmico; (...) a ocupação da Palestina pelo Estado colonial de Israel (SOUSA SANTOS, 2018b, pp. 29-31).

Para Boaventura Santos, o significado histórico do “novo interregno” para as forças políticas de esquerda consiste em ter revelado a necessidade de reconhecerem as limitações da democracia liberal face aos antidemocratas e aos antifascistas, as contradições vigentes entre o capitalismo e a democracia e a importância urgente de sua articulação a fim de estabelecer uma unidade permanente capaz de enfrentar e combater todo aquele estado de coisas, porém dentro do próprio campo democrático.

51 CONCLUSÃO

Por meio de uma “sociologia insurgente”, Boaventura Santos pretende “mostrar que o que não existe é produzido ativamente como não existente (...) como alternativa descartável, invisível à realidade hegemônica do mundo” (SOUSA SANTOS, 2007, pp. 28-29) e, assim, tornar visíveis, recuperar e aprender com os outros saberes populares urbanos e camponeses não pertencentes ao Norte global. Em outras palavras, trata-se de uma constelação de saberes que possa estabelecer uma outra epistemologia, isto é, uma

⁶ Ainda que em chave analítico-crítica, Domenico Losurdo (2018) apresenta um amplo arco dos intelectuais marxistas do Ocidente que estudaram e debateram, com intensidade, os problemas do imperialismo e do colonialismo europeus. Completamente injustiçado no livro do filósofo italiano, Jean-Paul Sartre foi um dos principais intelectuais franceses engajados nas lutas anti-imperialista e de libertação nacional que marcaram o segundo período pós-guerra, como defende ALMEIDA (2018).

nova forma de conhecer, compreender e transformar o mundo.

Isso tudo decorre do fato de que, para Boaventura Santos, o conhecimento desde o Sul Global é emancipador. Daí a imperiosa necessidade de relacionar os saberes não ocidentais na construção de uma nova episteme – uma “ecologia de saberes”, rica, diversa, complexa e holista – as epistemologias do Sul.

Somente uma “nova cultura política emancipatória” pode produzir subjetividades rebeldes, autônomas, sem subserviência à partidos e instituições. Ela reconhece o princípio da diferença, amplia o conceito de poder e analisa outras formas de dominação e de opressão, para além daquela exercida pelo capital sobre o trabalho. Os movimentos sociais assumem o protagonismo da história ao lutarem, coletivamente, pela efetivação de “um outro mundo possível.” O proletariado, portanto, deixa ser o exclusivo sujeito histórico-universal revolucionário.

A refundação do contrato social e a reinvenção do Estado como movimento social podem promover, de um lado, a política democrática radical, de alta intensidade, isto é, representativa, participativa e deliberativa e, de outro, a articulação efetiva das forças políticas de esquerda, enfim, a unidade capaz de rechaçar as ameaças da barbárie social, seja ela neoliberal ou fascista que, por vezes, insistem em prevalecer nas sociedades pós-modernas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rodrigo Davi. **Sartre e o Terceiro mundo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

LOSURDO, Domenico. **O marxismo ocidental: como nasceu, como morreu, como pode renascer**. São Paulo: Boitempo, 2018.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. “A crise do contrato social da modernidade e a emergência do fascismo social.” In: MENESES, Maria Paula (Org.). **Construindo as Epistemologias do Sul: Antologia essencial. Volume II: Para um pensamento alternativo de alternativas**. Buenos Aires: CLACSO, 2018a, pp. 351-381.

_____. **Esquerdas do mundo, uni-vos!** São Paulo: Boitempo, 2018b.

_____. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

CAPÍTULO 2

A DEMOCRACIA RACIAL COMO UM PROJETO DE PLANIFICAÇÃO SOCIAL NO PENSAMENTO DE GUERREIRO RAMOS

Data de aceite: 01/04/2021

Data de submissão: 25/01/2021

Nikolas Gustavo Pallisser Silva

Membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Estadual de Londrina (UEL)
Londrina – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/5185937737395138>

Alan Caldas

Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS-UFSCar)
São Carlos – São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/7011441525925785>

A primeira versão desse texto foi apresentada e publicada nos Anais do XI Seminário Nacional Sociologia & Política, que ocorreu na cidade de Curitiba-PR entre os dias 19 e 30 de outubro de 2020. A partir das críticas recebidas neste evento submetemos o texto ao dossiê v. 12 n. 9 (2020): Debates sobre racismo e antirracismo no pensamento social brasileiro, no qual, com novas modificações, o artigo também foi publicado. Confira em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/issue/view/4518>>. Consultado em: 25/01/2021.

RESUMO: O objetivo deste artigo é investigar o projeto político gerado em torno da democracia racial pela intelligentsia negra dos anos de 1940 e 1950, com foco na perspectiva de Guerreiro Ramos. Mostramos a partir de que perspectiva esse projeto foi desenvolvido, para quem ele se dirigia, quais suas razões sociológicas e

qual sua legitimidade no contexto brasileiro. Em seguida, mostramos como ele pretendia atuar na canalização das irracionalidades produzidas pela mudança da estrutura social de uma ordem escravocrata e patrimonial para uma ordem competitiva e racional-burocrática. Por fim, encerramos indicando ações do Teatro Experimental do Negro que concretamente colocavam em prática esse projeto.

PALAVRAS - CHAVE: democracia racial; Guerreiro Ramos; movimentos negros.

RACIAL DEMOCRACY AS A SOCIAL PLANNING PROJECT IN THE THOUGHT OF GUERREIRO RAMOS

ABSTRACT: The object of this article is to investigate the political project generated around racial democracy by the black intelligentsia of the 1940s and 1950s, focusing on Guerreiro Ramos' perspective. We show from which perspective this project was developed, to whom it was addressed, what are its sociological reasons, and what is its legitimacy in the Brazilian context. Then we show how he intended to act in channeling the irrationalities produced by changing the social structure from a slave and patrimonial order to a competitive and rational-bureaucratic order. Finally, we end by indicating actions by Teatro Experimental do Negro that concretely put this project into practice.

KEYWORDS: racial democracy; Guerreiro Ramos; black movements.

1 | INTRODUÇÃO

A tese que defenderemos neste trabalho é a de que a democracia racial, tal qual defendida por Guerreiro Ramos no final dos anos de 1940 e início dos anos 1950, no interior dos movimentos negros, constituiu um projeto de planificação social democrática da sociedade.

Para sustentar tal tese, vamos apresentar brevemente o contexto de discussão da democracia racial nos anos 1940 e 1950, com destaque para a posição dos movimentos negros inseridos nesse debate. Em seguida, apresentaremos de quem partia esse projeto de democracia racial, a quem se destinava, com que razões sociológicas se colocava e com qual legitimidade. Além disso, explicaremos em que consistia tal projeto de maneira geral e específica, exemplificando-o pelas ações dos intelectuais do Teatro Experimental do Negro (TEN). Para tanto, cabe uma breve inserção do leitor nesse universo.

Nos anos de 1940 e 1950, com a vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, a democracia tornou-se, por um lado, uma noção fundamental do ideário público e das práticas políticas; por outro lado, o racismo perdeu sua legitimidade científica dando espaço para que novos paradigmas de pesquisa se tornassem hegemônicos, como o culturalismo desenvolvido nas universidades dos Estados Unidos. Esses fatores constituíram um ambiente propício para que a ideia de democracia racial florescesse.

A ideia de que o Brasil seria uma espécie de paraíso racial datava, pelo menos, das campanhas abolicionistas. Dessa forma, desde o final do século XIX e mais intensamente nas primeiras décadas do século XX, podemos notar que a ideia do Brasil como paraíso racial já existia no imaginário de brasileiros, norte-americanos e europeus. Diversos viajantes negros norte-americanos que passaram pelo Brasil apontaram para o caráter relativamente positivo das relações raciais no país (ANDREWS, 2017).

Militantes antirracistas, como Frederick Douglass, usavam do contraste entre as relações raciais no Brasil e nos EUA para desnaturalizar estas últimas, tentando mostrar a existência de outras possibilidades de convívio racial. Nessa ideia de paraíso racial estariam juntas as noções de ausência de barreiras à ascensão social, a existência de uma história de relações escravocratas mais amenas e pouco ou nenhum preconceito contra o negro (GUIMARÃES, 2001; 2009).

A mudança do ideário do paraíso racial para o da democracia racial coincidiu com a passagem do paradigma da raça para o da cultura e também com o protagonismo do TEN nas lutas antirracistas no país. Esse novo paradigma trouxe uma vantagem para os movimentos negros, já que a partir dele os supostos atrasos da população negra deixavam de ser devidos a essencialismos biológicos e se tornavam resultantes de processos de socialização que poderiam ser alterados. Isso possibilitou um certo consenso entre os intelectuais do TEN e intelectuais brancos tradicionais acerca de alguns pontos chave para a interpretação das relações raciais (GUIMARÃES, 2001).

No Brasil, um dos intelectuais pioneiros que contribuíram para a transição do paradigma racialista para o culturalista foi Gilberto Freyre. Ele também seria um dos responsáveis pela transformação da ideia de paraíso racial para a de democracia racial. A noção de democracia racial é atribuída à interpretação que Gilberto Freyre faz do Brasil Colônia, sobretudo em seus livros *Casa Grande & Senzala* (1933) e *Sobrados e Mucambos* (1936). Tal compreensão defendia que as relações entre senhores e escravos, bem como, posteriormente, entre brancos e negros, teriam sido harmônicas, nas quais o conflito estaria quase que totalmente ausente (GUIMARÃES, 2001, 2009; HASENBALG, 1979). Assim, este amálgama das raças ou mestiçagem, para Freyre, proporcionou o que Carvalho (2008) chamou de equilíbrio de antagonismos, isto é, relações simétricas entre polos opostos: senhor e escravo, branco e negro, casa-grande e senzala etc.

Outro aspecto importante do contexto brasileiro a ser frisado é a maneira pela qual a miscigenação teria ocorrido com o objetivo de clareamento biológico e cultural da população brasileira, ou seja, como uma prática social voltada para o ideal de branqueamento. Se no pensamento de Freyre houve uma tentativa – não muito exitosa – de desassociar raça do plano da biologia, levando a discussão sobre a identidade brasileira para o plano da cultura, para a elite brasileira do final do século XIX e início do XX, a ideologia do branqueamento possuía foros de legitimidade científica (SKIDMORE, 1976). Aliás, a excessiva valorização da colonização e da cultura portuguesa por Gilberto Freyre não deixava de ser uma forma de continuidade do mito da branquitude (RAMOS, 1956a, 1956b).

É neste contexto que o TEN será um dos movimentos negros que buscará contrapor a narrativa submissa nesta versão da democracia racial e, de forma prática, buscará a mobilidade ascensional da população negra. Vale lembrar que antes da criação do TEN já haviam organizações com características diversas que reivindicavam melhorias para a população negra, como a Frente Negra Brasileira (FNB) na década de 30.

O Teatro Experimental do Negro foi criado e coordenado pelo militante e intelectual negro Abdias do Nascimento, em 1944, na cidade do Rio de Janeiro. Além de preparar atores e atrizes negros e apresentar peças teatrais, a organização proporcionava cursos de alfabetização, realizava congressos, pesquisas científicas, produzia o periódico *Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro*, entre outras atividades.

Essa iniciativa surgiu após uma viagem de Nascimento, acompanhado de amigos, por alguns países da América do Sul. Foi em Lima (no Peru), ao ver o ator branco Hugo D'Evieri pintado de preto, interpretando o papel do imperador Jones na peça homônima de Eugene O'Neill, que o intelectual se chocou profundamente e decidiu que quando retornasse ao Brasil fundaria um teatro negro, o que ocorreu em 1944. Entre os partícipes da instituição, destacamos os nomes de Ruth de Souza, importante atriz brasileira; Arinda Serafim, atriz e empregada doméstica que ajudou a fundar o TEN; Ironides Rodrigues, escritor, crítico literário e responsável pela tradução de textos do francês para o português; Solano Trindade, pesquisador e ativista ligado ao Partido Comunista do Brasil (PCB) e Guerreiro

Ramos, que, dentre outras funções, coordenou o Instituto Nacional do Negro (INN), um departamento de pesquisas e estudos do TEN (NASCIMENTO, 2004; NASCIMENTO, 2014; MACEDO, 2005).

Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982) nasceu no interior da Bahia, numa família negra de classe média baixa. De meados dos anos 1930 até o início de 1940, dedicou-se à poesia e escreveu ensaios para importantes jornais de Salvador e do Rio de Janeiro. Em 1942, bacharelou-se em Ciências Sociais pela Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) e, no ano seguinte, em Direito pela Faculdade Nacional de Direito (FND), ambas instituições ligadas à Universidade do Brasil. Foi professor do Departamento Nacional da Criança (DNCr) de 1943 a 1948 e trabalhou no Departamento Administrativo do Serviço Público de 1943 até o início dos anos 1950, no qual dirigiu a seção de crítica da Revista do Serviço Público, contribuindo para a divulgação de sociólogos como Max Weber e Karl Mannheim no ambiente intelectual brasileiro.

Desde 1948 até 1956, esteve ligado ao Teatro Experimental do Negro, atuando na organização de congressos e na direção do INN, órgão ligado ao TEN e responsável por pesquisas sobre as populações negras, função na qual desenvolveu práticas pioneiras de grupoterapia e sociodrama. Nas décadas de 1950 e 1960, foi um dos principais intelectuais públicos do Brasil, trabalhou na Casa Civil durante o segundo governo Vargas, foi professor fundador da Escola Brasileira de Administração Pública (EBPE-FGV) e participou da fundação do Instituto de Estudos Superiores (ISEB), sendo responsável pelo departamento de sociologia da referida instituição de 1955 a 1958. Entrou na vida partidária em 1960 e em 1963 assumiu a cadeira de deputado federal pelo estado da Guanabara.

Sua obra, em grande parte constituída de ensaios voltados à intervenção política na sociedade, abrange uma ampla variedade de temas, como a mortalidade infantil, as questões étnico-raciais, a organização administrativa do Estado, a questão do desenvolvimento nacional, a crítica da intelectualidade brasileira, a interpretação do colonialismo, entre outros¹.

Guimarães (2003) e Maio (1996; 1997) denominam o grupo de intelectuais ligados ao TEN de *intelligentsia* negra. Essa palavra foi muito usada entre as décadas de 1940 e 1960. O próprio Guerreiro Ramos definiu o uso que a sua geração fazia desse termo:

A palavra russa *intelligentsia*, que os sociólogos ultimamente têm utilizado, vem atender à necessidade de distinguir o intelectual no sentido clássico do termo (o escritor, o sábio, o professor) dedicado à criação pura ou ao estudo pelo estudo, daquele tipo de intelectual interessado na produção e difusão de idéias essencialmente enquanto contribuem para a reforma social e para o processo revolucionário (RAMOS, 1961, p. 185).

¹ Para mais informações biográficas o leitor pode consultar as seguintes obras: Nascimento (1950a), Oliveira (1995), Maio (1997; 2015), Barbosa (2004). Já para informações bibliográficas, a obra de Azevêdo (2006) traz o mais completo recenseamento bibliográfico que possuímos no momento.

Karl Mannheim foi um dos intelectuais que refletiram sociologicamente sobre essa categoria. Para ele, a *intelligentsia* era uma camada intelectual que se esforçava para compreender a dinâmica social da maneira mais ampla possível. Para isso, de um lado, a *intelligentsia* deveria conhecer e tentar controlar os condicionantes sociais que interferiam na sua própria forma de pensar; de outro, deveria se esforçar para fazer uma síntese dos pontos de vista dos diversos agentes sociais em disputa (MANNHEIM, 1986).

Quanto ao adjetivo “negra” que acompanha a palavra e o conceito de *intelligentsia*, o usamos para nos referir a uma ou “um intelectual que, desde determinada época, atribuiu a sua auto-identificação como negro um lugar de enunciação teórica e política” (BARBOSA, 2004, p. 8). Como os comentadores referidos evidenciam, os intelectuais do TEN utilizam-se fartamente desse ponto de vista para realizarem suas enunciações teóricas e práticas.

Desse modo, torna-se compreensível o uso da categoria *intelligentsia negra*. Primeiro porque tratava-se de um grupo intelectual preocupado em compreender as dinâmicas sociais da maneira mais ampla possível. Segundo porque essa compreensão era militante no sentido de que procurava, por diversos meios, intervir nos processos sociais. Terceiro porque, partindo de um ponto de vista particular, qual seja o de homens e mulheres negras em processo de ascensão social numa sociedade de classes, esse grupo procurou fazer uma síntese global das perspectivas sobre as questões raciais, incorporando e superando o ponto de vista dos intelectuais tradicionais sobre as relações raciais e sobre uma de suas facetas – a ideia de democracia racial.

2 | CONTEXTO DOS ANOS 1940 E 1950

Os comentadores do tema das relações raciais na obra de Guerreiro Ramos concordam em um ponto fundamental: a democracia racial proposta por esse autor é uma ressignificação ambivalente, feita no interior da *intelligentsia* negra, do ideário sistematizado por Gilberto Freyre, Arthur Ramos e Donald Pierson acerca da convivência relativamente harmônica das raças no Brasil, atribuída à forma especial da colonização portuguesa baseada na mestiçagem biológica e social (MAIO, 1996; GUIMARÃES, 2003, 2004, 2009; BARBOSA, 2004; CAMPOS, 2015).

Trata-se de uma ressignificação, pois em vez de apontar para o passado, a democracia racial da *intelligentsia negra* aponta para o presente, numa relação sagital com ele. Isso significa que a democracia racial deixou de ser uma conquista espontânea resultante dos padrões culturais do colonizador português ligados à mestiçagem biológica e social. Ao mesmo tempo, passou a ser concebida como um projeto de planificação democrática da sociedade que se apropriaria da mestiçagem biológica e cultural existente para, colocando-a junto com projetos de inclusão econômica, política e cultural das massas negras, contribuir para efetivar a transição de uma sociedade agrária para uma sociedade de mercado na qual a cor de pele não fosse um fator de segregação e discriminação dos

grupos sociais. Além disso, a democracia racial, segundo a *intelligentsia* negra, seria uma forma tanto de canalizar as irracionalidades resultantes dessa transição, quanto de enfrentar os preconceitos e discriminações existentes, em direção à construção de estruturas sociais mais justas.

E essa ressignificação é ambivalente porque não deixa de pactuar com o consenso da existência de relações raciais menos violentas no Brasil em comparação com outros lugares do mundo, sobretudo os EUA, e de considerar o Brasil tanto um laboratório de estudo das relações raciais quanto um modelo a ser seguido por outros países. Porém, nessa ressignificação, a democracia racial deixar de ser uma herança já conquistada para ser um projeto político de orientação da mudança em favor de uma sociedade mais democrática.

Esse pacto epocal em torno da situação racial brasileira fica evidente na seguinte fala de Abdias do Nascimento: “É verdade. Não possuímos, graças a Deus, ódios raciais entre nós. Mas negar o preconceito de cor? Nunca!” (NASCIMENTO, 1950b, p. 5).

Nesse sentido, existem continuidades e rupturas entre o conceito de democracia racial desenvolvido e divulgado, principalmente pelos autores acima mencionados, e aquele apropriado e veiculado pelos movimentos negros dos anos de 1940 e 1950, especialmente por Guerreiro Ramos no interior de sua experiência vivida no TEN. Neste trabalho, para analisar essas continuidade e rupturas, partiremos dos textos de Guerreiro Ramos.

Sabemos que nem a perspectiva de Ramos e nem mesmo a perspectiva do TEN sobre a democracia racial esgotam a maneira como os movimentos negros das décadas de 1940 e 1950 trataram do tema. No entanto, nosso foco de análise recairá exclusivamente sobre esse autor, uma vez que sua compreensão da democracia racial ainda não foi pensada a partir da perspectiva de sua aproximação com a sociologia mannheimiana. Com isso, pretendemos dar uma pequena contribuição ao trabalho maior de traçar o ambiente intelectual dos anos de 1940 e 1950 da perspectiva da *intelligentsia* negra.

Os textos de Guerreiro Ramos nos quais nos apoiaremos para esta discussão foram escritos entre 1948 e 1956 e foram produtos tanto de uma revisão da literatura sociológica e antropológica sobre o “problema do negro” nas ciências sociais brasileiras quanto da convivência e militância de Ramos junto aos e às intelectuais ligados ao TEN².

Como já exposto, o principal elemento que expressa as continuidades entre o projeto de democracia racial dos intelectuais brancos tradicionais e o da *intelligentsia* negra é a defesa da tese de que as relações raciais no Brasil são singulares se comparadas com o resto do mundo, sobretudo com os Estados Unidos da América. Aqui essas relações seriam mais igualitárias, ao menos no sentido da inexistência de formas legais de discriminação (ainda que isso não implique, para os movimentos negros dos anos de 1940 e 1950, a não existência de forte preconceito e de discriminação de cor) (RAMOS, 1950a).

Já os elementos novos são mais numerosos do que as continuidades. Para autores

2 Para uma contextualização mais detalhada desses textos, o leitor pode consultar Barbosa (2004).

como Gilberto Freyre (GUIMARÃES, 2001; SOUZA, 2000) e Arthur Ramos (CAMPOS, 2002), a democracia racial era um fato consumado no Brasil. Esse fato se explicaria, segundo esses autores, sobretudo pelo padrão cultural dos colonizadores portugueses que se utilizaram da mestiçagem biológica e cultural como maneira de manter seu domínio sobre as terras descobertas. Já para os movimentos negros do período mencionado, a democracia racial é um programa político que inclui tanto formas de inclusão social e cultural dos negros na ordem capitalista (GUIMARÃES, 2003; 2004) quanto uma terapêutica dos recalques produzidos pelas tensões raciais em brancos e em negros, terapêutica essa feita através do teatro, do psicodrama, do sociodrama e da poesia (QUILOMBO, 1950a, 1950b; RAMOS, 1950b).

Dessa maneira, é a negritude e não a lusitanidade o caminho para a autenticidade nacional do Brasil. A negritude seria uma forma de descolonização das consciências, pois à medida que o sujeito assume a perspectiva singular da negritude, ele percebe como a perspectiva supostamente universal da branquitude permeia o comportamento das pessoas nos países colonizados. A branquitude é então desnaturalizada e mostrada como parte de um processo histórico de dominação, e uma vez compreendida nesses termos, ela pode ser superada a partir de uma perspectiva mais ampla que afirma a condição histórica do sujeito negro como pertencente, em sua singularidade e autenticidade, não apenas à comunidade nacional, mas também à comunidade humana universal (RAMOS, 1995).

Além do contexto de luta antirracista no qual foi formulada, a democracia racial em Guerreiro Ramos deve ser entendida dentro de um novo paradigma de pesquisa que se consolidava nas ciências sociais brasileiras entre a segunda metade dos anos 1940 e a década de 1950. Trata-se do que podemos chamar de paradigma mannheimiano centrado no uso da ciência como forma de promover mudanças sociais racionalmente controladas. Como mostrou Villas Bôas (2002), esse paradigma se tornou dominante na sociologia dos anos 1950 por meio de autores como Guerreiro Ramos, Florestan Fernandes, Costa Pinto e outros.

Ao contrário de intelectuais como Gilberto Freyre (GUIMARÃES, 2001; SOUZA, 2000), Arthur Ramos (CAMPOS, 2002) e Donald Pierson (SILVA, 2012) que partiram, em maior ou menor medida, de um paradigma culturalista preocupado com os padrões culturais, vistos como parte de uma totalidade de sentido que orientaria as interações entre os grupos raciais, Guerreiro Ramos já ligava a questão racial à ideia de planificação social desde antes de sua entrada no TEN. Inicialmente, procurou conciliar o culturalismo com a perspectiva da planificação social. Em 1946, por exemplo, em uma entrevista à Abdias Nascimento, sobre as relações raciais no Brasil, afirmou Ramos (*apud* BARBOSA, 2004, p. 41) que:

os dois aspectos da questão (cultura e economia) deve ser, a meu vêr, objeto de medidas gerais, dentre as quais, a mais importante se me afigura ser uma planificação da economia nacional que venha elevar o nível econômico das

classes pobres e oferecer oportunidade aos mais aptos sem distinção de cor.

Segundo Ramos, a questão da planificação era central para sua época, pois os princípios do individualismo e da competição próprios à sociedade liberal não mais funcionavam em um contexto de formação de grandes oligopólios econômicos internacionais e de controle da população por meio da propaganda de massa. Nas palavras do autor:

estamos vivendo já numa sociedade planificada. A produção de cultura, o divertimento, a opinião pública, não são esferas livres, mas setores deliberadamente manipulados. Por conseguinte, é incontestável a existência do problema da planificação. [...] O que nos interessa é saber agora que espécie de planificação é necessário realizar, tendo-se em vista as necessidades da democracia (RAMOS, 1946, p. 5).

Do começo ao fim de sua obra, Guerreiro Ramos manteve um diálogo com Karl Mannheim e se apropriou e modificou o instrumental desse pensador³. Em linhas gerais, o ferramental conceitual de Mannheim traz duas questões fundamentais, sendo a primeira a sociologia do conhecimento preocupada em evidenciar os nexos entre pensamento e existência ou, mais especificamente, compreender os elementos inevitavelmente ideológicos de cada forma de pensar. Essa problemática era efetivada pela compreensão da relação entre as formas de pensamento e o lugar ocupado pelos grupos sociais na estrutura social (MANNHEIM, 1986).

A segunda questão era a da planificação democrática entendida, ao mesmo tempo, como uma técnica racional de intervenção na sociedade e como um projeto ético-político de orientação da vida social. Assim, ela envolvia dois tipos de racionalidade, uma técnico-científica voltada para a articulação funcional das estruturas sociais e uma axiológica voltada para a promoção do bem-estar coletivo. Essas duas dimensões da racionalidade atuavam ordenando o fluxo, em grande medida irracional, das vivências e das estruturas sociais (MANNHEIM, 1962).

Dessa maneira, foi no cruzamento de uma agenda de lutas antirracistas e de uma teoria voltada para a orientação da mudança social a partir da busca do bem comum que a democracia racial se transformou num projeto de planificação democrática da sociedade brasileira. Isso é evidente no pensamento de Guerreiro Ramos sobre as relações raciais, pois ele sempre se preocupou com os aspectos pragmáticos e éticos do estudo dessas relações, sobretudo de como esses estudos poderiam ser usados para melhorar as condições de vida da população negra (RAMOS, 1950d; RAMOS, 1995).

3 | A DEMOCRACIA RACIAL ENQUANTO PROJETO

Como enfatizou Guimarães (2003; 2004), depois de ser apropriada pelos intelectuais negros, a democracia racial se tornou um projeto político de transformação da sociedade.

³ O nome de Mannheim e seus conceitos aparecem em diversas obras do autor, por exemplo, Ramos (1946, 1958, 1961, 1966, 1981, 1995, 2008).

Convém perguntar: para quem era voltado esse projeto? Esse projeto era voltado para o povo brasileiro. No entanto, a originalidade dessa proposta residia na compreensão de quem constituía esse sujeito político. De maneira bastante enfática, o povo foi apresentado como um sujeito negro em luta pela emancipação econômica, social e cultural. O lema de Guerreiro Ramos, muito citado pelos comentadores mencionados, era: “o negro é povo, no Brasil” (RAMOS, 1954, p. 63).

Como os comentadores têm destacado, o negro nesse sentido era um “topos lógico” e, poderíamos dizer, existencial, a partir do qual se pode pensar e agir no mundo de forma autêntica. Sendo assim, para Guerreiro Ramos, a posição do negro é tanto um lugar a partir do qual se compreende os pontos nodais que articulam a sociedade brasileira, como um lugar de enunciação de um modo de estar no mundo que se quer autêntico. Nas palavras de Joel Rufino dos Santos (1995, p. 28):

Para Guerreiro Ramos, pois, negro não é uma raça, nem exatamente uma condição fenotípica, mas um topos lógico, instituído simultaneamente pela cor, pela cultura popular nacional, pela consciência de negritude como valor e pela estética social negra. Um indivíduo de qualquer classe, como também um mulato intelectual ou um branco nacionalista (por exemplo) podem ocupar esse lugar e dele, finalmente, vislumbrar o verdadeiro Brasil. Como não lembrar a definição clássica de Clóvis Moura – branco, no Brasil, é o indivíduo que escolheu a cor dos colonizadores para se espelhar, negro o contrário?

Ser negro, para Guerreiro Ramos, significava não apenas reconhecer as particularidades étnicas e culturais que perpassavam o corpo social brasileiro, mas também afirmar essas particularidades como produtoras de um devir, de um novo mundo. Um mundo que, para nascer, deveria destruir a ideologia do branqueamento, a crença implícita dos intelectuais e dos grupos sociais de que tudo associado ao “branco” era superior (RAMOS, 1954).

Mas de quem era esse projeto? No paradigma mannheimiano, os intelectuais eram os mais propensos a elaborar projetos que teriam em vista a totalidade da sociedade, ou seja, o bem comum. Isso aconteceria porque eles seriam uma camada social relativamente desligada dos vínculos de classe, devido aos seus intensos exercícios de relativização intelectual, que implicavam mudanças constantes na visão de mundo, pensando a sociedade ora de uma posição ora de outra (MANNHEIM, 1986).

No entanto, para Guerreiro Ramos e os membros do TEN, a camada intelectual brasileira não se comprometia com as perspectivas emergentes dos sujeitos negros, pois se mantinha comprometida com as antigas classes dominantes na medida em que faziam estudos folclóricos e culturalistas que supunham que a abolição já havia resolvido todos os problemas da população negra. Portanto, a tarefa dos intelectuais seria apenas a de descrever as sobrevivências africanas no novo mundo (RAMOS, 1950c).

Contra essa solução intelectual fantasiosa, haveria uma tradição militante de estudo do negro, centrada na “grande tarefa post-abolicionista” de, nas palavras de Joaquim

Nabuco, “‘adaptar à liberdade’ as massas de côr”, ou seja, realizar a “evolução do nível moral, cultural e econômico das massas de côr através de mecanismos de cooperação específicos para o negro” e, ainda, reeducar as camadas brancas para conviverem democraticamente com as camadas pigmentadas (RAMOS, 1950c, p. 2). Guerreiro Ramos enquadrou o TEN e ele próprio como parte dessa tradição militante.

Portanto, podemos argumentar que a democracia racial enquanto técnica social para se atingir o bem comum era, sobretudo, uma formulação de uma *intelligentsia* negra. Essa *intelligentsia* era tributária das lutas dos movimentos negros desde a abolição e também das vanguardas intelectuais que se constituíam no mundo, como as vanguardas ligadas à negritude e ao pan-africanismo (BARBOSA, 2004).

Por que essa *intelligentsia* negra propôs esse projeto de transformação da sociedade? Quais diagnósticos a levaram a isso? Contextualizando sociologicamente o TEN na realidade brasileira, Guerreiro Ramos defendeu a tese de que o grupo seria uma organização fundamental na planificação da sociedade brasileira, uma vez “que é fruto de uma profunda compreensão das peculiaridades do problema do negro no Brasil”. Partindo dessa compreensão, teria encaminhado a solução deste problema da melhor forma possível através da reeducação da “gente negra nos estilos de comportamento da classe média e superior da sociedade brasileira” (RAMOS, 1950d, p. 36-38).

Para justificar essa tese, Ramos estabeleceu um diagnóstico da situação do negro no país realçando o seguinte aspecto: a dificuldade das populações negras em se integrar na sociedade brasileira devido ao fato de que não houve uma planificação social, nem no sentido de combater os efeitos psicológicos da colonização, da escravidão e das frustradas tentativas de ascensão do negro, tampouco no sentido de alterar substancialmente a estrutura social.

Quanto ao primeiro ponto, Ramos destacou que a colonização e a tutela dos povos africanos pelos europeus resultaram numa “profunda ambivalência psicológica” que fez o homem de cor “hesitar entre as sobrevivências africanas e os traços culturais representativos do Ocidente” (RAMOS, 1950d, p. 41). Além disso, é preciso considerar que a escravidão é também uma forma ideológica de dominação que moldou a estrutura do caráter dos escravizados no sentido de tornar aceitável a ordem social escravocrata, isto é, no sentido de que “eram, até então, não apenas escravos no corpo; mas psicológicamente escravos” (p. 45). Por outro lado, a colonização também moldou o caráter “da população brancóide” no “hábito de servir-se dos homens de côr como instrumento” (p. 36).

Diante dessa realidade, incapazes de compreender que a liberdade “é uma situação complexa, dinamizada por fatores psicológicos e sociais numerosos” (RAMOS, 1950d, p. 37), as elites dirigentes tiveram um comportamento idealista utópico, fazendo da liberdade uma condição exclusivamente jurídica:

A condição jurídica de cidadão livre dada ao negro foi um avanço, sem dúvida.

Mas um avanço puramente simbólico, abstrato. Sócio-culturalmente, aquela condição não se configurou: de um lado porque a estrutura de dominação da sociedade brasileira não se alterou; de outro lado, porque a massa juridicamente liberta estava psicologicamente despreparada para assumir as funções da cidadania (RAMOS, 1950d, p. 37).

Por fim, essa inércia social, fruto da falta de planejamento, agravou a situação psicológica do negro levando-o a um forte ressentimento, pois, embora em aparente igualdade jurídica com o branco, a falta de igualdade econômica e cultural o levava a perder a competição por bens sociais (RAMOS, 1950d, p. 45). Sendo assim, a *intelligentsia* negra propôs seu projeto de planificação da sociedade, uma vez que tanto a inteligência tradicional quanto as elites foram incapazes de diagnosticar corretamente o problema e ainda mais incapazes de propor soluções efetivas.

Por fim, devemos nos perguntar acerca da legitimidade dessa *intelligentsia* negra no tal projeto de sociedade. Evidentemente, toda fração de classe ou grupo social possui interesses específicos, por mais que os e as intelectuais busquem uma autonomia relativa em relação à estrutura social. Porém, o que justificava a perspectiva do TEN, aos olhos de Guerreiro Ramos, era que as camadas negras da população estavam, mais do que quaisquer outras, comprometidas com a nova ordem capitalista em criação no Brasil, uma vez que não tinham vínculos com o passado e só tinham, por assim dizer, perspectiva de futuro.

Quer dizer, na medida em que ocupava as posições mais baixas na antiga ordem social, a população negra veria no processo de urbanização e industrialização que ocorria no Brasil uma chance de ascensão social e a possibilidade de representar novos papéis não subalternos. Por isso, esses grupos eram mais propensos a possuir interesses específicos que poderiam ser generalizados para o conjunto da sociedade (RAMOS, 1995).

4 | A DEMOCRACIA RACIAL COMO FORMA DE CONTROLE DAS IRRACIONALIDADES DE UMA SOCIEDADE EM TRANSIÇÃO

Tendo ficado evidente a partir de quem, para quê, por quê e para quem se colocava a democracia racial como um projeto de planificação, devemos nos perguntar agora que elementos da estrutura social essa planificação procurava alterar.

De maneira geral, sob a perspectiva mannheimiana, todo projeto de planificação da sociedade visa canalizar as forças irracionais que dela se desprendem no sentido da produção de novas formas de sociabilidade. No caso de uma planificação democrática, essas formas de sociabilidade devem, ao mesmo tempo, visar a consolidação dos direitos individuais vindos do liberalismo e também os direitos sociais necessários para a justiça social nas sociedades de massa (MANNHEIM, 1962).

Racionalidade e irracionalidade, na perspectiva de Mannheim, são conceitos relacionais, isto é, não existe nem a racionalidade em si mesma e nem a irracionalidade

em si. Sendo assim, algo é racional ou irracional em vista de algum fim ou em vista do encadeamento funcional das condutas. Uma ação pode ser racional ou irracional na medida em que seu sentido direciona-se ou não para um determinado conjunto de valores; em contrapartida, uma ação pode ser racional ou irracional na medida em que se orienta ou não pelo cálculo dos meios necessários para se alcançar alguma finalidade dada de modo exterior à ação social.

Por exemplo, alguém que planeja sua salvação após a morte age de maneira totalmente racional do ponto de vista de seus valores religiosos. Ao mesmo tempo, um suicida que planeja com cuidado todos os passos de sua morte pode agir racionalmente em vista de uma ideologia ateia. Porém, cada um deles age de maneira irracional se visto sob a ótica do outro. Também um soldado que cumpre ordens sem saber sua finalidade age de maneira funcionalmente racional, organizando os meios para que o fim de uma determinada ordem seja efetivada, mesmo que ele como subordinado desconheça essa ordem (MANNHEIM, 1962; RAMOS, 2006).

Além disso, é preciso destacar que a irracionalidade não é um elemento puramente negativo, na verdade, na perspectiva de Mannheim, ela é ao mesmo tempo criadora e destruidora. Pode tanto desarticular condutas funcionais como a do soldado, caso ele se recuse a cumprir uma ordem em vista de um valor que é irracional para seus comandantes, quanto pode fundar novas formas de conduta ética. Do mesmo modo, as pulsões das massas gerenciadas pelos novos meios de comunicação podem ser usadas para destruir uma sociedade liberal e construir uma sociedade autoritária (MANNHEIM, 1962).

A partir desse par conceitual racionalidade e irracionalidade, podemos afirmar que o objeto do projeto negro de planificação proposto por Guerreiro Ramos eram as práticas e sentimentos irracionais desencadeados pela transformação de uma sociedade estamental e patrimonialista numa sociedade industrial capitalista e burocrática legal. Para o autor, a destruição de uma ordem social, sobretudo uma escravista de mais de 300 anos, libertava uma série de forças e pulsões reprimidas que poderiam ser usadas para construir uma nova ordem social ou para perverter o futuro fazendo-o retornar para o passado.

No plano ideológico, como já vimos, as elites dirigentes, principalmente aquelas da Primeira República, possuíam respostas idealistas utópicas para as situações nacionais, quer dizer, imitavam instituições estrangeiras como forma de resolver automaticamente os problemas nacionais. No plano prático, porém, isso encobria um interesse específico desse grupo, qual seja, a manutenção dos privilégios de estamento e patrimoniais vindos da ordem social que desabava.

Ora, para Guerreiro Ramos esses interesses eram irracionais do ponto de vista da nova ordem que emergia. Segundo ele, a administração patrimonial nada mais era do que “uma espoliação legitimada pela tradição, em que os cargos públicos são distribuídos como dádivas ou prebendas” (RAMOS, 2008, p. 86-87). Dessa maneira, trata-se de uma organização social pré-moderna, não objetiva e personalista que era incapaz de “distinguir

nitidamente a esfera do interesse público e a esfera do interesse privado” (p. 86-87).

Do idealismo utópico e do patrimonialismo das elites surgiam obstáculos objetivos e subjetivos à nova ordem social e às classes sociais que a representavam. Entre os obstáculos objetivos encontrava-se a desigualdade econômica e cultural excessiva entre brancos e negros e a discriminação de cor. Já entre os obstáculos subjetivos, devidos à importação acrítica de teorias e instituições estrangeiras para simular uma resolução dos nossos problemas sociais, decorria uma profunda colonização mental, uma subserviência aos modelos estrangeiros que causavam prejuízos a brancos e negros (RAMOS, 1995).

No caso das populações negras, os efeitos subjetivos do idealismo utópico e do patrimonialismo das elites eram muito mais profundos porque produtores de amplas cargas de ressentimento. Nesse sentido, Ramos (1950d, p. 44) afirmou que “o ressentimento é uma das matrizes psicológicas mais decisivas do caráter do homem de cor brasileiro”, de modo que produz tensões que se manifestam não apenas nas relações entre brancos e negros, mas também nas relações entre “o negro de status inferior contra o negro de status superior, do negro contra o mulato e dêste contra o negro” (p. 44). Portanto, o ressentimento impedia a formação de um grupo étnico coeso entre as pessoas de cor de pele escura.

Sendo um dado a existência do ressentimento nas relações cotidianas, a questão sociológica relevante consiste em saber que elementos da estrutura social produziram esse sentimento. Para responder a essa questão, Guerreiro Ramos se utilizou da teoria fenomenológica do ressentimento formulada por Max Scheler, que argumentava que o ressentimento surgia não na relação entre grupos de status diferentes, mas sim entre grupos de status formalmente iguais. Em vista disso, afirmou Scheler (2012, p. 53-54) que:

O peso externo do ressentimento precisa por isso possuir uma sociedade, na qual [...] a igualdade social de direito estabelecida formalmente caminha lado a lado com uma enorme diferença do poder de fato, da posse de fato, e da formação e conformação de fato: onde todos possuem o ‘direito’ de se comparar com todos, sem ‘realmente’ possuírem o ‘poder de fato para se comparar’. Aqui está, [...] já por meio da estrutura da sociedade, uma poderosa carga para o ressentimento no corpo social.

Apoiado nessa teoria, Ramos (1950d, p. 44) defendeu a tese de que o ressentimento dos negros e mulatos “é um precipitado emocional da estrutura da sociedade republicana brasileira”. O que é interessante nesta tese é que ela nem culpa os grupos oprimidos pelo ressentimento de que são possivelmente portadores, nem coloca a causa no escravismo, pois é a estrutura social pós-abolição que produzia o ressentimento nas populações afro-brasileiras.

Como isso ocorria? De maneira geral, no interior da sociedade escravista, as relações entre senhor e escravo eram legitimadas por uma ideologia religiosa quietista, de modo que ao próprio escravo essa estrutura social “parecia um esquema definitivo”, onde as posições sociais eram sancionadas pelo sagrado e pela Natureza. Poucos escravos

tinham os recursos simbólicos necessários para contestar essa ordem social, de modo que “desenvolviam atitudes, sentimentos, lealdades e crenças que se ajustavam ao seu status inferior” (RAMOS, 1950d, p. 44).

Com a abolição da escravatura, a igualdade formal forçou o negro a adentrar em uma nova forma de competição social em que as posições não são fixas, na qual o desejo de ascender força as pessoas a mudarem constantemente de posições. Nessas condições, “o negro deixou de ser um quietista para ser um ‘aquisitivo’. Passou a ser ‘igual’ ao branco, e quando experimentou sê-lo sentiu sua própria impotência” (RAMOS, 1950d, p. 45). Daí a origem do seu ressentimento: o desejo de ascender diante da impossibilidade de fazê-lo. E esta impossibilidade se radicava exatamente na extrema desigualdade econômica e social que acompanhava aquela igualdade formal. Disto decorria que a questão da ascensão social e econômica se constituía no problema essencial do “negro”.

Tendo em vista o idealismo utópico das elites pós-abolição, a persistência da prática patrimonialista e o ressentimento gerado por ambos, vemos que a democracia racial jamais é um fato para Guerreiro Ramos, pelo contrário, é uma política pública que precisa ser realizada na prática e de maneira urgente para se evitar o esfacelamento do social pelas irracionalidades que surgem da persistência de elementos de uma ordem escravocrata numa sociedade de mercado. Nesse sentido, Guerreiro Ramos alerta que aquele fluxo de ressentimento gerado pela nova ordem republicana é “da ordem daquela dinamite psíquica que na Revolução Francesa impulsionou a plebe contra a nobreza espúria” (RAMOS, 1950d, p. 44).

5 | A DEMOCRACIA RACIAL ENQUANTO TÉCNICA DE PLANIFICAÇÃO

Partindo de um raciocínio preocupado com a interdependência dos fenômenos sociais, já em 1946, como vimos, Ramos indicou os contornos gerais da resolução dos problemas dos descendentes de pessoas escravizadas. Para ele, o problema envolvia duas dimensões. De um lado, “uma planificação da economia nacional que venha elevar o nível econômico das classes pobres e oferecer oportunidade aos mais aptos sem distinção de cor” e, de outro lado, a criação e o fomento de associações culturais negras com intuítos artísticos e de auxílio mútuo (RAMOS *apud* BARBOSA, 2004, p. 41). Anos mais tarde, Ramos defenderia a mesma ideia da planificação afirmando que “o processo de libertação da gente de cor precisa ser submetido a uma técnica” (RAMOS, 1950d, p. 37).

No projeto de Ramos, sociedade civil e o Estado desempenhariam papéis complementares e essenciais. O Estado deveria criar “na sociedade brasileira mecanismos integrativos de capilaridade social capazes de dar função e posição adequada aos elementos da massa de cor que se adestrem nos estilos de nossas classes dominantes” (RAMOS, 1950d, p. 37). De outra parte, associações como o TEN produziram a reeducação social, cultural e artística das massas para as novas condições sociais e econômicas em

produção. Caso esses dois lados não caminhassem juntos, Ramos previa a criação de “situações marginais dentro da sociedade” (p. 37) que agravariam as tensões sociais.

Para a realização dessa planificação, que canalizaria os conflitos e os ressentimentos para fins socialmente produtivos de modo a constituir uma democracia racial no país, seria necessário que “os poderosos” despertassem “de sua indiferença e de seu egoísmo” e se aliassem às associações da sociedade civil, reconhecendo “aquilo que o gênio e a vontade do T.E.N oferecem à sociedade brasileira de mais singularmente construtor” (RAMOS, 1950d, p. 46).

Portanto, enquanto o Estado deveria ser responsável pelo desenvolvimento da estrutura social de modo a absorver cada vez mais as pessoas negras nas posições médias e superiores, o TEN tomaria parte das dimensões psíquicas que essa integração envolveria. Para poder atuar dessa forma, os membros do TEN formavam uma espécie de intelectuais orgânicos, pois esforçavam-se por manter-se na vanguarda do debate acerca das relações étnicas no Brasil ao mesmo tempo em que procuravam estabelecer laços com os movimentos negros e com as vivências das pessoas negras envolvidas na competição com os brancos por melhores posições sociais.

Essa dupla tarefa constituía o cerne do projeto de planificação do TEN. Ela corresponde bem à categoria de intelectuais orgânicos segundo a qual esse grupo tem que estar “na vanguarda do trabalho intelectual [...] conhecer bem e profundamente” e também “não pode subtrair-se da responsabilidade de transmissão dessas ideias, desse conhecimento, através da função intelectual, aos que não pertenciam profissionalmente, a classe dos intelectuais” (HALLL, 2003, p. 207). Isso fica evidente nesta afirmação de Ramos: “o Teatro Experimental do Negro é um movimento vanguardista de elevação cultural e econômica dos homens de cor, em cujos quadros se processa a elaboração consciente da ideologia tradicional do Brasil com respeito a relações de raça” (RAMOS, 1950b, p. 11).

Como o TEN realizaria essa “elevação cultural e econômica dos homens de cor” (RAMOS, 1949b, p. 7)? Através do desenvolvimento de uma série de instituições sociais ligadas direta ou indiretamente ao teatro. Essa política teria sido produto de uma “poderosa intuição artística e sociológica” de Abdias do Nascimento, que teria compreendido que podia “pelo teatro adestrar os homens de cor nos estilos de comportamento de classe média e superior” (p. 7). A função social do TEN seria a de, por meio de um “processo catártico”, constituir “um campo de polaridade psicológica, onde o homem encontra oportunidade de eliminar as tensões e os seus recalques” (p. 7).

Esse “campo de polaridade psicológica” constituía-se, sobretudo, de uma série de iniciativas e instituições criadas pelo TEN (concursos de beleza, cursos de alfabetização, conferências, espetáculos, jornais, congressos, debates públicos e terapias de grupo) que serviam para a expressão de temas relacionados aos problemas sociais, econômicos e culturais das pessoas negras – ainda que os brancos também participassem em muitas dessas instituições. Nelas as tensões sociais deixariam de ser recalçadas e seriam

discutidas em público, muitas vezes confrontadas pela argumentação, por histórias pessoais e por catarses artísticas.

Assim, essas instituições favoreciam, de um lado, a assimilação pelos negros dos padrões de argumentação e de organização do pensamento próprio aos grupos intelectuais e acadêmicos e, de outro, enriqueceriam esses grupos intelectuais com as vivências das situações práticas que enfrentavam os negros de grupos populares e com as reflexões que produziam sobre a sua prática cotidiana. Com isso, elas eram, concomitantemente, ressocializadoras e terapêuticas.

Dessa forma, o diferencial do TEN seria utilizar-se primariamente do teatro e de práticas correlatas para, ao mesmo tempo, diminuir as tensões psicológicas geradas pelas relações étnicas no Brasil e possibilitar condições para a apropriação pelos negros dos padrões de comportamento das classes média e superior. A catarse teatral seria a prática primordial nesse processo, abrindo caminho para que a arte transformasse “a luta de classes num processo de cooperação” (RAMOS, 1949, p. 7).

Desse modo, Ramos enfatizava a distância do TEN de práticas que poderiam ser associadas ao ressentimento, na medida em que o grupo se voltava à afirmação de valores positivos da cultura ocidental, não para meramente negá-los, mas sim abrir espaço para a subjetividade negra. Pelo fato de ser socializada tanto dentro das tradições africanas e de seus desenvolvimentos no Brasil quanto dos padrões culturais ocidentais, essa subjetividade negra seria portadora de uma cultura ambivalente capaz de transformar a civilização ocidental, renovando-a com valores advindos da experiência sublimada da diáspora (RAMOS, 1950d).

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa intenção é ter mostrado a existência de um projeto político de transformação da sociedade a partir da perspectiva do “povo negro” no Brasil. Por meio de uma análise da coerência interna desse projeto, acreditamos ter evidenciado que ele era formulado por uma *intelligentsia* negra da qual Ramos era parte. Essa *intelligentsia* formulava sua teoria a partir da perspectiva do povo negro em busca da ascensão social numa ordem capitalista e procurava meios para que essa ascensão se efetivasse com justiça social e com o mínimo de traumas psicológicos.

Sendo assim, defendia a necessidade de o Estado produzir o desenvolvimento econômico que, por sua vez, abriria novas posições na estrutura social para a população negra. Ao mesmo tempo, instituições culturais como o TEN trabalhariam através da arte e da ciência (congressos, sociodrama, psicodrama, poesia, teatro) para que a integração psicológica do povo negro ocorresse com o mínimo de traumas.

Esse projeto se apoiou num diagnóstico da estrutura social brasileira e dos seus efeitos psicológicos no povo, o qual percebia os anos de 1940 e 1950 como um período de

transição de uma ordem social colonial para uma ordem social capitalista. Nesse cenário, as elites tradicionais mostraram sua incapacidade de resolver o problema da integração do negro na sociedade de classes, logo, uma nova força política deveria assumir o controle dos processos de planificação social. Inserida nessa nova força política, a *intelligentsia* negra teria um lugar sobressalente, pois teorizava a partir do ponto de vista popular.

Em contrapartida, essa *intelligentsia* reconhecia a necessidade de canalizar os ressentimentos gerados pelo idealismo utópico das elites que deu igualdade de direitos ao povo negro, mas não deu condições de uma igualdade de fato. Somente com condições justas de competição esse ressentimento poderia ser usado como força motriz no processo de ascensão de parte da população negra.

Apresentamos ainda a ideia de que através de instituições como o teatro, os concursos de beleza, a literatura, a antropologia, as terapias de grupo, a produção de revistas, entre outras, o TEN produziu ações concretas para intervir racionalmente nas forças e sentimentos irracionais desencadeados no processo de transição de uma ordem patrimonial escravocrata para uma ordem capitalista. Por meio dessas instituições, o TEN buscava manter condições de sanidade psíquica para a população negra do país, envolvida numa competição desigual por oportunidades sociais.

O essencial do projeto de democracia racial proposto por Guerreiro Ramos consistia na afirmação de que sem o desenvolvimento e a diversificação da estrutura social por meio da aceleração do processo capitalista, sem políticas públicas e culturais que garantissem condições justas de competição por posições na estrutura social e sem um projeto cultural de valorização estética e subjetiva da pessoa negra, seria impossível uma democracia racial no país. Nesse sentido, caso não fosse um projeto realista de transformação social, a democracia racial seria uma ideologia ou uma utopia e, assim, necessariamente, serviria para encobrir os interesses vindos do passado ou as potencialidades realmente presentes na estrutura social brasileira.

Por fim, gostaríamos de apontar que essas ações concretas, inseridas num projeto amplo de transformação da sociedade, eram o resultado cumulativo das lutas dos negros não apenas no Brasil, como também em todo o Ocidente, tal qual foi evidenciado por trabalhos como os de Barbosa (2004, 2006, 2013). No entanto, essas ações e esse projeto são muito pouco estudados, e diversas investigações poderiam ser feitas acerca do quão efetivo foi esse projeto e porque ele perdeu força nos anos de 1950. Talvez na reatualização de projetos como o tratado neste trabalho, possamos encontrar algumas saídas para os dilemas que vivemos no presente.

REFERÊNCIAS

ANDREWS, George Reid. “Visões afro-americanas sobre o Brasil, 1900-200”. *Rev. Ciências Sociais*, v. 48, n. 2, p. 20-52, 2017.

AZEVEDO, Ariston. **A Sociologia Antropocêntrica de Alberto Guerreiro Ramos**. 2006. 267 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

BARBOSA, Muryatan Santana. **Guerreiro Ramos e o personalismo negro**. 2004. 296 f. Dissertação (Mestrado). Curso de Mestrado em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

BARBOSA, Muryatan Santana. **Guerreiro Ramos: o personalismo negro**. *Tempo Social*, v. 18, n. 6, p. 217-228, 2006.

BARBOSA, Muryatan Santana. **O TEN e a negritude francófona no Brasil**. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 171-184, fev. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092013000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2020.

CAMPOS, Maria José. **Arthur Ramos: Luz e sombra na antropologia brasileira: uma ver são da democracia racial no Brasil nas décadas de 1930 e 1940**. 2002. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia Ciência e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

CAMPOS, Luiz Augusto. “**O negro é povo no Brasil: afirmação da negritude e democracia racial em Alberto Guerreiro Ramos (1948-1955)**”. *Caderno CRH*, Salvador, v. 28, n. 73, p.91-110, abr. 2015.

CARVALHO, Layla Daniele Pedreira de. **O equilíbrio de antagonismos e o Níger Sum: relações raciais em Gilberto Freyre e Guerreiro Ramos**. 2008. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. “**Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito**”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 61, p. 147-162, 2001.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Intelectuais negros e modernidade no Brasil**. Working Paper CBS-52-04, Centre for Brazilian Studies, Oxford University, 2003.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. “**Intelectuais negros e formas de integração nacional**”. *Estudos avançados*, v. 18, n.50, p. 271-284, 2004.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidade e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MACEDO, Márcio José de. **Abdias do Nascimento: a trajetória de um negro revoltado (1914-1968)**. 2005. Dissertação (Mestrado). Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2005.

- MAIO, Marcos Chor. “**Uma polêmica esquecida**: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o tema das relações raciais”. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 127-163, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 nov. 2020.
- MAIO, Marcos Chor. “**Cor, intelectuais e nação na sociologia de Guerreiro Ramos**”. *Cad. EBAPE. BR*, Rio de Janeiro, v. 13, n. spe, p. 605-630, set. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512015000700007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 nov. 2020.
- MAIO, Marcos Chor. “**A questão racial no pensamento de Guerreiro Ramos**”. In: MAIO, Marcos Chor, SANTOS, Ricardo Ventura (org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, 1996. p.179-193.
- MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- MANNHEIM, Karl. **O homem e a sociedade**: estudos sôbre a estrutura social moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- NASCIMENTO, A. “**Cartaz: Guerreiro Ramos**.” *Quilombo*, v. 2, n. 9, p. 2, 1950a.
- NASCIMENTO, Abdias. “**Convite ao encontro**”. *Quilombo*, v. 2, n. 9, p. 5, 1950b.
- NASCIMENTO, Abdias. “**Teatro Experimental do Negro**: trajetória e reflexões”. *Estudos Avançados*, v. 18, n. 50, 2004.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Guerreiras de natureza**: mulher negra, religiosidade e ambiente. São Paulo: Selo Negro, 2014.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. **A sociologia do guerreiro**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.
- QUILOMBO**. Rio de Janeiro, n. 6, 1950a.
- QUILOMBO**. Rio de Janeiro, n. 10, 1950b.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. “**Notas sôbre planificação social**”. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 163-166, dez. 1946. Disponível em: http://www.crarj.adm.br/publicacoes/DASP/alberto_guerreiro/notas_sobre_planificacao_social/. Acesso em: 23 nov. 2020.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. “**Uma experiência de grupoterapia**”. *Quilombo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p.7-7, jul. 1949.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. “**Apresentação da negritude**”. *Quilombo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, jul. 1950a.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. “**Teoria e prática do psicodrama**”. *Quilombo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, p. 6-7, fev. 1950b.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. “**Os estudos sôbre o negro brasileiro**”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1-2, 10 dez. 1950c.

RAMOS, Alberto Guerreiro. “**O negro no Brasil e um exame de consciência**”. In: RAMOS, Alberto Guerreiro; NASCIMENTO, Abdias do; RIBEIRO, Joaquim; FISCHLOWITZ, Estanislau. *Relações de raça no Brasil*. Rio de Janeiro: Quilombo, 1950d. p. 35-46.

RAMOS, Alberto Guerreiro. “**O problema do negro na sociologia brasileira**”. *Cadernos do Nosso Tempo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p.189-220, jan./jun. 1954.

RAMOS, Alberto Guerreiro. “**Gilberto Freyre ou a obsolência**”. *Para todos*, Rio-São Paulo, n. 11, p. 14, out. 1956a.

RAMOS, Alberto Guerreiro. “**À propos de Gilberto Freyre**”. *Arguments*, Paris, n. 1, p. 22-25, 1956b. Disponível em: <https://archivesautonomies.org/IMG/pdf/inclassables/arguments/arguments-n01.pdf>. Acesso em: 15 maio 2020.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A redução sociológica**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A crise do poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editôres, 1961.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Administração e estratégia de desenvolvimento**: elementos de uma sociologia especial da administração. Rio de Janeiro: Fgv, 1966.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: FGV, 1981.

RAMOS, Guerreiro. “**A sociologia de Max Weber**: sua importância para a teoria e a prática da administração”. *Revista do Serviço Público*, Brasília, DF, v. 52, n. 2, p.267-282, jun. 2006. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1343>. Acesso em: 19 nov. 2020.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho**: ensaio de sociologia do conhecimento. Republicação. Brasília: Conselho Federal de Administração, 2008.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

SANTOS, Joel Rufino dos. “O negro como lugar”. In: RAMOS, Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995. p. 19-29.

SCHULER, Max. “O ressentimento na construção das morais”. In: SCHERLER, Max. **Da reviravolta dos valores**: ensaios e artigos. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária, 2012. p. 43-182.

SILVA, Isabela Oliveira Pereira da. **De Chicago a São Paulo**: Donald Pierson no mapa das ciências sociais (1930-1950). 2012. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Jessé. "**Democracia racial e multiculturalismo**: ambivalente singularidade cultural brasileira". *Estud. afro-asiát.*, Rio de Janeiro, n. 38, p. 135-155, dez. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2000000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 nov. 2020.

VILLAS BÔAS, Gláucia. "**Os portadores da síntese**: sobre a recepção de Karl Mannheim". *Cadernos CERU*, São Paulo, v. 13, p. 125-143, jan. 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/75281>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CAPÍTULO 3

EL IMPACTO RELACIONAL DE LA POBREZA EN LA INFANCIA Y LA ADOLESCENCIA APORTES DESDE EL ANÁLISIS DEL BIENESTAR DE LA INFANCIA EN ESPAÑA 2007- 2015

Data de aceite: 01/04/2021

Data de submissão: 15/01/2021

Gonzalo de Castro Lamela

Fundación Educación y Cooperación (EDUCO)

Clarisa Giamello

Fundación Educación y Cooperación (EDUCO)

Este artículo está basado en una comunicación presentada en el XII CONGRESO ESPAÑOL DE SOCIOLOGIA “Grandes transformaciones sociales, nuevos desafíos para la sociología”, 2016, Gijón, Asturias, España.

RESUMEN: La investigación reciente en bienestar de la infancia, basada en lo que piensan y valoran niñas y niños, destaca que la satisfacción con las relaciones interpersonales es el ámbito de más peso a la hora de evaluar su satisfacción global con la vida. Ello corrobora afirmaciones como que el bienestar se origina en la calidad de las relaciones, o más aún, que no se trata de algo que pertenece a los individuos sino algo que sucede en la relación con otros. En países del Sur y Norte Global se evidencia que lo que preocupa a niñas y niños no es la falta de recursos per se, sino la exclusión de actividades que otros parecen dar por sentadas, y la vergüenza por no poder participar en igualdad de condiciones. Se trata de procesos que refieren a la humillación, vergüenza, autoexclusión, estigmatización y baja autoestima, así como un estrechamiento gradual de sus horizontes sociales y económicos,

que desembocan en bajas expectativas vitales. Se trata de “sutiles etiquetas” de la pobreza expresadas por niñas y niños, que reflejan el hecho y la percepción de quedar al margen de sus pares. Se trata del impacto relacional de la pobreza en la infancia.

PALABRAS CLAVES: Bienestar, infancia, derechos de la infancia, pobreza, bienestar relacional

ABSTRACT: Recent research on child wellbeing, based on what children think and value, asserts that satisfaction with interpersonal relationships is the area that most heavily influences children’s overall life satisfaction. This corroborates claims that wellbeing is born of the quality of relationships, or that wellbeing is not something that belongs to individuals but rather is something that occurs in relationship to others. Evidence from the Global North and South reveals that what concerns children is not lack of resources, per se, but rather their exclusion from activities that other children appear to take for granted and the embarrassment and shame at not being able to participate on equal terms with others. These are processes that refer to humiliation, shame, self-exclusion, stigmatization and low self-esteem, and a gradual narrowing of its social and economic horizons, which refer to lower life expectations. These are subtle badges of poverty expressed by children, reflecting the fact and their perception of being apart from their peers. This is the relational impact of child poverty.

KEYWORDS: Wellbeing, childhood, child rights, poverty, relational wellbeing.

1 | INTRODUCCIÓN. EL PODER DE LAS RELACIONES HUMANAS EN EL BIENESTAR DE LA INFANCIA

Las teorías del Desarrollo han mostrado tradicionalmente un interés por la evaluación de las condiciones de vida, supervivencia y cobertura de necesidades, que ha determinado la investigación y también los fundamentos de la acción social y las prácticas del desarrollo. Ello ha marcado las formas de abordar y comprender la cuestión social de la pobreza y el bienestar de niñas, niños y adolescentes. En la última década, los Estudios del Desarrollo han mostrado evidencias e información útil sobre una serie de aspectos relevantes para el análisis de la situación de la infancia, desde una comprensión del Desarrollo entendido como Bienestar y realización de los derechos establecidos en la Convención de Derechos de la Infancia (CDN) de 1989.

De acuerdo a lo anterior, esta comunicación tiene dos objetivos. El primero es valorar la pertinencia del enfoque 3D de bienestar humano para analizar la situación de la infancia en España, y presentar los avances de la investigación realizada desde la Fundación Educo. Dicho enfoque establece una primera **dimensión material** del bienestar que apunta a ‘qué recursos tienen a disposición’ las personas. Esta dimensión material, que refiere a información relativa a la evaluación de ingresos o recursos a disposición por parte de niñas y niños o de los hogares con hijos a cargo, a la carencia material y las tasas de mortalidad infantil, escolarización o abandono escolar, entre otras, aparece como necesaria, pero no suficiente, para este análisis.

Una segunda **dimensión relacional** se centra en analizar ‘qué pueden ser y hacer niñas y niños con los recursos que tienen a disposición’, y remite a cuestiones de acceso o discriminación, de participación o exclusión en relación a los recursos a disposición. También observa la capacidad de ser parte o influir en las decisiones que les afectan. O asimismo valora la calidad de las relaciones humanas en el bienestar y la realización de Derechos. Una tercera **dimensión subjetiva** proporciona información valiosa sobre ‘qué piensan, valoran y sienten niñas y niños acerca de lo que pueden ser y hacer con los recursos a disposición’.

El segundo objetivo de la comunicación es la presentación del “**impacto relacional de la pobreza en la infancia y la adolescencia**”. Si bien es tema de investigación actual en estudios centrados en las zonas rurales de Etiopía o en slums de Dhaka (Bangladesh), los avances de investigación en España dan muestra también de este impacto a nivel de la infancia en general y en grupos especialmente vulnerables. Ya sea en países del Sur o del Norte Global, surgen percepciones de niñas y niños que podemos englobar como *sutiles etiquetas de la pobreza*, que confirman que lo que preocupa a los niños no es la falta de recursos per se, sino la exclusión de las actividades que otros niños parecen dar por sentadas, y la vergüenza por no poder participar en igualdad de condiciones con otras niñas y niños (Redmond, 2008).

Dichas evidencias relacionan la humillación, vergüenza, autoexclusión, estigmatización y baja autoestima, con un estrechamiento gradual de los horizontes sociales y económicos de niñas y niños, que desemboca en bajas expectativas vitales.

21 DE LAS CUESTIONES DEL TENER A LAS OPORTUNIDADES DE SER Y HACER

2.1 Al compás de una emergencia silenciosa

La pobreza se entiende y se mide hoy en los países de llamado Norte Global, a partir de las desigualdades domésticas. Así, el *riesgo de pobreza* refiere a la carencia de ingresos necesarios para satisfacer todas o parte de las necesidades básicas de acuerdo a un determinado tiempo y sociedad (EAPN:2014). Decir que *casi uno de cada tres niñas, niños y adolescentes vive en 'riesgo de pobreza' en España*, es referirse al 30,1% de las personas menores de 16 años en 2014 (INE:2016), porcentaje que llega a 35,4% si observamos el 'Riesgo de pobreza y exclusión social (Arope)' de las personas menores de 16 años en España en 2014 (Eurostat:2016).

Frente a lo anterior, es llamativo que el riesgo de pobreza se sitúe en torno a un 23,8% para las personas de 18 a 64 años, y en 11,4% para mayores de 64 (INE:2016). Así, la pobreza infantil se percibe como una *emergencia silenciosa* (Fanjul:2014) en la España del siglo XXI, donde se demuestra que **las desigualdades domésticas, al interior de los Estados, son el sello distintivo de nuestro tiempo** (Sumner:2013) y que la infancia constituye una generación especialmente vulnerable. Y ello ha sido así antes y después del inicio de 'La Gran Recesión' en 2008 para el caso español (Educo:2013). Diferentes investigaciones dan cuenta de la perpetuación de dicha dinámica desde fines de los años 90 hasta la actualidad, sin distinción de la orientación ideológica del gobierno central, ni de períodos económicos de crecimiento o de recesión.

A nivel de gobiernos sub-estatales, niñas y niños son la población con mayor riesgo de pobreza en todas y cada una de las Comunidades Autónomas (Educo: 2014a y 2015). Los últimos datos disponibles muestran que en Castilla- La Mancha un 40,8% de infancia está riesgo de pobreza y exclusión social, seguida por Extremadura (39,6), Andalucía (38,8%), Murcia (36,6) y Canarias (35,1%).

Desde 2013 los estudios de Educo sobre el bienestar de la infancia en España consideran tres factores clave que permiten sopesar la dimensión material del bienestar, o sea qué recursos tienen a disposición de niñas y niños. La investigadora Isabelle Maquet-Engsted (2012) señala la pertinencia de dicho análisis en países del contexto europeo en base a tres factores, siendo el primero las **características del hogar**. Así vemos que casi un tercio de los hogares con niñas y niños a cargo (31,4%) están en riesgo de pobreza. Y ello se agrava especialmente en la mitad de hogares monoparentales, o sea 800.000 familias en 2013. En los análisis que se referencian en esta comunicación se aprecia la

insuficiencia de una red de protección para las familias con hijos a cargo, así como la constatación de que el acceso y el tipo de tenencia de la vivienda de los hogares con hijos a cargo debe ser tomado como un factor específico de análisis de la pobreza infantil en el caso español.

El segundo factor es la **situación laboral de los cuidadores**, basada en cuenta la tasa de desempleo (24,44% en 2014), en la creciente precariedad y, en particular, la baja intensidad laboral de los hogares con hijas e hijos a cargo. Precisamente, cerca 14% de la infancia española vive en estos hogares, lo que equivale a 1.155.400 niñas y niños.

En tercer lugar, importan las **transferencias sociales** sin las que más de un 40% de la infancia estaría en riesgo de pobreza. No obstante, la eficacia de las mismas es baja en España en comparación con otros países (Educo: 2014a y 2015), determinando que, luego de considerar dichas transferencias, la tasa de riesgo de pobreza y exclusión social de las personas menores de 18 años sea de 31,6% (Eurostat: 2016).

Además de los tres factores determinantes de la pobreza infantil, y el cuarto factor que se propone de forma específica para el caso español, que es el **acceso y tipo de tenencia de la vivienda**, un quinto elemento cobra importancia en este último quinquenio: la **reducción del gasto en servicios sociales y su efecto en la Infancia**. La Asociación Estatal de Directores y Gerentes de Servicios Sociales constata un recorte en bienestar social entre 2010 y 2013 de más de 880 millones de euros, que es parte de su crudo diagnóstico de la situación social en España (García Herrero et al: 2015). “Debemos asumir que la situación refleja ya el nuevo modelo de sociedad” explica su informe, dibujando un presente y futuro marcados por la precariedad laboral, un sistema fiscal débil y regresivo, y un desmontaje de políticas sociales que se aleja de un tiempo de garantía de derechos y advierte un futuro cargado de viejos aires de beneficencia.

2.2 El bienestar de la infancia en 3D

En los informes sobre “El bienestar de la Infancia en España” de Fundación Educo, realizados entre 2013 y 2015, consideramos el bienestar infantil como la realización de los derechos de la infancia y de las oportunidades para que cada niña y niño pueda ser y hacer aquello que valora, a la luz de sus habilidades, potencial y talentos (Bradshaw:2007).

De acuerdo a lo anterior, el bienestar refiere a la interacción de tres dimensiones (IDS:2009). La primera refiere a los recursos que una persona o grupo de personas tienen a disposición a tales fines (**dimensión material**). En el caso de la infancia en particular, ello puede condicionar o propiciar la mejora del bienestar y la realización de los derechos de la infancia establecidos en la Convención de 1989 (ONU:1989).

A esta dimensión material hemos referido en el apartado anterior, siguiendo las categorías propuestas por Isabelle Maquet- Engsted (2012) para análisis en países de la Unión Europea. Los tres factores considerados por la investigadora permiten además realizar estudios comparados de la situación de la infancia en países europeos. Y para el

caso español en particular, la Fundación Educo ha destacado la importancia de otros dos factores específicos que merecen especial atención y una profunda investigación por sus efectos directos e indirectos en el bienestar de la infancia: la situación del acceso y tenencia de la vivienda, y los efectos de la reducción del gasto en servicios sociales a nivel estatal y de las CC.AA. entre 2007 y 2015.

Una segunda dimensión, de carácter relacional, refiere a qué puede hacer una persona con los recursos que dispone o tiene a disposición, así como qué es capaz de lograr con esos recursos, ya sea satisfacer sus necesidades o cumplir las metas que tienen razones para valorar. La **dimensión relacional** del bienestar en la infancia y la adolescencia remite a cuestiones de acceso o discriminación, de participación o exclusión en relación a los recursos a disposición, así como también al poder de decisión y participación sobre las cuestiones que les afectan.

De acuerdo a lo anterior observamos: (a) *cuestiones intrageneracionales* – personas o grupos especialmente excluidos o vulnerables en el ciclo vital de 0 a 18 años que analizamos en esta comunicación-, (b) *intergeneracional* – la infancia y la adolescencia como generación con mayor riesgo de pobreza y exclusión social, que se constata a nivel del Estado español y de cada una de las CC AA-, y (c) el tipo y calidad de las relaciones de la infancia y la adolescencia con el *poder político* y las instituciones en cuestiones que les afectan, o específicamente, en su participación en el proceso de elaboración de políticas públicas.

El análisis de la dimensión relacional ha captado el interés de la investigación social en torno a la importancia que otorgan niñas y niños a la calidad de sus relaciones humanas en relación a su satisfacción global con la vida. Precisamente, cuando referimos a *lo que piensan niñas y niños acerca de lo que pueden ser y hacer con los recursos a disposición*, estamos en la **dimensión subjetiva** del bienestar. Esta dimensión remite a las percepciones, evaluaciones y expectativas, así como al significado que ellas y ellos otorgan a las metas que alcanzan y a los procesos en que se involucran.

2.3 El precio del Bienestar de la infancia

No quererse uno mismo. Eso significa ser pobre. Suena muy de cuento, pero creo que esa es la mayor de las pobreza. Aparte, tienes que quererte para darte cuenta de que los demás te quieren, que mereces el amor que te dan. Si no... uff... la vida es dura.

Así lo explica Melanie (Donostia), que acaba de cumplir 18 años. Ya está en el paro y desde hace ocho años no ha ido de vacaciones con su familia, con quien convive. Ahora dejará de pertenecer al grupo más castigado por “la Gran Recesión” en que vive sumergida España desde 2007: la infancia y la adolescencia. Al menos eso dicen las estadísticas. Una de cada tres niñas y niños vive en riesgo de pobreza y exclusión social. Esta frase es casi un mantra que reiteran los medios masivos de comunicación, pero no ha hecho

mella en el sistema político. En esta última legislatura fueron presentadas 395 iniciativas en España. Sólo dos de ellas estaban directamente relacionadas a la situación de la infancia. Ninguna de las dos se aprobó (Fanjul:2014). Las niñas y niños no inclinan la balanza en las elecciones políticas, no son el presente. A lo sumo son el futuro, lo cual está mucho más allá de los cuatro años de un período de gobierno.

Melanie ahora podrá ejercer su derecho al voto y conducir vehículos, pero ya podía trabajar desde los 16 años. También casarse. Llegar a una barrera jurídica, como los 18 años, requiere un período previo de enseñanza, un tiempo materno y paterno dedicado a la crianza, de escucha atenta, de acompañantes y maestros. Un tiempo que las actuales sociedades de mercado subestiman. Así se desprende de opiniones y valoraciones de niñas y niños consultados por Educo (2015), a pesar de ser los herederos de un planeta entendido como un gran supermercado.

Las nativas y nativos del siglo XXI han recibido un claro mensaje de las generaciones anteriores: el dinero es el medio para lograr el bienestar. O más aún, el dinero es el fin, ya que luego lo demás es cuestión de dar con el precio. Ser grandes y activos consumidores es el camino del bienestar, el estatus y el prestigio, tal como lo reiteran la publicidad, la política y nuestras decisiones cotidianas. El actual capitalismo impaciente (Morin:2010) que sólo conoce dos sentimientos, la euforia y el pánico, se ha hecho completamente hostil a la construcción de la vida en los últimos 20 años (Sennett:2009), o sea precisamente en esta época en la que han desarrollado sus vidas, sus relaciones y sus expectativas las niñas, niños y adolescentes.

De esta forma, señalar que los adolescentes están en tierra de nadie, como lo apuntan algunos especialistas (Villalba:2015), es hablar de todas las crisis que se entrelazan hoy, que más que económica es también educativa, de aspiraciones, valores y relaciones, de creatividad y de tejido social. “Estamos más preocupados por frenar el estrepitoso fracaso a la hora de entrar en la Universidad o en la Formación Profesional, que no en trabajar en el aula a un nivel mucho más relacional, dándoles participación a ellas y ellos en todo lo que les compete” explica la especialista en trabajo social y servicios sociales de la Universidad Pablo de Olavide, Cristina Villalba.

2.4 De objetos a sujetos no-políticos. Las niñas y niños y las relaciones con el poder y las instituciones

La infancia es relegada en la toma de decisiones y no puede ejercer su derecho al voto. Su interés no cuenta y raramente pueden asumir un papel significativo en procesos políticos que les afectan (González Bueno:2015). Ésta es la situación actual, el *statu quo*, el poder de una *adultocracia* que subestima o ignora la opinión, los intereses e ideas de la generación más joven.

Dos ejemplos sirven de referencia para presentar esta cuestión. En primer lugar, el retardo de la puesta en marcha de los llamados “Informes previos de Impacto en la Infancia” (Unicef:2015), tema por el que actualmente abogan las organizaciones internacionales y

ONGs dedicadas a infancia. La normativa fue aprobada en 2015 pero aún no ha llegado a ponerse en práctica. Se trata de procesos de evaluación previos a la toma de decisiones de políticas, para que los organismos públicos responsables consideren cómo esa medida afecta a la infancia y sus derechos. Este tipo de informes existen ya para cuestiones medioambientales y también de género en España.

En segundo lugar, al estudiar la historia de los derechos de ciudadanía de la infancia, se observa que las niñas y niños han quedado definidos, implícitamente, como sujetos no-políticos. “Se tiene la idea de que los niños deben ser protegidos de la actividad política adulta, ya que podrían ser manipulados y adoctrinados para servir a fines ajenos a sus intereses” describe la socióloga especialista en Infancia, Lourdes Gaitán (2009)”. Pero los estudios actuales de bienestar muestran evidencias que ponen en tela de juicio la visión anterior basada en estereotipos. Una de las consultas más importantes realizadas en España a más de 6.000 niñas y niños entre 12 y 13 años (Bello *et al.*:2012), revela intereses y prioridades de este colectivo cargadas de sensatez y sentido del bien común.

Podemos observar por ejemplo que las primeras preferencias expresadas de forma mayoritaria en dicha investigación por niñas y niños participantes, al consultarles “¿Qué harían si pudieran decidir?”, referían a temas de bienestar *general* como: *que todo el mundo tenga algo para comer, asegurarme que todo el mundo tenga un hogar, conseguir la paz en todo el mundo, hacer que todos tengan suficiente dinero, asegurarme de que todos los padres tienen trabajo*. Un segundo bloque de preferencias agrupa respuestas sobre la importancia que dan a aspectos relacionales del bienestar, como: *estar siempre rodeado de amigos, estar más tiempo con mi familia, o asegurarme que nunca más volveré a estar solo*. Las últimas preferencias, y de forma claramente minoritaria, apuntan cuestiones relacionadas al bienestar individual y material como: *comprarme un ordenador, una videoconsola o dejar de ir a la escuela*.

Más que “proteger de la actividad política adulta” a niñas y niños, lo que parece salvaguardarse es a la actividad política adulta de este grupo social que representa el 18% de la población en España, para que no se entrometa con derecho a decidir en la determinación de prioridades y cuestiones políticas que les afectan. Se observa una partidocracia en la que no participan, y una adultocracia que les observa a través de ese *ojo blindado* desde el cual las personas adultas propiciamos una mirada de la infancia que no percibe, y menos aún cuestiona, lo que subyace tras ella.

Se trata de una **concepción adultocéntrica** de la relación de niñas y niños con la sociedad, basada en estereotipos. Se les considera en un proceso de maduración denominado “moratoria social”, un tiempo de espera hasta la edad adulta para el ejercicio de derechos. Pero como indican los expertos, ni desde el conocimiento científico o la experiencia cotidiana se sostiene que el ser humano resulta un producto acabado a determinada edad.

2.5 Lo que piensan y valoran niñas y niños: la dimensión subjetiva del bienestar

Resulta sorprendente que la opinión de las personas adultas con determinados servicios o condiciones de vida haya pasado a ser un tema políticamente muy importante, pero no ocurra lo mismo con las opiniones, percepciones y aspiraciones de niñas y niños. “Sólo los publicistas y especialistas en marketing de productos infantiles parecen interesados en estos datos” (Bello *et al*:2012).

La investigación en bienestar subjetivo de la infancia ha evidenciado en su corta trayectoria **resultados inesperados** sobre lo que piensan y valoran las generaciones más jóvenes como ser que la satisfacción con las relaciones interpersonales es el ámbito que más peso tiene a la hora de evaluar su satisfacción global con la vida.

El estudio de las relaciones humanas ha evidenciado el poder transformador y el papel integral que tienen las mismas en la mejora del bienestar. Ello ocurre, por una parte, desde un punto de vista **instrumental** pues ayudan a sobrellevar períodos de crisis económicas, tiempos de especial vulnerabilidad en el ciclo de vida, a generar canales de inserción al empleo, a grupos de pertenencia y acceso a recursos y servicios. También tienen un valor **intrínseco** ya que el hecho de tener contacto social, sentido de pertenencia o disfrute de relaciones de calidad es imprescindible para sentir que vivimos una vida buena (Ramírez:2015).

El ámbito relacional determina las **percepciones, expectativas y evaluaciones** que hacen los individuos acerca de su satisfacción vital y el propio sentido de vida, así como su capacidad de ser agentes de su propio desarrollo y bienestar. Así lo corrobora la investigación actual sobre bienestar de la infancia, con afirmaciones tales como que “es en la calidad de nuestras relaciones donde se origina el bienestar (Ramírez:2015)”, o más contundentes aun: “el bienestar no es algo que pertenece a los individuos, sino algo que sucede en la relación con otros (White:2009)”.

3 I EL IMPACTO RELACIONAL DE LA POBREZA

“La pobreza es no poder invitar amigos a casa porque me da vergüenza. La pobreza es la humillación para los niños en este país” (Fanjul:2014)

Humillación, vergüenza, autoexclusión, estigmatización y baja autoestima, así como un estrechamiento gradual de los horizontes sociales y económicos que desembocan en bajas expectativas vitales. La investigación social sobre bienestar subjetivo de la infancia muestra hoy evidencias del **impacto relacional de la pobreza** en niñas, niños y adolescentes. Se trata de “sutiles etiquetas de la pobreza que dejan a niñas y niños al margen de sus compañeros (Camfield:2010)”. El especialista en infancia, Gerry Redmond (2008) lo explica así:

Lo que preocupa a los niños no es la falta de recursos per se, sino la exclusión de las actividades que otros niños parecen dar por sentadas, y la vergüenza por no poder participar en igualdad de condiciones con otras niñas y niños.

Las evidencias han surgido en estudios sobre pobreza y bienestar de la infancia en países del *Sur Global*, pero emergen también evidencias del impacto relacional de la pobreza en el Norte Global. Como explica el investigador del Institute of Development Studies (IDS), Andy Sumner (2012), la pobreza y más aún la extrema pobreza está gradualmente cambiando de una cuestión de personas pobres en países absolutamente pobres a una cuestión de desigualdades domésticas. “Esto determina un replanteamiento del ‘problema’ de la pobreza en el mundo – reconoce Sumner-, en el que la comparación entre países pierde peso explicativo frente a la desigualdad a nivel estatal en términos de geografía, clase y etnia, y de quién paga impuestos, quién se beneficia del gasto público y de las oportunidades que genera el crecimiento económico”.

Los educadores sociales entrevistados para la investigación de Educo (2015), señalan que muchos niños no tienen acceso a agua caliente, ropa, o alimentos para desayunar. Tal como relata una educadora de la Asociación Entre Amigos de Sevilla, parte del trabajo de la organización se centra en estos apoyos para que *“no falten al cole por no tener ropa limpia o estar aseados. También se lavan los dientes (...) y un grupo de voluntarios los llevan a la clínica para arreglos. Son niñas y niños que con 8 o 10 años ya están perdiendo sus dientes fijos. Y ellos lo agradecen muchísimo, mejora su confianza”*.

A partir de los testimonios recogidos sobre percepciones y expectativas, se percibe la importancia de cuestiones relacionales como el acceso o la discriminación, la participación o la exclusión en relación a los recursos a disposición en una sociedad para proceder a un análisis del bienestar. También se evidencia la relevancia del trabajo social y de educación que llevan adelante servicios sociales públicos y organizaciones sociales. En ambos casos, como ya vimos, se verifica el recorte de recursos económicos de la Administración destinados a la atención de estos colectivos, así como la reducción del número de organizaciones sociales, que es inversamente proporcional al aumento de la demanda social. Los datos disponibles en Cataluña muestran que la demanda a las entidades pasó de 1.7 a 2.13 millones en el período de 2007 a 2011, en tanto el número de organizaciones se redujo en ese período de 7.500 a 6.800 (Anuari Catalunya:2013).

3.6 En busca de la autoestima: la dimensión relacional del bienestar

“En el pequeño mundo en el cual los niños viven su existencia, dice Pip en Grandes esperanzas de Charles Dickens, no hay nada que se perciba y se sienta con tanta agudeza como la injusticia. (...) Lo que nos mueve, con razón suficiente, no es la percepción de que el mundo no es justo del todo, lo cual pocos esperamos, sino que hay injusticias claramente remediables en nuestro entorno que quisiéramos suprimir”. Amartya Sen (2010)

Melanie (Donostia, 18) abre su vida en palabras y cuenta que ha vivido experiencias positivas, significativas, y también, grandes pequeñas tragedias. Como todos; como las de ningún otro. De sus recientes años de adolescencia valora especialmente el hecho de haberse integrado en una Casa de la Juventud. Encontró amistades con quienes hablar y compartir actividades que le han ayudado a reconocer el valor de comprometerse y cooperar. Disfrutó de la reflexión compartida, la escucha atenta y el acompañamiento de otras personas adultas más allá de su familia. Se trata de **referentes positivos** en la figura de educadores sociales o monitores que crean vínculos a partir de los intereses propios de niñas y niños, y que entrelazan trabajo grupal e individual más allá de la actividad en concreto.

Hablar de adolescencia es hablar de grupo, es hablar del sentido de pertenencia. *Pertenecer* es una forma de identificarse. Los educadores señalan que hoy el trabajo social es una forma de desarmar “**esa bola bien compacta de estigmas**” con que muchas niñas y niños llegan a esta etapa. Y no se trata sólo de una cuestión de condiciones de vida, de problemas de lo que consideramos bienestar material. En los últimos años, educadores como los de la Asociación Margotu (Bilbao) o Hezi Zerb (Donostia) perciben un incremento de necesidades afectivas, emocionales, de estimulación, además de necesidades materiales o de higiene. “No tenemos el ojo acostumbrado a ver este tipo de daños – explican-, más emocionales, menos visibles, pero que generan mucho daño. Incluso puede tratarse de familias con una posición social media alta, con ambos padres muy ocupados, bien posicionados a todos los niveles, y en las que el chaval esté en la mejor academia de inglés, y haciendo actividades deportivas incluso. Pero luego absolutamente abandonado y con un sufrimiento detrás importante. Vemos casos de **abandono emocional**”.

4 | CONCLUSIONES

“Cuando se habla de ingresos familiares o rendimiento educativo, la desigualdad es relativamente fácil de medir, sobre todo si se la compara con la desigualdad en otras dimensiones importantes del bienestar infantil como, por ejemplo, la escasez de oportunidades y expectativas, o de apoyo y estímulos por parte de los adultos”. Unicef (2010)

El objeto de esta comunicación se enmarca en la evolución que han tenido en las últimas dos décadas los enfoques de Bienestar Humano como espacio alternativo de investigación para la acción, frente al paradigma dominante del Desarrollo entendido como crecimiento económico. En particular, se parte aquí del enfoque 3D, que explica el bienestar de la infancia como la realización de los derechos de la infancia a partir de la interacción de tres dimensiones del bienestar– material, relacional y subjetiva-.

La investigación reciente en bienestar ha evidenciado en su corta trayectoria *resultados inesperados* sobre lo que piensan y valoran las generaciones más jóvenes. De

dichos resultados destaca en particular que la satisfacción con las relaciones interpersonales es el ámbito que más peso tiene a la hora de evaluar la satisfacción global con la vida. Esto sostiene afirmaciones como que “es en la calidad de nuestras relaciones donde se origina el bienestar” (Ramírez:2015), o que “el bienestar no es algo que pertenece a los individuos, sino algo que sucede en la relación con otros” (White:2009).

En así que tanto en países del Sur como del Norte Global surgen percepciones de niñas y niños que podemos englobar como *sutiles etiquetas de la pobreza*, que confirman lo que Redmond (2008) señalaba así: “lo que preocupa a los niños no es la falta de recursos per se, sino la exclusión de las actividades que otros niños parecen dar por sentadas, y la vergüenza por no poder participar en igualdad de condiciones con otras niñas y niños”.

Se trata de humillación, vergüenza, autoexclusión, estigmatización y baja autoestima, así como un estrechamiento gradual de los horizontes sociales y económicos que desembocan en bajas expectativas vitales. La investigación social sobre bienestar de la infancia muestra hoy evidencias del **impacto relacional de la pobreza** en niñas, niños y adolescentes.

Señalar la importancia que los enfoques de bienestar humano otorgan a las relaciones humanas no significa dejar de prestar atención a otros aspectos centrales en su evaluación, como las condiciones de vida y el acceso a recursos básicos para la supervivencia y desarrollo de las personas. Más aun en un momento histórico donde el hambre, la pobreza, la exclusión social y la polarización de las desigualdades presentan la cara más hipócrita del disfrute de los derechos humanos y el ejercicio del poder.

Los estudios de Bienestar de la infancia presentan una valoración multidimensional y más comprehensiva de las prácticas del desarrollo y la acción social en el punto donde confluyen a menos dos fines del desarrollo de amplio consenso en la actualidad. Por un lado, la construcción de sociedades más justas. Por otro, que las personas puedan realmente ser y hacer aquello que tienen razones para valorar.

AGRADECIMIENTOS

Esta comunicación se basa en la investigación y los cinco reportes desarrollados desde la Fundación Educación y Cooperación (EDUCO) entre 2013 y 2016 bajo la consigna “El bienestar de la infancia en España”. También a la riqueza de los materiales reunidos en torno al I Congreso Internacional “El Bienestar de la infancia y sus derechos. La protección a debate”, organizado por EDUCO en Madrid, 22-24 de octubre 2015.

Los agradecimientos también deben extenderse al Programa *University of Barcelona International Summer School* (UBISS), a *Els Julols* y a la Cátedra de Filosofía Teórica y Práctica de la Universitat de Barcelona (UB), en especial a la Dra. Begoña Román Maestre, por los cuatro cursos sobre “Cambio social y cooperación en el siglo XXI” desarrollados entre 2011 y 2014. Por último, agradecemos el espacio de intercambio y discusión de la

Red Multibien (Análisis multidimensional de las interacciones Universidad- Sociedad Civil en Iberoamérica en relación al Bienestar Humano), que entre 2018 y 2022 ha financiado el Programa CyTED (Fundación Iberoamericana de Ciencia y Tecnología).

REFERENCIAS

Abdallah, S. (2010) La revolución del bienestar. En: Del Viso, N. "Enfoques sobre bienestar y buen vivir. CIP- Ecosocial.

Anuari (2013) Tercer Sector Social Catalunya <http://anuaritercersectorsocial.cat/anuari-2013/publicacio/>

Bello, A. y Casas F.(coord.) (2012) Calidad de vida y bienestar infantil subjetivo en España. Universitat de Girona y Unicef. Unicef España.

Bradshaw, J. et al (2007): An index of child wellbeing in the European Union. Social Indicator Research 80. Pp. 133- 177.

Camfield (2010). Stew without bread or bread without stew: *Children's understandings of poverty in Ethiopia*. Children & Society Vol. 24. Pp. 271-281.

Cantó, O. y Ayala Cañón, L. (2014). Políticas públicas para reducir la pobreza infantil en España: Análisis de Impacto. Unicef.

Casas, F. (2015). Bienestar material y bienestar subjetivo. En "El bienestar, una conversación actual de la humanidad". Publicación Educo-UB-Icária.

De Castro, G. (2015). El bienestar, una conversación actual de la humanidad. Col. Cambio social y Cooperación (IV). Ed. UB- Educo- Icaria Editorial. Barcelona

De Castro, G. (2015) La humillación de ser niño pobre. Blog 3500, Diario El País. 13.10.2015

Deneulin, S. (2014a): Wellbeing, justice and development ethics. Ed. Routledge

Deneulin, S. (2014b) Crear ciudades más justas para la vida: una combinación del derecho a la ciudad y el enfoque de las capacidades. En Suárez, A.(Coord.): "Las villas de la ciudad de Buenos Aires. Territorios frágiles de inclusión social". Pp. 260.

Dubois Migoya, Alfonso (2008); El debate sobre el enfoque de las capacidades: las capacidades colectivas. Araucaria, N° 20, pp. 35-63.

EAPN (2014). Dossier de pobreza EAPN España

Educo (2015) Los datos no mienten, las niñas y los niños tampoco. El poder transformador de las relaciones en la infancia y la adolescencia. La dimensión relacional del bienestar. Serie: El bienestar de la infancia en España 2015. Ed. Fundación Educo

Educo (2014a). Niñas y niños, los más vulnerables en todas las Comunidades Autónomas. El bienestar de la infancia en España 2014.Fundación Educo.

Educo (2014b). ¡Es que no me lo habías preguntado antes! Lo que niños y niñas dice: la dimensión subjetiva del bienestar. Fundación Educo

Educo (2013). La regresión de derechos de la infancia en España 2007- 2013. Fundación Educo

Eurostat (2016). People at risk of poverty or social exclusion by age <http://ec.europa.eu/eurostat/web/income-and-living-conditions/data/database> {15.03.2016}

Fanjul, G. (2014) The silent emergency of child poverty in Spain. TEDxMadrid

Gaitán L. (2010). Ser niño en el siglo XXI. En Cuadernos de Pedagogía N° 407

Gaitán, L. (2009) El ejercicio del voto en el marco de los derechos de la infancia. Revista de estudios de Juventud. 2009. N° 85.

García Herrero, G. et al (2015). Informe sobre el estado social de la nación ¿y si ya hemos salido de la crisis...?. Ed. Asociación Estatal de Directores y Gerentes de Servicios Sociales.

González Bueno, G.; Truño, M. (2015). **¿Y si le preguntamos a los niños por las leyes que les afectan?** Blog 3500 Millones. El País.

GSIA (2014). La imagen actual de la infancia. Documento técnico.

IDS- Institute of Development Studies (2009): After 2015, '3D Human wellbeing'. IDS focus policy briefing 9.2. <https://www.ids.ac.uk/files/dmfile/IF9.2.pdf>

INE (2016). Tasa de riesgo de pobreza por edad <http://www.ine.es/jaxiT3/Datos.htm?t=9958> [21.03.2016]

Maquet- Engsted, I. (2012) Enhancing the fight against child poverty in the European Union. A benchmarking exercise. En: Alberto Minujin and Shailen Nandy (2012): Global child poverty and wellbeing. Ed. Policy Press.

Minujin, A. y Nandy, S. (ed.) Global child poverty and well-being. The Policy Press: Reino Unido, 2012.

Morin, E.; Viveret, P. (2011). Cómo vivir en tiempos de crisis. Ed. Mas madera, IcariaEditorial.

ONU (1989): Convención de Derechos del Niño. https://www.unicef.es/sites/www.unicef.es/files/CDN_06.pdf; Ratificación Reino de España: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1990-31312>

Otano, G. (2015). *La libertad como relación social. Una interpretación sociológica del enfoque de las capacidades de Amartya Sen*. En "Revista Iberoamericana de Estudios del Desarrollo". Vol. 4 N° 1. Pág. 98-127. Ed. REEDES.

Ramírez, V. (2015). El papel del bienestar y las relaciones humanas en las políticas sociales. En De Castro G. (Coord.) "El bienestar, una conversación actual de la humanidad". Educo-UB-Icária

Redmond, G. (2008). *Children's perspectives on economic adversity: a review of the literature*. Innocenti discussion paper 2008-01. Unicef.

Sen, A (2010) *La idea de la justicia*. Ed. Taurus

Sennett, R. (2012). *Juntos. Rituales, placeres y política de cooperación*.

Sennett, R. (2009). Richard Sennett: "El capitalismo se ha hecho hostil a la vida". Lavanguardia.com

Spencer, L.; Williams, G.; Stevens, L. (2015): *Traidcraft: assessing human flourishing*. En White, S.: "Wellbeing and quality of life assessment".

Sumner, A. (2012) *Beyond the MDGS – The Post 2015 Development Agenda: What Is The Global Poverty 'Problem', How Is It Changing and What Does That Mean for Any New MDGS?* En: "Desafíos de los Estudios del Desarrollo: Actas del I Congreso Internacional de Estudios del Desarrollo". REEDES, 2012.

Unicef (2015) *Guía metodológica para la elaboración de los informes previos de impacto en la infancia y la adolescencia*. https://www.unicef.es/sites/www.unicef.es/files/guia-web_0.pdf

Unicef (2010) *Los niños dejados atrás*. Report Card nº9.

Villalba, Cristina (2015) *Entrevista Educo. Proyecto Informe "El bienestar de la infancia 2015"*

White, S. (2015): *Wellbeing and quality of life assessment. A practical guide*. Ed. Practical Action Publishing

White, S. (2009) *Bringing wellbeing into development practice*. WeD 09/50.

CAPÍTULO 4

O REGIME DE PODER E O CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19: UMA ANÁLISE DE MICHEL FOUCAULT À ACHILLE MBEMBE

Data de aceite: 01/04/2021

Data da submissão: 08/03/2021

Diego Borges Cordeiro

Doutorando em ciências sociais da PUC-SP
São Paulo/SP
<http://lattes.cnpq.br/3493248020249161>

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar as relações de poder com base em Michel Foucault, a fim de interpretar a maneira como o poder se infiltra no seio social e como ele funciona tanto celularmente quanto massivamente. E, mesmo com o texto predominantemente desenvolvido sob o eixo teórico do filósofo francês, reserva-se aqui um espaço para abordarmos o conceito de *necropolítica* a partir de Achille Mbembe, um regime de poder capaz de administrar produções mortíferas para dominação de uma dada população, o que se torna oportuno para demonstrar um pouco de seu funcionamento durante a fase da pandemia do Covid-19, acerca de algumas estratégias aplicadas na política de saúde, de decidir direito de morte sobre a vida de alguns.

PALAVRAS - CHAVE: Michel Foucault. Achille Mbembe. Regime de Poder. Subjugação. Morte.

INTRODUÇÃO

Falar sobre regime de poder, logo, pensa-se na teoria de Michel Foucault, onde demonstra-

se que o poder não opera em um único lugar, mas em lugares múltiplos (FOUCAULT, 2006), como um feixe de relação de forças¹ assimétricas, com inúmeros laços e nós, e que vive em constante movimento, ocupando os (macros e micros) espaços na sociedade. Salienta-se aqui que o poder não é um objeto de propriedade particular, mas é exercido de relações sociais, ganham até mesmo formas como o exemplo das instituições econômica, política, jurídica etc.

Essas instituições são tecnologias racionais de governar espaço, tempo, registros de informações etc., e que pode ser compreendidas a partir de suas finalidades estratégicas, como também em seus efeitos advindos de táticas e manobras que se exercem enquanto técnicas e procedimentos de apropriação, dominação e exploração, como um tipo de “(...) hierarquia, isto é, a relação de uma força dominante com uma força dominada, de uma vontade obedecida com uma vontade obediente” (DELEUZE, 1976 [1962]: 6).

O poder pode se ocupar de um território com o objetivo, por exemplo, de manter a lei; como também, para Foucault, pode ser centrado no corpo, produzindo efeitos individualizantes capaz de manipular o corpo como foco de forças que é preciso tornar úteis e dóceis ao mesmo tempo (FOUCAULT, 1999, p 297). Outro modo de operação é por meio do *biopoder*, “cuja função mais elevada é investir sobre a vida”

¹ Para Deleuze (2014 [1986]), o poder refere-se à relação de forças.

(FOUCAULT, 1985, p. 131), e, quando o poder se organiza *biopoliticamente*, como um tipo de ciência de governança em massa, se torna capaz de controlar a saúde dos corpos da população.

Também tem aquele poder exercido abusivamente sobre corpos, e quando age começa-se produzir cenas de sua última dominação: a morte. No lugar do corpo humano morto e descartado cunha-se o termo *necropolítica* do camaronês Achille Mbembe (2018), para se referir ao uso do poder que dita o modo como algumas pessoas podem viver e como outras devem morrer.

E apesar de toda análise ser apoiada predominantemente sob o eixo teórico de Michel Foucault, com o propósito de analisar e buscar o poder naquele exato ponto no qual se estabelece e produz efeitos (FOUCAULT, 1999, p. 33), desdobrando-se sobre a explicação de uma “população súdita”, construída sob um regime de poder, e que o “direito de liberdade” desta população assume apenas uma possibilidade de experiência que deve ser exercitada, o artigo abre espaço para o autor Mbembe (2012) apontar o conceito de necropolítica, e a partir dele demonstrar um pouco do cenário pandêmico do Covid-19, exatamente sobre as estratégias mortíferas aplicadas na política de saúde, de decidir direito de morte e poder sobre a vida de alguns: técnica de controle e subjugação dos corpos.

POPULAÇÃO SÚDITA

Depois de uma breve explicação introdutória sobre o poder, o texto se desenvolve com o propósito de demonstrar mecanismos de controle e subjugação, como também seus reflexos que vão/estão muito além dos muros institucionais supracitados na introdução.

De onde menos se espera, o poder cada vez mais espalha-se tecnologicamente pela sociedade, seja por meio da vida política, nas relações de trabalho, nas redes sociais, entre outros. Através das tecnologias se faz o uso de cada indivíduo diariamente. Para Anthony Giddens, os estados modernos em geral dependem do desenvolvimento de condições de vigilância voltadas para a supervisão das atividades da população súdita, quer por meio da supervisão direta ou por meio indireto, sobretudo a partir do controle da informação (GIDDENS, 1991, p 63).

E estar na qualidade de súdito implica dizer o quanto se estar submetido à vontade de outros através de uma relação que pode ser de medo, de admiração e cegueira (paixão) por um ideal, causa ou atividade, cujos sentimentos muitas vezes designam-se em justificativas objetivadas, do tipo em Hobbes (1999), em que a existência de um poder absoluto e soberano é essencial para garantir a ordem e a paz. Nesse caso, demonstra-se a necessidade de se submeter para que a vida e a paz sejam respeitadas, ou seja, deve-se obedecer para sobreviver. E independente do contexto vivido, a situação condiz para uma população excessivamente dócil e obediente às formas de poder.

Pode-se associar certas cegueiras naquilo que Foucault (1979, p.289) vem colocar

a população não só como força do soberano, mas como sujeito das necessidades e aspirações, consciente daquilo que se quer, e inconsciente em relação ao que se quer que ela faça. No entanto, o sujeito ávido de necessidades e paixões se torna um risco iminente à sua lucidez ou sensatez. Parece que tudo se nasce do “desejo voluntário”, bem diferente de um ato direto de violência e coerção. Compara-se naquilo que se refere ao assujeitamento apontado por La Boétie (1982), uma vez que o indivíduo não apenas obedece, mas passa se rastejar desde sempre em busca de servir.

No *Discurso da Servidão Voluntária*, obra escrita em 1548 por Étienne de La Boétie, quando tinha 18 anos, expressa-se uma crítica a um homem em que ocupa o poder do trono, conhecido por suas tiranias de governar, e que, na pior das hipóteses, é validada pelo próprio povo, pois estes escolhem dever obediência e ser servos a ele, abandonando voluntariamente a liberdade; para La Boétie (1982), é o povo que se sujeita.

La Boétie reflete questões que levam o homem a servir voluntariamente, como se deixar ser levado pela “força do hábito”, visto que o hábito tem o poder de ensinar-nos a servir; outra questão apontada pelo autor é se realmente o fato de servir se trata de uma covardia, o que não se pode dizer que na obra fala apenas de uma pessoa disposta a se submeter à servidão, mas, sim, de milhões de homens dispostos (LA BOÉTIE, 1982). Também o autor aponta que a servidão acontece por meio de uma “estrutura do poder”, uma relação de co-participação de um tirano, no qual se submete por intermédio dos outros, demonstrando-se que a tirania só funciona se tiver cúmplices, não apoiadores ou amigos. Nesse caso, “eles não se entre-amam, mas se entre-temem” (LA BOÉTIE, 1982, p.36).

A participação de milhões de homens dispostos a servir, pelo visto, é de suma relevância para um indivíduo tirano manter-se no poder, pois a submissão se dar em relação “a vontade geral”² de um povo, e não apenas a uma vontade particular. E assim, com a obra escrita no século XVI, *O Discurso da Servidão Voluntária* ainda continua atual, e que várias questões levantadas pelo autor ecoam na nossa maneira de viver. O que se diferencia é o fato da sociedade contemporânea não estar à servidão de um só tirano (o Rei), isto é, não nos submetemos apenas a um governante, mas vários senhores personalizados.

O tirano pode estar num sistema político, mas também em uma droga, numa tradição, num modismo, nas redes sociais, na mídia, como também no caso da fábrica, em que o uso tecnológico de controle e de adestramento é exercido por meio de horários regulados de chegada, almoço e saída, tudo com o intuito de maximizar a produção. No caso da escola, uma das fases iniciais de subjugação é exercido através do controle da fome, de ir ao banheiro, manter-se em constante socialização com outras crianças em pequenas rodas de conversa, por exemplo.

Da mesma forma, há mecanismos de controle em normas e princípios que balizam

2 A soberania, não sendo senão o exercício da vontade geral, jamais pode alienar-se, e o soberano nada é senão um ser coletivo (ROUSSEAU, 1999, p. 86).

indivíduos, grupos e sociedades, sejam por meio de questões morais, religiosos, ético etc. Se trata de tiranos personalizados aos vários estilos de vida, se ocupando como um tipo guru particular que, muitas vezes, vivem à distância dos bolsos. A partir deles tornamos cada vez mais presos, dependentes e cômodos. Com uma população controlada por mecanismos de dominação em tempo integral, força-nos a questionar: para que pensar, se alguém pode pensar por mim?

Certamente a resposta está diante dos olhos, ao momento em que se pára e observa o entorno, pois, tudo é feito estrategicamente de tal modo que as tecnologias tendem a atender a cada necessidade e comodidade dos indivíduos, ou seja, vivemos presos a esta “liberdade”, servindo (in)voluntariamente aos senhores dos dados, e não resta nada a não ser “redução de danos”. Afinal, o “poder é destinado a produzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-las mais do que a barrá-las, dobrá-las ou destruí-las” (FOUCAULT, 1977, p.128).

O EXERCÍCIO DA LIBERDADE

Mesmo ciente que a população vive controlada e subjugada sob mecanismos de poder, decerto, muitos não vislumbram do quanto se tornam submissos e do quanto abrem mão deliberadamente da liberdade. Pode-se partir do pressuposto de que a liberdade é sedutora, e dialoga entre: o desejo, a necessidade e a escolha.

A liberdade expressada por desejo, segundo Maquiavel (1993), pode ser ou do povo (populo) ou dos grandes (grandi). Nesse caso, o povo deseja não ser comandado nem oprimido pelos grandes, e os grandes desejam comandar e oprimir o povo (MAQUIAVEL, 1993, p.271). Aqui, o direito de liberdade, bem como gozar dela, força-nos a pensar que estamos à frente de uma relação de forças que parece se sustentar através de um regime de compensação entre as partes, e, como diz Maquiavel (1993), é necessário que o povo queira alguma participação na vida política, o que significa o exercício de magistraturas. Portanto, necessita do desejo das pessoas se autodeterminarem, das pessoas fazerem suas escolhas, percorrem seus caminhos sem maiores cerceamentos.

No segundo ponto de reconhecer que a liberdade é uma necessidade, para Rousseau, é inconcebível que os homens renunciem suas liberdades, a não ser que sejam loucos, pois “renunciar a liberdade é renunciar a qualidade de homem” (ROUSSEAU, 1999a, p. 62). Observa-se o quanto a liberdade é necessária para que as pessoas possam realizar efetivamente o que creem em ser as suas potencialidades. Nesse aspecto, na condição da necessidade da liberdade, ela pode se atrelar ao plano mais amplo, pela política, no plano metafísico e religioso, ou até num plano estético.

E o terceiro aspecto, no sentido de a liberdade ser uma escolha, na perspectiva de Hobbes, a liberdade de escolha sucede-se uma outra liberdade. “Por liberdade entende-se, a ausência de obstáculos exteriores, os quais podem frequentemente retirar parte do poder que um homem tem para fazer o que quer, mas não podem impedi-lo de usar o poder que

lhe resta conforme ao que lhe ditam seu juízo e razão” (HOBBS, 1999, XIV, parágrafo 2). Certamente, a liberdade nesse campo se sinaliza como um espaço finito, no qual tem-se que pensar dentro de certos âmbitos, dentro de certos limites, e quais são essas escolhas possíveis, o que não significa que seja um caminho menos complexo e menos difícil.

Isto posto, percebe-se que desde a tradição filosófica da modernidade a ideia de liberdade está associada com a teoria política. Ela é política porque ao mesmo tempo em que defende e aspira viver liberdade, ela também é o argumento para que se possa colocar como antagonista daqueles que detêm o poder, e que pelo próprio exercício do poder muitas vezes são os responsáveis por cecear esta liberdade. E a liberdade, ou a sua interpretação enquanto projeto político que já estava nos gregos, ganhou novos revestimentos com os pensadores modernos como: Étienne de La Boétie, Nicolau Maquiavel, Thomas Hobbes, Jean Jacques Rousseau, entre outros.

E por que a liberdade moderna se tem o argumento tão poderoso e ao mesmo tempo tão contraditório? Certamente é poderoso porque é entorno da liberdade que o poder se justifica; os poderes existem ou devem estar sustentados na questão da liberdade, e ele é contraditório porque em nome desta mesma liberdade que muitas ações são feitas, inclusive negando direito. Em suma, a liberdade não é única, e muitos dos seus inimigos dissimulam ser seus defensores.

Para Sartre a liberdade ainda é a condição da existência humana, “é sentir o peso de sua responsabilidade sobre seus ombros, sem ter a quem culpar” (SARTRE, 1997, p.678). Ainda complementa de que o homem está condenado a ser livre, uma vez jogado no mundo, ele é responsável por tudo o que faz (SARTRE, 1997), ou seja, está condenado porque ele não criou a si, pois tão logo é atirado ao mundo, e torna-se, então, responsável por tudo o que faz.

As palavras de Sartre nos fazem pensar: seria a liberdade a maior das prisões? Pelo visto a liberdade de qualquer forma tem um preço alto, e nem todos estão dispostos a pagar. E ser livre para decidir e fazer ou deixar de fazer torna-se responsável por todos os desdobramentos das ações e inações (SARTRE, 1997). Com a liberdade que não liberta de encarar as consequências de cada ação, embora ainda possa-se fazer tudo, nem tudo pode e deve ser feito. É nesse sentido que nos aprisionamos.

Presos, submissos, silenciados e apagados por algum tipo de relação de poder, e questionar essa falsa liberdade certamente contraria, por exemplo, a verdade iludida da sociedade capitalista. O que Foucault (1994, p. 276) afirma é que “a liberdade dos homens não é nunca assegurada pelas instituições e leis que têm por função garanti-la [...]. Não porque elas são ambíguas, mas porque a ‘liberdade’ é o que se deve exercitar”. O autor francês não apresenta nenhuma teoria sobre a liberdade além de reflexões que remetem aos paradoxos entre as filosofias da liberdade e as formas de poder, mas é possível perceber pontualmente a liberdade nos estudos do filósofo diante dos exercícios da biopolítica, do poder e da resistência.

A liberdade é exercitada na relação de poder, e as lutas contra o seu exercício ocorrem no interior de tal relação (e não fora), visto que nada escapa ao poder (FOUCAULT, 1979). E a própria existência de relações de poder permite que não se sature completamente as possibilidades de resistência, pois, “[...] no centro da relação de poder, ‘provocando-a’ sem cessar, existe a rebeldia do querer e a intransitividade da liberdade” (FOUCAULT, 1994a, p. 238). Confronto incessante surge como resistência, e é na resistência que Foucault compreender o exercício da liberdade. Assim, a possibilidade de resistir se traduz em: liberdade.

Poder, liberdade e resistência caminham juntos. E é certo que essa busca de liberdade assuma ao menos uma possibilidade de experiência, o que não se trata apenas sobre uma questão de escolha ou vontade necessária para se conquistar a liberdade, mas expressa-se naquilo que se age. Sua condição é de indivíduos no exercício de sua liberdade.

REGIME DE PODER NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19: O CONTROLE SOBRE A VIDA E A MORTE

Agora analisa-se um regime de poder mais concreto, regido fortemente através de seus objetivos político e econômico, com um tipo de operação que incide no aumento da incapacidade de resistência (liberdade) do indivíduo. Assim, esse homem torna-se menos propenso a insurgir contra as ordens do poder, ou seja, ele é neutralizado, tornado dócil (FOUCAULT, 1977).

Mas, desta vez, o cenário difere-se do poder de Rei soberano, de ter o direito de decidir *diretamente* sobre a morte de alguém. Não está mais em jogo a teoria clássica da soberania, caracterizada pelo poder em «fazer morrer e deixar viver», e nesse momento é a «vida» que entra como objeto de agenciamento do poder. A época moderna opõe a velha lógica por um poder de «fazer viver e deixar morrer».

Agora, quando o “soberano” *atua* faz o corpo viver, e na posição de *passivo* deixa-se morrer. Trata-se, para Foucault, de uma mudança na forma de controlar a população, uma vez que a lei funcionava como um instrumento *regulador* da sociedade, e a partir dos séculos XVIII e XIX a *norma* se impõe com base na disciplina, controlando o indivíduo. Essa compreensão pode ser observada na leitura de Foucault em *Vigiar e Punir* (1977), *História da Sexualidade I: a vontade de Saber* (1985) e *Em defesa da Sociedade* (1999).

Tal como se dá no século XIX, mostra-se que a *norma* circula entre uma tecnologia do corpo e da população. “A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar” (FOUCAULT, 1985, p. 302), e se aplica em diferentes condições, como: a forma que o indivíduo veste-se, na definição de família e casamento, à atenção que o governo dar para assuntos públicos como aborto, mortalidade, criminalidade, bem como na instrução escolar, militar e política

para que a população tenha bons hábitos de saúde e disciplina; o acesso a hospitais e serviços, segurança pública etc.

Estamos, para Foucault, na era do biopoder. É um biopoder que age enquanto procedimento de controle relativas à natalidade, à mortalidade, na longevidade, nas técnicas de rejuvenescimento. O biopoder é justamente essa necessidade de investir na saúde do sujeito, conduzindo o corpo na sua disciplinarização, condicionando-o numa máquina e nas aptidões físicas, pois dela depende sua produtividade. Este biopoder foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos da população aos processos econômicos (FOUCAULT, 1985, p. 132).

Já a noção de biopolítica, que consiste em uma “estatização do biológico” (FOUCAULT, 1999, p.286), surge nos estudos de Foucault a partir alguns acontecimentos fundamentais no século XIX, com o efeito da industrialização e da urbanização, e torna o corpo uma preocupação de Estado. O processo de industrialização demandava corpos dóceis, úteis e saudáveis; são reflexos da biopolítica adotada, pois aplicam-se direta ou indiretamente ao corpo do indivíduo, passando-o a regulamentá-lo, de forma saudável ou não (FOUCAULT, 1985, p.131-132). Assim, o Estado passa a “cuidar” da saúde e da higiene das pessoas em prol do “futuro da espécie”, do “bem comum” e da “saúde das populações”.

A biopolítica trama os corpos por meio dos biopoderes. “Vida e política estão atadas a um nó que já é impossível desatar” (ESPOSITO, 2006, p.14). E se atentarmos, podemos perceber que a biopolítica atua através de biopoderes locais e se ocupa da falta de capacidade produtiva e da inabilidade dos sujeitos, seja devido ao envelhecimento ou às doenças, ou por qualquer “[...] conjunto de fenômenos [...] que acarretam também consequências análogas de incapacidade, de por indivíduos fora de circuito, de neutralização” (FOUCAULT, 1999, p.291). E na proporção em que esses fenômenos se tornam preocupações políticas, o Estado passa agir com base na prevenção da “doença”, propondo mecanismos perspicazes e economicamente mais racionais para garantir a saúde e a vida de alguns.

Se necessário, para garantir a saúde de uma coletividade passa-se a ser tomada como foco principal a eliminação dos “inimigos” em prol de outras. São estratégias pensadas para que a morte de alguns seja potencialização de vida para outros; é o funcionamento da biopolítica, e o Estado passa a controlar biologicamente a sociedade, utilizando instituições como da saúde pública para controlar os corpos. A biopolítica utiliza-se do dispositivo do biopoder para dessa forma decidir quais membros da sociedade podem viver e quais devem morrer.

Com as formas racionais de governar o poder sobre corpos, tendo como base o conceito de poder normativo e disciplinar de Michel Foucault, demonstra-se agora um tipo de funcionamento de gestão sobre a vida, exercida por meio de técnica a partir do vírus SARS-CoV-2. Estamos falando do agente causador da pandemia do COVID-19, um vírus

que notoriamente desencadeia sintomas de resfriados comuns à Síndrome Respiratória Aguda-Grave. E exatamente em **11 de março de 2020**, o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, anuncia, em Genebra, na Suíça, que a COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus, se caracteriza como uma pandemia³.

Sua transmissão pode ocorrer de uma pessoa para outra através do contato aproximado com o infectado, o qual tem-se causado mortes e muitas preocupações na Organização Mundial de Saúde (OMS), pois ele se alastrou rapidamente na maior parte dos países do mundo. Afinal, trata-se de um vírus que se torna visível por meio da atualização de infectados. Mais de 118 mil casos em 114 países e 4,2 mil pessoas perderam a vida⁴.

“Os países devem adotar uma abordagem envolvendo todo o governo e toda a sociedade, construída em torno de uma estratégia integral e combinada para prevenir infecções, salvar vidas e minimizar o impacto”⁵, disse o diretor-geral da OMS. Nesse sentido, a biopolítica age em medidas governamentais que, sem dúvida, atuam e interferem sobre a cultura, a sociedade, a economia, as leis, a saúde, a educação, além de ditar normas e restrições comportamentais que afetam a população sob aquele governo, ditando parâmetros e ações sobre a vida e a morte (FOUCAULT, 2007, p.40-41).

Vive-se uma tentativa de profilaxia baseada no biopoder. Exercícios do biopoder aconteciam na maior parte dos países afetados pelo vírus, como o caso da população ser orientada à mudança de hábitos cotidianos (com o exemplo do uso de máscaras em lugares fechados e higienização frequente das mãos) para enfrentar o vírus altamente contagiante. São mecanismos fundamentais que entram na política, numa estratégia geral de poder (FOUCAULT, 2008), e mesmo diante das medidas preventivas, com utilização desses procedimentos, o vírus ainda foi marcado por sua rápida proliferação.

E o aumento avassalador de infectados corrobora-se para que a suspensão de atividades socioeconômicas fosse aderida por meio de medida de isolamento e distanciamento social: foi uma decisão dos estados baseados na lei 13.979/2020, uma das aplicações concretas do biopoder voltada para sanar um problema de saúde pública, cuja norma tem deixado a população desprovida de seu direito de mobilidade, uma vez que a ordem geral era “fique em casa”.

Se o biopoder tende a agir em diferentes formas de exercícios de controle sobre o corpo dos indivíduos governados, a condição dos governadores em recomendar que a população evitasse ir à rua é uma prática pela qual o biopoder estava agindo sobre o corpo desses indivíduos, valendo-se de uma prerrogativa de segurança nacional, para impedir o aumento do contágio do novo coronavírus, ao mesmo tempo em que essa ação de salvaguardar a saúde da população significasse impô-la a obrigação de um isolamento emergencial, mesmo que encarado a contra gosto por parte de alguns (VENTURA;

3 Cf. Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), no dia 11 de março de 2020.

4 Cf. Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), no dia 11 de março de 2020.

5 Ibidem.

AITH, RACHID, 2020). São medidas que se resumem com “as disciplinas do corpo e as regulações da população que constituem em dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida” (FOUCAULT, 1985, p. 131). E todos os protocolos de medidas da política de saúde é “algo que já não é uma anátomo-política do corpo humano, mas que eu chamaria de uma ‘biopolítica’ da espécie humana” (FOUCAULT, 1985, p. 289).

Em oposição, surgem algumas autoridades políticas, empresários, banqueiros, industriais etc. que defendiam ir para a rua e seguir com a vida, pois essa epidemia não é “tão perigosa” ou seria uma “falácia”, e, caso morressem algumas pessoas, seria um “sacrifício válido” para manter o país funcionando (SAFATLE, 2020). É certo que se expressavam contrários às medidas pelo fato de que afetariam assuntos de interesses próprios e comerciais, por exemplo. Uma biopolítica a ser usada para beneficiar alguns em detrimento de pôr a vida de muitos outros em risco. Segundo estes que protestavam, a “economia não poderia parar”.

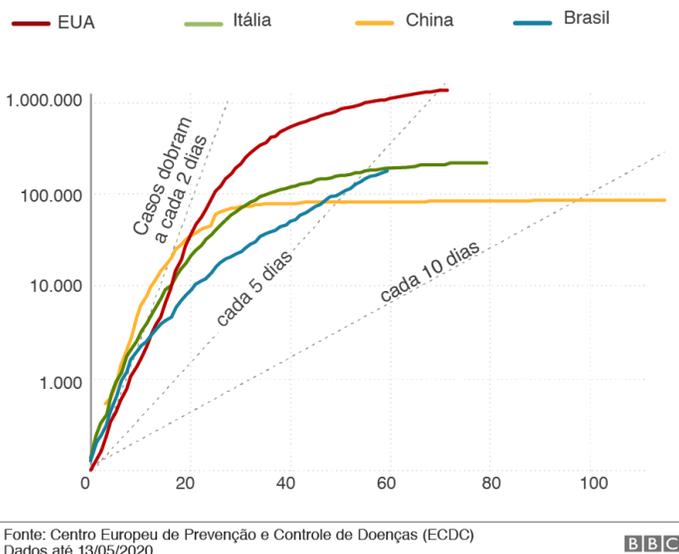
O argumento de que a quarentena prejudicaria a economia e acabaria agravando a “fome” e geraria “assaltos”, aqueles que defendiam ser contrários às medidas de restrição, começaram a se manifestar publicamente, atacando-as e propondo até boicote (SOUSA, 2020). Boaventura dos Santos comenta que essa opinião foi compartilhada em muitos países de tendência conservadora, neoliberal e extremista, onde seus governantes erguiam a “bandeira” de que era necessário “sacrificar” milhões de vidas pelo bem da economia, entretanto, economistas de diferentes nacionalidades contestaram esse argumento (SANTOS, 2020, p.26).

Enquanto isso, “em 12 de maio, o Brasil registrou 9,3 mil novos casos do Covid-19, totalizando 177 mil notificações e 12,4 mil mortes”⁶. No gráfico abaixo, o eixo vertical aponta o número de casos e o eixo horizontal trata-se sobre o número de dias a partir do centésimo caso, assim, permitindo observar a progressão de infectados de cada país.

6 Cf. Da BBC News Brasil em Londres, 13 de maio de 2020.

Como avança a pandemia no Brasil em comparação a três 'epicentros' da covid-19

Comparação da velocidade de duplicação de casos a partir do 100º caso registrado



Segundo a BBC News Brasil em Londres, o número de casos dobra-se no Brasil a cada 5 dias, a terceira pior taxa do mundo.

Diante do cenário, a política de saúde necessita-se avançar em decisões biopoliticamente mais radicais com a população para assegurar algumas vidas. Mas, logo, hospitais têm que escolher entre quem deve viver e quem deve morrer pelo fato do sistema de saúde não ser capaz de atender a todos igualmente, exemplo do que ocorreu na Itália: *Coronavirus: "Ogni giorno devo decidere chi deve essere intubato e chi no, chi deve vivere o morire"* (Coronavírus Mario Riccio: "Todos os dias tenho que decidir quem deve ser intubado e quem não, quem deve viver ou morrer") (LINKIESTA, 27 de marzo 2020).

Na BBC Future (By Abigail Beall, 28th April 2020) divulga o caso sobre a Itália: "*The heart-wrenching choice of who lives and dies*" (A escolha de partir o coração de quem vive e morre). Em questão de dias a Itália tornou-se o segundo país mais afetado pela pandemia, ultrapassando 15.000 casos confirmados e registrados mais de 1.000 mortes⁷. A situação da Itália leva-se a "fazer 'escolhas difíceis' de acordo com a chance de sucesso de tratamento, considerando a idade do paciente, se esta pessoa tem outras doenças, a gravidade do seu estado e a possibilidade de reverter esse quadro"⁸.

E em consequência, os processos de desumanização e objetificação dos corpos aumentam na pandemia. No caso do Brasil, no G1 ES: "médicos terão que escolher quem

⁷ Ibidem.

⁸ Cf. Da BBC News Brasil em Londres, 13 de maio de 2020.

vai viver e quem vai morrer”, diz secretário de Governo do Espírito Santo (ES). Recomenda-se que para que não seja necessário escolher quem vai viver ou morrer pela Covid-19, capixabas devem cumprir medidas de isolamento social, saindo das suas residências somente quando for necessário (G1 ES, 08/06/2020).

Tenderia a pensar que passa-se a ter nas políticas de saúde medidas que produzem condições mortíferas em seus atendimentos, ou seja, estamos diante de serviços de saúde pensados para que pessoas morram ou vivam em condições tão limítrofes que a relação ou a distinção entre vida e morte passa a ser muito pequena. E aqui pode-se usar o conceito de *necropolítica* sustentado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe para se tratar da política de morte aplicada em hospitais. O conceito reside no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer (MBEMBE, 2017, p. 5).

Trata-se, então, de uma política que produz cenas diretas de descartes, uma política de morte como paradigma da divisão entre segmentos sociais, que regulamenta o poder de gestão sobre as vidas, ditando quem pode viver e quem deve morrer para garantir o funcionamento da máquina de guerra capitalística (MBEMBE, 2011). Mas, nem todos os corpos são matáveis. Segundo Mbembe (2018a), o que determina quais vidas podem/ devem morrer, o que faz um “corte entre o que deve viver e o que deve morrer”, é o racismo de Estado, que produz a morte a partir da visão de que quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie.

A concepção de necropolítica corrobora ao entendimento das diferenças que o Estado promove em relação a determinados grupos e diferenciação ao direito à vida. Parecem medidas que promovem a vida e a morte a partir da hierarquização dos corpos, estratificando-os aqueles que podem ser descartados ou devem viver. Remete-se à conotação de proteção social por meio de medidas capazes de purificar o ambiente através do corpo descartado, este contaminado pelo vírus letal.

O poder de matar a partir de um sistema político centrado no “biopoder do racismo”, introduz-se o domínio contínuo da vida. Com o racismo, o tema da guerra das raças é inteiramente substituído pela ideia de que “a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura” (FOUCAULT, 1999, p.305). Da mesma forma o autor camaronês denuncia que o processo histórico-colonizatório trouxe como “novidade” o racismo vinculado ao capitalismo, no qual os corpos negros escravizados foram objetificados e tomados como mercadoria (MBEMBE, 2018a).

E o contexto pandêmico atualiza-se com a seguinte pergunta: a quem garantimos o direito à vida? Uma resposta difícil de ser dada ao momento em que se percebe que a estratégia é se apropriar da vida, e das formas de vida, como também de decidir e tomar medidas a respeito de como devemos morrer, de quem deve morrer, e o que deve acontecer com essa morte e com esse corpo, e isto demonstrada com relação a política de saúde e

a distinção das vidas cuidadas e das vidas expostas à morte. Ocorre quando a política de saúde, como no caso da Itália e do Brasil, toma medidas de decidir quem deve viver e quem deve morrer por meio de ações ou omissões.

A ideia de equipamentos da saúde decidir quem pode ser atendido corresponde ao discurso de que “alguém vale mais do que os outros”, de “quem não tem valor pode ser descartado”, e tem potencial para exemplificar o sistema capitalista baseado na distribuição desigual da oportunidade de viver e morrer, a partir daquilo que define o que importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é. Aqui, chega-se à preocupação de Mbembe sobre as formas de soberania, visto que o projeto central não é a luta pela autonomia, mas a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e população (MBEMBE, 2017, p.11).

O objetivo aqui não é desenvolver uma análise aprofundada sobre a necropolítica, mas apontar justamente este recorte de sua operacionalização, de decidir sobre a vida de alguns dentro de suas estratégias na pandemia do Covid-19, para que, logo, possa-se perceber como o poder se infiltra no seio social e o quanto a população é controlada e subjugada por mecanismos de poder.

E sem muitas possibilidades de embate de forças, de liberdade, o que se prevalece na pandemia é a violência sobre corpos. E o que resta com estas pessoas (não) atendidas pela política de saúde, é se identificarem numa posição melancólica, isto é, com uma posição de quem já não tem nada a fazer contra esse regime de poder; posição de quem perdeu algo e que não pode simbolizar o que perdeu, e que não pode dizer nada sobre o que perdeu. Se identificar com essa perda é, portanto, se converter em uma forma de subjetividade passiva e silenciosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São tantas formas racionais de regime de poder, como também de governar esse poder nas suas mais variadas estratégias, como uma espécie de manipulação excedente sobre o corpo, que tais técnicas se tornam responsáveis pela cronificação das desigualdades sociais, exclusão e racismo, ausência de políticas públicas, como também nas mortes de muitos corpos.

Mostra-se nesse texto uma relação como o binômio saúde-doença, e que se faz presente na estrutura social e econômica, fundamental para a definição dos corpos úteis, abandonados, curados ou perecidos, normalmente estes revelados pelos Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2018): no caso homens e mulheres pretos e pardos que têm restrições sociais em maior proporção quando comparados a homens e mulheres brancos, embora o levantamento de dados sobre a COVID-19 no país ainda revelam a escassez de dados desagregados por raça/cor, o que impossibilita a verificação

dos impactos de certos grupos sociais na pandemia⁹.

A gestão necropolítica também acompanha silenciosamente o poder de decidir sobre vida. Não se trata de pensá-la em uma única maneira de gerir abertamente as mortes e os mortos. Ela no Brasil demonstra-se entrar num dispositivo mais complexo em que ela se encontra, com discurso do inimigo, com o neoliberalismo, com forças de segurança, e com outras tantas racionalidades que compõem a lógica do poder no Brasil, e que são responsáveis pela gestão violenta e mortífera das populações, em especial das periferias do nosso país. Segundo Achille Mbembe (2011), se discute o quanto o Estado constrói políticas de exclusão baseadas na ideia de inimigo social e a partir disso elege os grupos considerados úteis ou descartáveis.

São condições mortíferas de fazer com que determinadas regiões ou grupos estejam submetidos permanentemente a um controle de sobrevivência em níveis mínimos

Mas, mesmo diante de tudo o que foi exposto, não resta dúvida de que ainda a liberdade deve ser exercitada.

REFERÊNCIAS

DELEUZE, Gilles. **El poder: curso sobre Foucault** (Tomo 2) [1986]. Buenos Aires: Cactus, 2014.

_____. **Nietzsche e a filosofia** [1962]. Rio de Janeiro: Rio – Sociedade Cultural, 1976.

ESPOSITO, Roberto. **Biopolítica y Filosofía**. Tradução de Edgardo Castro. Buenos Aires: Grama ediciones, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. Martins Fontes: São Paulo, 2008.

_____. **Diálogo sobre o poder. Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999.

_____. Espace, savoir et pouvoir. In: **DITS ET ECRITS IV**. Paris: Gallimard, 1994, p. 270-285.

_____. **Dits et écrits**. Paris: Éditions Gallimard. v. 4. 1994a

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Edições Graal: Rio de Janeiro, 1985.

_____. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1977. 277p.

⁹ Cf. Revista Consultor Jurídico, 2020.

_____. **El nacimiento de la biopolítica**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Edunesp, 1991. 177p.

HOBBS, Thomas. **O Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE; 2018.

LA BOÉTIE, E. **Discurso da servidão voluntária**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MAQUIAVEL, N. **Il príncipe**. In Tutte le opere. Org. por M. Martelli. Florença: Sansoni, 1993 (2º edição).

MBEMBE, A. **Necropolítica: seguido de sobre el governo privado indirecto**. Santa Cruz de Tenerife: Melusina; 2011.

_____. **Necropolítica**. São Paulo, sp: n-1 edições, 2018.

_____. **A crítica da razão negra**. São Paulo, Sp: n-1 edições, 2018a.

_____. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

_____. Necropolítica, una revisión crítica. In: BARRIOS, J.L.; MAC GREGOR, H. C.;

EXÓSITO, M. et. alii. **Estética y violencia: necropolítica, militarización y vidas lloradas**. México: Museo Universitario Arte Contemporáneo/Universidad Nacional Autónoma de México, 2012, p. 131-139.

ROUSSEAU, Jean-Jacque. **Do contrato social**. Trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

_____. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999a. 303p.

SAFATLE, Vladimir. **Bem-vindo ao Estado Suicidário**. Crisis & Crítica, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. São Paulo: Boitempo, 2020.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica**. Trad. Paulo Perdigão. Petrópolis: Vozes, 1997.

SOUSA, Reginaldo Cerqueira. **Vulnerabilidade, vida precária e luto: os impactos da pandemia da Covid-19 no Brasil**. UNIFESSPA, 2020.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima; AITH, Fernando Mussa Abujamra; RACHED, Danielle Hanna. A emergência do novo coronavírus e a "lei de quarentena" no Brasil. **Revista Direito e Práxis**, Ahead of print, Rio de Janeiro, [S.L], p.1-32, 2020.

(OPAS) Organização Pan-Americana da Saúde. **“OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia”**. <https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic> (consultado no dia 11 de março de 2020).

Da BBC News Brasil em Londres. **“Coronavírus: 10 gráficos para entender a situação atual do Brasil na pandemia”**. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52595760>. (Consultado no 13 de maio de 2020).

LINKIESTA. **“Coronavírus: Ogni giorno devo decidere chi deve essere intubato e chi no, chi deve vivere o morire”**. <https://www.linkiesta.it/2020/03/ospedali-coronavirus-mario-riccio/> (consultado em 27 de março de 2020).

BBC Future. **“The heart-wrenching choice of who lives and dies”**. <https://www.bbc.com/future/article/20200428-coronavirus-how-doctors-choose-who-lives-and-dies> (consultado no dia 28 de abril de 2020).

Da BBC New Brasil em São Paulo. **“Coronavírus: Médicos podem ter de fazer ‘escolha de Sofia’ por quem vai viver na Itália”**. <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51864814> (consultado no dia 13 de março de 2020).

G1 ES. **“Médicos terão que escolher quem vai viver e quem vai morrer”**. <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2020/06/08/medicos-terao-que-escolher-quem-vai-viver-e-quem-vai-morrer-diz-secretario-de-governo-do-es.ghtml> (consultado no dia 08/06/2020).

Da BBC News Brasil em São Paulo e em Londres. **“Brasil chega a 150 mil mortes por covid-19, mas número real pode ser muito maior”**. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54478219> (consultado 10 de outubro de 2020).

Revista Consultor Jurídico. **Defensorias pedem que coleta de dados da Covid contemple registro de raça e cor** [Internet]. 2020. <https://www.conjur.com.br/2020-jun-17/defensorias-pedem-dados-covid-contemplem-raca-cor> (consultado 10 de julho de 2020).

MISSÕES DE PAZ DA ONU SOB A PERSPECTIVA DA ÉTICA DO CUIDADO

Data de aceite: 01/04/2021

Data de submissão: 05/01/2021

Claudia Santos

<http://lattes.cnpq.br/1231572397355810>

Marlene Tamanini

<http://lattes.cnpq.br/1338579397385221>

Resumo: Conforme prescrito na Carta de São Francisco (1945), as Operações de Paz caracterizam-se como um dos mecanismos da ONU para salvaguardar a paz e a segurança internacionais, tendo sido criadas no fim da Segunda Guerra Mundial mediante uma mudança na natureza dos conflitos que passaram a ser mais regionais e civis em detrimento dos tradicionais conflitos entre Estados. A partir disso, com o intuito de atender as novas demandas do sistema internacional, ao longo dos anos, a ONU desenvolveu mecanismos para a construção da paz cada vez mais complexos e multidimensionais, ultrapassando o conceito tradicional de paz apenas como a ausência de conflito. Através de uma pesquisa qualitativa de análise dos conteúdos presentes no *United Nations Peacekeeping Operations: Principles and Guidelines (“Capstone Doctrine”)*, um dos principais documentos de princípios e orientações das Operações de Paz disponível no site oficial da Organização das Nações Unidas (ONU). Este texto objetiva analisar como estes conteúdos são apresentados e como eles podem ser pensados a partir de uma perspectiva da ética do cuidado frente aos desafios da democracia, levando-

se em consideração suas potencialidades e fraquezas enquanto perspectiva de análise para se pensar o objeto proposto.

PALAVRAS-CHAVE: Missões de paz; ética do cuidado; ONU.

ABSTRACT: As prescribed in the San Francisco Charter (1945), Peacekeeping Operations is characterized as one of the UN mechanisms to safeguard international peace and security, having been refined at the end of World War II through a change in the nature of the conflicts that they became more regional and civil to the detriment of conflicts between states. From this, in order to meet the new demands of the international system, over the years, a UN mechanisms for the construction of peace increasingly complex and multidimensional, surpassing the traditional concept of peace only as the exclusion of conflict. Through a qualitative research to analyze the content present in the United Nations Peacekeeping Operations: Principles and Guidelines (“Capstone Doctrine”), one of the main documents of principles and guidelines for Peace Operations available on the official website of the United Nations (UN) . This text aims to analyze how these contents are presented and how they can be thought from a perspective of the ethics of care in the face of the challenges of democracy, taking into account its strengths and weaknesses as a perspective of analysis to think about the proposed object.

KEYWORDS: Peacekeeping Operations, Ethics of Care; UN.

1 | INTRODUÇÃO

Desde a sua criação em 1945, a ONU tem por objetivo “Manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz” (ONU, 1945, p. 5), sendo assim as missões de paz caracterizam-se como um dos mecanismos mais importantes da ONU para salvaguardar a paz e a segurança internacionais. Tendo sido criadas no fim da Segunda Guerra Mundial, as missões de paz passaram por diversas mudanças em seus princípios e orientações, mediante uma mudança que ocorreu na natureza dos conflitos, que passaram a ser mais regionais e civis em detrimento dos tradicionais conflitos entre Estados. A partir disso, com o intuito de atender as novas demandas do sistema internacional, ao longo dos anos, a ONU desenvolveu mecanismos para a construção da paz cada vez mais complexos e multidimensionais, ultrapassando o conceito tradicional de paz apenas como a ausência de conflito.

Como modo de compreender a ética do cuidado nas missões de paz, Joan Tronto (2008) descreve as missões de paz como “a inserção de tropas que tentam impedir danos a cidadãos cujas vidas são ameaçadas pela guerra; assim, ampliando o significado para incluir formas de intervenção humanitária em situações de conflito” (TRONTO, 2008, p.181). Deste modo, ao colocarmos neste artigo as missões de paz sob uma perspectiva da ética do cuidado, a análise permeia uma abordagem que se caracteriza por uma contraposição à visão tradicional realista presente na ética militar e que propõe a incorporação de múltiplas dimensões de análise, para além do Estado, bem como a inclusão de todos os possíveis elementos de cuidado, elementos que parecem relevantes ao pensarmos a atuação das missões de paz, mas que possui pouca produção bibliográfica, especialmente no Brasil.

Sendo assim, a importância deste artigo justifica-se pelo esforço teórico em refletir sobre o potencial analítico que a ética do cuidado apresenta para os estudos sobre missões de paz, visto que ela propõe uma abordagem alternativa que compreende os seres enquanto interdependentes, ao invés de indivíduos independentes, e busca fazer com que os Estados realistas sejam mais cuidadosos quanto aos seus interesses nacionais no que diz respeito às intervenções de fazer, manter e/ou construir a paz, contribuindo para o fortalecimento da democracia. Sobre esta questão Virginia Held (1995) também salienta a necessidade de reordenação das prioridades pelas instituições políticas e sociais, ao passo que em teorias políticas liberais ocidentais, por exemplo, o Direito e o Estado configuram-se como elementos centrais de análise, tornando “periféricos os arranjos para a criação dos filhos e a produção de cultura” (HELD, 1995, não paginado) e ignorando a relevância que o cuidado tem para a sociedade e o Estado.

A fim de apresentar esta reflexão e cumprir com os objetivos propostos, o artigo estará dividido em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção contempla a discussão sobre moralidade e cuidado, visto que este representa o

começo da construção de uma ética do cuidado enquanto reivindicação de que questões como cuidado, empatia e relacionamentos devam ser abordadas pela moralidade como valor público tanto quanto as decisões racionais de seus agentes, não se restringindo ao âmbito doméstico. A segunda seção reflete sobre as missões de paz sob a perspectiva da ética do cuidado, e na terceira seção é realizada uma análise dos conteúdos presentes no *United Nations Peacekeeping Operations: Principles and Guidelines* (“*Capstone Doctrine*”), um dos principais documentos de princípios e orientações das Operações de Paz disponível no site oficial da Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de investigar como estes conteúdos são apresentados e como eles podem ser pensados a partir de uma perspectiva da ética do cuidado, retomando a revisão de literatura do artigo.

2 | TEORIA MORAL E A ÉTICA DO CUIDADO

Um texto interessante para dar início à discussão sobre o que é uma ética do cuidado é o de Nel Noddings (1995), no qual a autora remonta ao significado do que é ética primeiramente. De acordo com a autora, existe uma ética profissional e pessoal que pode ser entendida como um conjunto de regras explicáveis que orientam e justificam as condutas, e uma ética entendida como o estudo filosófico da moralidade, no qual “comportar-se eticamente não é se comportar em conformidade com qualquer descrição de moralidade, e devo afirmar que os sistemas éticos não são equivalentes simplesmente porque incluem regras relativas aos mesmos assuntos ou categorias” (NODDINGS, 1995, não paginado, tradução nossa).

Em virtude da escolha por uma análise que leve em consideração a ética enquanto um estudo da moralidade, Noddings (1995) expõe que apresenta uma visão contrária aos teóricos que não acreditam em um moralidade subjetiva, que é alterada mediante o contexto, mas em uma moralidade objetiva. Isto porque, segundo a autora, por mais que certos sentimentos, atitudes e memórias sejam reivindicados como sendo universais, o conjunto de julgamentos morais éticos de cada contexto não é universalizável. Sendo assim, a autora discute sobre a possibilidade de se considerar a moral não apenas como julgamento, mas como impulsos e atitudes morais, de acordo com certas relações de dependências, vulnerabilidades, em certos contextos de interdependência e da necessária proteção, visto que julgamentos geralmente implicam em juízos de valores de superioridade e inferioridade que causam um desequilíbrio na discussão moral.

Além disso, tal estudo tem implicações significativas, além da ética, para a educação. Se a educação moral, em um duplo sentido, é guiada apenas pelo estudo de princípios e julgamentos morais, não apenas as mulheres são levadas a se sentir inferiores aos homens no reino moral, mas também a própria educação pode sofrer de orientação moral empobrecida e unilateral (NODDINGS, 1995, não paginado, tradução nossa).

Como exposto na tese de Tânia Aparecida Kuhnen (2015), para Noddings “pensar a moralidade exclusivamente a partir de regras, proposições e princípios abstratos, e no tipo de raciocínio moral neles implicados, é inadequado” (KUHLEN, 2015, p. 183), isto porque, esta perspectiva se baseia em uma linguagem masculina que tornou-se um modelo dominante no desenvolvimento da teoria moral. Através de uma perspectiva alternativa é possível perceber que os problemas morais também podem ser vistos “a partir de uma outra linguagem empregada de forma preponderante pelas mulheres, em decorrência de suas vivências morais, qual seja, a linguagem do cuidado nas relações” (KUHLEN, 2015, p. 184). Sendo assim, a ética do cuidado decorre da experiência das mulheres, que tendem a abordar os problemas morais de modo mais pessoal, priorizando a manutenção das relações e o sentimento em relação à princípios abstratos. O que “não quer dizer que a ética do cuidado não possa ser compartilhada pelos homens, sujeitos morais perfeitamente capazes de praticarem o cuidado” (KUHLEN, 2015, p. 184).

Partindo desta premissa, Noddings (1995) pensa a construção de uma ética do cuidado pautada na existência de “uma forma de cuidar natural e acessível a todos os seres humanos” (NODDINGS, 1995, não paginado, tradução nossa), no qual a moralidade localiza-se não na consequência dos atos, mas na consciência anterior ao ato de quem cuida. É como lembrar-se de momentos em que a pessoa cuidou e foi cuidada durante a vida e deixar-se guiar por essa conduta. Do ponto de vista da autora, nas relações mais íntimas, com pessoas mais próximas, o cuidado seria natural, um “imperativo moral” nascido do desejo, ao contrário do cuidado ético que requer um esforço de manter essa atitude de cuidado. Sendo assim, apesar de podermos aceitar ou rejeitar esse impulso de cuidar, não existiria cuidado ético sem um cuidado natural inato.

Esta discussão nos remete à discussão trazida por Carol Gilligan em seu livro “Uma voz diferente: Psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta” (1982), considerado o marco fundador da discussão sobre cuidado, mas que também foi alvo de críticas por algumas autoras que o interpretaram como parte de uma “moralidade do cuidado”, no qual reforçava-se a dicotomia moral entre homens e mulheres. Marilyn Friedman (1995) em seu texto contestou estas críticas questionando como poderia a hipótese de gênero de Gilligan estar errada, de “que mulheres e homens não apresentam diferenças significativas no raciocínio moral, se mulheres e homens são culturalmente educados, treinados, pressionados, esperados e percebidos como tão radicalmente diferentes?” (FRIEDMAN, 1995, não paginado, tradução nossa).

Deste modo, como explica Claudia Card (1995), se partirmos do pressuposto de que somos “seres gendificados em uma sociedade com uma história de patriarcado, [e que] mulheres e homens herdaram diferentes passados e, conseqüentemente, diferentes expectativas sociais, linhas de comunicação, oportunidades e barreiras” (CARD, 1995, não paginado, tradução nossa), o objetivo de Gilligan (1982) em seu texto, para além de apresentar uma generalização, é focar no problema da interpretação e representação,

bem como demonstrar que a moralidade é socialmente construída, isto é, tem sua base na cultura, portanto, o problema não estaria na diferença, mas na desigualdade entre os julgamentos morais e no determinismo biológico, como descrito do excerto abaixo.

O lugar das mulheres na vida dos homens tem sido aquele de alimentadora, cuidadora, e companheira, a tecelã daquelas redes de relacionamentos nas quais ela por sua vez confia. Mas enquanto as mulheres têm assim cuidado dos homens, os homens têm, em suas teorias do desenvolvimento psicológico, assim como nos seus arranjos econômicos, tendido a presumir ou desvalorizar aquele cuidado. Quando o foco na individuação e realização pessoal se estende à vida adulta e a maturidade é igualada com autonomia pessoal, a preocupação com os relacionamentos surge como uma fraqueza das mulheres em vez de uma força humana (GILLIGAN, 1982, p.27).

Ademais a necessidade de valorização da perspectiva do cuidado, Noddings (1995) manifesta que o fato de mulheres, majoritariamente por conta da socialização, julgarem em termos da sua capacidade de cuidar, isto não as impede de “organizar princípios hierarquicamente e derivar conclusões logicamente” (NODDINGS, 1995, não paginado, tradução nossa). Esta moralização do gênero parte do princípio de que “determinados ideais morais, valores, virtudes e práticas são culturalmente concebidos como projetos especiais ou domínios de gêneros específicos” (FRIEDMAN, 1995, não paginado, tradução nossa), sendo assim, a partir destas concepções poderiam ser determinadas quais condutas seriam normais, adequadas ou esperadas para cada gênero.

Mas como expresso por Annette Baier (1995), ao contrário deste ponto de vista essencialista que pensa as perspectivas morais enquanto fixas, as mulheres - assim como a população negra – também se apropriaram da perspectiva da justiça e se utilizaram da linguagem de direitos para mudarem suas posições sociais e lutarem contra a opressão, mesmo que estes preceitos do direito, autonomia e justiça, enquanto uma moral tradicional, também tenham fornecido “‘justificativas’ para a opressão daqueles de quem os principais titulares de direitos dependiam para fazer o tipo de trabalho que eles próprios preferiam não fazer” (BAIER, 1995, não paginado, tradução nossa), como o trabalho doméstico.

Como explica Gilligan (1995), embora as percepções sejam ambíguas e as pessoas estejam cientes disso, elas tendem a escolher uma ou outra definição que as ajudem na resolução de conflitos morais, e esta “tendência de se concentrar em uma perspectiva e o desejo de justificativa” (GILLIGAN, 1995, não paginado, tradução nossa) não seriam o problema, mas a dominância de uma perspectiva moral utilizada como parâmetro para avaliar a maturidade do raciocínio moral, neste caso uma teoria moral focada na justiça. Sendo assim, a importância de uma abordagem que contemple outra percepção está na recusa de uma história única, contrapondo a visão universalizante e individualista de Kant, e na desmistificação de que esta ambiguidade moral signifique ser excludente ou oposto, isto é, o cuidado como injusto e a justiça como indiferente.

Na verdade, como explica Gilligan (1995), estas perspectivas apenas apontam

para diferentes modos de organizar os elementos básicos do julgamento moral que são compostos pelo eu, os outros e a relação entre eles. Na perspectiva da justiça, por exemplo, o foco da conexão humana se estabelece pela hierarquia e o equilíbrio, sendo sua questão moral: “O que é justo?”, enquanto na perspectiva do cuidado as relações levam em consideração as redes e os entrelaçamentos, se indagando: “Como responder?”. As preocupações, deste modo, são diferentes, enquanto um enfatiza mais o acordo (direitos e respeito), o outro preocupa-se mais com a manutenção e fortalecimento das conexões (compreensão e escuta), mas não são excludentes. Alisson Jaggar (1995) comenta que estas representações muitas vezes são caricatas, e que por mais que a perspectiva da justiça frequentemente negligencie ou menospreze o significado moral da emoção, ela ainda envolve características emocionais, como respeito e indignação, já a perspectiva do cuidado também se encontra além do entendimento de um simples sentimento, visto que ela demanda um processo de cálculo mental para suas ações.

Sobre prevalência da perspectiva da justiça em nossa sociedade, Baier (1995) manifesta que os elementos estruturantes da perspectiva da justiça, como direitos iguais, liberdade de expressão, participação política e o seu caráter processual/contratual, não criaram uma base para qualquer outro tipo de relacionamento entre os envolvidos, senão o mínimo necessário para o bom funcionamento da sociedade civil, o que poderia levar a um esvaziamento do sentido da existência humana. Argumentação que é sustentada pelo relato de dos entrevistados de Gilligan (1982) em seu livro, um rapaz que recém havia descoberto a realidade das diferenças, por conta do término de relacionamento, e que ao mudar sua concepção moral diz: “As pessoas têm concretas necessidades emocionais de estarem ligadas a alguma coisa, e a igualdade não lhe dá ligação. A igualdade fratura a sociedade e dá a toda pessoa o encargo de ficar de pé sobre os dois pés” (GILLIGAN, 1982, p.27). Por igualdade na fala do entrevistado entende-se a perspectiva da justiça, visto que ela não tem como foco principal os relacionamentos para além da lógica racional.

Em razão disto, sobre a perspectiva do cuidado na construção da justiça, Gilligan (1995) acredita que o cuidado apresenta uma conotação de misericórdia, um “altruísmo escolhido livremente - uma decisão de modular as exigências estritas de justiça considerando a equidade ou mostrando perdão” (GILLIGAN, 1995, não paginado, tradução nossa), isto porque, o cuidado enquanto uma decisão moral fundamenta-se no pressuposto de que o eu e o outro são interdependentes, o que reflete em um modelo de ação responsivo que preza pela conexão e interação humana. Apresentando uma visão similar, porém, que dispensa a concepção de misericórdia para o cuidado, é Annette Baier (1995) que acredita que o cuidado seja um suplemento humanitário à justiça, por apresentar um caráter menos autoritário e que se preocupa com o bem dos outros e da comunidade. A ética do cuidado, desta forma, questiona a perspectiva da justiça e as regras liberais como um bom conjunto mínimo para orientar a sociedade, visto que geralmente elas apresentam uma abordagem insuficiente sobre a responsabilidade de proteger.

3 I AS MISSÕES DE PAZ SOB A PERSPECTIVA DA ÉTICA DO CUIDADO

Uma abordagem pertinente para se pensar as missões de paz sob a perspectiva da ética do cuidado, dando continuidade à seção anterior, é a trazida por Joan Tronto e Berenice Fisher (1990), que ampliaram o conceito de cuidado para além da relação de uma pessoa cuidando diretamente da outra, para uma dimensão mais reflexiva do cuidado como público e político, visto que as missões de paz foram criadas em um contexto em que a preocupação da ONU era não só compreender a paz como a ausência de conflito, mas como uma construção que possibilita o desenvolvimento socioeconômico e que compromete-se com o bem-estar dos indivíduos. Desta forma, a noção de cuidado para as autoras configura-se como “tudo o que fazemos para manter, continuar e reparar o nosso mundo, para que possamos viver nele o melhor possível” (FISHER; TRONTO, 1990, p. 40), o que inclui o cuidado com o nosso corpo, o meio ambiente e toda uma rede complexa de elementos que fazem parte da vida.

Comumente, o posicionamento da ética do cuidado frente ao militarismo, faz parecer que esta abordagem implica em um completo pacifismo, quando na verdade ela pressupõe uma “responsabilidade de proteger aqueles com quem nos importamos, o que às vezes só é possível usando força militar” (WINGROVE-HAUGLAND, 2016, p.1), isto porque a violência também pode acontecer em um contexto de cuidado, como quando “Alguém pode violentamente puxar uma criança para fora do caminho de um carro que se aproxima mesmo que isso desloque o ombro dela” (HELD, 2010, p. 121). A questão aqui, como explica Virginia Held (2010), refere-se ao objetivo do uso da violência, que neste caso seria empregar um cuidado, não aniquilar “inimigos”.

A partir disso, Virginia Held (2008) considera que “a ética do cuidado pode fornecer a base para a valorização da não-violência sobre a violência em conflitos regionais e globais” (HELD, 2008, p. 2), tornando a necessidade do uso da força a menor possível. Para esta perspectiva a base para a valorização da não-violência pressupõe procedimentos básicos do cuidado, que até então eram do doméstico e que se expandem para o âmbito público internacional, como diálogo, escuta, construção de confiança, atenção às necessidades alheias e, no caso mais amplo, negociação, diplomacia e ações com foco na prevenção com o objetivo de minimizar a violência.

A ética do cuidado, segundo Wingrove-Haugland (2016), possui três premissas dentro do âmbito dos conflitos: a responsabilidade de proteger e proteção do princípio de não-intervenção, análise dos conflitos por meio de múltiplas perspectivas e reconhecimento moral das relações entre militares. É importante ressaltar que a ética do cuidado recusa quaisquer justificativas morais como prerrogativas para a guerra e a violência, contrapondo-se a teoria da guerra justa e apoiando o pacifismo, mesmo que não completamente. Uma perspectiva, por exemplo, que considere apenas aqueles que estão sob ataque e o interesse nacional, não prevê limites morais sobre os seus inimigos, podendo incorrer,

assim, em uma abordagem realista que, segundo Pedro Marques (2019), configura-se como uma perspectiva das Relações Internacionais, no qual o Estado é o ator principal e há pouca possibilidade de cooperação, pois entende-se que o sistema internacional é anárquico e desigual, o que geraria uma luta constante pelo poder.

Em decorrência disso, muitos argumentos morais serviram como base para a determinação de guerras justas e injustas referindo-se aos princípios de abstração, imparcialidade e universalização que se originam no século XVIII e que estabelecem relação com a ética militar masculina ao afirmarem que a violência é justificável desde que atenda à determinados critérios deliberados. Deste modo, uma perspectiva do cuidado que preza pela responsabilidade de proteger difere-se de um direito de intervir, ao exigir justificativas mais fortes para o uso da força militar, sendo seu objetivo intervir “em nome de populações indefesas quando o interesse nacional não está em jogo, como em Ruanda em 1994” (WINGROVE-HAUGLAND, 2016, p.6).

Para autoras do cuidado como Tronto (1997) e Molinier e Paperman (2015), a ética do cuidado está intimamente ligada à uma ideia ou algum tipo de responsabilidade e compromisso, contínuos ou não. Esta responsabilidade se configuraria em termos relacionais, isto porque é “A relação [que] cria responsabilidade, ela compreende (no sentido de conter) a exigência de uma resposta, não em função de traços compartilhados ou propriedades formais de relações, mas de atividades comuns, passadas, presentes, que conectam os protagonistas” (MOLINIER; PAPERMAN, 2015, p.48). Para as autoras o estabelecimento de uma responsabilidade que fosse baseada apenas na formalidade de direitos e deveres, seria um obstáculo para uma ética global da responsabilidade, pois a responsabilidade ocorre na prática.

Em seu texto “*Is Peacekeeping Care Work?*”, Tronto (2008) aprofunda a discussão sobre a ética do cuidado nas missões de paz e resgata as quatro fases do cuidado definidas por ela e Fisher (1990) anteriormente para discorrer sobre o modo como uma coalizão estadual ou internacional deveria pensar quando conduz ou considera uma intervenção. A primeira fase do cuidado nas missões de paz, seria a preocupação coletiva para com aqueles que são vítimas de abusos dos Direitos Humanos e o reconhecimento das necessidades do outro como o ponto de partida. A segunda fase seria do cuidado como “tomar conta de” e refere-se à adoção de responsabilidades, que não necessariamente são obrigações, mas um conjunto de capacidades e conexões que compreende que somos interconectados/interdependentes.

A terceira fase seria o cuidado como “prover” e relaciona-se à competência e aos esforços empreendidos nas intervenções militares, principalmente, quanto ao uso da força. Para a ética do cuidado estes esforços devem ser compreendidos como um tipo de prática que é orientada à um propósito - manutenção da paz - e que considera as necessidades dos outros e seu contexto dentro de uma perspectiva relacional do cuidado. A última fase do cuidado como “receber cuidados” ou também denominada como responsividade, diz

respeito ao sucesso da intervenção e sua capacidade de resposta para saber se os abusos, de fato, terminaram. De acordo com Tronto (2008), poucas intervenções humanitárias foram bem-sucedidas seguindo este parâmetro, pois “as questões sobre responsabilidade e competência não foram capazes de superar os interesses dos Estados na condução de intervenções humanitárias, como se eles estivessem perseguindo seus próprios interesses” (TRONTO, 2008, p. 194).

Sendo assim, esta última fase relaciona-se diretamente com o fato de o cuidado sempre envolver relações de poder quando exercido entre atores de poder desigual. A partir disso, a autora atenta para o fato de que, se os receptores de cuidado estiverem em situação muito vulnerável, os cuidadores podem atuar de maneira paternalista ou até mesmo contra os interesses daqueles que precisam e em nome de seus interesses próprios. Fiona Robinson (2001) denomina este comportamento como a tradução de discursos assistencialistas em discursos paternalistas, “no qual os poderosos cuidam dos outros inferiores, que não têm a capacidade de agir como agentes autônomos” (ROBINSON, 2011, p. 120).

Este problema poderia ser resolvido se as intervenções fossem conduzidas sob o ponto de vista das necessidades das pessoas, caracterizando-se, de fato, como intervenções humanitárias, democráticas e populares. Neste sentido, o ponto de vista da ética do cuidado poderia contribuir para que estas situações fossem compreendidas como relações históricas e contemporâneas de interdependência, rompendo e desafiando a concepção de dominação e dependência. De modo geral, como expresso por Robinson (2001), uma ética do cuidado configura-se como uma importante ferramenta de orientação para políticas de intervenção humanitária, manutenção e construção da paz, ao construir e reconstruir relações de responsabilidade e cuidado como base para uma paz duradoura.

4 | ANÁLISE DOS CONTEÚDOS – PRINCÍPIOS E ORIENTAÇÕES DAS OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU

Dando continuidade aos esforços de Joan Tronto (2008) em compreender as missões de paz sob uma perspectiva da ética do cuidado, como visto na anteriormente, esta seção busca de uma maneira mais específica, a partir da análise de um dos principais documentos de princípios e orientações das Operações de Paz denominado *United Nations Peacekeeping Operations: Principles and Guidelines (“Capstone Doctrine”)* disponível no site da ONU, também investigar como os conteúdos apresentados podem ser pensados a partir de uma perspectiva da ética do cuidado.

Segundo o professor Michael Kai Kenkel (2013), estes esforços de teóricos e teóricas das Ciências Sociais em incorporar avanços na conceituação de paz e segurança, como o conceito de Segurança Humana (BUZAN; HANSEN, 2012), paz positiva (GALTUNG, 1969), feminismo (ENLOE, 1989; TICKNER, 1992) e ética do cuidado (TRONTO, 2008), surgiram após mudanças ocorridas na operacionalização das missões de paz, que se

tonaram mais coercitivas e impositivas na construção da paz. Estes trabalhos abordam “a problemática da segurança a partir da crítica ao estadocentrismo e à dimensão militar das concepções tradicionais” (COSTA et al., 2009, p. 222), sendo assim estes novos conceitos e entendimentos sobre as questões de segurança internacional tem como objetivo sugerir às missões de paz uma postura menos reativa, que atenua o conflito, e mais proativa que procure influenciar o seu resultado.

De acordo com o site oficial da ONU (2020), os princípios e orientações das operações de paz são compostos por conhecimentos que apoiam e otimizam a ação de militares, policiais e civis na implementação de suas tarefas, sendo este material constantemente atualizado por meio do resultado de relatórios de campo, convenções e pesquisas acadêmicas. Logo na nota introdutória de *United Nations Peacekeeping Operations: Principles and Guidelines (“Capstone Doctrine”)* (ONU, 2008) escrita por Jean-Marie Guéhenno, subsecretário-geral para Operações de Manutenção da Paz, percebemos algumas das premissas da ética do cuidado em situações de conflitos elencadas por Wingrove-Haugland (2016), como responsabilidade de proteger e análise dos conflitos por meio de múltiplas perspectivas

Nos últimos sessenta anos, a manutenção da paz das Nações Unidas se tornou **uma das principais ferramentas usadas pela comunidade internacional para administrar crises complexas que representam uma ameaça à paz e à segurança internacionais** [...] Não apenas a manutenção da paz das Nações Unidas cresceu em tamanho, mas **tornou-se cada vez mais complexa**. Além de simplesmente monitorar cessar-fogo, as operações **multidimensionais** de manutenção da paz de hoje são chamadas a facilitar o processo político através da promoção do **diálogo** nacional e da reconciliação, **proteger civis**, ajudar no desarmamento, desmobilização e reintegração de combatentes, apoiar a organização de eleições, **proteger** e promover os direitos humanos e auxiliar na restauração do Estado de Direito (ONU, 2008, p. 7, tradução nossa, grifo das autoras).

Assim como apresentado por Kenkel (2013), de que as missões de paz no seu princípio envolviam somente tarefas militares, mas que passaram a desenvolver mecanismos de atuações mais complexas e multidimensionais, também é possível verificar no documento estas mudanças nas abordagens das missões de paz. De acordo com este documento, as operações tradicionais de manutenção da paz eram essencialmente de caráter militar e geralmente envolviam ações de “Observação, monitoramento e relatórios; Supervisão de cessar-fogo e apoio aos mecanismos de verificação; A mediação [era o] amortecedor e medida de construção de confiança” (ONU, 2008, p 21). Quando estas se modificaram ao longo do tempo e tornaram-se mais multidimensionais, de modo a atender as novas demandas do cenário internacional que se caracterizavam pelo aumento dos conflitos regionais e civis, aspecto intensificado no Pós Guerra Fria, suas funções passaram a considerar critérios básicos do cuidado, como exposto por Virginia Held (2008), de diálogo, construção de confiança, diplomacia, atenção às necessidades alheias e ações

com foco na prevenção com o objetivo de minimizar a violência. Dentre estas funções estão:

a) **Criar um ambiente seguro e estável**, ao mesmo tempo que fortalece a capacidade do Estado de fornecer segurança, com pleno respeito ao Estado de Direito e aos direitos humanos; b) Facilitar o processo político ao **promover o diálogo e a reconciliação e apoiando** o estabelecimento de instituições legítimas e eficazes de governação [...] Em situações de conflito armado interno, os civis respondem pela grande maioria das vítimas. Muitos civis são desenraizados à força dentro de seus próprios países e **apresentam vulnerabilidades específicas** decorrentes de seu deslocamento. Como resultado, a maioria das operações multidimensionais de manutenção da paz das Nações Unidas são agora mandatadas pelo Conselho de Segurança **para proteger civis sob ameaça de violência física** (ONU, 2008, p. 23-24, tradução nossa, grifo das autoras)

Como verifica-se ao longo deste documento, a palavra cuidado não parece ser utilizada com o sentido de “cuidar de”, mas de “cuidado com”. Deste modo, para citar alguns exemplos, aparece a necessidade de cuidado com “O papel que os atores ou organizações regionais desempenham no conflito” (ONU, 2008, p. 50) ou com “Quaisquer planos baseados em capacidades excessivamente ambiciosas, sem financiamento ou aspiracionais” (ONU, 2008, p. 55). Mas esta constatação não significa que as missões de paz não “cuidem de”, ao que parece, no documento o termo utilizado para isto é o de “responsabilidade de proteger”, que inclui uma grande preocupação com civis, como descrito a seguir.

[...] **o Conselho de Segurança concedeu às operações de manutenção da paz das Nações Unidas mandatos “robustos” autorizando-as a “usar todos os meios necessários”** para impedir tentativas forçadas de interromper o processo político, **proteger civis sob ameaça iminente** de ataque físico e / ou ajudar as autoridades nacionais a manter lei e ordem (ONU, 2008, p. 34, tradução nossa, grifo das autoras).

Quanto ao uso da força pelas missões de paz, é interessante perceber que no trecho acima, “usar todos os meios necessários”, incluindo o uso da força, está entre aspas, o que sugere uma explicação, e ela vem logo em seguida no seguinte excerto.

O uso da força por uma operação de manutenção da paz das Nações Unidas sempre **tem implicações políticas** e muitas vezes pode dar origem a circunstâncias imprevistas. Os **juízos** relativos ao seu uso deverão ser **feitos no nível apropriado dentro de uma missão**, com base em uma combinação de fatores, incluindo a capacidade da missão; **percepções públicas; impacto humanitário**; proteção da força; segurança e proteção do pessoal; e, o mais importante, **o efeito que tal ação terá no consentimento nacional e local para a missão** (ONU, 2008, p. 35, tradução nossa, grifo das autoras).

Esta orientação prescrita acima pela ONU (2008) parece estar de acordo com o que Tronto (2008) denomina como terceira fase do cuidado, o cuidado como “prover”, que se refere aos esforços empreendidos para minimizar o uso da força nas intervenções militares e que leva em consideração as necessidades dos outros e o seu contexto. Estes aspectos também aparecem nas orientações para avaliação da implementação das missões de paz, quanto ao contexto, por exemplo, afirma-se que “o Conselho de Segurança responde às crises caso a caso” (ONU, 2008, p. 47), sendo umas das razões, o fato de que “muitas das crises perante o Conselho de Segurança são de caráter regional [sendo assim] raramente os problemas em um estado podem ser tratados isoladamente de seus vizinhos” (ONU, 2008, p. 50). Esta afirmação também vai ao encontro do que Tronto (2008) relata sobre as crises humanitárias de que, geralmente, são desencadeadas por dimensões diversas que incluem raça, religião, etnia, nacionalismo e classe, e que, portanto, os membros das missões de paz dentre outras posturas esperadas, devem respeitar os costumes locais e evitar comportamentos que ofendam a população, isto porque, o modo como as missões de paz é conduzido tem um efeito no seu resultado.

Em outro trecho percebemos que a importância do respeito à diversidade cultural também está presente no gerenciamento de militares, policiais e civis na missão, pois geralmente a equipe é formada por pessoas que nunca trabalharam juntas antes e que são de nacionalidades diferentes, o que poderia causar atritos no ambiente de operação. Para isso, o documento sugere que “as tensões internas [sejam] gerenciadas de forma proativa, durante os primeiros meses, para **minimizar mal-entendidos e evitar ressentimentos** que podem poluir as relações entre os funcionários a longo prazo” (ONU, 2008, p. 65, tradução nossa, grifo das autoras). Esta orientação parece compor uma das dimensões do cuidado descritas por Ângelo Soares (2012), que é a dimensão relacional. Esta dimensão relaciona-se com as capacidades de evitar o embaraço nas interações, como a diplomacia e a escuta como modo de preservar a comunicação.

No que se refere às necessidades a serem atendidas, o trecho abaixo nos remete ao que Gilligan (1995) fala sobre o cuidado enquanto uma decisão moral, pois considera o eu e o outro como interdependentes, e refletiria em um modelo de ação responsiva com foco na conexão e interação humana. Neste documento consta que

A recuperação bem-sucedida do conflito **requer o envolvimento de uma ampla gama de atores** - incluindo as autoridades nacionais e a população local [...] O **planejamento integrado** está no centro dos esforços das Nações Unidas para desenvolver tal **resposta** (ONU, 2008, p. 53, tradução nossa, grifo das autoras).

Este caráter responsivo das missões de paz aparece como a quarta fase do cuidado por Tronto (2008), e diz respeito ao sucesso da intervenção e sua capacidade de resposta para saber se os abusos, de fato, terminaram. De acordo com a autora, poucas intervenções humanitárias foram bem-sucedidas seguindo este parâmetro, pois “as questões sobre

responsabilidade e competência não foram capazes de superar os interesses dos Estados na condução de intervenções humanitárias, como se eles estivessem perseguindo seus próprios interesses” (TRONTO, 2008, p. 194). No documento, a questão da responsividade aparece no capítulo 8 denominado “Apoio e sustentação das operações de manutenção da paz das Nações Unidas” (ONU, 2008, p. 77), e refere-se à forma eficaz de um sistema funcionar, pois eficácia teria a ver com responsividade e flexibilidade.

No que concerne o impacto das missões de paz, verificamos que há uma preocupação no documento que também está presente na ética do cuidado, segundo a definição de Joan Tronto (2008). Esta preocupação refere-se à necessidade do engajamento de múltiplas perspectivas para a análise de um contexto, a fim de prevenir o equívoco de uma visão parcial que não abranja todos os possíveis objetos de cuidado, deste modo

Ao avaliar o impacto da missão e conceber estratégias para abordá-lo, **a missão deve ter o cuidado de garantir que os impactos diferenciais sobre os homens e mulheres, bem como crianças e grupos vulneráveis, são considerados.** Apesar de nenhuma missão pode controlar todos os efeitos colaterais de sua presença; **ela deve realizar a devida diligência** para administrar seu próprio impacto (ONU, 2008, p. 82, tradução nossa, grifo das autoras).

Por fim, uma outra premissa da ética do cuidado pensando os conflitos trazida por Wingrove-Haugland (2016) que é encontrada ao longo do documento, refere-se à proteção do princípio de não-intervenção, que leva em consideração o consenso entre as partes. Segundo o documento analisado, as missões de paz “são realizadas com o consentimento das principais partes em conflito. Isso requer um compromisso das partes com um processo político e sua aceitação de uma operação de manutenção da paz com mandato para apoiar esse processo” (ONU, 2008, p. 31).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, este artigo buscou contribuir para uma discussão mais ampla do que seriam as missões de paz sob a perspectiva da ética do cuidado. Como vimos, esta abordagem parece ainda bastante incipiente nos estudos de segurança internacional, mesmo que apresente reflexões pertinentes aos Estados, instituições e sociedade. Ao longo do artigo, a partir de uma breve revisão de literatura, compreendemos que a ética do cuidado surge da experiência das mulheres e de um descontentamento com a moral kantiana, que dominava a teoria moral ocidental, focada na ética da justiça. Sendo assim, a ética do cuidado como teoria feminista apresenta uma recusa ao desapego e a despersonalização, por meio da compreensão de que somos interdependentes, e de que precisamos ir além, expandir o mínimo essencial que seria a justiça e direito, buscando amparar e buscar respostas mais compreensivas para os problemas.

Como expresso por Friedman (1995), a abordagem feminista do cuidado reivindica a

autoimagem, a percepção e os sentidos de valor moral das mulheres que na ética filosófica foram “até recentemente quase inteiramente um produto do pensamento de alguns homens”, buscando ampliar em termos morais a compreensão do cuidado e levando em consideração não só a sua importância para a vida cotidiana em sociedade, mas também a necessidade de reestruturação das instituições políticas e sociais, contrapondo-se à uma abordagem feminina do cuidado que carrega consigo concepções tradicionais do binarismo de gênero que não sugere nem exige “um repensar fundamental das categorias morais” (FRIEDMAN, 1995, não paginado, tradução nossa).

Na última seção deste artigo, que tem como objetivo analisar os princípios e orientações para operações de manutenção de paz, a partir de uma análise dos conteúdos presentes no *United Nations Peacekeeping Operations: Principles and Guidelines (“Capstone Doctrine”)*, verifica-se que as missões de paz da ONU gradativamente tem adotado uma abordagem mais multidimensional que inclui o recrutamento de pessoas com habilidades que vão além de uma capacidade militar. Para além disso, uma constatação ainda incipiente, mas que parece importante é o fato de o cuidado nas missões de paz ser representado a partir da responsabilidade de proteger, contrapondo a premissa tradicional militar, de “direitos” por “responsabilidades”, como fez Joan Tronto (2008), buscando o não uso da força e levando em consideração todos aqueles que estão envolvidos, por entender que uma abordagem mais estreita é necessária por conta da interdependência. Sendo assim, de modo geral, no documento percebemos que de fato há uma busca dos princípios e orientações em propor atuações mais multidimensionais que considerem perspectivas que podem ser compreendidas como sendo pertencentes à ética do cuidado, como diálogo, construção de confiança, diplomacia, atenção às necessidades alheias e ações com foco na prevenção. A hipótese a ser verificada nos trabalhos futuros é de que esta inserção de uma perspectiva da ética do cuidado no âmbito militar tenha ocorrido, senão pelas mulheres, a partir da correlação direta destas com valores que figuram caros à construção da paz, principalmente, com relação à civis.

REFERÊNCIAS

BAIER, A. The Need for More than Justice. In: HELD, V (Ed.). **Justice and Care: Essential Readings in Feminist Ethics**. Edição: 1. Boulder: Westview Press, E-book Kindle. 1995. 248 p.

CARD, C. Gender and Moral Luck. In: HELD, V (Ed.). **Justice and Care: Essential Readings in Feminist Ethics**. Edição: 1. Boulder: Westview Press, E-book Kindle. 1995. 248 p.

ENLOE, C (Ed.). **Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics**, Berkeley: University of California Press. 1989.

FRIEDMAN, M. Beyond Caring: The De-Moralization of Gender. In: HELD, V (Ed.). **Justice and Care: Essential Readings in Feminist Ethics**. Edição: 1. Boulder: Westview Press, E-book Kindle. 1995. 248 p.

- GALTUNG, J (Ed.). **Peace by peaceful means: Peace and conflict, development and civilization.** Oslo: Sage. 1969.
- GILLIGAN, C. Moral Orientation and Moral Development. In: HELD, V (Ed.). **Justice and Care: Essential Readings in Feminist Ethics.** Edição: 1. Boulder: Westview Press, E-book Kindle. 1995. 248 p.
- GILLIGAN, C. **Uma voz diferente: Psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta.** Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos. 1982.
- HASEN, L.; BUZAN, B (Ed.). **The evolution of international security studies.** Cambridge: Cambridge University Press. 2009.
- HELD, V (Ed.). **Justice and Care: Essential Readings in Feminist Ethics.** Edição: 1. Boulder: Westview Press, E-book Kindle. 1995. 248 p.
- HELD, V. **Can the Ethics of Care Handle Violence?** *Ethics and Social Welfare*, 4:2, p. 115-129.
- HELD, Virginia. Military Intervention and the Ethics of Care. **The Southern Journal of Philosophy**, 46 (1): 1-20. 2008.
- JAGGAR, A. Caring as a Feminist Practice of Moral Reason. In: HELD, V (Ed.). **Justice and Care: Essential Readings in Feminist Ethics.** Edição: 1. Boulder: Westview Press, E-book Kindle. 1995. 248 p.
- KENKEL, Kai Michael. (2013) Five generations of peace operations: from the “thin blue line” to “painting a country blue”. **Revista Brasileira de Política Internacional.**, 56.(1): 122-143.
- KUHNEN, T. **O princípio universalizável do cuidado: Superando limites de gênero na teoria moral.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Departamento de Filosofia, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Santa Catarina, 2015
- MENDES, P. As teorias principais das Relações Internacionais: Uma avaliação do progresso da disciplina. *Relações Internacionais*, Lisboa, n. 61, p. 95-122, mar. 2019.
- MOLINIER, Pascale; PAPERMAN, Patrícia. Descompartimentar a noção de cuidado?. **Revista brasileira de Ciência Política**, 18 (1): p.43-57. 2015.
- NODDINGS, N. Caring. In: HELD, V (Ed.). **Justice and Care: Essential Readings in Feminist Ethics.** Edição: 1. Boulder: Westview Press, E-book Kindle. 1995. 248 p.
- ONU. Carta da Organização das Nações Unidas de 1945, promulgada, no Brasil pelo Decreto Legislativo nº 19.841, de 22 de setembro de 1945, publicada em [<http://www.un.org/aboutun/charter/>]. Disponibilidade: 09 de agosto de 2019.
- ONU. Policy and Guidance. 2020. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/policy-and-guidance>. Acesso em: 19 de agosto de 2020.
- ONU. **United Nations Peacekeeping Operations: Principles and Guidelines (“Capstone Doctrine”).** 2008. Disponível em: < https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/peacekeeping/en/capstone_eng.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2020.

ROBINSON, Fiona. (Ed). **The Ethics of Care: A Feminist Approach to Human Security**, Temple University Press, Philadelphia. 2011.

SOARES, Ângelo. (2012) As emoções do *care*. In HIRATA, Helena Sumiko; GUIMARÃES, Nadya Araújo. (ed.). **Cuidado e cuidadoras: As várias faces do trabalho do care**. São Paulo: Atlas.

TRONTO, J. C.; FISHER, B. Toward a Feminist Theory of Caring. In E. Abel; M. Nelson. (ed.). **Circles of Care**, Albany, NY: SUNY Press. 1990.

TRONTO, Joan C. (1997) Mulheres e Cuidados: O que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: BORDO, SUSAN R; JAGGAR, ALISON M. (Ed.). **Gênero, Corpo, Conhecimento**, Rio de Janeiro: Record/ Rosa dos Tempos

TRONTO, Joan. (2008) Is Peacekeeping Care Work?: A Feminist Reflection on the right to Protect. In WHISNANT, Rebecca; DESAUTELS, Peggy. (ed.). **Global Feminist Ethics**, Rowman & Littlefield Publishers.

WINGROVE-HAUGLAND, Erik. **The Ethics of Care and the Ethics of War**. 2016. Publicado em [International society for military ethics.org](https://www.internationalsocietyformilitaryethics.org/uploads/5/3/8/9/53896955/wingrove-haugland__ethicsofcare_ethicsofwar.pdf) [https://www.internationalsocietyformilitaryethics.org/uploads/5/3/8/9/53896955/wingrove-haugland__ethicsofcare_ethicsofwar.pdf]. Acesso em:: 26 de julho de 2019.

CAPÍTULO 6

DA EMERGÊNCIA DO PROBLEMA AMBIENTAL À EMERGÊNCIA DO AMBIENTE NA SOCIOLOGIA

Data de aceite: 01/04/2021

Data de submissão: 06/01/2021

Nuno Manuel dos Santos Carvalho

Escola Superior de Educação – Instituto
Politécnico de Coimbra

CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de
Ciências Sociais – FCSH – Universidade Nova
de Lisboa
Coimbra – Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-0970-7331>

RESUMO: O presente texto, sob a forma de ensaio, tem como suporte uma revisão da literatura e desenvolve outras reflexões do autor sobre o tema. Numa primeira parte procede-se a uma abordagem conceptual da relação homem-natureza, incidindo particularmente nas mudanças introduzidas pelo aumento da capacidade tecnológica, seguida de uma retrospectiva da emergência do problema ambiental. O ponto crítico de partida é situado na Revolução Industrial, procurando posteriormente os momentos chave do problema ambiental, da reflexão em torno do mesmo e dos diversos eventos e atores que conduziram à emergência de uma consciência ecológica. Numa segunda parte, faz-se uma abordagem da emergência das questões ambientais na sociologia, partindo dos contributos pioneiros da Escola de Chicago, passando pelo NEP (New Environmental Paradigm) de Catton e Dunlap, refletindo em torno do conceito de modernização reflexiva e de uma sociologia do risco e dos problemas globais, através sobretudo da análise e da discussão de

Beck, Giddens e Lagadec.

PALAVRAS - CHAVE: problema ambiental, consciência ecológica, risco, sociologia.

ABSTRACT: This text, in the form of an essay, is supported by a literature review and develops other reflections by the author on the topic. In the first part, a conceptual approach to the man-nature relationship is made, focusing particularly on the changes introduced by the increase in technological capacity, followed by a retrospective of the emergence of the environmental problem. The critical starting point is the Industrial Revolution, followed by a search of the key moments of the environmental problem, the reflection around it and the different events and players that led to the emergence of an ecological awareness. In a second part, an approach is made to the emergence of environmental issues in sociology, starting with the pioneering contributions of the Chicago School, going through the NEP (New Environmental Paradigm) by Catton and Dunlap, reflecting around the concept of reflective modernization and a sociology of risk and global problems, mainly through the analysis and discussion of Beck, Giddens and Lagadec.

KEYWORDS: environmental problem, ecological awareness, risk, sociology.

1 | DA EMERGÊNCIA DO PROBLEMA AMBIENTAL À EMERGÊNCIA DUMA CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA

O conflito que a espécie humana estabeleceu com a natureza tem, uma origem

muito longínqua, na pré-história – pensemos nas crescentes ruturas ecológicas que constituíram a proliferação de uma espécie de predador tecnologicamente evolutiva, a domesticação e a progressiva criação cultural de espécies animais, e a associação da tecnologia agro-pastoril à utilização controlada do fogo em larga escala –, e a atual situação resulta de sucessivas crises ecológicas acumuladas. (Carvalho, 2007) Como frisa Ost, se é em Descartes e noutros pensadores eruditos seus contemporâneos que comumente se procuram os indícios de uma rutura entre o homem e a natureza, “o movimento remonta ainda mais longe e mais além. De certa forma, é desde a origem, desde a aparição da espécie humana, que o homem transforma a natureza” (OST, 1995: 30).

Assim, todas as civilizações têm responsabilidades na atual crise ambiental, na medida em que muito antes das sociedades industriais da época moderna a atividade humana sempre se mostrou nociva para os ecossistemas provocando, nestes, profundas e irreversíveis alterações, sendo a desflorestação o exemplo mais antigo. “A destruição da floresta foi o reverso e a condição do desenvolvimento da agricultura, da criação de gado, do artesanato e das atividades proto-industriais”. (DELÉAGE, 1991, p. 213).

Contudo, o ritmo da conquista humana sobre a natureza, ao longo dos séculos, foi um processo muito lento, comparado com a rapidez do atual processo de deterioração do planeta. Uma fraca densidade da população e uma capacidade reduzida de intervir sobre o meio natural, explicam que a antropomorfização da natureza se tenha durante milénios exercido a um ritmo relativamente lento, o que foi permitindo às espécies, tanto vegetais como animais, o tempo necessário à sua recuperação e *adaptação*, pesem embora processos de rutura irreversível à escala regional. Harari (2018) refere que a primeira vaga de extinção, que acompanhou a disseminação dos recolectores, foi seguida por uma segunda vaga, que acompanhou a disseminação dos agricultores, e oferece-nos uma perspetiva importante sobre a terceira vaga de extinção que a atividade industrial está a provocar nos nossos dias.

“Não acredite nos ecologistas que acreditam que os nossos antepassados viviam em harmonia com a natureza. Muito antes da Revolução industrial o *Homo sapiens* detinha um recorde, entre todos os organismos, por ter levado à extinção o maior número de espécies e animais. Detemos a duvidosa distinção de sermos a espécie mais mortífera nos anais da biologia” (HARARI, 2018, p. 95-96)

A aceleração dessa rutura inicia-se com o advento do capitalismo moderno a partir do século XVI e, sobretudo, a partir do século XVIII, com a revolução industrial, que veio alterar profundamente a representação coletiva da natureza, pois “o princípio da solidariedade, homem/universo físico, foi substituído pelo da dominação da natureza pelo homem” (DELÉAGE, 1991, p. 212). Francis Bacon proclamava no século XVII, *o homem pode ser considerado o centro do mundo* e Newton afirma mais tarde, que é preciso obrigar a natureza a devolver o que deve. Instalava-se, na relação cultural com a natureza, um

antropocentrismo quase sem reservas.

O fenómeno radicalmente novo consiste, pois, não só no conhecimento e na possibilidade que o homem dispõe para intervir nos mecanismos do meio natural, a partir dos avanços científicos e técnicos dos séculos XVIII e XIX, mas também no desconhecimento do carácter entrópico e cumulativo dos efeitos dessa intervenção, sustentando a ilusão de um crescimento económico e de um progresso material imune à contabilização de custos futuros. Sem deixarem de ser um elemento do meio natural, as sociedades humanas vão-se transformando num fator do qual depende o funcionamento da maioria dos ecossistemas e a sua conservação. Este novo sistema cultural, o da civilização tecnológica, apresenta grandes diferenças, e funciona de forma distinta da do meio natural, sobre o qual exerce pressão e agressão crescentes.

As crises ecológicas têm uma profunda relação com as crises sociais. O esgotamento dos recursos naturais e a destruição dos ecossistemas são um dos grandes alarmes em termos futuros; mais do que uma crise do ambiente estamos perante uma *crise de civilização*, no sentido forte de um questionamento das próprias premissas básicas da modernidade, segundo as quais

“a exploração da natureza pelo homem é um empreendimento ‘aberto’ [...] e [...] a contínua expansão do conhecimento científico e tecnológico podia transformar tanto a ordem cultural como a social, e criar novos ambientes internos e externos, incessantemente explorados pelo homem, submetidos quer à sua perspectiva intelectual, quer às suas necessidades técnicas” (EISENSTADT, 1991, p. 327).

A degradação cada vez maior do nosso planeta tem-se vindo a acentuar muito rapidamente a partir do aparecimento das sociedades industriais que, de então para cá, têm mantido uma relação de degradação permanente com a natureza, conduzindo o homem a padrões de vida que podemos designar de *cultura do desperdício*.

Considera-se, assim, que a Revolução Industrial assinala o ponto de rutura, a partir da qual o problema ambiental se agudiza. O avanço tecnológico consubstanciado na máquina a vapor permite um avanço na industrialização que arrasta consigo o fenómeno da urbanização e um conseqüente crescimento demográfico, que, no seu conjunto viriam a introduzir modificações de vulto na face do planeta.

“O rápido desenvolvimento que se seguiu à revolução industrial tornou a tecnologia omnipresente e onnipotente, a ponto de anular, aparentemente a força do ambiente. Nada parece impedir mais a posse da população humana; o deserto tropical da Arábia ou o Sara, as regiões glaciares do Ártico, a própria aridez da Lua, o cosmos extraterrestre, vergaram-se à força tecnológica” (BERNARDI, 1982, p. 68).

A crise do ambiente tem, pois, um carácter global, que afeta todas as sociedades e todas as culturas, pelo que se reclama uma nova visão do mundo capaz de subverter as abordagens culturais convencionais.

No entanto, se a Revolução Industrial assinala o ponto de rutura em que o problema ambiental se agudiza, consubstanciado no avanço tecnológico, a emergência duma consciência ambiental tem uma origem muito mais tardia, apenas por volta dos anos sessenta do século XX, apesar do aparecimento dos “movimentos” conservacionistas nos finais do século XIX. Surge o que se pode chamar uma atitude *conservacionista*, datando, igualmente, desta época a criação das primeiras áreas protegidas e das primeiras associações com o objetivo da preservação da natureza e da sensibilização pública destacando-se: na Grã Bretanha: Commons, Open Spaces and Footpaths Preservation Society (1865); East Riding Association For the Protection of Sea Birds (1867). Nos E.U.A.: American Ornithologists Union (1883); Sierra Club (1892).

A criação de áreas protegidas foi de certo modo acompanhada pela realização de um conjunto de eventos e convenções relativos à conservação da natureza a nível mundial até cerca de meados da década de sessenta do século XX. Contudo, apesar de o impulso deste movimento conservacionista ser bastante importante, ele não consubstanciava ainda a problematização de um problema ambiental global que pusesse em risco a espécie humana.

Também no século XIX ocorre uma outra linha de preocupações que, embora menos marcante, está igualmente na génese do que mais tarde viria a designar-se de consciência ecológica. Decorre de uma tradição humanista europeia ligada aos efeitos desastrosos da industrialização sobre as populações operárias urbanas recrutadas nos campos ingleses. (CARVALHO, 2007).

As questões ambientais emergem sobretudo pela *pressão de factos políticos*, nomeadamente a mediatização pública de depoimentos científicos, e radicam em três ordens de problemas dominantes: “a velha questão conservacionista/natureza selvagem, sempre presente, mas nunca muito incisiva; a fome/demografia; e a bomba atômica/nuclear, os quais nos anos setenta, irão dar origem ao ambientalismo moderno” (SCHMIDT, 1999, p. 13).

Aldo Leopold, na sua obra de 1949, *A Sand County Almanac*, publicada um ano após a sua morte, preconiza uma ética da terra e a sua obra está na génese não só do que viria a constituir-se como a *Deep Ecology*, mas viria também a influenciar todo o movimento ecologista que haveria de emergir nas décadas seguintes.

Contudo, é nos anos sessenta e setenta do século XX que alguns autores colocam com premência a existência de uma *crise ecológica* de carácter global capaz de afetar a espécie humana. Destaca-se Rachel Carson que, em 1962, com a publicação de *Silent Spring*, que viria a constituir-se como um marco na história do ambientalismo – na introdução da reedição de 1994, Al Gore, então vice-presidente dos Estados Unidos, escrevia: “Sem este livro o movimento ambientalista poderia ter sido retardado durante muito tempo, ou mesmo nunca ter aparecido. (...)” Em 1992, um grupo de notáveis norte-americanos considerou *Silent Spring* como “o livro mais importante dos últimos cinquenta

anos” –, que alertava para os graves perigos que o planeta estava a correr face à ação desenfreada e prepotente do homem, mormente através do uso de pesticidas sintéticos, que apelidou de “elixires da morte” referindo graves consequências para a saúde e, dando grande ênfase à questão da biodiversidade – *o nosso destino está ligado ao dos animais* – e da sua importância para a espécie humana. (CARSON, 1962).

Em 1970 comemora-se pela primeira vez o dia da Terra, e, em 1972, o relatório Meadows, intitulado “Os Limites do Crescimento”, apresentado ao Clube de Roma – constituído em 1968 e formado por industriais, cientistas, economistas e outras personalidades – revelava um conjunto de preocupações, sobretudo relacionadas com o esgotamento dos recursos, face aos elevados níveis de consumo que então se verificavam. No entanto o facto mais relevante da década é a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, também no ano de 1972, onde se discute pela primeira vez, *o futuro do mundo*, e se traz para a discussão pública o problema da degradação do ambiente, a qual coloca em risco esse mesmo futuro. De facto, a gravidade dos problemas discutidos, que culminou com a Declaração do Ambiente, era muito preocupante para o futuro do planeta (CARVALHO, 2007).

Para além dos marcos citados, a década de setenta do século XX, foi marcada por um conjunto de acontecimentos, quer ao nível institucional, quer ao nível da ocorrência de acidentes e catástrofes ambientais que viriam a marcar profundamente as duas décadas seguintes até à Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento, (ECO-92).

Segundo Faucheux e Noel (1995), é a partir dos anos setenta que os problemas dos recursos naturais e do ambiente começam a ser entendidos e tratados como tais e que as ações neste domínio se dividem em quatro grandes atitudes, considerando a análise de Turner: uma atitude extremista, dita preservacionista, uma atitude dominada pela eficiência económica, uma atitude frequentemente chamada conservacionista e uma atitude que vê nos recursos e nos problemas ambientais uma barreira para o crescimento económico.

No início da década de setenta, do século XX, o aparecimento dos primeiros movimentos ecologistas que viriam a dar origem ao movimento atual é marcado pela contestação às centrais nucleares, e pode ser ilustrado pelo protesto desencadeado em 1971 pelo Greenpeace contra as centrais nucleares canadianas.: “Até meados dos anos setenta, o Greenpeace manteve-se exclusivamente um movimento anti-nuclear nos atos, se não mesmo na ideologia” (YEARLEY, 1992, 69).

Nos anos oitenta, assume grande relevância a constituição da Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento, (W.C.E.D.) pela ONU, que viria a publicar em 1987 o Relatório “O Nosso Futuro Comum”. Este relatório viria a ter uma grande importância ao identificar os principais problemas ambientais que ameaçam e entram o desenvolvimento de muitos países do Sul, e propondo um compromisso entre ecologia e economia, assente no conceito de desenvolvimento sustentável, ou seja, conciliar a intervenção tecnológica

com a capacidade ecossistêmica do planeta de suportar essa intervenção. Em suma, conciliar ambiente e desenvolvimento.

Vinte anos após a Conferência de Estocolmo, realiza-se no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento, (ECO-92), também designada de Cimeira da Terra, na qual estiveram representados ao mais alto nível 176 países. A ECO-92, onde foi aprovado um importante conjunto de declarações, realiza-se com base no entendimento de que os problemas ambientais são de tal forma graves que afetam todo o planeta e exigem uma ação concertada a nível mundial. A perda de biodiversidade, as chuvas ácidas, o aumento do efeito de estufa e a destruição da camada de ozono são questões globais que não afetam uma só região ou país, e, como tal terão de ser resolvidas em comum por toda a humanidade.

O problema ambiental apresenta-se então sob dois aspetos principais: um primeiro aspeto respeita ao facto de se tratar de um *problema global*, apesar das diversas formas com que se apresenta, e do modo diverso como afeta as diferentes comunidades e atividades humanas em todo o globo terrestre. Carece por isso de soluções globais. Um segundo aspeto refere-se à importância e à preocupação que hoje provoca este tema que parece extensiva a tudo e a todos. “De súbito, o ambiente conquistou um lugar privilegiado nas prioridades de todos, desde políticos, industriais e professores, até às agências de publicidade e editores” (YEARLEY, 1992, p. 1).

Como acentua Lipovetsky, “enquanto o Papa João Paulo II qualificava a crise ecológica como ‘problema moral’ da maior importância, vinte e quatro chefes de Estado e de governo declararam solenemente a sua vontade de delegar uma parcela da sua soberania nacional para o bem comum de toda a humanidade. Os nossos deveres superiores já não são para com a nação, têm por objeto a natureza: a defesa do ambiente tornou-se um objetivo prioritário *de massas*; em 1990, os franceses colocavam, por ordem de importância, o ambiente e a ecologia no segundo lugar dos problemas a enfrentar” (LIPOVETSKY, 1994, p. 243).

Esta preocupação parece decorrer da percepção de um duplo perigo. Por um lado, o esgotamento dos recursos naturais não renováveis, colocado com muita veemência pela crise energética de 1973; e, por outro, uma crescente e visível degradação do meio natural, provocado pela civilização industrial (como a poluição, a destruição da camada de ozono, o aumento do efeito de estufa, a perda de biodiversidade, as alterações climáticas). A problemática ambiental está, por conseguinte, diretamente relacionada com o atual modelo de desenvolvimento.

O carácter e a natureza do problema ambiental podem, assim, sintetizar-se numa importante frase: *não é possível um crescimento ilimitado num mundo naturalmente limitado*, a qual, para além da sua clareza e contundência de expressão, nos permite apresentar os principais vetores do problema: por um lado, a tendência da sociedade contemporânea de crescer e melhorar, vencendo todo o tipo de limites e dificuldades, e

por outro, a evidência de equilíbrio, estabilidade e limitação, que ao contrário, e pela sua própria “natureza”, apresenta o mundo natural, no qual tem lugar o desenvolvimento da humanidade (CARVALHO (2007).

Este conjunto de preocupações, que marca a emergência de uma *consciência ecológica*, surge nos anos sessenta do século XX e se acentua nos nossos dias é acompanhado desde o início da década de 1990, pelo conceito de desenvolvimento sustentável decorrente do Relatório “O Nosso Futuro Comum” e institucionalizado na Eco 92, sendo definido como o processo de “desenvolvimento económico, social e político de forma a assegurar a satisfação das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras darem resposta às suas próprias necessidades” (CMAD, 1987, p. 54).

O conceito de desenvolvimento sustentável parte, assim, de uma nova perspectiva de desenvolvimento e estrutura-se sobre duas solidariedades: solidariedade *sincrónica*, com a geração presente, e solidariedade *diacrónica* com as gerações futuras. O bem-estar das gerações atuais não pode comprometer as oportunidades e necessidades futuras; e, o bem estar de uma parcela da geração atual pode ser construído em detrimento de outra parte, com oportunidades desiguais na sociedade. A parcela da geração atual que padece de pobreza e desigualdade não se pode sacrificar em função de um futuro improvável e imponderável para os seus filhos e netos, assumindo um comprometimento com o futuro sem sequer ter presente.

2 | A EMERGÊNCIA DO AMBIENTE NA SOCIOLOGIA

2.1 Os precursores

Se a aceleração da intervenção tecnológica das sociedades sobre o ambiente esteve na origem da agudização das disfunções ambientais, a relação entre ciência, tecnologia e ambiente não é linear; é também no campo científico que surgem, se ampliam ou são legitimadas as preocupações sociais sobre os seus próprios limites na manipulação da natureza. Desde a contribuição das ciências “clássicas” relacionadas com o ambiente, como as diversas áreas das ciências naturais e da geografia física e humana; passando pela incorporação de problemáticas ambientais nas disciplinas mais diretamente tecnológicas, como as engenharias civil e mecânica, e pela criação de novas disciplinas tecnológicas ambientais, como a engenharia do ambiente e a ecologia industrial; pela introdução da problemática ambiental no núcleo de ciências sociais como a economia, a antropologia e a sociologia; e pela criação de áreas e equipas de estudo interdisciplinares em torno de problemas ambientais; muitas foram as transformações cognitivas, tecnológicas e institucionais que, com êxitos variáveis e dificilmente avaliáveis no curto prazo, essa nova reflexividade sobre a crise ambiental tem inscrito no núcleo duro da racionalidade técnico-científica ocidental e dos seus programas de desenvolvimento. Como disciplina que se

autonomizou a partir da interrogação sobre as origens a as consequências da modernidade, a sociologia cedo incorporou essas preocupações nas suas problemáticas.

A emergência explícita do ambiente na sociologia, embora não se possa falar ainda de uma sociologia do ambiente, acontece no seio da Escola de Chicago, com Park, (1916; 1936); Park e Burgess, (1921); e Mackenzie, (1968) que, recorrendo, de certo modo à tradição da ecologia vegetal e animal, inicia um novo ramo da sociologia, chamada de ecologia humana ou ecologia urbana.

Ao observar sociologicamente a vida de uma de uma cidade, verifica-se que uma parte significativa dos problemas se devem à influência que é exercida pelo espaço urbano, organização do território, transportes e comunicações, estrutura demográfica, entre outros. Assim, com base em Mackenzie, (1968), os sociólogos da Escola de Chicago concentraram-se sobre o estudo das relações espaço-temporais dos seres humanos, enquanto dependentes de fatores de seleção, de distribuição, e de adaptação em relação ao meio ambiente.

Willhelm (1964) refere que, do ponto de vista teórico, a Escola de Chicago insiste sobre um aspeto original ao realçar através de estudos empíricos, como as relações sociais (tal como todos os fenómenos de vida) se constroem sobre uma base material, sobre uma infra-estrutura espacial a que chamam “biótica”.

Estamos, assim, perante uma nova forma de conceber a teoria sociológica, baseada no estudo da influência do meio ambiente sobre a vida social. Por sua vez, Vaillancourt (1996), observa que as opiniões divergem, havendo autores, que criticam a unilateralidade da Escola de Chicago, e outros que procuram completá-la, afirmando que a relação recíproca, a influência do meio social sobre o meio ambiente, é igualmente previsível e observável.

Contudo, ainda segundo Vaillancourt (1996: 57), a Escola de Chicago abre novas perspetivas e novas análises teóricas e empíricas, e, apesar das limitações, – falta de perspetiva histórica, pobreza de hipóteses explicativas fundamentais, pouca consideração da interação múltipla entre as componentes básicas da relação entre meio ambiente e sociedade (componentes bio-geo-químicos, tecnológicos, económicos, administrativos, sanitários, éticos, jurídicos, culturais e educacionais) – a Escola de Chicago pode ser considerada pioneira de uma sociologia do ambiente.

2.2 Um novo paradigma

Em 1972, a Conferência de Estocolmo coloca pela primeira vez, de forma clara, a problemática ambiental no seio da opinião pública; em 1976, a American Sociological Association cria uma secção de sociologia do ambiente. Esta era ainda praticamente desconhecida quando dois importantes artigos (Catton e Dunlap, 1978 e Dunlap e Catton, 1979) propõem uma reorientação da disciplina “rumo a uma perspetiva mais holista capaz de conceptualizar os problemas sociais no contexto da biosfera” (BUTTELL, 1987, p. 466).

Renovando, ampliando e aprofundando a tradição da Escola de Chicago, pretende-se agora reorientar a investigação sociológica a partir do estudo da influência recíproca dos fatores físico-biológicos e sócio-culturais. Dunlap e Catton (1979) precisam esta posição, afirmando que “a nova ecologia humana deve constituir o coração da sociologia do meio ambiente e conduzir a uma renovação radical da disciplina”.

A ideia central deste propósito pode resumir-se do seguinte modo, com base em Buttel, (1978). Em oposição à tese de Durkheim, geralmente aceite, os factos sociais devem explicar-se através de factos sociais, o grave problema da degradação do meio ambiente exige que a sociologia abandone o seu antropocentrismo exacerbado, reconheça a interação entre forças sociais e naturais e que abandone de uma vez por todas a “ilusão” de que a espécie humana está isenta das leis que regem as outras espécies biológicas, vegetais e animais.

Catton e Dunlap (1978; 1980) e Dunlap e Catton, (1979)) desenvolvem esta ideia central mostrando a necessidade de que o “velho” paradigma HEP-Human Exemptionalism Paradigm, - O conceito inicial do HEP - Human Excepcionalism Paradigm, enunciado no artigo de 1978, foi depois alterado para Human Exemptionalism Paradigm, no artigo de 1979 - comum a diferentes visões teóricas, (interacionismo simbólico, funcionalismo, etnometodologia, marxismo) assente no pressuposto de que o homem é o centro de todo o sistema, traduzindo uma visão antropocêntrica do mundo, deve dar lugar a um novo paradigma, NEP - New Environmental Paradigm capaz de considerar efetivamente a influência recíproca entre leis ecológicas e regulações políticas, económicas e sociais. Esta tese é desenvolvida em torno de quatro premissas apresentadas, abaixo, no quadro 1.1.

HEP - Human Exemptionalism Paradigm	NEP - New Environmental Paradigm
1. Os humanos diferem das outras espécies, porque têm uma herança cultural, acumulada, para além da herança genética	1. Embora possuindo características excecionais, a espécie humana é apenas uma entre as outras espécies do planeta, todas interdependentes do ecossistema global.
2. Os fatores sociais e culturais, incluindo a tecnologia, são os grandes determinantes das ações humanas.	2. As ações humanas não são apenas influenciadas por fatores sociais e culturais, mas também por complexas relações de causa-efeito e retroação da natureza. Podem, por isso, ter consequências imprevistas.
3. O ambiente social e cultural é o contexto crucial para as ações humanas, sendo o ambiente biofísico pouco relevante.	3. Os humanos vivem e dependem de um ambiente biofísico finito, que lhes impõe poderosos constrangimentos físicos e biológicos.
4. A cultura é cumulativa; portanto o progresso técnico e social pode continuar indefinidamente, tornando resolúveis todos os problemas sociais.	4. Embora a criatividade humana e os seus poderes possam dar a ilusão de não haver limites para a capacidade de carga do planeta, as leis ecológicas não podem ser ultrapassadas.

QUADRO 1.1 - Premissas do HEP e do NEP. Catton e Dunlap, (1980)

Assim, o NEP postula que o mundo é finito e impõe limites físicos e biológicos ao crescimento económico, ao progresso social e a outros fenómenos da sociedade, contrariando, assim, a ideia de que o progresso científico e tecnológico libertaria infinitamente o homem da sua relação com a natureza.

No entanto, paradoxalmente, o NEP apresenta, ele próprio, características anti-reflexivas, pois parece ignorar que as sociedades têm, ou começam a ter consciência do risco, organizando-se no sentido de criar novas formas de regulação económica e política para lidar com ele. Propõe um regresso ao determinismo ao mesmo tempo que na sociedade se desenvolve a reflexividade e emerge um reconhecimento do risco que é incorporado nos valores da sociedade pós-moderna (ou da modernidade tardia). Logo, o NEP de início não incorpora teoricamente uma dimensão fundamental do problema ambiental, que é precisamente o da reflexividade social em torno dos problemas que levanta, e de que a criação de uma sociologia do ambiente é, ela própria, expressão.

Em trabalhos ulteriores, Catton e Dunlap incorporam uma componente de maior reflexividade sobre a questão ambiental, quando abordam a questão do reconhecimento social crescente da realidade da mudança ambiental global, a qual representa um desafio fundamental para o HEP, e oferece uma oportunidade para fortalecer o interesse social e sociológico sobre o ambiente (Dunlap e Catton, 1983). Para Dunlap, a sociologia do ambiente passa então a recolher três temas base, que só ela explora convenientemente: “as causas principais dos problemas ambientais, as soluções potenciais para os problemas, e a análise dos impactes sociais dos problemas ambientais e suas possíveis soluções” (DUNLAP, 1993. p. 718). Fica assim aberta a via para uma sociologia do ambiente que incorpora na sua problemática as determinações e as consequências biológicas e ambientais das práticas sociais, sem ao mesmo tempo prescindir do estudo das representações, da reflexividade e da problematização social sobre o ambiente como fatores sociologicamente relevantes dessa mesma relação.

2.3 Ambiente, modernidade e sociedade de risco

A dimensão e globalidade dos problemas ambientais ganham particular ênfase no discurso sociológico através dos debates sobre a modernidade, destacando-se as reflexões de Beck (1986, 1994 e 1998) e Giddens (1990). Beck, ao colocá-las no centro da sua teoria sobre a sociedade de risco, que designou de modernização reflexiva, que significa “a possibilidade de uma (auto)destruição criativa de toda uma época: a da sociedade industrial. O sujeito desta destruição criativa não é a revolução, nem a crise, mas a vitória da modernização ocidental” (Beck, 1994:2). Giddens, ao integrar as questões ambientais nas consequências do desenvolvimento da sociedade capitalista/industrial, embora não as colocando como problema central, mas como um entre outros.

Nas abordagens desenvolvidas por Beck e Giddens, encontra-se, assim, um reconhecimento explícito das limitações do conhecimento humano, defendendo-se que as

explicações científicas “objetivas” dos processos naturais já não oferecem uma explicação suficiente do impacto humano sobre o mundo natural. A modernidade traz consigo o conhecimento tecnológico, capaz de resolver um conjunto de problemas, mas introduz a sociedade de risco, ela própria indutora de outros.

A teoria da sociedade de risco desenvolvida por Beck parte da premissa que os países do ocidente passaram de uma sociedade *industrial* ou de *classes*, em que a questão central é a forma como a riqueza socialmente produzida pode ser distribuída de forma equitativa, enquanto simultaneamente reduz os efeitos do lado negativo (pobreza, fome), a um paradigma de uma *sociedade de risco* em que os riscos e os perigos produzidos por parte da modernização, entre os quais o da poluição e da degradação ambiental, devem ser evitados e minimizados. “A sociologia não perguntou o que significa a ameaça da autodestruição para a sociedade, contudo, a resposta seria unânime de que essa ameaça é aquilo que caracteriza e distingue a última metade do século XX” (BECK, 1998, p. 75).

Beck, como refere Goldblatt, localiza as origens e as consequências da degradação do ambiente precisamente no centro de uma teoria da sociedade moderna, em vez de considerá-la um elemento periférico ou uma reflexão teórica posterior.

“A sociologia de Beck e as sociedades que ela descreve são dominadas pela existência de ameaças ecológicas e pela forma como as entendemos e lhe reagimos. Na realidade podemos ser levados ao ponto de afirmar que a sociedade de risco é firmada e definida pela emergência destes perigos ecológicos, caracteristicamente novos e problemáticos” (GOLDBLATT, 1996, p. 228).

Segundo Beck, (1986) os novos riscos, trazidos pela modernização são qualitativamente diferentes dos obstáculos e dos perigos que surgiram em períodos anteriores da história:

- os riscos atuais resultam diretamente da industrialização;
- apresentam-se sob a forma de toxinas ou de radioatividade, e, por isso já não são perceptíveis ao nível dos sentidos;
- não resultam de falta de tecnologia ou riqueza mas de sobreprodução, multiplicando-se à medida que a industrialização se intensifica à escala global;
- a experiência contemporânea do risco é científica e politicamente reflexiva. Isto é, a sociedade é intencionalmente reestruturada numa tentativa para reduzir o risco, mas não consegue lidar com a força ameaçadora da modernização e da globalização da dúvida que lhe é inerente;
- os riscos não se restringem ao seu local de origem, mas, pela sua natureza, põem em perigo todas as formas de vida do planeta;
- a globalização da indústrias de alto risco tornou impossível o cálculo científico do perigo e das suas consequências.

“Modernização refere-se aos impulsos tecnológicos, racionalização e transformação do trabalho e organização, mas, inclui muitas coisas mais: a mudança e o carácter social das biografias normais, dos estilos de vida e das formas de amar, das estruturas de influência e de poder, das formas políticas de opressão e participação, das concepções da realidade e das normas cognitivas. Para a compreensão sociológica da modernização, o arado, a máquina a vapor e o microchip são indicadores visíveis de um processo muito mais profundo e que abarca e transforma toda a estrutura social. Em última análise no qual se transformam as fontes da certeza de que se nutre a vida” (BECK, 1986, p. 50).

A questão da reflexividade ou da retroação nas sociedades modernas é também enfatizada por Lagadec (1991). Se por um lado a modernidade radica nas sociedades industrializadas, por outro, não há dúvida que estas trouxeram novos problemas, aos quais ela própria tem dificuldade em responder, nomeadamente a questão dos riscos ambientais de grandes proporções e com carácter alargado. Lagadec problematiza o que chamou “civilização do risco”, encetando a discussão a partir da análise pormenorizada de um conjunto de desastres que colocam as sociedades industrializadas no cerne da questão, colocando-a em torno das noções de catástrofe tecnológica e de responsabilidade social e política. Desse conjunto de ocorrências, destacam-se: a explosão de Flixborough, 1974; o acidente químico de Seveso, 1976; o afundamento do navio Amoco-Cadiz, 1978; o acidente nuclear de Three Mile Island, 1979; o acidente de transporte de químicos de Toronto, 1979, o acidente nuclear de Chernobyl, 1986.

A globalização do risco referida por Beck é o ponto central da teoria da modernidade em Giddens, que apresenta a questão do risco como tendo um carácter global. Ao ser apresentado como tendo um âmbito generalizado, o risco assume-se como uma questão central da maior importância na reflexão apresentada por Giddens (1990), onde especifica o “perfil do risco” das sociedades contemporâneas.

Na sua ótica, o risco sofreu importantes transformações em três dimensões: âmbito, tipo e experiência. O seu âmbito atingiu proporções globais, estendendo-se a toda a humanidade, e intensificou-se ao ponto de provocar eventuais catástrofes. Por sua vez o tipo de risco emergente ameaça destruir uma natureza plenamente socializada, estendendo-se aos pontos mais remotos do planeta, colocando assim toda a humanidade perante um destino comum.

“A possibilidade de guerra nuclear, de calamidade ecológica, de explosão populacional incontrolável, de colapso da troca económica global e de outras potenciais catástrofes globais oferece um horizonte de riscos assustador para todos. Como Beck comentou, os riscos globais deste tipo não respeitam as divisões entre ricos e pobres, ou entre regiões do mundo. O facto de Chernobyl estar em toda a parte implica o que ele designa por o fim dos outros - as fronteiras entre os que são privilegiados e os que não são” (GIDDENS, 1990, p. 97)

Por fim, a consciência e a percepção do risco estende-se para além dos peritos, permeabilizando o espaço público e o discurso político e questionando a confiança que anteriormente se tinha na ciência como fonte de soluções eficazes e seguras (GIDDENS,1990).

A presente situação que hoje o mundo enfrenta, com a grave crise resultante das alterações climáticas, ilustra bem o pensamento e as reflexões dos autores que acabámos de referir, reforçando estas temáticas, como centrais na sociologia.

3 | CONCLUSÃO

O conflito que a espécie humana estabeleceu com a natureza tem, uma origem muito longínqua, na pré-história, responsabilizando, assim, todas as civilizações pela atual crise ambiental, sendo que a aceleração dessa rutura se inicia com o advento do capitalismo moderno a partir do século XVI e, sobretudo, a partir do século XVIII, com a revolução industrial. No entanto, se a Revolução Industrial assinala o ponto de rutura em que o problema ambiental se agudiza, consubstanciado no avanço tecnológico, a emergência duma *consciência ecológica* tem uma origem muito mais tardia, apenas por volta dos anos sessenta do século XX, consubstanciada num conjunto de preocupações decorrentes da percepção de um duplo perigo. Por um lado, o esgotamento dos recursos naturais não renováveis, e, por outro, uma crescente e visível degradação do meio natural, provocado pela civilização industrial, relacionando diretamente a problemática ambiental com o atual modelo de desenvolvimento.

O conjunto de preocupações, que marca a emergência de uma *consciência ecológica*, surge, nos anos sessenta do século XX e se acentua nos nossos dias é acompanhado desde o início da década de 1990, pelo conceito de desenvolvimento sustentável.

Se a aceleração da intervenção tecnológica das sociedades sobre o ambiente esteve na origem da agudização das disfunções ambientais, e faz emergir uma consciência ecológica, no campo científico, a relação entre ciência, tecnologia e ambiente, faz surgir, ampliar, ou legitimar preocupações sociais sobre os seus próprios limites na manipulação da natureza, fazendo emergir estas questões na reflexão sociológica. Como disciplina que se autonomizou a partir da interrogação sobre as origens e as consequências da modernidade, a sociologia cedo incorporou essas preocupações nas suas problemáticas.

Assim, a sociologia do ambiente surge na confluência de várias perspetivas, destacando-se os contributos precusores da Escola de Chicago e duas reflexões contemporâneas: a primeira, com R. Dunlap e W. Catton, como a principal defensora da autonomia da disciplina; a segunda, mais recente, surge na linha das reflexões críticas sobre a modernidade, onde se destacaram autores como A. Giddens e U. Beck.

REFERÊNCIAS

BECK, U. **Risk Society - Towards a New Modernity**. London: SAGE Publications, 1986.

BECK, U. The Reinvention of Politics: Towards a Theory of Reflexive Modernization. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Reflexive Modernization - Politics, Tradition and Aesthetics in de Modern Social Order**. Cambridge: Polity Press, 1994.

BECK, U. Politics of Risk Society. In: FRANKLIN, J. **The Politics of Risk Society**. Cambridge: Polity Press, 1998.

BERNARDI, B. **Introdução aos Estudos Etno-Antropológicos**. Lisboa: Edições 70, 1982.

BUTTEL, F. H. Environmental Sociology: a new paradigm. *American Sociologist*, Vol.13, pp.252-256, 1978

BUTTEL, F. H. New Directions in Environmental Sociology. *Annual Review of Sociology*, nº13, pp.465-488, 1987.

CARSON, R. **Silent Spring**. Boston: Houghton Mifflin, 1962.

CARVALHO, N. **O Ambiente como Problema Social em Portugal**. Lisboa: Agência Portuguesa do Ambiente, 2007.

CATTON, W. R.; DUNLAP, R. E. Environmental Sociology: a new paradigm. *The American Sociologist*, Vol.13, p.41-49, 1978.

CATTON, W. R.; DUNLAP, R. E. A New Ecological Paradigm for Post-Exuberant Sociology. *American Behavioural Scientist*, Nova Iorque, Vol.24, nº1, pp. 15-47, 1980.

CMAD – COMISSÃO MUNDIAL DO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO. **O Nosso Futuro Comum**. Lisboa: Meribérica Liber, [1987] 1991.

DELÉAGE, J-P. **Histoire de L'écologie. une science de l'homme et de la nature**. Paris: Éditions La Découvertes, 1991.

DUNLAP, R. E. ; CATTON, W. R. Environmental Sociology. *Annual Review of Sociology*, nº5, p. 243-273, 1979.

DUNLAP, R. E. (1993), From environmental to ecological problems. In: Craig, C. George, R. **Social Problems**. Nova Iorque: McGraw-Hill, p. 707-737, 1993.

DUNLAP, R. E.; CATTON, W. R. What Environmental Sociologists Have in Common (Whether Concerned with "Built" or "Natural" Environments). *Sociological Inquiry*, Vol.53, nº2/3, p. 113-135, 1983.

EISENSTADT, S. N. **A Dinâmica das Civilizações - Tradição e Modernidade**. Lisboa: Cosmos, 1991.

FAUCHEUX, S.; NOEL, J-F. **Économie des Ressources Naturelles et de l'Environnement**. Paris: Armand Colin Éditeur, 1995.

GIDDENS A. **As Consequências da Modernidade**. Oeiras: Celta, 1990.

GOLDBLATT, D. **Social Theory and the Environment**. Cambridge: Polity Press, 1996.

HARARY, Y. **Sapiens: História Breve da Humanidade**. Amadora: Elsinore, 2018.

LAGADEC, P. **La civilisation du Risque**. Paris: Éditions Seuil, 1991.

LEOPOLD, A. **A Sand County Almanac - With Essays on Conservation from Round River**. Oxford: Ballantine Books, [1949] 1970.

LIPOVETSKY, G. **O Crepúsculo do Dever - A ética indolor dos novos tempos democráticos**. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1984.

McKENZIE, R. (1968), **On Human Ecology**. Chicago: University Press, 1968.

OST, F. **La Nature Hors la Loi**. Paris: Éditions la Decouverte, 1995.

SCHMIDT, L. **Ambiente e Natureza no Ecran: Emissões Televisivas, Remissões Culturais**. Lisboa: ISCTE, 1999.

VAILLANCOURT, J-G. Sociologie de l'environnement. In : TESSIER, R, ; e VAILLANCOURT, J-G. **La recherche sociale en environnement: nouveaux paradigms**. Montréal : Presses de L'Université de Montréal, p.p. 19-47, 1996.

WILLHELM, S. M. The Concept of the Ecological Complex: A Critique. The American Journal of Economics and Sociology, n. 23, p. 241-248, 1964.

YEARLEY, S. **A Causa Verde; uma sociologia das questões ecológicas**. Oeiras: Celta Editora, 1992.

CAPÍTULO 7

DE DENTRO E DE FORA: ESTRATÉGIAS DE PERTENCIMENTO E PERMANÊNCIA EM UMA COMUNIDADE RURAL NO LITORAL NORTE DA BAHIA

Data de aceite: 01/04/2021

Data de submissão: 13/01/2021

Diana Anunciação Santos

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia,
Centro de Ciências da Saúde
Santo Antônio de Jesus - Bahia
<http://lattes.cnpq.br/1283988190583054> /
<http://orcid.org/0000-0002-7579-1674>

Trabalho resultante da tese de doutoramento “*Esse mundo era todo nosso*”: fluxos migratórios e memória coletiva em uma comunidade rural do Litoral Norte da Bahia, defendida em 2016, na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

RESUMO: Esta pesquisa¹ analisa as mudanças de uso do território de trabalho e moradia tradicionais da comunidade rural Curralinho, região do Litoral Norte da Bahia. Estas engendradas pelo projeto modernizante de desenvolvimento econômico e turístico do governo estadual, a partir de 1970, com a implantação das florestas homogêneas de eucaliptos e pinus e da construção de grandes empreendimentos turísticos. Por meio de uma análise qualitativa, composta por observação participante, entrevistas semiestruturadas e da história oral, observou-se que o processo de mobilidade espacial se intensifica, fortalecendo o sentimento de pertença entre os *nativos* e assinalando a diferença identitária e social

¹ Financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

entre estes e os *de fora*. Em suma, as novas estratégias de uso territoriais constituem-se elementos de (re)significação do pertencimento e permanência, marcados pela diferença social, temporal e espacial dos atores envolvidos no processo, assinalando a resistência do grupo para continuar existindo.

PALAVRAS - CHAVE: Comunidades Rurais. Projetos Intervencionista. Pertencimento. Mobilidade Espacial. Litoral Norte.

INSIDE AND OUTSIDE: STRATEGIES OF BELONGING AND STAYING IN A RURAL COMMUNITY ON THE NORTH COAST OF BAHIA

ABSTRACT: This research analyzes the changes in the use of the traditional work and home territory of the rural community Curralinho, in the North Coast of Bahia. These were created by the modernizing project of economic and tourist development of the state government, starting in 1970, with the implantation of homogeneous forests of eucalyptus and pine and the construction of large tourist enterprises. Through a qualitative analysis, composed of participant observation, semi-structured interviews and oral history, it was observed that the process of spatial mobility intensifies, strengthening the feeling of belonging between the natives and pointing out the identity and social difference between them and the out. In short, the new territorial use strategies are elements of (re) signification of belonging and permanence, marked by the social, temporal and spatial difference of the actors involved in the

process, signaling the group's resistance to continue to exist.

KEYWORDS: Rural Communities. Interventionist Projects. Belonging. Spatial Mobility. North Coast.

1 | INTRODUÇÃO

O campesinato vive no meio rural preparando, semeando e colhendo da terra a base da reprodução familiar – produtos de gêneros alimentícios. Não obstante sua organização social seja coletiva, tendo por liame o sentimento de reciprocidade, este se pauta na “unidade doméstica de produção”. (CHAYANOV, 1974) Utiliza-se do trabalho familiar, no qual pais e filhos exercem as funções da labuta na lavoura, acrescentando-se a esta as atividades domésticas, do quintal, o cuidado com a criação de animais, o extrativismo e, em determinados grupos, a pesca e mariscagem artesanais, numa perspectiva complementar de manutenção e reprodução do patrimônio rural familiar. (MOURA, 1986)

Diversas comunidades rurais do Litoral Norte da Bahia podem ser consideradas grupos tradicionais, pois têm como principais atividades econômicas a lavoura de gêneros alimentícios, executada por meio da agricultura familiar e a produção de artesanatos, a partir do extrativismo da palha da piaçava (*A. funifera*), podendo ser enquadradas, na definição de grupo camponês.

Este artigo propõe-se a analisar, portanto, as mudanças de uso do território tradicional, empreendidas na comunidade rural Currealinho, localizada no município de Mata de São João, Litoral Norte do estado da Bahia. Estas acarretaram o estabelecimento de novas estratégias de pertencimento e permanência do modo de produção, do estilo de vida e sociabilidade característicos da *ética camponesa*. (WOORTMANN, 1990)

O litoral Norte agrega muitos grupos tradicionais reconhecidos pela produção de artesanatos da palha de piaçava e pela pesca e mariscagem artesanais. A principal atividade econômica desta região é a indústria do turismo, haja vista o litoral matense ser um dos destinos turísticos mais visitados no Brasil. É justamente entre Imbassaí e Porto de Sauípe que a comunidade ora analisada encontra-se situada, na parte interna do continente – ao lado esquerdo da rodovia estadual BA-099 (sentido Bahia-Sergipe), no trecho conhecido por Linha Verde – afastando-se da faixa litorânea.

Nesse sentido, o intuito aqui é compreender como as novas estratégias de utilização do território de trabalho e morada constituem-se elementos fundamentais da resistência e manutenção dos laços de pertencimento deste grupo, o qual foi impactado pelas políticas intervencionistas de desenvolvimento econômico e turístico, implementadas na década de 1970, pelo governo estadual, com referência às políticas públicas federais.

Metodologicamente, o desenvolvimento desta pesquisa esteve calcado numa abordagem qualitativa, de cunho etnográfico, tomando-se como estudo de caso a supramencionada comunidade. Para tanto, fez-se uso da observação participante,

entrevistas semiestruturadas e da história oral. As atividades de coleta de dados foram realizadas *in loco*, durante o período de 2013 e 2015.

21 AS MUDANÇAS NOS USOS TERRITORIAIS E DAS PRÁTICAS DE TRABALHO

O Distrito Florestal do Litoral Norte (DFLN) foi implementado por meio de um conjunto de políticas econômicas definidas pelo Governo Federal, que buscava reordenar o território nacional e assegurar o desenvolvimento industrial. (SAMPAIO, 1990) A expansão das florestas homogêneas, entre as décadas de 1970 e 1980, teve um aumento de quase 1.000% no total da área ocupada, incidindo sobre este fato o deslocamento de algumas comunidades inteiras e famílias que ocupavam estas áreas. (GONÇALVES; MACHADO, 1996).

A chegada do pinus e do eucaliptos na localidade levou à comunidade Currealinho a reordenar as estruturas das relações socioeconômicas, culturais e ambientais. Quase todas as famílias perderam suas terras de roçado, bem como o acesso facilitado aos espaços de extração da palha da piaçava, aos brejos, rios e fontes de captação de água.

Anteriormente à chegada das grandes fazendas monocultoras de eucaliptos e pinus, o modo de produção local era baseado no trabalho na lavoura como principal atividade econômica, complementado pelas atividades produtivas realizadas nos quintais, extrativismo, produção de artesanato, pesca e mariscagem artesanais. Tal grupo possuía uma extensão territorial ampliada e as famílias tinham consideráveis áreas de terras destinadas aos roçados.

O trabalho familiar era constituído por todos os membros da família, mas a responsabilidade e organização dos roçados centravam-se na figura masculina, o chefe de família. Segundo Ellen F. e Klass Woortmann (1997), “a direção do processo [de trabalho na roça] é determinada pelo *pai de família*, detentor do *governo* do trabalho. É ele quem ‘dá a direção’ [...] O pai de família é como o ‘dono’ do saber, componente da hierarquia familiar”. (*Idem*, p.37-38. Grifos dos autores).

O saber tradicional das práticas de trabalho é transmitido por gerações por meio da Memória Coletiva, na direção dos mais velhos aos mais novos. Assim, trata-se de um processo de sociabilidade e preparação dos herdeiros da terra de trabalho. As crianças e jovens do meio rural trabalham juntas com seus pais desde cedo na lavoura, cuidando dos animais, do quintal e dos afazeres domésticos. Esta relação de trabalho não se estabelece como exploração e nem apenas como um complemento da atividade econômica da *unidade doméstica de produção* (CHAYANOV, 1974), mas, é antes de tudo, um processo de socialização do sujeito, de formação daquele que está sendo preparado para herdar e cuidar da terra, responsável pela reprodução e continuidade da família. (CARDEL, 1996)

As mulheres, por sua vez, desenvolviam algumas atividades nas roças, participando,

geralmente, das fases de plantação e colheita. A sua função é caracterizada pelos homens e aceita por elas mesmas como “ajuda”, não constando como uma prática de trabalho feminina, mas, sim, masculina. As mulheres de Curralinho possuíam o controle das atividades exercidas nos espaços internos da unidade doméstica (a casa e os filhos) e os quintais como sua extensão, da extração da palha de piaçava e da produção de artesanatos.

O território econômico, ou seja, os espaços destinados ao roçado e extração da piaçava encontravam-se situados nas áreas ao redor do centro da comunidade, geralmente, próximos aos brejos, alcançando boas extensões de terras. Estas não eram cercadas e, segundo os relatos, os espaços de roçado familiar eram demarcados por pontos naturais como pedras, árvores, rios etc. Esta forma de demarcação do espaço compunha a territorialidade de identidade da comunidade e, como afirma Pollak (1989), enquadra, até o momento presente, o território-identidade do grupo.

O arame das cercas, o pinus e o eucalipto tornam-se os grandes vilões dos/as moradores mais velhos/as da comunidade. Este *evento* (SAHLINS, 1990) da chegada do arame e cercamento das terras reduziu a importância da lavoura para este grupo, devido à perda das terras e espaços de trabalho, levando-o a procurar outras estratégias e a reorganizar as práticas tradicionais.

A produção da roça era quase completamente destinada ao consumo interno das famílias, mas quando havia excedente era comercializado nas feiras livres de Praia do Forte, Porto do Sauípe, Itanagra, Camaçari, Pojuca e mesmo Salvador. Também ocorriam trocas de produtos entre as famílias locais e, assim, todas tinham acesso a quase todo tipo de produto alimentício produzido na região, garantido o equilíbrio da dieta alimentar. Este processo estava coberto pelo sistema de reciprocidade exercido na confiança entre as partes: o *dar-receber-retribuir* era parte do código costumeiro e regras tácitas do grupo. (MAUSS, 1974)

Embora o solo seja arenoso e pouco fértil, plantava-se de tudo: mandioca, feijão, feijão de corda, abóbora, milho, aipim, batata, batata-doce, melancia, amendoim, quiabo, entre outros produtos. As áreas do brejo possuíam as melhores parcelas de terras e fartura de água as quais possibilitavam boas colheitas. Os quintais, localizados ao fundo das casas, eram os responsáveis pela maior parte dos produtos consumidos pelas famílias abarcando desde a horta (com salsa, cebolinha, alface, pimenta, couve, coentro etc.), criação de pequenos animais (galinhas e porcos), ervas medicinais e árvores frutíferas.

O principal produto da lavoura de subsistência era a mandioca, à qual beneficiavam nas casas manuais de farinha locais, transformando-a em farinha destinada à maior parte para o consumo doméstico e o excedente para a comercialização. As mulheres lavavam a mandioca para preparar o carimã e fazer bolos e beiju para vender em Porto de Sauípe e São José do Avena (respectivamente, distritos do município de Entre Rios e Itanagra), aumentando a renda familiar. Era exatamente a venda dos excedentes da produção, dos quintais e roçados, que possibilitava às famílias terem acesso aos produtos dos quais não

podiam produzir.

Atualmente, poucas famílias ainda possuem pequenas lavouras de subsistência e produzem seus alimentos, mantendo a mandioca como o principal produto da plantação. No entanto, as áreas de roçado são bem menores e a comunidade quase já não tem mais acesso aos brejos, apenas a três deles. Os quintais reduziram de tamanho e não possuem mais a mesma importância e produtividade de antes. Na realidade, estas atividades agora são consideradas complementares e não mais a base da manutenção e reprodução das famílias de Curralinho.

A produção de artesanato, a partir da extração da palha de piaçava, assume, então, o papel de atividade econômica fundamental, modificando, inclusive, as relações de poder local. Esta prática eminentemente feminina no passado, engloba atualmente o trabalho de toda a família incluindo os homens, crianças e idosos. A base da economia doméstica passa a centrar-se na figura da mulher e não mais essencialmente naquela do homem.

No período anterior ao cercamento das terras, as palhas da piaçava eram retiradas dentro da área territorial da própria comunidade, constituindo um território de uso. A proximidade facilitava a retirada e deslocamento destas. Com as plantações de pinus e eucalipto nestes espaços, as áreas de extração, hoje, encontram-se muito distantes, dificultando o acesso das pessoas e acarretando o afastamento das mulheres mais velhas no processo de extração da palha. Somente as mulheres jovens têm força e vitalidade para suportar percorrer longos caminhos com toda a palha nas costas. Assim, aquelas que ainda suportam extrair a palha, a vendem para as famílias que não conseguem mais realizar esta etapa do processo produtivo, o que reduz ainda mais a lucratividade destas.

A produção de chapéus, tapetes, bolsas, esteiras, centros de mesa, descansos de panela, carteiras, cestos etc., antigamente, era vendida nas feiras livres do município de Mata de São João, Itanagra, Pojuca e no distrito de Praia do Forte, atualmente o principal polo turístico do Litoral Norte baiano. Hoje, grande parte desta é comercializada na própria comunidade por mediadores, que compram a produção para vender nos hotéis, *resorts*, pousadas e nas lojas de *souvenirs* no comércio turístico da região.

Em 1990, década do incentivo ao potencial turístico do Litoral Norte, as mulheres do Curralinho, juntamente com as de outras comunidades como Diogo, Areal, Santo Antônio e Porto de Sauípe receberam um curso de produção de artesanato em palha do Programa SEBRAE de Artesanato, financiado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Este foi implementado como parte da política mitigadora aos impactos provocados pela implementação do *Resort Costa de Sauípe*, conhecida por Projeto Berimbau. O objetivo do curso era agregar valor e padronizar todo o artesanato produzido na região. Além das aulas para produção em alta escala e mais celeridade na confecção das tranças, receberam orientação para tingimento da palha, cálculo dos custos, lucro, agregação de valor aos produtos, formas de comercialização e associativismo.

As mulheres artesãs, participantes deste curso, se reuniram e constituíram a

Associação das Artesãs de Currálinho. No entanto, é importante frisar que as mulheres mais velhas acham que a produção do artesanato, nos moldes do SEBRAE, não possui a mesma beleza e identidade dos grupos de artesãs como aqueles produzidos com base no saber tradicional local difundido por gerações. Estas resistiram à inserção destes modelos padronizados, que preconiza a utilização de tranças mais finas e uniformes em detrimento dos trançados mais elaborados. A não participação destas nos cursos, a resistência em elaborar os artesanatos com os novos trançados e a não inserção à Associação acarretaram a perda do poder de comando e de transmissão do saber das mulheres mais velhas neste processo produtivo, passando a centralidade para as mulheres mais jovens.

O desenvolvimento turístico e econômico do Litoral Norte engendrou também uma conseqüente valorização das terras locais, sobretudo, daquelas próximas à faixa litorânea. A especulação imobiliária - embora apresente fatores positivos conforme afirmam os grupos locais, através da melhoria e acesso a alguns serviços públicos (como transporte, saúde e educação), anteriormente quase inexistentes na localidade, e mesmo geração de emprego e renda para alguns poucos - tem fomentado um processo de desestruturação social e desenraizamento cultural em diversas comunidades, pois muitas famílias perderam as suas terras de trabalho e moradia, sendo obrigadas a mudarem de espaço e de estilo de vida.

A comunidade Currálinho atraiu muitas destas famílias para o seu território, principalmente, pelo valor mais baixo das terras (por se encontrar ao lado interno da rodovia) e das relações de parentesco, compadrio e vizinhança estabelecidas entre estes grupos. A ida para esta comunidade, não obstante seja marcada pela ruptura do uso centenário dos seus espaços sociais, ainda simboliza uma tentativa de resistência da permanência do modo de vida e trabalho, dos conhecimentos locais e da manutenção do sentimento de pertença territorial.

A chegada destas novas famílias ocupando algumas áreas e a perda das terras de trabalho para a plantação de pinus e eucaliptos impactam profundamente a reprodução das práticas de trabalho tradicionais. As famílias, então, percebem que a inserção no contexto econômico abrangente seria a saída para garantir a reprodução da unidade doméstica de produção. Assim, a oferta de serviços como alimentação, transporte, hospedagem para os turistas interessados em um turismo mais simples e econômico, acabou engendrando novas formas de obtenção e aumento na renda dos grupos domésticos. Com isso, surgiram pequenos restaurantes de comida caseira, serviço de moto-táxi, bares, mercadinhos, estabelecimentos de material de construção, venda de chip e recarga para celular, entre outros bens e consumos típicos dos meios urbanos.

Para além dessas novas formas de relações mercantis, os habitantes do Currálinho perceberam que o valor econômico da terra enquanto área de construção civil poderia lhes garantir uma renda mensal ou recursos para abrir o próprio negócio em seu território, mantendo, assim, a família e uma parte da sua reprodução social. Desta forma, considerável

parte das terras destinadas aos quintais foi loteada por algumas famílias e comercializada. Outras resolveram construir casas e quartos objetivando alugar tais imóveis por temporada.

Com base nisto, há uma mudança na lógica de uso das terras das famílias do Currálinho. O seu significado, a priori, estava centrado na reprodução social da família, ou seja, era o meio de trabalho e de permanência, e de forma ampla, era considerada patrimônio não apenas por possuir um valor econômico, mas por estar intrinsecamente ligada ao trabalho nela empregado, concretizado na produção agrícola e nas atividades de extrativismo. (WOORTMANN, 1990) A lógica atual capitalista imprimiu um novo sentido à terra na medida em que esta, atualmente, não representa apenas o trabalho e a produção, mas a perspectiva de renda sem utilização das práticas de trabalho tradicionais de fertilizar a terra. No entanto, cabe salientar que o aspecto da alta lucratividade capitalista e acúmulo de riquezas não compõe a lógica e significado deste grupo que ainda assim, utiliza-se desta estratégia para sobreviver e manter o seu estilo de vida.

3 I NÓS X O OUTRO: A COMPOSIÇÃO SOCIAL DO CURRALINHO

A instalação de grandes empreendimentos turísticos – como *resorts*, pousadas, hotéis e restaurantes - no Litoral Norte baiano gesta novos impactos nas comunidades rurais e pesqueiras locais. Diversas pessoas e famílias externas a tais grupos se dirigem à região, a maioria em busca de trabalho nas grandes empresas deste complexo turístico. No Currálinho, há um crescimento populacional a partir da ocupação de uma antiga área de produção, dando surgimento a um novo bairro, denominado de *Novo Currálinho*. Este grupo vivencia, portanto, um aumento da sua população fixa e flutuante. A chegada desses *outsiders* fortalece o sentimento de pertença e a coesão dos *estabelecidos* (ELIAS, 2000), os quais marcam a identidade coletiva a partir do tempo de permanência e trabalho tradicional com a terra, da ancestralidade e do uso do território comum. Este fato institui a *fronteira social* manifestada na relação *nós* com o *outro*. É a partir desta relação que são concretizados os critérios de pertencimento, definindo quem é *de dentro* e quem é *de fora*, ou seja, o *nativo* e o *novo morador*. (BARTH, 1998)

Assim, a população fixa e flutuante deste grupo, atualmente, pode ser classificada em quatro categorias definidas a partir dos seus próprios critérios de pertencimento, pautados na espacialidade e temporalidade, nas relações de sociabilidade e parentesco, e no modo de vida e trabalho: 1. *moradores “nativos”* - “filhos” da região, ou seja, nascidos na própria comunidade e, portanto, descendentes dos primeiros moradores ou também nascidos em outras comunidades vizinhas, as quais mantêm relações de parentesco e compadrio entre si; 2. *novos moradores* – pessoas externas ao grupo, ocupam os espaços do *Novo Currálinho* e não possuem a priori nenhuma relação de consanguinidade ou parentesco espiritual com os nativos; 3. *moradores veranistas* – compram lotes e constroem suas casas de veraneio nas áreas do Currálinho, aparecendo nos feriados, finais de semana

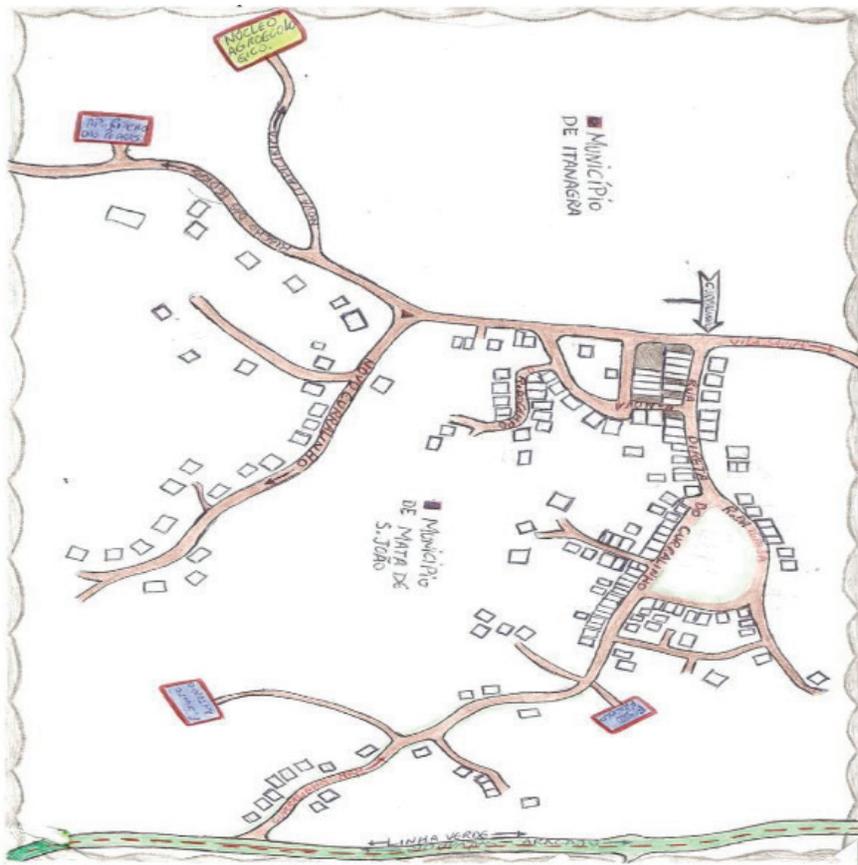
e férias e 4. *População flutuante* – constituída por turistas e trabalhadores das grandes empresas locais.

Este movimento do aumento populacional e separação socioespacial gestou uma divisão nos espaços sociais de moradia, acirrando a distinção de pertencimento, direitos, deveres e as relações de poder (Ver mapa 01 abaixo). Atualmente, os *moradores nativos*, sobretudo, os mais antigos da região, residem na área principal, que está dividida por eles entre: a) *centro*, também conhecido historicamente por *Tabuleiro*; b) *extensão da estrada vicinal de acesso*, chamado historicamente de *Currallinho de Baixo*; e c) *área próxima à estrada de acesso* ao município de Itanagra, também conhecida historicamente por *Currallinho de cima*.

Os *novos moradores* habitam a área localizada ao sul, mais acima dos espaços de moradia tradicionalmente ocupados pela comunidade, conhecido por *Novo Currallinho*, mas denominada pelos “*nativos*” de “*área da invasão*”. Segundo os moradores locais, esta área, que correspondia aos antigos espaços de roçado das famílias mais antigas, foi “invasida”, ou seja, ocupada pelos *novos moradores*. Os relatos apontam que não houve negociação de compra e venda das terras e que esses iniciaram o processo de instalação entre os anos de 2005 e 2008. Para os nativos, morar na área “invasida” significa não ter história de utilização de um território de uso comum, não pertencer ao grupo centenário.

Já os *veranistas* têm ocupado a área denominada de *loteamento* no próprio centro da comunidade, porém localizada atrás da Rua Direta do Currallinho. Estes *novos moradores*, de fato, têm negociado a compra e venda de terras e quase sempre esses lotes sofrem constantes mudanças de proprietários que os adquirem com o objetivo específico voltado para a especulação imobiliária.

A *população flutuante* também traz algumas modificações na sociabilidade do grupo. Primeiramente, Currallinho passou a ser denominado de *Povoado da Situação* devido ao grande número de pessoas externas que por lá passavam e ainda passam todos os dias. Este fato propiciou uma sensação de aumento da renda das famílias, na medida em que esta população utiliza dos serviços prestados pelos nativos. Todavia, a presença constante deste *outro*, que pode ser um turista ou trabalhador da região, constrange, em determinados contextos, os moradores nativos. Há uma percepção geral de que houve um aumento na incidência da violência local, interferindo na convivência cadenciada do grupo. Por isso, estes são denominados pelos nativos de os *estranhos*, ou seja, aqueles que não possuem referências familiares na região.



MAPA 01: Croqui do território atual da comunidade rural Currallinho.

Fonte: LIMA, J. S. 2009, p 17.

Essas novas estratégias e arranjos de manutenção das famílias gestam novas motivações individuais e familiares em torno da importância da mobilidade espacial. Embora esta seja, uma estratégia de reprodução e manutenção da família no campo, ela é também “[...] componente do processo de expropriação, desenraizamento e proletarianização do camponês.” (MARTINS, 2009, p. 45). Nesse sentido, aponta que desde meados do século XX, a mobilidade espacial tem sido encarada como um problema social.

4 | MEMÓRIA COLETIVA E SUA RELAÇÃO COM A MOBILIDADE ESPACIAL

Na *memória coletiva* (HALBWACHS, 2006) dos nativos do Currallinho, a mobilidade espacial realizada antes da década de 1970, tratava-se mais especificamente de estratégias das trajetórias de manutenção dos grupos familiares. Esta era percebida, principalmente, como a oportunidade de promover o aumento da renda familiar, de adquirir produtos que

a produção agrícola não dava conta de suprir, bem como a possibilidade de impedir a fragmentação extrema da terra a ser partilhada entre os filhos que permaneciam.

Por outro lado, contraditoriamente, a mobilidade também promovia a ruptura do liame familiar, externalizada na adversidade vivenciada pelo grupo doméstico que via em tal ato de migração uma perspectiva de amenizar a impossibilidade que o pequeno lote agrícola tinha de suprir as necessidades básicas dos grupos domésticos. Assim, uma estratégia de reprodução social embasada no deslocamento campo-cidade, acabou expondo os indivíduos e o próprio grupo social à exploração violenta do trabalho, à liminaridade social às quais se submete todo indivíduo em processo de mobilidade, e às transformações espaciais no território de uso e de trabalho. Como nos narra os nossos informantes, o percurso principal da mobilidade espacial do jovem adulto, antes da indústria turística, era o de saída, ou seja, os nativos do Curralinho migravam para os centros urbanos do país, sobretudo a metrópole de Salvador e a megalópole de São Paulo, em busca de trabalho que possibilitasse melhores condições de manutenção das suas próprias famílias no campo. Esta estratégia compreendia mais o sentido coletivo, ou seja, a importância do ato para o grupo familiar.

Atualmente, o percurso principal da mobilidade para os nativos passa a ser o de retorno. As motivações correspondem mais especificamente ao projeto pessoal do indivíduo, ao crescimento pessoal e profissional, como finalizar os estudos e fazer cursos profissionalizantes, sobretudo, com a perspectiva de ocupar as vagas de trabalho nos empreendimentos turísticos e indústrias da região (a exemplo dos *Resorts* de alto padrão de luxo como *Costa do Sauípe*, *Iberostar Bahia Golf e SPA*, *Grand Palladium Imbassá Resorts SPA*). Mas, vale ressaltar que por trás do projeto pessoal, a mobilidade ainda favorece a manutenção das famílias no campo, já que a roça perdeu a importância centralizadora da economia local e a produção de artesanato, mesmo este ganhando o papel econômico principal, não consegue suprir atualmente as necessidades básicas dos grupos familiares. Os nativos, sobretudo, os mais jovens, portanto, moram em Curralinho e trabalham nos hotéis e *resorts* no momento da alta estação de veraneio. Em momentos de baixa estação, são obrigados à buscar emprego fora da região do Litoral Norte e até mesmo ir para outros estados do país.

Essa inversão da importância das motivações pessoais e familiares, já que ambas coexistem, é proporcionada pela valorização local empreendida, sobretudo pelo setor turístico, a qual tem possibilitado uma nova rota para as trajetórias espaciais. O contexto econômico local, portanto, promove o retorno dos nativos que saíram e a chegada de novas famílias e indivíduos, mas também a saída dos nativos que tem a perspectiva de se qualificar para retornar e ocupar as vagas de trabalho das empresas locais.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de todas as suas contradições, este novo movimento espacial tem estabelecido um fortalecimento do sentimento de pertencimento social dos nativos, gestado na espacialidade e temporalidade das *fronteiras sociais* (BARTH, 1998). A coesão de grupo e o sentimento de pertencimento estão firmados na memória coletiva de uma temporalidade de vivência em comum no território social, estabelecidos nas relações de parentesco, compadrio e vizinhança. A memória coletiva, portanto, constitui o significado de ser o *de dentro* e a definição daqueles que são *de fora*. Allan Tarrus (2000) também compartilha a ideia de que a mobilidade espacial acarreta intensas convulsões internas e externas aos grupos, já que ela traz à tona as duas principais oposições: o *de dentro* versus o *de fora*; *eu* versus o *outro*. Por conta disso, as atuais relações de sociabilidades do Curralinho estão pautadas na distinção entre os *estabelecidos* e os *outsiders* (ELIAS, 2000).

Estes diversos caminhos da mobilidade espacial têm realizado não apenas mudanças estruturais, mas, sobretudo, mudanças simbólicas e de pertencimento social. A mobilidade dos nativos ainda se processa, mas há uma reconfiguração das motivações individuais e familiares e de suas trajetórias. Outrossim, a chegada de *novos moradores* na localidade, que não possuem laços de pertencimento e usos territoriais tem fomentado uma nova dinâmica nas relações de ocupação, uso e poder dos espaços sociais.

Em suma, a comunidade Curralinho tem se estruturado nas bases do pertencimento atreladas às relações de trabalho com a terra, às formas de ocupação e uso tradicionais do seu território, à ancestralidade, relações de parentesco, compadrio e vizinhança, ou seja, ao tempo e ao espaço da sociabilidade local de um *ethos* ainda camponês. As novas relações sociais e econômicas configuram-se como resistência à desestruturação provocada pelo desenvolvimento econômico e turístico do Litoral Norte baiano para a permanência de um modo de vida e de trabalho, de relações culturais e ambientais característicos deste grupo social, para além dos processos modernizadores impostos pelos governos estaduais e federais.

REFERÊNCIAS

BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. IN: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1998.

CARDEL, L. M. P. S. A concepção do trabalho no universo camponês: um processo ético de socialização. In: **BAHIA Análise e Dados/SEI**, Salvador, v.6 n.1, 1996.

CARDEL, L.; OLIVEIRA, R. **Relatório de Pesquisa do Projeto CAPES: 689\10 Processo BEX 0112\11-9**, PPGCS, UFBA, 2013.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidade econômica campesina**. Tradução de: Rosa María Rússovich. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974, 343 p.

ELIAS, N.; e SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, 224 p.

GONÇALVES, M. T.; MACHADO, C. W. da C. Reflorestamento e mudanças nas condições de vida no Litoral Norte da Bahia. IN: **Caderno do CEAS**, n.161, jan./fev. 1996, p. 23-34.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006, 222 p. (Título original: *La mémoire collective*).

LIMA, J. S. (org.). **Relatório da caracterização sócio-econômica da comunidade de Curralinho, Mata de São João – BA**. Salvador: LAVIET/UFBA, 2009, 17p.

MARTINS, J. de S. Migrações temporárias, problema para quem? In____, **Exclusão social e a nova desigualdade**. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2009.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e Antropologia**. Tradução de Mauro W. B. de Almeida. São Paulo: EDUSP, vol. II, 1974.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

SAHLINS, M. **Ilhas de história**. Tradução de Bárbara Sette. Rio de Janeiro: Zahar, 1990, 209 p.

SAMPAIO, M. R. T. **Formação de Atores e Reestruturação do Espaço**: O caso COPENER celulose no Litoral Norte da Bahia. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Orientadora: Anete Brito Leal Ivo, Salvador/BA, 1990, 218f.

TARRIUS, A. Las circulaciones migratórias: conveniência de La noción de 'territorio circulatorio'. Los nuevos hábitos de La identidad. In: **Ler, describir, interpretar**, Verano, v. XXI, n. 83, 2000.

VINHA, S. G; SILVA, L. A. M. **A Piaçaveira da Bahia**. Ilhéus: Editus, 1998, 48p.

WOORTMANN, E. F. e WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: UnB, 1997.

WOORTMANN, K. Com parente não se neguecia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Brasília: UnB, n. 87, 1990.

ENTRE PORTUGAL E ESTADOS UNIDOS: O IMPACTO DAS DESIGUALDADES EM DUAS ROTAS DO PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS

Data de aceite: 01/04/2021

Data de submissão: 19/01/2021

Rovênia Amorim Borges

Universidade do Minho, Instituto de Educação
Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0001-8259-5623>

Renísia Cristina Garcia-Filice

Universidade de Brasília, Faculdade de
Educação
Brasília, DF
<https://orcid.org/0000-0003-4595-9744>

Este trabalho foi originalmente apresentado no IX Congresso Português de Sociologia, realizado em julho de 2016 na Universidade do Algarve, Faro, Portugal.

RESUMO: Este artigo discorre sobre duas contradições evidenciadas pelo Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) no contexto do novo paradigma desenvolvimentista no Brasil: o fluxo inicial da mobilidade para Portugal em decorrência de inexistência da barreira linguística, e que foi direcionado para os Estados Unidos após a intervenção do governo brasileiro, e o perfil elitista dos estudantes de ensino superior enviados para instituições estadunidenses. Os dados analisados vieram de dois sites oficiais do programa – o Painel de Controle e o Bolsistas pelo Mundo – e ampliados com informações de amostra de pesquisa, composta por 1.283 bolsistas de graduação do CsF nos EUA. Os

cruzamentos estatísticos tiveram o suporte do software IBM SPSS e revelaram o impacto das assimetrias sociais e raciais na composição da mobilidade, que se configurou como espaço de privilégio para estudantes brancos (61,7%), do gênero masculino (57,2%) e de classe alta (36%). O artigo reitera a urgência de investir em maior qualidade no ensino de línguas estrangeiras no Brasil e a importância de observar a intersecção de diversas variáveis nas políticas de internacionalização, como condição *sine qua non* para que as desigualdades não se perpetuem nos patamares mais elevados de formação e de qualificação profissional na sociedade e economia do conhecimento do século XXI.

PALAVRAS - CHAVE: Ciência sem Fronteiras; internacionalização da educação superior; interseccionalidade, língua inglesa; Brasil/Portugal.

BETWEEN PORTUGAL AND THE UNITED STATES: THE IMPACT OF INEQUALITIES ON TWO ROUTES OF THE SCIENCE WITHOUT BORDERS PROGRAM

ABSTRACT: This article discusses two contradictions evidenced by the Science without Borders Program (SwB) in the context of the new developmental paradigm in Brazil: the initial flow of mobility to Portugal due to the lack of language barrier, directed to the United States after the Brazilian government intervention and the elitist profile of students sent to US institutions. The data analyzed were obtained from two official websites of the program – the Control Panel and Scholarship holders around the World - and expanded with data collected from own research,

consisting of 1,283 undergraduate SwB fellows in the USA. The Statistical Analysis were supported by the SPSS software and revealed the impact of gender, race and social class inequalities in the exchange composition, which is configured as privileged space for white students (61.7%), to the male gender (57.2%) and upper class (36%). The article reiterates the urgency to invest in higher quality of teaching foreign languages in Brazil and the importance of observing several variables in internationalization policies, as a sine qua non condition to avoid the inequalities to be perpetuated in higher levels of training and professional qualification in the knowledge-based society and economy of the twenty-first century.

KEYWORDS: Science without Borders; internationalization of higher education; English language; intersectionality; Brazil/Portugal.

1 | INTRODUÇÃO

Nas duas primeiras décadas do século XXI, nos governos de Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), o Brasil ensaiou uma retomada das políticas desenvolvimentistas¹ que haviam sido interrompidas pela crise econômica nos anos 1980, abrindo espaço às propostas neoliberais. Todavia, as alterações na governança nacional ocorreram *pari passu* à dinâmica da chamada economia do conhecimento e levaram o país a considerar as políticas educacionais na agenda estratégica para favorecer e aumentar a competitividade de empresas nacionais no mercado mundial.

Dessa forma, frente ao projeto neoliberal que caracterizou as duas últimas décadas do século XX, o Estado brasileiro buscou uma política alternativa de desenvolvimento que compatibilizasse crescimento econômico com equidade social. De acordo com Sicsú et al. (2007, p. 508), o novo desenvolvimentismo ancorou-se na concepção de um Estado forte e indutor de um setor produtivo inovador e competitivo, capaz de ampliar a participação do país no mercado internacional. Para tanto, o Estado forçou-se a protagonizar políticas para “eliminar as desigualdades exageradas de renda e riqueza” e a responder a compromissos de campanha assumidos com os movimentos sociais, em particular o movimento negro (FILICE, 2011).

Assim, o novo desenvolvimentismo colocado em prática pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) assumiu, entre outros aspectos, a estratégia de impulsionar áreas específicas do setor produtivo nacional em que o país apresentava potencial de competitividade no mercado global. Nesse propósito, políticas educacionais voltadas ao progresso técnico e científico foram alçadas à centralidade nos governos Lula e Dilma. O Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) surgiu em meio a essa nova conjuntura política interna, mas atrelada à dinâmica do capitalismo global.

Este artigo discorre sobre a complexidade acerca dessa nova fase de internacionalização da educação superior no Brasil, sob o olhar acurado de o quanto as desigualdades estruturais da sociedade brasileira impediram a justiça social no processo

¹ Sobre a fase não consensual de um novo desenvolvimentismo no Brasil, ver Fonseca et al. (2013) e Boito JR.; Beringer (2013).

seletivo do programa de mobilidade. Para isso, são apresentados dados oficiais do CsF e de pesquisa autoral (BORGES, 2015), resultado de mestrado profissional em Educação concluído em 2015 na Universidade de Brasília (UnB). O estudo revelou que o referido programa configurou-se em espaço de exclusão para estudantes pobres e negros, na sequência de um paradoxal projeto de social-desenvolvimentismo que, retoricamente, moldou suas políticas para fomentar crescimento econômico com redução de desigualdades.

2 | O DESAFIO DA EQUIDADE NA INTERNACIONALIZAÇÃO

O Estado novo desenvolvimentista no Brasil, que tomou forma a partir do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), buscou incorporar nas políticas públicas a concepção teórica de interseccionalidade². De acordo com essa perspectiva, em sociedades desiguais como a brasileira, a “coexistência de eixos de subordinação entre indivíduos e grupos” (Heilborn *et al.*, 2011, p. 40), por exemplo diferenças que se sobrepõem como ser pobre, negro/a³ e mulher, acaba por gerar situações de desvantagens e de discriminação para determinadas camadas sociais, incidindo sobremaneira sobre a população negra, em particular, a mulher negra.

O governo Lula viu-se, portanto, desafiado a superar um quadro de desigualdades históricas a fim de promover uma democracia com justiça social reivindicada pelos movimentos sociais, e alinhada aos moldes dos princípios da igualdade equitativa de oportunidades e da diferença, defendidos por John Rawls, em 1971, na obra *Uma Teoria da Justiça*. De acordo com o teórico norte-americano, bem aos moldes neoliberais, em todos os setores da sociedade deverão existir “perspectivas mais ou menos iguais de cultura e realizações para todos os que têm motivação e talentos semelhantes” (RAWLS, 2009, pp. 87-88), pois, segundo ele, as “expectativas dos que têm as mesmas capacidades e aspirações não devem sofrer influência da classe social à qual pertencem”. Todavia, numa sociedade desigual como a brasileira, o racismo, o sexismo e o classismo estruturais tornam-se impeditivos, e exigem dos tomadores de decisão perspectivas e ações que contemplem as demandas de segmentos historicamente alijados de direitos por parte do Estado.

A partir da retomada do desenvolvimentismo no Brasil, a inclusão social permeou as políticas estratégicas direcionadas para a educação, a ciência, a tecnologia e a inovação no propósito final de acelerar o crescimento sem perpetuar desigualdades. Uma visão que

2 Esse termo foi cunhado em 1989 pela norte-americana Kimberlé Williams Crenshaw ao constatar o tratamento diferenciado vivido pelas trabalhadoras negras na General Motors. Em termos de pesquisa, o termo passou a ser usado para evidenciar as violências contra mulheres negras de classes desfavorecidas nos EUA. Ver Crenshaw, K. W. (1989). A interseccionalidade muito mais do que uma categoria ou conceito acadêmico passa a ser vista como uma ferramenta analítica pensada por feministas negras, cujas experiências e reivindicações intelectuais eram inobservadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista, a rigor, focado nos homens negros (AKOTIRENE, 2019).

3 Embora a referência a mulheres abarque as mulheres negras, optou-se por incluir o artigo 'a' em movimento negro/a, posto a compreensão que a pauta racial singulariza a trajetória deste segmento no interior do racismo à brasileira (TELES, 2003).

se contrapôs à equidade abarcada pelo Estado neoliberal no Brasil durante as duas últimas décadas do século XX, que se ancorava em um mínimo de inclusão a fim de controlar as tensões sociais prejudiciais à acumulação do capital. Conforme Silva (2012, p. 132), o dogma neoliberal não se pautava em eliminar as condições institucionais geradoras da desigualdade e da concentração de renda, uma vez que não se tinha em vista “a busca da justiça social igualitária, mas o ajuste da desigualdade social” para que ela se justificasse e se tornasse compatível com as novas condições de expansão do capital.

Nos rumos da nova visão desenvolvimentista, observam Heilborn *et al.* (2011), o Estado assume o protagonismo de promotor de políticas públicas em parceria com os movimentos sociais organizados, como os das mulheres e o dos negros/as. Nesse sentido, os governos Lula e Dilma endossaram a ideia de desigualdade como um impeditivo estrutural para o desenvolvimento, uma vez que “limita” o crescimento, transformando-o em instrumento de concentração de renda. Por isso, para enfrentar esse desafio, a equidade (social, regional, entre gêneros, de raça/etnia, etc.) passa a ser “a base orientadora das políticas públicas”, sendo a educação “elemento transformador de longo prazo e de perenização dessa transformação” (BRASIL, 2011, p. 17).

Contra as mazelas estruturais da sociedade brasileira que repercutem na educação superior, ganharam impulso políticas públicas voltadas para maior acesso à graduação e à diversidade. São exemplos os programas para a expansão e interiorização da rede de universidades federais (Reuni) e de oferta de bolsas em instituições da rede privada (ProUni), bem como a lei 12.711/2012, a chamada Lei de Cotas, que reserva 50% das vagas em instituições federais públicas, a estudantes que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas⁴.

A educação passou, portanto, a eixo estruturante do novo ciclo desenvolvimentista brasileiro, agora entendido como “articulador de políticas públicas pró-equidade” (BRASIL, 2011, p. 25). A internacionalização acadêmica e a científica tomaram parte do processo de ingresso do Brasil na sociedade/economia do conhecimento capitalista. Esse entendimento foi ratificado no documento Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016-2019, elaborado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), segundo o qual o “Brasil tem deficiências históricas a serem superadas, especialmente no que tange às desigualdades sociais e às assimetrias regionais, sejam de caráter produtivo ou na produção e acesso à ciência, tecnologia e inovação, o que impede seu pleno desenvolvimento” (BRASIL, 2016, p. 83).

Por consequência, o acesso ao programa de mobilidade estudantil internacional adquiriu *status* para formação e inserção profissional. Se, antes, o diploma universitário era vislumbrado como “um passaporte para ascensão social” (PIOVESAN, 2005, p. 51), em tempos de globalização e de internacionalização da educação superior, a oportunidade

⁴ Dentro dos 50% contempla-se uma porcentagem proporcional à presença negra nos territórios de implementação, as chamadas vagas para estudantes PPIs (pretos/as, pardos/as e indígenas).

de uma bolsa para estudar fora do país e aperfeiçoar o currículo e o inglês pode significar o diferencial entre os eleitos para o sucesso no mercado global. Perspectiva de desenvolvimento socioprodutivo que se abriu no Brasil com o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF).

3 I MUDANÇA DE ROTA NO ATLÂNTICO: DE PORTUGAL PARA OS EUA

Instituído pelo Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011, o CsF trouxe, como objetivo principal, a preocupação em “propiciar a formação e a capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica, e centros de pesquisa estrangeiros de excelência” em áreas de conhecimento eleitas em razão do potencial para a sobrepujança do setor produtivo nacional. A meta esperada era enviar, em quatro anos, 101 mil estudantes de graduação e pós-graduação nas áreas de ciências, tecnologias, engenharias e matemática para universidades bem posicionadas nos *rankings* internacionais.

Nesse sentido, alguns autores do novo desenvolvimentismo brasileiro vão interpretar esse modelo de governança nacional como uma hibridização de avanços sociais com princípios neoliberais, no sentido atribuído por Boito Jr. e Berringer (2013, p. 32) de “ser a política de desenvolvimento possível dentro dos limites dados pelo modelo capitalista neoliberal”. Porém, no âmbito do programa de intercâmbio, entendemos que os interesses econômicos para atender aos mercados, interno e externo, se sobrepujaram aos de justiça social. Essa relação ficará mais evidente a partir dos dados apresentados mais adiante, na terceira parte deste artigo.

Por ora, discorreremos sobre a hegemonia da língua inglesa no CsF e como essa prevalência revelou-se paradoxal face a um país onde os estudantes, em sua maioria, apresentam baixa proficiência no idioma. Na edição do relatório *EF English Proficiency Index* (EF EPI), de 2015, o Brasil aparece no grupo de “baixa proficiência”, e na 41ª posição no *ranking*, entre 70 países, de população adulta com domínio do inglês. Portugal aparece na 13ª colocação, sendo classificado como de “proficiência alta”. A dificuldade com o idioma também foi evidenciada na amostra da pesquisa. Quase 41% dos 1.283 bolsistas enviados para instituições nos Estados Unidos, entre 2012 e 2015, precisaram aprimorar o inglês em cursos de imersão no país antes do início das aulas do intercâmbio.

Essas informações reforçam o argumento de que em razão da inexistência de barreira linguística, as instituições portuguesas tornaram-se opção imediata para estudantes brasileiros de graduação com baixa ou nenhuma fluência na língua inglesa. O Ministério da Educação (MEC) do Brasil realizou duas chamadas públicas para selecionar estudantes de graduação para Portugal. Na primeira, de nº 113/2012, foram implementadas 2.109 bolsas, na modalidade sanduíche (até um ano de estudo em instituição de ensino ou pesquisa no exterior).

Conforme o Quadro 1, a Universidade de Coimbra, primeira instituição de educação superior criada em Portugal, no final do século XIII, foi a que mais recebeu os estudantes brasileiros.

Instituição de ensino em Portugal	Nº de bolsistas
Universidade de Coimbra	704
Universidade do Porto	379
Universidade Técnica de Lisboa	262
Universidade de Aveiro	159
Universidade do Minho	131
Universidade de Lisboa	125
Universidade de Évora	75
Universidade Nova de Lisboa	59
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	37
Universidade do Algarve	37
Universidade da Beira Interior	33
Universidade Católica Portuguesa – Lisboa	32
Universidade Católica Portuguesa – Porto	25
Universidade dos Açores	11
Instituto Universitário de Lisboa	10
Universidade da Madeira	8
Instituto Politécnico de Bragança	6
Instituto Politécnico de Coimbra	4
Escola Superior de Enfermagem de Coimbra	4
Universidade do Minho - Azurém	3
Escola Superior de Tecnologia de Saúde de Coimbra	2
Instituto Politécnico do Porto	2
Instituto Gulbenkian de Ciência	1
Total	2.109

Quadro 1 – Distribuição de bolsistas – Chamada nº 113/2012
 Fonte: Website Bolsistas pelo Mundo, dez. 2015

Os bolsistas enviados para Portugal estavam matriculados em 17 cursos definidos como prioritários pelo CsF, dentro da lógica desenvolvimentista que, como vimos, não se desvencilhou por completo dos tentáculos da nova ordem do capitalismo da chamada economia do conhecimento. Aliás, tal como refere Afonso (2015, p. 272), a economia do conhecimento é “o lado mais pragmático e lucrativo da aprendizagem ao longo da vida e da sociedade do conhecimento, ou seja, é o contexto onde atualmente se expressa a relação mais evidente entre a produção de conhecimento e os novos processos de acumulação capitalista”.

Sob essa perspectiva, a participação do Brasil no processo global de internacionalização da educação superior deve ser percebida tendo em conta esses e outros aspectos. O entendimento é de que as decisões dos Estados no campo da educação

internacional se estabelecem política e geograficamente em “novas arenas de governança” (LEUZE *et al.*, 2007, p. 8), ou seja, um campo de ação política em que diferentes atores se digladiam para ter metas e objetivos atendidos tornam o estudo das políticas públicas cada vez mais complexo. Nesse contexto, o Estado brasileiro elege o conhecimento que pode resultar em lucro, tendo em vista “os setores em que a sustentabilidade está ameaçada e os setores nos quais o Brasil possui vantagem comparativa” (BRASIL, 2011, p. 34).

Na mobilidade estudantil para Portugal, foco deste artigo, predominaram estudantes que estavam matriculados em cursos de “engenharias e demais áreas tecnológicas” e “biologia, ciências biomédicas e da saúde”, seguindo a tendência do CsF na sua amplitude. Essas duas grandes áreas de conhecimento somaram 1.218 bolsas, correspondente a 57,5% do total. O Gráfico 1, a seguir, ilustra a distribuição dos bolsistas desses dois campos pelas instituições portuguesas que mais receberam os estudantes selecionados pela Chamada Pública nº 113/2012.

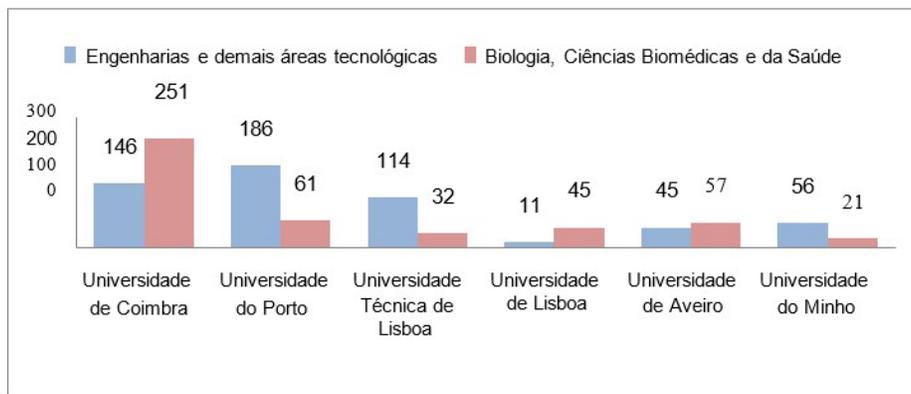


Gráfico 1 – Bolsistas por área de conhecimento e instituição portuguesa
 Fonte: Website Bolsistas pelo Mundo, mar.2016

Como se observa, a Universidade de Coimbra foi a instituição que mais recebeu bolsistas das áreas de biológicas e da saúde, ou seja, 43,3% do total de 580 bolsas. De outra parte, a Universidade do Porto liderou o *ranking* entre os estudantes de engenharias e áreas tecnológicas, atraindo 29,2% dos 638 bolsistas matriculados em cursos desse campo de conhecimento. Ainda em 2012, o governo federal do Brasil abriu um novo edital para Portugal. De um total de 28.191 inscritos, 10.347 foram selecionados e, posteriormente, realocados para oito destinos, conforme o Quadro 2.

País	Nº de bolsistas
Estados Unidos	2.854
Reino Unido	2.293
Austrália	1.313
Canadá	1.219
Itália	873
Irlanda	708
França	574
Alemanha	513
Total	10.347

Quadro 2 – Realocação de bolsistas da Chamada nº 127/2012

Fonte: Portal CsF/Inscrições e resultados, mar./2016

O número demasiado de universitários interessados em frequentar instituições portuguesas levou o governo do Brasil a suspender o edital da Chamada 127/2012, sob o argumento de que o programa objetivava, também, melhorar a proficiência dos estudantes em língua estrangeira. Em decorrência dessa ação, estudantes de classes econômicas de baixa renda e com pouco conhecimento de inglês, de forma paradoxal ao mesmo tempo que foram excluídos também tiveram a chance de estudar o idioma no exterior, antes de ingressar na instituição do intercâmbio. Assim, a parceria com o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) foi escanteada em detrimento de parceiros, em especial, anglófonos (ver Quadro 2).

Todavia, estudantes com alto rendimento acadêmico e com perfil de fragilidade social entraram em desvantagem na disputa pelas bolsas em razão do reflexo de diferentes fatores sobre a proficiência em língua inglesa. Segundo as autoras, “homens brancos, de maior renda, em sua maioria proveniente de escolas de ensino secundário privadas, apresentaram maior domínio da língua inglesa” (BORGES; GARCIA-FILICE, 2016, p. 88) em relação às mulheres, aos negros/as e a bolsistas de baixa renda que frequentaram escolas públicas.

No balanço final do CsF, os Estados Unidos e os países do Reino Unido (Inglaterra, Irlanda do Norte, Escócia e País de Gales), todos tendo a língua inglesa como oficial, lideraram o *ranking* entre os destinos dos bolsistas ao atraírem para as suas instituições 38.561 estudantes, 41,5% do total. Portugal aparece na 9ª posição, com 4,1% dos participantes entre todas as modalidades de bolsas, o que inclui estudantes de graduação e pós. Sobre essa hegemonia dos países anglófonos, Steven Ball assinala que “em estados onde o inglês é a língua falada assistimos a movimentos em direção a uma maior uniformidade e determinação central, o regresso das políticas liberais do século XIX e a abertura da educação para os que buscam lucro” (BALL, 2001, p. 112).

Não é de se admirar, portanto, o interesse do então presidente Barack Obama pelo CsF, que serviu na medida certa à política expansionista da internacionalização da educação

superior norte-americana após a crise financeira mundial de 2008, reflexo do rombo no mercado de hipotecas dos Estados Unidos. Sobre essa dinâmica inter-relacionada, Spears (2014, p. 159) definiu o programa brasileiro de mobilidade científica como nada mais do que “um pacote de estímulo projetado pelo governo federal para impulsionar as pesquisas nas áreas de ciência, tecnologia, a indústria e a proeminência global” e “intencionalmente dirigido para atender aos interesses tanto da economia brasileira quanto da norte-americana”⁵.

Diante do potencial lucrativo da mobilidade internacional de estudantes, Obama iniciou em 19 de março de 2011, pelo Brasil, uma peregrinação pelos países da América do Sul à procura de acordos para o fomento da educação transnacional. As visitas tinham o objetivo de divulgar o programa de mobilidade estudantil *100,000 Strong in the Americas*. Financiado pelo Departamento de Estado dos EUA, em parceria com o setor privado, esse programa estabeleceu por meta até 2020 a mobilidade anual de 100 mil estudantes entre os Estados Unidos e a América Latina e Caribe.

Em 26 de julho de 2011, em discurso a empresários e membros do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) da Presidência da República, a presidente Dilma Rousseff anunciou a criação do CsF como ação estratégica para suprir carências em elevada formação superior do país, principalmente, de cientistas e de engenheiros. Em dezembro desse mesmo ano, nove meses depois da visita de Obama, o CsF foi lançado e considerado fundamental para o desenvolvimento e inovação do setor produtivo nacional.

Desde janeiro de 1995, a partir do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS)⁶ e a lógica econômica global a imperar sobre a educação superior, os estudantes internacionais são percebidos como parte da nova engrenagem capitalista e o saldo tem se mostrado positivo para os EUA. Os 974.926 estudantes internacionais, juntamente com suas famílias e recursos enviados por seus países, foram responsáveis por incrementar a economia norte-americana em 30,5 bilhões de dólares e 373,4 mil empregos durante o ano letivo de 2014-2015, conforme dados da *Association of International Educators (Nafsa)*.

Em decorrência do CsF, o número de estudantes brasileiros de graduação em instituições norte-americanas foi de 23.676 entre 2014 e 2015, colocando o Brasil em 6º lugar entre todos os países que enviaram bolsistas para os EUA⁷. Antes do CsF, no ano letivo 2010/2011, havia 8.777 estudantes brasileiros no país, ou seja, registrou-se um aumento de 170% no fluxo para instituições norte-americanas no letivo 2014/2015.

De outra parte, há de se considerar a Declaração de Bolonha, assinada em junho de 1999 por 29 ministros de educação, que teve o propósito de facilitar a mobilidade entre os

5 Para melhor compreender o contradiscurso em relação a essas posturas, ler OLIVA et al. (2018) e JESUS et al. (2019).

6 Anunciado em 1996 pela Organização Mundial do Comércio (OMC) o GATS permitiu a expansão de serviços educacionais. De acordo com o artigo 1, entre os quais: i) a oferta transnacional de serviços educacionais por meio da internet, como cursos e-learning e de universidades virtuais; ii) a educação transnacional (estudar no exterior por meio de intercâmbio); iii) o estabelecimento de negócios no exterior, como subsidiárias de universidades privadas ou franquias de escolas; e iv) a presença de pessoas, como professores nativos em escolas de idiomas.

7 Segundo dados do Relatório IIEE Open Doors. Acesso em 2 de dez.2015: <http://www.iiee.org/Research-and-Publications/Open-Doors>.

estudantes dos diferentes países europeus, fazendo da Europa “uma economia baseada no conhecimento mais competitivo do globo, com impacto na redefinição da disputa pela hegemonia planetária até o final do novo século” (MELLO, 2011, p. 29). Alinhado a essa visão, Teodoro (2014, p. 229), afirma que “vários autores sublinham a lógica neoliberal subjacente ao Processo de Bolonha, assente na redução da responsabilidade social do Estado e na ideia da educação como um bem privado”.

Na visão de Santos (2011), o acordo de Bolonha deve ser entendido como estratégia da União Europeia para preparar as suas universidades “para competir em boas condições (ou seja, em condições lucrativas) no mercado transnacional da educação superior” (p. 37). Por isso, a ideia de um espaço universitário europeu com regras padronizadas para estruturas curriculares, sistemas de certificação e de avaliação para fomentar a mobilidade, inicialmente dentro da União Europeia e, mais adiante, em escala global. Portugal não se exclui desse processo. Ainda que semiperiférico no contexto mundial, o país exibe força para atrair estudantes brasileiros por razões de similaridades históricas e culturais e por estar inserido no espaço europeu que se esforça por legitimar, a nível mundial, a qualidade do ensino superior; e o já anunciado fator linguístico.

Em suma, a adesão a tratados internacionais, seja sob o prisma do GATS ou de Bolonha, o CsF potencializou um vasto nicho mercadológico para países centrais do capitalismo mundial. Nessa dinâmica, entender em que medida as desigualdades da sociedade brasileira refletiram-se no processo seletivo do CsF torna-se essencial para corrigir rumos de futuras políticas públicas de internacionalização da educação superior brasileira. Embora, o princípio da equidade com justiça social tenha sido uma preocupação das políticas sob o novo modelo desenvolvimentista no Brasil, passou ao largo no âmbito do programa CsF. Critérios de gênero, raça, classe, origem geográfica ou escolar não foram considerados no processo seletivo de bolsistas. Essa constatação nos levou a problematizar essa relação, considerando a interseccionalidade de gênero, raça e classe com a proficiência em língua inglesa.

4 | INTERSECCIONALIDADE E DESIGUALDADES REFLETIDAS NO CSF

O olhar sobre a produção de desigualdades no contexto específico do CsF permitiu-nos perceber as relações de discriminação latentes na intersecção das variáveis de gênero, raça e classe entre os estudantes que cumpriram o programa de mobilidade em instituições dos Estados Unidos. Dados oficiais do programa, publicados no Painel de Controle do CsF, mostram que a maioria (57,2%) das bolsas implementadas na modalidade de graduação sanduíche foi entregue a candidatos do sexo masculino. Nota-se então uma inversão na prevalência de gênero a partir do intercâmbio, uma vez que as mulheres respondem por 55% das matrículas em cursos superiores presenciais no Brasil (INEP, 2014).

Essa supremacia do gênero masculino pode ser explicada, mas não justificada,

pela prioridade na concessão de bolsas a estudantes de engenharias e tecnologias, cursos em que os homens são a maioria nas cinco regiões do país. Entre os 18 campos de conhecimento priorizados pelos CsF, em conformidade com a estratégia da política desenvolvimentista para o Brasil, as tecnologias e as engenharias ficaram com 44,8% das bolsas implementadas⁸. Dos 41.502 bolsistas matriculados nesses cursos, 66,3% eram homens. Ao não estabelecer critérios para equilibrar a concessão de bolsas, o CsF promoveu a discriminação por gênero. Assim, a assimetria que já ocorre nessas áreas de conhecimento nas instituições brasileiras prolongou-se na dimensão internacional.

Em relação à raça, o programa CsF também perpetuou a desigualdade incrustada na sociedade brasileira, uma vez que a mobilidade para os Estados Unidos traduziu-se num espaço de privilégio para os estudantes brancos. Dados oficiais do programa mostram que dos 9.892⁹ desses bolsistas, 6.100 eram brancos (61,7%) e 3.114, negros (31,5%). Em sua pesquisa sobre o perfil de estudantes de graduação nos EUA, tendo por base amostra de 1.283 bolsistas¹⁰, Borges (2015) obteve uma estratificação bem próxima aos dados gerais: 819 bolsistas brancos (63,8%) e 424 negros (33%).

Embora no Brasil, a população negra seja 20,4% maior do que a branca entre 18 e 24 anos¹¹, na educação superior ocorre uma inversão: com mais jovens brancos matriculados em cursos presenciais e a distância de instituições de ensino superior, públicas e privadas¹². Enquanto 13,5% dos 10,6 milhões de jovens brancos, de 18 a 24 anos, chegaram à educação superior, apenas 6,3% dos 12,8 milhões de negros, nessa faixa etária, encontravam-se matriculados em cursos superiores no Brasil¹³. A partir da análise estatística (com suporte do SPSS, versão 18.0) pelo critério de raça tendo em conta a distribuição dos bolsistas do CsF nos cursos de engenharias e tecnologias, áreas de maior concentração de bolsas nos EUA, verificamos que os estudantes negros ficaram com menos de um terço (29,7%) do total das mesmas¹⁴.

Em relação à classe¹⁵, predominou a participação de bolsistas vindos de famílias mais

8 Cálculo teve por base 92.880 bolsas implementadas: www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle. Acesso em: 6 abr. 2016.

9 Esse quantitativo refere-se às bolsas implementadas e limita-se aos estudantes que preencheram o questionário socioeconômico, implementado a partir do segundo semestre de 2012. Os dados foram obtidos pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) e repassados à pesquisa que deu origem a este artigo em 3 nov. 2015.

10 A amostra foi calculada a partir de fórmula definida por Richardson et al. (2014) para situações em que a população universo é conhecida. Na pesquisa de Borges (2015), os 27.803 estudantes de graduação enviados para os EUA.

11 De acordo com o Censo Demográfico divulgado pelo IBGE em 2012, o Brasil possuía em 2010, na faixa etária de 18 a 24 anos, 10.654.189 jovens brancos e 12.834.452 negros.

12 O Censo da Educação Superior de 2013, do INEP, registra 1.829.692 estudantes brancos matriculados em graduação no Brasil, sendo 520.730 em instituições públicas; os jovens negros somavam 1.131.021. Desses, 387.200 estavam em instituições públicas.

13 O cálculo levou em consideração os dados do Censo da Educação Superior de 2011 por maior aproximação com a contagem populacional do IBGE, em 2010. Na sinopse do Censo da Educação Superior de 2010 do Inep não foi encontrado registro de cor/raça.

14 Registra-se que, 2020, cinco anos após este estudo, devido às Cotas, houve uma mudança no perfil racial nas IES brasileiras: <https://www.abpn.org.br/catalogos-abpn>

15 A definição de classe em Borges (2015) encontra-se associada às condições econômicas, parâmetro utilizado no estudo sobre a classe média brasileira, da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República do Brasil.

ricas. Os dados oficiais do CsF¹⁶, com base em 8.511 bolsistas de graduação sanduíche nos EUA que declararam a renda, mostram que 36% ganhavam acima de seis salários mínimos¹⁷ e 15%, até dois salários mínimos. Percebe-se, portanto, uma participação menor de estudantes oriundos de camadas mais fragilizadas pelas condições econômicas. Nota-se a participação dos bolsistas mais ricos nas áreas de engenharias e tecnologias: 34,8% maior em relação aos mais pobres (Borges, 2015).

A intersecção de variáveis econômicas e raciais na análise estatística permitiu perceber o impacto sobre a aquisição da língua inglesa. A imersão em curso de idioma nos EUA, benefício previsto no CsF, foi indicado como o principal meio de aquisição da fruição em inglês, principalmente pelos estudantes negros e pobres, na seguinte proporção: 28,1% dos negros e 16,7% dos brancos; 15,4% dos bolsistas de maior renda familiar e 37,5%, dos de menor renda.

Os dados coletados ratificam o quanto as desigualdades de gênero, raça e classe permanecem cruéis na sociedade brasileira e projetam-se no CsF. Por isso, o peso de considerá-las nas políticas de Estado, que primam por desenvolvimentismo com justiça social. No conjunto, afirma Garcia-Filice (2011, p. 74), “parece existir uma cegueira social e histórica constitutiva da cultura brasileira que nubla os conflitos de cunho racial e supervaloriza, como fator de desenvolvimento da sociedade, apenas o combate à disparidade socioeconômica”. A interseccionalidade se apresenta como ferramenta fundamental para pensar as políticas públicas em realidades tão desiguais como a brasileira.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo percorreu duas fontes oficiais de dados e outra, de pesquisa autoral, para mostrar duas contradições bastante evidentes no maior investimento do governo brasileiro em uma política de internacionalização da educação superior. Nas duas primeiras partes discorreu-se sobre os impactos da fragilidade do ensino de língua inglesa nas escolas, o que se mostrou inadequado para uma política democrática de internacionalização orientada sob as premissas de justiça social do novo desenvolvimentismo do Estado brasileiro. Assim, diante da baixa proficiência num segundo idioma, houve uma procura demasiada por instituições portuguesas de ensino superior. Esse fluxo da mobilidade pendular a Portugal provocou uma reflexão sobre condições desiguais e estruturais refletidas na participação de estudantes no Ciência sem Fronteiras, que acabou por ser extinto em 2016 pelo governo Michel Temer. Apesar das suas contradições, o programa foi de grande importância para a mobilidade estudantil, incomparável a qualquer outro no Brasil.

Na terceira parte, o artigo revelou o quanto as desigualdades de gênero, raça e

Embora na pesquisa, ela tenha utilizado quatro grupos de renda, nesse artigo a autora faz menção aos extremos: grupo dos mais ricos (30%) e dos mais pobres (6,2%) entre os bolsistas de graduação nos EUA, respectivamente com renda familiar superior a R\$ 7 mil e inferior a R\$ 1 mil.

¹⁶ Dados solicitados por Borges (2015) pelo e-SIC, em 3 nov. 2015.

¹⁷ O salário mínimo em 2015 no Brasil correspondia a R\$ 788,00, cf. Decreto nº 8.381/2014.

classe se fizeram presentes neste programa de mobilidade, inclusive na aquisição da língua inglesa, desvelando-o como um espaço privilegiado para estudantes brancos, do gênero masculino e oriundos de famílias de maior renda. Esse cruel sistema de exclusão social e racial mostrou-se “em dissonância com a economia global, uma vez que se torna prejudicial à competitividade e à produtividade do país ao impedir que talentos avancem na aquisição do conhecimento” (BORGES; GARCIA-FILICE, 2016, p. 94). Por isso, torna-se imperativo ao Estado brasileiro na concepção de um novo paradigma desenvolvimentista, de fato, vinculado ao social, perceber as iniquidades em políticas públicas como o resultado de uma “complexa interação de distintos fatores e dinâmicas sociais” (HANKIVSKY, 2014, p. 2), tais como raça, etnia, gênero, classe, origem geográfica, habilidades e inabilidades. Aspectos muitas vezes considerados individuais, quando, na verdade, emergem de estruturas desiguais e da falta de oportunidades e que precisam ser levados em consideração para avanços em políticas desenvolvimentistas e de internacionalização da educação superior com foco em justiça social.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. A educação superior na economia do conhecimento, a subalternização das ciências sociais e humanas e a formação de professores. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 269-291, 2015. DOI: 10.590/S1414-40772015000200002.

AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade? São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152 p.

BALL, Steven. J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem Fronteiras**, v.1, n. 2, p. 99-116, 2001.

BOITO JR., Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 47, p. 31-38, 2013. DOI: 10.1590/S0104-44782013000300004.

BORGES, Rovênia Amorim. **A interseccionalidade de gênero, raça e classe no Programa Ciência sem Fronteiras: um estudo sobre estudantes brasileiros com destino aos EUA**. Orientadora: Renísia Cristina Garcia-Filice. 2015. 215 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

BORGES, Rovênia Amorim; GARCIA-FILICE, Renísia Cristina. A língua inglesa no Programa Ciência sem Fronteiras: paradoxos na política de internacionalização. **Interfaces Brasil/Canadá**, v.16, n.1, p. 72-101, 2016.

BRASIL. **Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011**. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. Diário Oficial da União, seção 1, n. 239, p. 7.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). **Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016-2019**. Brasília: MCTI, 2016.

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. **Agenda para o novo ciclo de desenvolvimento**. 2 ed. Brasília: Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), 2011.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics**, University of Chicago Legal Forum: 1989. Disponível em: <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>. Acesso em: 10 de ago. 2016.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; CUNHA, André Moreira; BICHARA, Julimar da Silva. O Brasil na Era Lula: retorno ao desenvolvimentismo? **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 403-428, 2013. DOI: 10.1590/S0103-63512013000200006.

GARCIA-FILICE, Renísia Cristina. **Raça e classe na gestão da educação básica brasileira**. Orientadora: Maria Abádia da Silva. 2010. 342 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

HANKIVSKY, Olena. **Intersectionality 101**. Vancouver, BC: Institute for Intersectionality Research and Policy, Simon Fraser University, 2014.

HEILBORN, Maria Luíza, ARAÚJO, Leila; BARRETO, Andreia (orgs.). **Gestão de políticas públicas em gênero e raça - GPP-GeR**: módulo V. Rio de Janeiro; Brasília: Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde Coletiva (Cepesc); Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP), 2014. **Resumo técnico Censo da Educação Superior de 2012**. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf. Acesso em: 15 ago. 2015.

JESUS, Leandro Santos Bulhões; BARROS, Miguel; GARCIA FILICE, Renísia Cristina (Org.). **Tecendo redes antirracistas II: contracolônização e soberania intelectual**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2020. v. 2. 348p.

LEUZE, Kathrin; MARTENS, Kerstin; RUSCONI, Alessandra. New Arenas of Education Governance - the impact of international organizations and markets on education policy making. In: MARTENS, Kerstin; RUSCONI, LEUZE, Kathrin (ed.). **New Arenas of Education Governance**. The impact of international organizations and markets on education policy making. New York: Palgrave Macmillan, 2007. p. 3-15.

MELLO, Alex Fiúza de. **Globalização, sociedade do conhecimento e educação superior**: os sinais de Bolonha e os desafios do Brasil e da América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, 2011.

OLIVA, Anderson Ribeiro; CHAVES, Marjorie Nogueira; GARCIA FILICE, Renísia Cristina; NASCIMENTO, Wanderson Flor. **Tecendo Redes Antirracistas: Áfricas, Brasis, Portugal**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. 255p.

PIOVESAN, Flavia. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 124, p. 43-55, 2005. DOI:10.1590/S0100-15742005000100004.

RAWLS, John. **Uma Teoria da Justiça**. Tradução: Jussara Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social. Mé todos e Técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SICSU, João; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renalt. Por que novo-desenvolvimentismo?. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 507-524, 2007.
DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-31572007000400001>.

SILVA, Sidney Reinaldo da. **Estado, Educação e equidade no Brasil**: a formação gerenciada da cidadania. Campinas: Mercado de Letras, 2012.

SPEARS, Eric. O valor de um intercâmbio: mobilidade estudantil brasileira, bilateralismo & internacionalização da educação. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 8, n. 1, p. 151-163, 2014.
DOI:10.14244/198271991026.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford, 2003.

TEODORO, António. A Educação Superior na Europa e América Latina. Propostas para uma Universidade cidadã no século XXI. **Revista Argentina de Educación Superior**, v. 6, n. 8, p. 219- 250, 2014.

CAPÍTULO 9

ESPACIALIDADES DO ESPIRITUAL NA PINTURA PÓS-MODERNA: CONTRIBUTOS PARA O ESTUDO DO TRANSCENDENTAL MÍSTICO NA LINGUAGEM PICTÓRICA DA OBRA DE ARTE

Data de aceite: 01/04/2021

Data de submissão: 04/01/2021

Salomé Marivoet

ISCTE-IUL, CIES

Lisboa - Portugal

<http://orcid.org/0000-0003-2109-3114>

RESUMO: Em cada época e cultura, a arte representa uma visão do mundo, de apreensão do real objectivo e subjectivo, fortemente determinado pelas crenças religiosas dominantes. Desde o Renascimento que a desmitificação do mundo levou ao seu desencantamento. Na arte, e em particular na pintura, este facto motivou a procura de novos elementos plásticos integradores da totalidade na leitura das obras de arte. Nos tempos presentes, a designada pós-arte enfatiza a arte pela arte, a técnica, e a fragmentação do real, sinalizando a perda do sentido existencial e do espiritual na apreensão do mundo. Ainda assim, tanto quando podemos concluir, encontramos nas obras de arte de Kandinsky e Rothko uma representação de real unificado, cuja plena compreensão só se torna possível à luz da narrativa mítica abstracta, quântica e cosmológica da espiritualidade da Nova Era.

PALAVRAS - CHAVE: Nova Era; Espiritualidade; Espaço; Linguagem; Arte.

SPACIALITIES OF THE SPIRITUAL IN POST-MODERN PAINTING: CONTRIBUTIONS TO THE STUDY OF THE MYSTIC TRANSCENDENTAL IN THE PICTORIAL LANGUAGE OF THE ARTWORK

ABSTRACT: In every age and culture, art represents a vision of the world, the apprehension of the real objective and subjective, strongly determined by the dominant religious beliefs. From the Renaissance the demystification of the world led to his disenchantment. In art, particularly in painting, this has motivated the search for new plastic integrating elements to reading the whole of artworks. In the present days, the entitled postart emphasizes art for art, the technique, and the fragmentation of the real, which signaling the loss of existential meaning and the spiritual in the apprehension of the world. Still, as much as we can conclude, we found in Kandinsky's and Rothko artworks a unified real representation, whose full understanding becomes possible only in the light of the mythic narrative of the New Age spirituality, that is abstract, quantum and cosmological.

KEYWORDS: New Age; Spirituality; Space; Language; Art.

1 | INTRODUÇÃO

Como Durkheim (2000) e Weber (1990) demonstraram, as religiões são um produto das sociedades em que emergem, e que inspiram e animam os seus crentes a agirem na construção de uma nova realidade. Consequentemente, a

representação pictórica da imaterialidade e intemporalidade da realidade mítica ou espiritual tem assumido diferentes reelaborações decorrentes dos contextos sociais e culturais em que emanam, determinadas, quer pelas crenças religiosas ou capacidade cognitiva de aceder ao espiritual divino, quer pelas condições sociais da produção artística, incluindo os recursos técnicos e plásticos acessíveis ao artista nas suas criações.

Como evidencia a realidade dos factos históricos, ainda que de forma não esperada, o sistema de crenças religiosas constitui uma alavanca poderosíssima na acção social, e também na representação do mundo ou do real. Ao contextualizar histórica e culturalmente a arte nas diferentes civilizações, Herbert Read (1946) sublinha, como as pinturas rupestres constituem testemunhos raros das civilizações que há muito deixaram de existir, trazendo até aos nossos dias a sua visão mítica da realidade. Mais recentemente, Dawn Perlmutter & Debra Koppman (1999) reuniram um conjunto de contributos, cujas reflexões alargadas às múltiplas manifestações artísticas no tempo e nas culturas das sociedades contemporâneas, incluindo as tradicionais ou ditas primitivas, evidenciam o estado da arte do que designam de *reemergence* do sagrado na nossa cultura. A partir de noções como ‘pós-modernismo’, ‘religão’ e ‘espiritualidade’, os contributos reunidos por estes autores podem constituir-se pontos de partida para novas teorizações.

Certamente, que o aprofundamento sociológico do espiritual na arte constitui um espaço de saber com enormes potencialidades para o conhecimento da realidade. Como afirmava Herbert Marcuse, “a verdade da arte reside no facto de o mundo, na realidade, ser tal como aparece na obra de arte.” (2007, p. 11). Mas o autor reconhece-lhe ainda o poder transformador ou revolucionário, não pelo seu potencial político, mas pelo contrário, pela sua dimensão estética, pois, como afirma, “quanto mais imediatamente política for a obra de arte, mais ela reduz o poder de afastamento e os objectivos radicais e transcendentais de mudança”.

Partindo então destes pressupostos, *i.e.*, que a arte é um importante meio de conhecimento da concepção do real em cada sociedade, civilização ou cultura, ao mesmo tempo que detém um aporte revolucionário, na medida em que se pode distanciar da realidade do seu tempo, e desse modo agir sobre ela, pretendemos saber, em que medida a espiritualidade da Nova Era como fenómeno religioso emergente das sociedades contemporâneas reflexivas e pós-tradicionais, tal como tínhamos aprofundado em anterior investigação, se manifestaria na arte, e em particular na pintura.

2 I ARTE, SOCIEDADE E ESPIRITUALIDADE

Como não poderia deixar de acontecer, se as sociedades humana foram determinadas durante séculos pelas crenças religiosas, que a arte que se foi produzindo no contexto cultural mítico-religioso, só poderia representar as visões integradoras do real decorrentes das crenças que as foram sustentando, e aí, arte e religião encontraram-

se intimamente ligadas. Mas como refere James Elkins, “alguma coisa aconteceu na Renascença. O significado da arte mudou, e pela primeira vez começou a ser possível fazer objectos visuais que glorificam o artista, e muitas vezes levam os espectadores a pensar mais nas capacidades dos artistas, do que no conteúdo das obras de arte.” (2004, p. 7). Elkins refere-se aqui às mudanças introduzidas pelos ideais do movimento renascentista, entre os finais dos séculos XIV e XVII, em particular a independência da organização social face às estruturas religiosas, a centralidade no Homem e no conhecimento científico por si produzido na explicação da realidade.

Como afirma Donald Kuspit, pessoas espirituais são nos tempos presentes consideradas *naive*, e como a ironia se tornou o actual desiderato na arte contemporânea de modo a resgatar o materialismo dominante, se não se agir desse modo “*you’re not in*” (2003, p. 1, 4). Ainda assim, haverá de ter presente, como argumenta Howard Becker (2010 [1983]), p.197 em *Mundos da Arte*, que esta não está apenas confinada ao que designa de “profissionais integrados” (os que reproduzem a arte legitimada), continuando esta a ser produzida pelos “mavericks”, os artistas populares e os *naifs*. Porém, neste debate, a teoria de campo de Bourdieu (1994) permite-nos compreender melhor o que Kuspit nos quis dizer com a expressão “não estás dentro”, pois o processo de deslegitimação da arte não é pacífico, nem está ausente de interesses e valores dominantes.

Na realidade, o que sugere a realidade dos factos, é que o *nomos* do campo das artes se encontra actualmente determinado por uma visão técnica e positivista, e por isso as concepções que aí se possam expressar à margem dos valores dominantes correm o risco de ser deslegitimadas, daí o debate aberto sobre a fronteira que determina a entrada ou não no campo, e que em última análise remete para o que é e o que não é considerado arte. A este propósito Jean Baudrillard ironiza com perspicácia, ao afirmar: - “Toda a duplicidade da arte contemporânea está lá: reivindicar a nulidade, a insignificância o não-sentido, visando a nulidade enquanto se é já nula. Visar o não-sentido enquanto se é já insignificante. Pretender a superficialidade em termos superficiais.” (2005, p. 87).

Na procura de argumentos da emancipação da arte, podemos trazer ainda ao debate a tese de Carlos Vidal. Este autor defende que a partir do Impressionismo “nasce[u] o primado da opticalidade sobre a identificabilidade”, processo que terá culminado segundo afirma, “na defesa da arte abstracta e noutra tese fundamental: a de que não existe progresso em arte, precisamente porque a busca da especificidade é invariante”, o que o leva a defender a tese da opticalidade da pintura e da sua invisualidade (VIDAL, 2015, p. 252). São pois abordagens desta natureza, que terão levado Donald Kuspit a defender: - “Arte não é mais belas-artes [*fine art*], isto é, a expressão e a mediação de experiências estéticas.” (2004, p. 28).

De facto, encontramos hoje na academia da arte um pendor técnico-científico que espartilha a criatividade, ao cristalizar uma visão tecnicista da realidade como chancela da criação artística. Por exemplo, Rui Serra, em *VOX DEI. Metáfora(s) da Espiritualidade*,

propõe-se como afirma, “criar um conjunto de trabalhos cuja dimensão visual possa elevar a fruição dos espectadores a uma dimensão emocional e, se possível, também espiritual” (2013, p. 10), tendo mobilizado para o efeito o referencial mítico da Tradição numa construção plástica com forte pendor na técnica.

Como defende Kuspit, a tecnologia tornou-se a grande inspiradora da arte na actualidade, pois “tem vindo a substituir a teoria, a crítica social e o inconsciente na pós-arte, é por isso que parece cada vez mais impossível ser-se um artista sem também ser - na verdade, ser primeiro - um engenheiro, especialista em computador, ou um técnico de vídeo.” (2004, p. 105). Esta afirmação corrobora a tese, de que nos encontramos na era da técnica, como defendem Bragança e Cruz (2002), marcada pela sua determinação em larga escala nas mudanças em curso, e de forma não esperada, em particular nas ligações entre as pessoas e nas suas próprias vidas, com maior evidência depois do surgimento da internet em meados dos anos noventa. Decorrentemente, Bragança de Miranda encontra uma estética na experimentação da vida pelo elo da técnica, afigurando-se-lhe mesmo esta constituir-se o elemento unificador do real nas sociedades em rede na presente era da “*machina ex deus*” (2008, p. 86). Já no lado oposto à visão tecnicista temos a visão espiritualista de Wouten Hanegraaff, que ao observar as mudanças nas crenças religiosas no mundo ocidental, defende que a ciência da Nova Era “procura uma visão unificada do mundo que inclua a dimensão espiritual.” (1998, p. 63).¹

Que vivemos hoje numa sociedade marcada pela tecnologia não oferece questionamento, pois podemos senti-la todos os dias nas nossas vidas; que o real representado na arte se tornou cada vez mais determinado pela técnica, também não oferece dúvidas, basta observar as produções artísticas trazidas a público nas inúmeras exposições e instalações que vão tendo lugar nos museus e galerias um pouco por todo o lado. Porém, também não oferece qualquer dúvida, que no devir social confluem efeitos não esperados! É que a técnica é na sua essência um meio, mas na exaltação da inovação que tem vindo a provocar, nos estímulos e nas mudanças rompantes que provoca, pode criar uma ilusão inebriante no observador, que o leva a tomar a parte pelo todo, por isso a requerer cautela por parte do investigador social.

Como tem vindo a ser consensual, o enfraquecimento no Ocidente das crenças religiosas a partir do Renascimento levou à fragmentação do real, numa visão científica e tecnológica do mundo da matéria em que habitamos que, conseqüentemente, se reflectiu nas artes e na vida em geral. Ora, se a arte tem o poder de se afastar do real imediato, e nesse sentido ser revolucionária ao projectar novas tendências, tal como Marcuse (2007) defendeu e nós concordamos, haverá pois que as procurar nas produções artísticas.

¹ Sobre o movimento espiritual da Nova Era veja-se: HEELAS (1996); HANEGRAAFF (1998); SUTCLIFFE & BOWMAN (2000); HUNT (2004); HEELAS & WOODHEAD (2005); SUTCLIFFE & GILHUS (2014); MARIVOET (2015); GUERRIERO (2015).

3 I O PROBLEMA E A ESTRATÉGIA DE INVESTIGAÇÃO

Dando resposta à nossa questão inicial, que pretendia saber se o real à luz da espiritualidade da Nova Era se encontraria de algum modo representado na pintura, procedemos a uma análise exploratória sobre o tema nas criações pictóricas dos artistas consagrados. Ressaltaram-nos então as obras escritas e artísticas de Kandinsky e Rothko, justamente por encontrarmos nas suas criações plásticas uma dimensão espiritual, ainda que sem o apelo à contemplação da representação estética de divindades antropomorfizadas ou acessíveis através de símbolos ou imagens metafóricas, como foi característico na Tradição pré-Renascentista ou na Esotérica (HOWARD, 2015; BAAL-TESHUVA, 2003) ².

Tanto quanto nos foi dado observar nas propostas plásticas dos dois artistas em análise, encontra-se a objectivação do espiritual enquanto *coisa viva*, *i.e.*, a obra de arte constitui-se como espaço de fruição, de experimentação do transcendental no plano da imanência, na acepção de Deleuze (1995), de vivência, de movimento para o desconhecido, o não revelado, por isso invisível mas ainda assim tangível. Neste contexto, definimos como objecto de estudo, aprofundar a compreensão de uma nova expressão do transcendental místico na pintura abstracta de Kandinsky e Rothko, marcada pela vontade dos artistas em implicar o público no envolvimento imanente com o objecto de arte, enquanto artefacto de comunicação do *self* com o espiritual atemporal, que a todos permeia. Como opções metodológicas, recorreremos à análise das obras escritas dos dois artistas (KANDINSKY, 1987; ROTHKO, 2007), mobilizando quatro dimensões de análise, subdivididas em variáveis quando necessário ³.

A escolha destes dois consagrados artistas do século XX para o aprofundamento do nosso objecto de estudo, tornou-se então incontornável, justamente pela ruptura inovadora que estabeleceram, ainda que com particularidades diferenciadas, e pelo facto de ambos nos terem deixado uma obra escrita sobre as suas concepções de arte, e em particular da pintura. Como veremos, os dois pintores inovaram ao plasmar nas suas criações plásticas uma nova concepção da unidade do real no espaço pictórico. Esta constatação, levou-nos a reformular o nosso objecto de estudo, pois no percurso da investigação há um ir e vir entre a teoria e a prática. Pretendemos então saber, em que medida as rupturas introduzidas na pintura de Wassily Kandinsky (1866-1944), e continuadas pela pintura de Mark Rothko (1903-1970), sinalizam as novas concepções do real associadas ao movimento espiritual da Nova Era.

2 Ambos de origem russa, embora Rothko de ascendência judia.

3 Dimensões da análise documental: – 1) O sentido do artista (1.1. O objectivo ou vontade; 1.2. As condições e os meios de produção); 2) A linguagem da pintura (forma, cor, composição, planos, textura, movimento, etc.); 3) Comunicação da obra de arte (3.1. Implicação do público e, 3.2. Recepção transcendental).

4 I A REPRESENTAÇÃO ABSTRACTA DO REAL EM KANDINSKY

Wassily Kandinsky norteou toda a sua obra artística, na recolocação do espiritual na representação pictórica, tendo sido pioneiro na construção plástica com recurso unicamente a formas abstractas. A concepção de criação artística que defendeu, funda-se na sua experiência plástica, como refere, “na arte, a teoria nunca precede a prática, mas o contrário”, acrescentando, “na arte tudo pertence aos domínios da sensibilidade, sobretudo nos seus começos”, afirmando mesmo que, “de início, só através da sensibilidade se atinge a verdadeira arte”, o que o leva a concluir que “é a intuição que dá a vida à criação”, pois, como adverte, “mesmo que se parta das mais exactas proporções, dos pesos e das medidas mais precisos, nem o cálculo nem a dedução podem proporcionar um resultado justo” (KANDINSKY, 1987, p. 76).

Como vemos, o artista enfatiza a intuição na criação artística, determinada por um sentir interior consciente que designa de *Necessidade Interior* ou *Voz Interior*⁴, nas suas palavras:

O artista deve ser cego para as formas “reconhecidas” ou “não reconhecidas”, surdo aos ensinamentos e desejos do seu tempo. Os seus olhos devem abrir-se para a vida interior, e os seus ouvidos estar atentos à voz da *Necessidade Interior* (KANDINSKY, 1987, p. 76).

Se recuarmos no tempo, e nos situarmos no início do século passado, onde o ‘credo’ no positivismo facilmente etiquetava de superstição qualquer julgamento subjectivo baseado em sensações ou estados de alma, bem podemos imaginar as dificuldades enfrentadas pelo artista face à incompreensão das suas ideias pelas pessoas do seu tempo. Mas à luz de uma nova concepção espiritual introduzida pelo Movimento da Nova Era, no final do século passado, compreende-se-lhe o ímpeto, a força do seu sentir, que o impelia a seguir em frente como se de uma *missão* se tratasse, e que foi realizada com uma enorme integridade intelectual e artística, que hoje se lhe reconhece.

Kandinsky (1987, p. 39) era não só conhecedor da obra de Helena Blavatsky (1832-1891), co-fundadora da Sociedade Teosófica, e da de Rudolf Steiner da respectiva secção alemã, como partilhava as mesmas crenças, daí as suas palavras: - “É desta época que data o grande movimento espiritual, cuja Sociedade Teosófica é hoje o resultado visível”. O conhecimento Teosófico de Blavatsky, que segundo a própria lhe terá sido transmitido pelos seus guias e mestres, funda-se na síntese das verdades fundamentais que sempre presidiram a todos os sistemas religiosos, defendendo-os como a base da religião do futuro ou de uma Nova Era (SPRETNAK, 2014, p. 55).

Helena Blavatsky considerava que o espírito e a matéria são aspectos complementares da realidade infinita. A evolução metafísica seria então guiada pela lei da mudança de ciclos

⁴ Para Kandinsky (1987 [1912], p. 73-76), a *Necessidade Interior* que deve orientar o artista, é constituída por três necessidades místicas que criam a unidade da obra da sua arte, em que a primeira remete para o interior do artista, a segunda para as tendências do seu tempo, e a terceira para a especificidade da arte, para o que lhe é próprio.

e, sendo a alma humana um reflexo do Espírito Universal, teria como fim último adquirir virtudes e sabedoria que lhe permitisse o regresso à Unidade, caminho percorrido ao longo de várias reencarnações de aprendizagem kármica (em consequência da acção de cada um). Em *A Voz do Silêncio*, uma tradução de Fernando Pessoa de fragmentos da obra de Blavatsky *O Livro dos Preceitos Áureos*, a mensagem é elucidada pela seguinte metáfora: - “Não separarás o teu ser do Ser, mas fundirás o oceano na gota de água, e a gota de água no oceano.” (BLAVATSKY, 2015 [1889], p. 74).

De facto, a viragem para o século XX foi marcada pelo progresso tecnológico, a crença de que a ciência salvaria a humanidade de todos os males, e o materialismo reinante traria a felicidade por todos desejada. Tal como outros intelectuais do seu tempo, Kandinsky vislumbrava já a degradação social a que tal ‘sonho’ levaria. Poucos no seu tempo partilhavam a sua visão, como ele próprio fez questão de salientar, mas ainda assim os que partilhavam terão sido alertados pelo olhar atento sobre a realidade à sua volta, e a procura de novo conhecimento.

Max Weber (1990 [1905], p. 136), que também não acreditava no sonho da felicidade materialista, falava também no desencantamento do mundo. Na conferência que proferiu em 1919, a convite da Associação Livre dos Estudantes de Munique, intitulada *A Ciência como Vocação*, fez referência à exclusão do mágico no mundo decorrente do uso do cálculo e da previsão, levantando a questão:

Se todo este processo de desmagificação, prolongado durante milénios na cultura ocidental, se todo este ‘progresso’ em que a ciência se insere como elemento integrante e força propulsora, tem algum sentido que transcenda o puramente prático e técnico (WEBER, 1979, p. 122).

No final da conferência respondeu à questão inicial, afirmando que no seu entender:

O destino do nosso tempo, racionalizado e intelectualizado e, sobretudo, desmitificador do mundo, é que precisamente os valores últimos e mais sublimes desapareceram da vida pública e se retiraram, ou para o reino ultraterreno da vida mística, ou para a fraternidade das relações imediatas dos indivíduos entre si (WEBER, 1979, p. 150).

Para Kandinsky, o desmoronamento a que a sociedade estaria condenada pela força do materialismo, levaria as pessoas a voltarem-se para o seu interior. Movendo-se no meio artístico, o autor investiga pelos meios de observação ao seu alcance as artes do seu tempo, tendo presente, por um lado, a realidade retratada como imagem de uma época, como afirma – “*aí se reflecte a sombria imagem do presente*” – e, por outro, vislumbrando a objectivação das mudanças em germinação decorrente da “*grande viragem espiritual*” (KANDINSKY, 1987 [1912], p. 40 [grifo nosso]). Então, através da observação das mudanças na literatura, teatro, música, pintura (Impressionista) e dança, identifica a tendência da *passagem do material para o espiritual* (1987, p. 41). Chega então à conclusão, que a palavra usada na literatura como imagem abstracta de objectos, não

só estimula a imaginação do leitor, como exerce uma comunicação em dois sentidos, um imediato e outro interior (no sentido de “*tocar a alma*”), encontrando aí o indicador das artes do futuro.

É justamente esta vontade de usar uma linguagem abstracta, capaz de ser percebida pela alma do público, que levou Kandinsky a abandonar a pintura figurativa da realidade exterior, ou das formas racionalmente objectiváveis, tornando-se pioneiro na introdução de uma nova representação pictórica abstracta intimista e cosmológica, pois como argumentou:

Para o artista criador que quer e que deve exprimir o seu universo interior, a imitação das coisas da natureza, ainda que bem sucedida, não pode ser um fim em si mesma (...) daí, a existência em pintura da actual procura de ritmo, da construção abstracta, matemática, e também do valor que hoje em dia se atribui à repetição dos tons coloridos, ao dinamismo da cor (KANDINSKY, 1987, p. 50).

O artista defende aqui uma construção plástica cuja linguagem pictórica remete para uma realidade cósmica, cuja percepção ou tomada de consciência por parte do público se dá pela comunicação mística ou transcendental da alma, por isso remetendo ou projectando o ser para o seu interior, e desse modo, levando-o a tomar consciência de si próprio, do seu *self*, e através dele o seu lugar num mundo multidimensional, tal como encontramos nos ensinamentos da espiritualidade da Nova Era. Como vemos, o artista tinha objectivos precisos para a pintura, e o papel que esta desempenhava na sociedade como meio de representação do real, como refere, “o *essencial da linguagem* é a comunicação das ideias e dos sentimentos. Não se deveria adoptar uma atitude diferente face a uma obra de arte.” (KANDINSKY, 1987, p. 104).

Kandinsky tinha uma concepção utilitária da pintura na sociedade, como se tornam elucidativas as suas palavras - “ *A pintura é uma arte, e a arte, no seu conjunto, não é uma criação sem objectivos que se estilhaça no vazio* ” -, mas pelo contrário, entendia ser “uma força cuja finalidade deve desenvolver e apurar a alma humana (o movimento do triângulo)”, considerando, ser “a única linguagem capaz de comunicar com a alma, a única que pode compreender”, pois, como afirmava, “se a arte não está à altura desta tarefa, então nada pode preencher este vazio. Não existe poder que a possa substituir.” (1987, p. 114-115 [grifo nosso]).

Somos então levados a concluir, que os escritos e a obra artística de Kandinsky constituem um sinal, um prenúncio de uma nova concepção do real multidimensional, por isso uma realidade integradora ou unificadora do mundo das aparências e do mundo das ideias da alegoria platónica da caverna ⁵, concepção que encontramos na Teosofia do seu tempo, e décadas mais tarde no movimento espiritual da Nova Era, no final dos anos oitenta, fortemente globalizado com o surgimento da internet em meados dos anos

5 No Livro VII da obra de Platão (2001 [séc. IV aC], pp. 315-359): - A República.

noventa, embora já latente nos movimentos da designada contracultura, surgidos na segunda metade do séc. XX.

5 | A CONSTRUÇÃO PLÁSTICA DA INFINITUDE IMANENTE EM ROTHKO

Ao ler-se a obra escrita de Rothko, fica-se com a convicção que o artista tinha inquietações filosóficas de natureza existencial, que imbricavam directamente na sua pintura e no que ela representava, enquanto espaço de linguagem e comunicação do real. Encontramos uma procura insistente sobre a historicidade da representação do real na pintura, que em última análise radica numa inquietação sob a sua própria orientação no processo criativo, nas suas palavras: - “Todas as épocas têm que formar de alguma maneira a sua própria unidade à luz dos conhecimentos que possuem, de outro modo a vida não progrediria.” (ROTHKO, 2007 [1970], p. 148).

Rothko reflecte essencialmente sobre a pintura como *bela-arte*, e o papel que esta desempenha na compreensão da humanidade, distinguindo-a da pintura das artes decorativas ou aplicadas. Tece também críticas a todos aqueles que defendem ou produzem uma pintura com ausência de objectivos, designando-a de “arte ineficaz” (2007, p. 148). Aqui, o enfoque da sua análise não são tanto os materiais e os métodos utilizados no processo criativo, mas “as motivações e os objectivos da criação”. Facto, que se encontra intimamente relacionado com a concepção de belo que defende, nas suas palavras: - “a percepção do belo é, sem dúvida, uma experiência emocional. Essa exaltação é composta habitualmente de sentimentos, sensações e, no seu estado mais elevado, aprovação intelectual.” (ROTHKO, 2007, p. 151, p.153).

Como vemos, o belo em Rothko aproxima-se da definição hegeliana de inspiração platónica, enquanto conceito abstracto remetido para o plano espiritual, mas também da concepção de sublime kantiana⁶. Porém, o que poderíamos designar de *belo-sublime* em Rothko, apesar de retomar o ideal platónico de beleza associada ao mundo das ideias, produz exaltação ao transcender a dualidade do real, permitindo assim a compreensão de “que o belo é também composto de dor, que o Bem tem que incluir o Mal, etc.” (2007, p. 167), por isso representa o real unificado ou a totalidade una. Deste modo, o *belo-sublime* torna-se um vector de “comunicabilidade da arte”, daí a complexidade com que o artista se depara quando movido pela vontade de querer implicar o público na sua experimentação, usando para o efeito os recursos plásticos ao seu alcance.

Rothko considera então, que a beleza de uma obra artística transpõe os aspectos meramente técnicos (forma, cor, perspectiva, luz/sombra, equilíbrio espacial, etc.), que em última análise diríamos nós, remetem para a contemplação cirúrgica ou o deleite do

⁶ A estética kantiana concilia os princípios platónicos e os aristotélicos, remetendo os primeiros para a sua noção de sublime (ideal apreendido pela razão, conhecimento), que cria espanto, infinitude, e comporta prazer e dor; e os segundos para a sua noção de belo (apreensão pelos sentidos ou faculdade de imaginação), dirigido à contemplação do “sujeito e ao seu sentimento de prazer ou desprazer” (KANT, 1995 [1790], p. 47).

belo enquanto apelo à sensualidade e ao prazer. Ao seu invés, afigura-se-lhe como algo dinâmico, de modo a “criar lugar para o ajuste entre prazer e dor na experiência do belo” (ROTHKO, 2007, p. 153). Para Rothko, a reacção do sujeito é então a constante, e os estímulos da obra de arte as variáveis que contribuem para que as possamos considerar de ‘belas’, e sobre os quais o artista precisa de dar evidências da sua arte, acrescentaríamos nós.

Como vemos, a reflexão de Rothko sobre o belo na arte, do *belo-sublime* como o designámos, ou das Belas-artes em geral, dirige-se à procura de uma unidade plástica na pintura que implique o sujeito num processo de experimentação transcendental, de representação da totalidade do real, como denota a analogia que estabelece com o processo de criação, quando refere:

De novo como no caso de Deus, só podemos conhecer as suas manifestações através das obras, que, muito embora nunca revelem completamente a totalidade dessa abstracção, simbolizam-na, manifestando diferentes faces suas nas obras de arte. Portanto, sentir o belo é participar na abstracção através de um agente específico. Num certo sentido, isto é, um reflexo da infinitude do real (ROTHKO, 2007, p. 156).

A unidade ou totalidade da representação do real no espaço pictórico, e por consequência para o indivíduo marcado pela cultura ocidental, constituiu assim uma das inquietações de Rothko, como argumentou, “Platão proclamava que as coisas não eram o que pareciam [Alegoria da Caverna], apesar de não ter concebido *a base física ou mecânica que servia de intermediária entre o parecer e o ser*”, acrescentando, que o “*Cristianismo aceitou a distinção platónica e incorporou-a num mito humano mítico. O Renascimento, é claro, rejeitou o Platonismo, juntamente com a concepção cristã do real, e cometeu o pecado cristão de tomar a aparência como realidade.*” (2007, p. 111 [grifo nosso]).

Deste modo, o autor conclui que até à Renascença o mito dava totalidade à existência - a pintura não distinguia o *mundo do real* do *mundo da fantasia* - , sendo que a partir daí se terá perdido a totalidade, ou como Weber assinalou, o mundo ficou *desmitificado* e *desmagificado*, por isso *desencantado* (1979 [1919], p. 150). Esta nova realidade terá então tido implicações na produção artística, encontrando-se a partir do Renascimento a fragmentação do espaço na representação do real. Facto, que veio dar primazia à representação das aparências, a realidade objectivável da natureza, que Rothko designa de *pintura ilusória*, daí considerar compreensível o facto de que a “arte nunca mais, dali em diante, tenha conhecido a unidade da *filosofia do espaço* que é característica dos primitivos, dos Gregos arcaicos e dos Cristão fervorosos.” (2007, p. 147).

Rothko (2007, p. 98) acrescenta ainda, que desde Giotto a cor para os seus próprios fins sensuais e estruturais se foi deteriorando, dada a descoberta da perspectiva, mas que, com Leonardo da Vinci (1452-1519), se terá dado a articulação dos novos conhecimentos da técnica com o elemento plástico - a luz. Justamente a resposta à interrogação que Rothko

procurou em Platão e não encontrou, *i.e.*, a luz é a base física ou mecânica que servia de intermediária entre o parecer e o ser, só que lhe faltava o mito para servir convictamente de elo unificador do real na pintura, tal como o encontramos na espiritualidade da Nova Era, em que a Luz é tida como o Todo, o Uno, o Criador, Deus. Na realidade, Rothko não tinha como identificar este mito, pois ele ainda se encontrava pouco revelado no seu tempo, ainda que em nosso entender o tenha conseguido representar na sua criação artística, mas para isso precisou de explorar outras dimensões da pintura, para que em articulação com a luz, dotassem a construção plástica da objectividade e subjectividade unificadora do real, nomeadamente através da tactilidade e do movimento.

Para Rothko, Cézanne (1839-1906), apesar de dar continuidade à tendência plástica do uso da luz como elemento portador do real visual, e por isso o agente por via do qual o homem conhece o real no mundo das aparências (alegoria da caverna), constituiu um marco de mudança na pintura, introduzindo-lhe factores novos. Segundo Rothko, estes vieram a determinar a orientação da pintura moderna, nomeadamente a relação dos objectos como construção plástica da totalidade, mas entendendo-os como abstrações, *i.e.*, ascendendo ao mundo das ideias, das representações mentais.

Deste modo, Rothko acaba por concluir que, como o mundo das aparências é o mundo dos pormenores, as artes que não se ocuparam de nenhum mito nostálgico desde o Renascimento ocupam-se de detalhes, *i.e.*, o artista tenta transmitir o carácter geral a partir de coisas específicas que ele necessita de usar como encarnação das suas concepções plásticas. Porém, como adverte, para Cézanne tratava-se de “ampliar as implicações que as suas impressões deixam no mundo da aparência - e ampliá-las até serem relevantes no mundo humano da sensualidade”, concluindo:

E neste esforço, a luz é o elo, pois é graças a ela que o artista faz com que as aparências que o estimulam participem numa categoria geral da observação visual, e não só: é dentro dessa categoria que ele encontra o meio para simbolizar os sentimentos que nutre por essas aparências. Porque a luz permite que um novo factor, a que chamamos *emocionalidade*, substitua a sensualidade aberta do mitológico (ROTHKO, 2007, p. 102).

Como vemos, tanto na pintura de Rothko como na espiritualidade da Nova Era, a Luz é o elo de unidade do real. O artista explora ainda a emocionalidade humana e o movimento, reforçando a capacidade expressiva das suas criações plásticas, o que o terá levado a afirmar: - “If you are only moved by color relationships, you are missing the point. I am interested in expressing the big emotions - tragedy, ecstasy, doom.”⁷

7 MoMA, n.º 5 / n.º22, 1950 (1949 no verso), óleo sobre tela, 297 x 272 cm. Veja-se também Os Murais na capela de Houston, espaço usado para meditações; e na Tate Gallery, Mural, secção 3, 1959, óleo sobre tela, 266,7 x 457,2 cm, e sala Mark Rothko.

6 | APONTAMENTO FINAL

O estado da arte actual (ocidental, refira-se) resultou da perda da apreensão da totalidade do real, tal como na vida, após a desmitificação do mundo a partir do Renascimento, o que terá levado Weber a afirmar que o mundo se tornou desencantado. Também, no final do século XX, apesar dos entusiastas da técnica lhe encontrarem virtualidades deslumbrantes em prol da felicidade humana, já hoje sentidas, e porventura ampliadas no amanhã com as inovações tecnológicas que ainda estão para vir, a desilusão face às metanarrativas modernas do progresso científico e tecnológico, e das ideologias do materialismo histórico abriram um vazio sobre o futuro. É neste contexto, que em nosso entender, a relativização da importância da unidade do real enquanto problema teórico-filosófico na pintura, e na arte em geral, se poderá compreender.

Como vimos, o debate aberto no campo das artes em torno deste problema tem vindo a radicalizar-se desde o final do século XX. Em última instância, o estado da arte do debate radica justamente em saber, o que actualmente é e não é arte. Os defensores da importância da procura da unidade plástica na construção estética, consideram que muita da produção artística actualmente legitimada pelas instituições que detêm esse poder, se insere na categoria de uma pós-arte (KUSPIT, 2004, p. 105), de uma arte pela arte, falando-se mesmo no fim da arte, ou como vimos, numa arte “vazia” (KANDINSKY, 1987 [1912], p. 114), “ineficaz” (ROTHKO, 2007 [1970], p. 148) ou “nula” (BAUDRILLARD, 2005, p. 87).

Já para os defensores das actuais tendências artísticas, este problema não se coloca mais, pois não faz mais sentido limitar ou criar condicionantes estéticos ou de qualquer outra ordem à criação artística, tudo pode ser arte, embora, como vimos, desde que obtenha a chancela de um curador ‘consagrado’ no campo, na acepção de Bourdieu (1994).

O pano de fundo do debate, por vezes acérrimo, como ainda que de forma superficial aqui demos conta, radica justamente nas diferentes interpretações ou concepções do real ou “diferenças de fé espacial”, como as designa Rothko, daí as suas ilações ao afirmar:

Os que acham que o homem tem que acreditar numa unidade suprema para poder prosseguir minimamente enquanto indivíduo social irão, é evidente, rejeitar esta arte considerando-a anti-social. Os que negam que o homem possa procurar conforto em ilusões criadas por si próprio, defendê-la-ão (ROTHKO, 2007, p. 148).

Pelos escritos que nos deixaram, quer Rothko quer Kandinsky estavam bem cientes das limitações do seu tempo na compreensão das suas respectivas obras de arte. Mas, enquanto em Kandinsky se encontra uma fé optimista no futuro, em Rothko encontramos uma inquietação profunda, como deixam antever as suas palavras:

A procura de um mito revela uma insatisfação com verdades parciais e segmentadas, bem como um desejo de mergulhar na felicidade de uma unidade toda abrangente. Esta procura continua ainda, neste preciso momento (ROTHKO, 2007, p. 107 [grifo nosso]).

Como anotámos, o movimento da espiritualidade da Nova Era surgiu no final dos anos oitenta do século XX, ainda que subsidiário de ideais e crenças já conhecidas, por isso, num tempo posterior aos das vidas dos dois pintores em análise. Nos anos noventa, assistiu-se à descoberta da internet, e desde aí o *movimento* tem-se disseminado pelo mundo, tocando pessoas com diferentes heranças culturais e civilizacionais, etnias, grupos sociais, sendo por isso partilhada nos dias de hoje à escala global e, nesse sentido, trata-se da primeira crença religiosa global desterritorializada, sem *governança* e sem *profetas*. Ainda assim, podemos encontrar nas suas revelações uma narrativa mítica, mas de natureza abstracta, *i.e.*, que se funda numa espiritualidade assente numa visão quântica e cosmológica do real imanente, marcada pela democratização do acesso à *verdade formular*, na acepção de Giddens (2000, p. 62), e por isso que transcende largamente as crenças religiosas tradicionais até então conhecidas.

Somos então levados a concluir, que a emergente espiritualidade da Nova Era coloca o *elo* unificador da totalidade numa nova abordagem, num novo mito do real que, no debate em aberto no mundo das artes, permite que a objectividade e a subjectividade se integrem no espaço pictórico plástico, transcendendo assim o parecer e o ser, ou o mundo das aparências e o mundo das ideias, *ainda que numa narrativa abstracta, quântica e cosmológica*, o que nos leva a perspectivar, que no limiar do século XXI — o *mundo parece ter ficado de novo encantado, tornando-se assim de novo misterioso!* De facto, na emergente espiritualidade da Nova Era encontramos uma narrativa mítica da existência que aponta um *Caminho*. Comporta por isso como em todos os mitos, uma nova profecia, ainda que sem profetas, pois apela à procura interior no processo imanente da experimentação da vida de cada um, sem fornecer roteiros, pois o caminho faz-se caminhando, tal como encontramos materializado na pintura de Kandinsky e Rothko.

REFERÊNCIAS

BAAL-TESHUVA, J. **Rothko**. Colonia: Taschen, 2003.

BAUDRILLARD, J. **Le complot de l'art. Illusion et désillusion esthétiques**. Paris: Sens & Tonka, 2005.

BECKER, H. S. **Mundos da Arte**. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

BLAVATSKY, H. **A Voz do Silêncio**. Lisboa: Vega, 2015.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 3ª ed. Lisboa: Difel, 1994.

DELEUZE, G. L'immanence: une vie. *Philosophie*, n.º 47, p. 3-7. 1995.

DURKHEIM, É. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ELKINS, J. **On the Strange Place of Religion in Contemporary Art**. London: Routledge, 2004.

GIDDENS, A. Viver numa Sociedade Pós-Tradicional. *In*: BECK, U., GIDDENS, A. & LASH, S., **Modernização Reflexiva. Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno**. Oeiras: Celta, 2000. p. 53-104.

GUERRIERO, S. A Nova Era em São Paulo: Questionamentos sobre o conceito de Religião. *In*: **Anais do I Congresso Lusófona de Ciência das Religiões – Simpósio Formas Religiosas do Movimento Espiritual na Nova Era v. XVI**. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2015. p. 25-38.

HANEGRAFF, W. J. **New Age religion and western culture. Esotericism in the mirror of secular thought**. New York: State University of New York Press, 1998.

HEELAS, P. **The New Age Movement: The Celebration of the Self and the Sacralization of Modernity**. Oxford: Blackwell Publishing, 1996.

HEELAS, P. & WOODHEAD, L. **The spiritual revolution. Why religion is giving way to spirituality**. London: Blackwell Publishing, 2005.

HOWARD, A. **This is Kandinsky**. London: Laurence King, 2015.

HUNT, S. J. **Alternative Religions: A Sociological Introduction**. 2nd ed. Guilford: Ashgate Publishing, 2004.

KANDINSKY, W. **Do Espiritual na Arte**. Lisboa: Edições 70, 1987.

Kant, I. **Crítica da faculdade do juízo**. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

KUSPIT, D. Reconsidering the Spiritual in Art. **Blackbird**, v. 2, n.º 1, p. 1-13, 2003.

KUSPIT, D. **The End of Art**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

MARCUSE, H. **A Dimensão Estética**. Lisboa: Edições 70, 2007.

MARIVOET, S. (2015). A espiritualidade da Nova Era como fenómeno religioso emergente das sociedades contemporâneas reflexivas e pós-tradicionais. *In* **Anais do I Congresso Lusófona de Ciência das Religiões - Simpósio Formas Religiosas do Movimento Espiritual na Nova Era**. Vol. XVI. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2015. p. 6-24.

MIRANDA, J. **Envios. Uma experimentação filosófica na internet**. Lisboa: Nova Vega, 2008.

MIRANDA, J. & CRUZ, M. (org.). **Crítica das Ligações na Era da Técnica, Ligações_Links_Liations**. Lisboa: Tropismos, 2002.

PERLMUTTER, D. & KOPPMAN, D. **Reclaiming the spiritual in art. Comtemporary cross-cultural perspectives.** New York: SUNY Press, 1999.

PLATÃO. **A República, Livro VII.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

ROTHKO, M. **A realidade do artista.** Lisboa: Cotovia, 2007.

READ, H. **A Arte e a Sociedade.** Lisboa: Biblioteca Cosmos, 1946.

SERRA, R. (2013). **Vox Dei. Metáfora(s) da Espiritualidade.** Dissertação de Doutoramento em Belas-Artes, Especialidade de Pintura, Faculdade de Belas-Artes, Universidade de Lisboa, 2013.

SPRETNAK, C. **The Spiritual Dynamic in Modern Art. Art History, 1800 to the Present.** New York: palgrave macmillan, 2014.

SUTCLIFFE, S. & BOWMAN, M. (eds.). **Beyond New Age: Exploring Alternative Spirituality.** Edinburgh: Edinburgh University Press, 2000.

SUTCLIFFE, S. & GILHUS, I. S. **New Age Spirituality: Rethinking Religion.** London: Routledge, 2014.

VIDAL, C. **Invisibilidade da Pintura. Uma História de Giotto a Bruce Nauman.** Lisboa: Fenda Edições, 2015.

WEBER, M. **O político e o cientista.** Lisboa: Editorial Presença, 1979.

WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** Lisboa: Editorial Presença, 1990.

CAPÍTULO 10

SIGILO PROFISSIONAL EM EQUIPES INTERPROFISSIONAIS: ALGUMAS REFLEXÕES

Data de aceite: 01/04/2021

Data de submissão: 24/02/2021

Isabela Sarmet de Azevedo

Professora Associada da Universidade Federal Fluminense
Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Campos dos Goytacazes – RJ
<http://lattes.cnpq.br/9277882277931958>

Bárbara Carlos Souza

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense
São Fidélis – RJ
<http://lattes.cnpq.br/7397577694894106>

Juliana Manhães Fernandes da Silva

Bolsista de Iniciação Científica PIBIC-UFF
Aruama - RJ
<http://lattes.cnpq.br/6835694694194710>

RESUMO: O objetivo desse estudo é refletir sobre o sigilo profissional em equipes interprofissionais ou interdisciplinares no campo das políticas sociais, com ênfase nas situações de sua excepcionalidade e relativização. Para tanto, realizou-se pesquisa através do Google Forms, a quarenta e quatro assistentes sociais atuantes nas Regiões Norte e Noroeste Fluminense, cadastrados no Conselho Regional de Serviço Social/ 7º Região e pesquisa bibliográfica, incluindo dispositivos legais nesta área.

PALAVRAS - CHAVE: Sigilo. Relativização. Interdisciplinaridade.

SECRECY PROFESSIONAL IN INTERPROFISSIONAL TEAMS: SOME REFLECTIONS

ABSTRACT: The aim of this study is to reflect on professional secrecy in interprofessional or interdisciplinary teams in the field of social policies, with emphasis on situations of their exceptionality and relativization. Forty-four social workers in the North and Northwest regions of Rio de Janeiro, registered with the Regional Council of Social Work/7th Region and bibliographic research, including legal provisions in this area, were searched through Google Forms.

KEYWORDS: Secrecy. Relativization. Interdisciplinarity.

1 | INTRODUÇÃO

O sigilo profissional é um tema presente em todas as áreas, mas, especificamente, na área das ciências humanas e ciências sociais aplicadas, onde situamos o Serviço Social. O recorte específico abordado é a excepcionalidade ou relativização do sigilo profissional em equipes interprofissionais ou interdisciplinares, no campo das políticas sociais. Esse tema ganhou importância em razão dos profissionais serem pressionados para romper o sigilo, não em situações onde sua quebra é possível, para proteger o usuário em risco. São situações nas quais as instituições e as condições de trabalho, no campo das políticas sociais, estão operando para a quebra do sigilo contra a intenção profissional.

Nesse sentido, a metodologia desta pesquisa envolve pesquisa bibliográfica sobre o assunto; parceria entre o Grupo de Assessoria ao Trabalho do Assistente Social da Universidade Federal Fluminense com o Conselho Regional de Serviço Social/ 7ª Região – Seccional Norte Fluminense; reunião *online* com a Comissão de Seguridade Social e NUCRESS's (Núcleos do CRESS) para a apresentação da proposta de pesquisa e extensão universitária; aplicação de instrumento de pesquisa quanti-qualitativa junto a assistentes sociais da área de jurisdição deste Conselho na Plataforma do *Google Forms*. Também foram analisados os Parâmetros e Subsídios para a atuação do Assistente Social nas áreas de assistência social, sociojurídico, saúde e educação. O presente artigo aborda o sigilo profissional em seus aspectos legais; e a excepcionalidade ou a relativização do sigilo profissional em equipes interprofissionais ou interdisciplinares, no campo das políticas sociais.

2 I SIGILO PROFISSIONAL: ASPECTOS LEGAIS

Nesse tópico, iremos abordar o sigilo profissional em seus aspectos legais. Para tanto, vamos analisar a legislação profissional do(a) assistente social, onde a questão do sigilo profissional tem um tratamento consolidado a partir do Código de Ética Profissional e das resoluções do Conselho Federal de Serviço Social. Assim, o local de trabalho do(a) Assistente Social, bem como seus arquivos de documentos são invioláveis, para garantia do sigilo profissional. É o que afirma o Código de Ética Profissional do(a) Assistente Social, no artigo 2º, “d”, Título II, que traz o sigilo como um direito do Assistente Social. (CFESS, 2011, p.24). Esse direito de “manter o sigilo profissional” é reafirmado expressamente pelo artigo 15, do Capítulo V – Do Sigilo Profissional. (Idem, p.31)

Nesse sentido, a Resolução do CFESS nº 493/2006 dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do(a) Assistente Social, estabelecendo que o material técnico utilizado e produzido no atendimento é de caráter reservado, sendo seu uso restrito aos Assistentes Sociais. Esta Resolução afirma que a existência de espaço físico é condição essencial e obrigatória para a realização e execução de qualquer atendimento ao usuário do Serviço Social, devendo haver, entre outras coisas: recursos que garantam a privacidade do usuário; com portas fechadas e espaço adequado para a colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado, mesmo quando o arquivo desse material esteja em outro espaço físico.

Não havendo essas condições de trabalho, o(a) Assistente Social deve informar por escrito à instituição sobre as inadequações encontradas, sugerindo alternativas para a melhoria dos serviços prestados. Se forem esgotados todos os recursos e a instituição não tomar providências para sanar as inadequações, o (a) Assistente Social deve informar ao CRESS (Conselho Regional de Serviço Social) por escrito para intervir na situação. Caso o(a) Assistente Social não cumpra essas exigências, se omita ou seja conivente com as

inadequações éticas e técnicas, será notificado a tomar as providências cabíveis sob a pena de sua responsabilidade ética.

Já a Resolução do CFESS nº 556/2009 regulamenta os procedimentos para efeito de lacração do material técnico e material técnico-sigiloso do Serviço Social. Nela consta que o material técnico sigiloso é toda documentação produzida, que pela natureza de seu conteúdo, deva ser de conhecimento restrito, requerendo medidas especiais de salvaguarda para a sua custódia e divulgação. Informações sigilosas são aquelas cuja divulgação comprometa a imagem, a dignidade, a segurança, a proteção de interesses econômicos, sociais, de saúde, de trabalho, de intimidade e outros, das pessoas envolvidas. São informações contidas em relatórios de atendimento, estudos sociais e pareceres que possam colocar o usuário em situação de risco ou provocar outros danos. O (A) Assistente Social garantirá o caráter confidencial das informações que vier a receber em razão de seu trabalho. A referida Resolução também fala de um conjunto de instrumentos produzidos para o exercício profissional nos espaços sociocupacionais, de caráter não sigiloso, que viabiliza a continuidade do Serviço Social e a defesa dos interesses dos usuários. São eles: os relatórios de gestão, os relatórios técnicos, as pesquisas, os projetos, os planos e programas sociais, fichas cadastrais, roteiros de entrevistas, estudos sociais e outros procedimentos operativos.

No Código de Ética profissional, Título III – Das relações profissionais, Capítulo I – Relações com os/as usuários/as, artigo 5º, “f” afirma que é dever do assistente social: “fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional.” (Idem, p.26)

Por compromisso ético-político, entende-se que é dever do (a) Assistente Social informar aos sujeitos abordados os objetivos de seu trabalho, mantendo sigilo do que o usuário lhe confiar numa relação profissional. O artigo 16 do Capítulo V – Do Sigilo Profissional afirma que o sigilo protege o (a) usuário (a) em tudo aquilo que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional. O Parágrafo Único desse dispositivo afirma que: “Em trabalho multidisciplinar só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário.” (Idem, p.31)

“É vedado ao (à) assistente social revelar sigilo profissional” (Idem) – é o que afirma o artigo 17 do Código de Ética Profissional. A regra é excepcionada (com previsão de quebra do sigilo) em situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade (Art.18), mas “a revelação será feita dentro do estritamente necessário, quer em relação ao assunto revelado, quer ao grau e número de pessoas que dele devam tomar conhecimento” (Parágrafo Único do Art.18). (CFESS, 2011, p.31)

O sigilo profissional não é absoluto¹, podendo ser relativizado em algumas situações.

1 [...] segundo expõe Martins (2015), o sigilo profissional “não é absoluto, devendo ceder quando interesses jurídicos

Em outros termos: o sigilo é regra geral; sua quebra é situação excepcional no Código de Ética do/a Assistente Social, quando houver prejuízo para os interesses do (a) usuário (a), de terceiros e da coletividade.

A Resolução do CFESS nº 557/2009 traz importantes orientações sobre a emissão de pareceres, laudos e opiniões técnicas conjuntos entre o (a) assistente social e outros (as) profissionais. Ela afirma que, ao atuar em equipes multiprofissionais, o (a) assistente social deve garantir a especificidade de sua área de atuação, ou seja, “deve destacar a sua área de conhecimento separadamente, delimitar o âmbito de sua atuação, seu objeto, instrumentos utilizados, análise social e outros componentes que devem estar contemplados na opinião técnica”.

Nas relações do (a) Assistente Social com a Justiça, o Capítulo VI, Art.19, afirma que são deveres do/a assistente social: a) apresentar à justiça, quando convocado na qualidade de perito ou testemunha, as conclusões do seu laudo ou depoimento, sem extrapolar o âmbito da competência profissional e violar os princípios éticos contidos neste Código; b) comparecer perante a autoridade competente, quando intimado(a) a prestar depoimento, para declarar que está obrigado(a) a guardar sigilo profissional nos termos deste Código e da Legislação em vigor. (Idem, p.32)

O artigo 20 do Código de Ética Profissional veda ao (à) Assistente Social: a) depor como testemunha sobre situação sigilosa do/a usuário/a de que tenha conhecimento no exercício profissional, mesmo quando autorizado²; b) aceitar nomeação como perito e/ou atuar em perícia quando a situação não se caracterizar como área de sua competência ou de sua atribuição profissional, ou infringir os dispositivos legais relacionados a impedimentos ou suspeição. A testemunha só depõe sobre fatos. Nesse sentido, é vedado ao Assistente Social prestar informações sobre fatos, principalmente em relação àqueles presenciados ou que tomou conhecimento em razão de seu exercício profissional.

Quando atuar como perito, o (a) Assistente Social deverá restringir-se a prestar esclarecimentos, formular sua avaliação e emitir suas conclusões sempre de natureza técnica.

Segundo o Parecer Jurídico do CFESS n.06/2013, o sigilo profissional abrange as informações captadas em razão do regular exercício profissional e obriga todos (as) trabalhadores (as) que, em virtude do seu ofício ou suas relações laborais, tenham conhecimento de informações confidenciais de outras pessoas. (FERNANDES, 2020, p.123)

Embora as normas sejam claras no sentido de preservar o sigilo profissional, há cada vez mais dúvidas sobre as situações em que é possível a quebra do sigilo profissional.

maiores, portanto, sempre que um outro bem jurídico, de maior relevância que o segredo, necessitar ser protegido, deve-se ‘deixar de lado’ o segredo profissional”. (FERNANDES, 2020, p.44)

² A base de tal prerrogativa, no exercício das profissões, visa não transformar seus agentes em testemunhas da justiça por terem tido contato com informações nas intervenções, havendo previsão em vários Códigos de Ética, a exemplo do art. 20 “a” do Código de Ética do/a assistente social. (FERNANDES, 2020, p. 43-44)

Essa discussão aparece sempre, mas, de umas décadas para cá, os Assistentes Sociais estão sendo pressionados para romper o sigilo profissional.

3 I A EXCEPCIONALIDADE OU A RELATIVIZAÇÃO DO SIGILO PROFISSIONAL NO CAMPO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Estamos discutindo o sigilo profissional numa conjuntura em que algumas tendências vêm sendo reforçadas para os trabalhadores nos serviços sociais, tanto no setor privado quanto no serviço público, tais como a polivalência nas atividades; a contratação por cargos genéricos; a padronização de atribuições que todos podem fazer, com diluição das particularidades das profissões; o cumprimento de jornadas semanais de trabalho que não se realiza em todos os dias da semana, proporcionando um rodízio de profissionais na instituição, fazendo com que a equipe não esteja completa em todos os dias. Assim, quando o usuário das políticas sociais leva suas demandas, elas são traduzidas em requisições profissionais indiscriminadas, a serem atendidas pelo “profissional do dia”, independentemente de sua formação profissional. Tudo isso reflete no trabalho cotidiano dos profissionais e também reflete na nossa condição de trabalhador assalariado, mesmo com relativa autonomia profissional.

Quando o profissional responde às requisições institucionais, elas passam pelo crivo da sua autonomia, de sua capacidade de interpretação e leitura da realidade. Trindade (2015, p.61) afirma que “requisição é construída por sujeitos concretos – pela gestão, pelo usuário, pelos outros profissionais – e chega filtrada pelos interesses e interpretações desses sujeitos.

Santos, Filho e Backx (2017, p.37) recomendam que a visita domiciliar seja utilizada “como uma afirmação de direitos e com muito cuidado, pois significa adentrar no espaço privado das pessoas, das famílias”, devendo “ser muito bem justificada e contextualizada”. Cabe ressaltar que a visita domiciliar tem o objetivo de clarificar situações, considerando o caso nas particularidades de seu contexto sociocultural e de relações. Não podemos dizer, em hipótese alguma, que a visita domiciliar tem por objetivo a averiguação da veracidade dos fatos trazidos pelo usuário. Não nos cabe, através desta técnica, checar a história do usuário, julgar, averiguar ou até mesmo impor mudanças no cotidiano dele.

A quebra do sigilo é possível em situações que visam a proteção do usuário, mas, de uns tempos para cá, essa proteção está sendo posta em risco pela pressão de quebra do sigilo nas próprias instituições. São situações em que o Assistente Social precisa criar estratégias para enfrentar a pressão e situações nas quais as instituições e condições de trabalho estão operando para a quebra do sigilo, contra a intenção profissional. (TERRA, 2016)

Há uma tendência de pensar que todo mundo sabe que tem o dever de preservar o sigilo na relação com o usuário. Mas é possível que o (a) Assistente Social esteja usando

o sigilo profissional para se proteger de uma situação que tinha conhecimento de que era violação e não denunciou. Essa é uma questão que demanda muita capacitação teórica, muito fortalecimento político e articulação nas instituições para que as respostas não sejam individuais. Elas precisam ter o respaldo das entidades representativas, do CRESS, da universidade, para essa discussão. O Código de Ética e a nossa Lei de Regulamentação da Profissão têm elementos para respaldar isso.

Dentro da instituição, se o (a) profissional não tiver uma equipe coesa, se ele (a) não tiver articulação com outros (as) profissionais, que possa, compartilhar das suas decisões em equipes interprofissionais, ele não terá força para recusar, para dizer não aquilo que vai ferir a sua ética profissional. Individualmente, ele não tem possibilidade/ força. A discussão do sigilo não pode ser feita de forma isolada do Código de Ética Profissional e da realidade social. Não é possível ter respostas imediatas.

O Código de Ética profissional pode dar uma orientação geral, mas para cada caso particular, os (as) profissionais vão ter que refletir, discutir com a equipe e buscar o melhor encaminhamento. Os conflitos fazem parte do exercício profissional e a ética como reflexão têm por natureza fazer perguntas e enfrentar as diversas situações, buscando a melhor opção. Mas a ética, como capacidade ontológica, permite ao (à) profissional escolher, porque todos têm a capacidade também de discernir conscientemente entre situações que envolvem valores eleitos como positivos.

4 | RESULTADOS ALCANÇADOS

4.1 Dados relativos às Resoluções do CFESS

A pesquisa abordou até o momento quarenta e quatro assistentes sociais na Região Norte e Noroeste Fluminense, que responderam ao questionário do *Google Forms*. Tendo abordado o conteúdo das Resoluções do CFESS (Conselho Federal de Serviço Social), obtivemos os seguintes resultados: em relação ao material técnico utilizado e produzido no atendimento, 81,8% dos (as) entrevistados (as) consideram que é de caráter reservado, sendo seu uso e acesso restrito aos Assistentes Sociais, enquanto que para 18,2% não.

No que se refere ao local de atendimento destinado ao assistente social, 70,5% dos assistentes sociais afirmam que é dotado de espaço suficiente para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados; enquanto 29,5% afirmam que não.

Para 84,1% há recursos que garantam a privacidade do usuário e 15,9% não há.

A maioria (88,6%) afirma que há espaço adequado para a colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico reservado, enquanto para 11,4% afirmam que não.

Indagamos aos (às) Assistentes Sociais o que fazem primeiro quando constatarem inadequações quanto às condições éticas, físicas e técnicas do exercício profissional.

Obtivemos os seguintes resultados: 72,7% afirmam que comunicam por escrito à instituição e sugerem alternativas para a melhoria dos serviços; 22,7% afirmam que tomam outra providência e 4,6% se omitem ou são coniventes com as inadequações.

Entre os 22,7% que tomam outra providência, prevaleceu comunicação verbal com a coordenação ou chefia imediata, buscando resolver o problema, com sugestão de alternativas.

4.2 Dados referentes ao preenchimento de instrumentos da política social

Ao longo da pesquisa, indagamos se no preenchimento de instrumentos da política social que envolvem a atuação interdisciplinar, se há preservação do sigilo profissional nas relações de trabalho. 81,8% afirmaram que sim; 18,2% que não.

Entre os (as) entrevistados (as), há um consenso de que devem ser repassadas as informações necessárias para a viabilização da política. Não há dificuldade em manter o sigilo em atuação com equipe, sendo revelado o que impacta diretamente no cuidado com o usuário. O registro de informações sigilosas é feito de modo separado, porém as informações gerais ficam disponíveis para os profissionais da equipe.

Sigilo é sinônimo de respeito ao (à) usuário (a), mas também respeito às atribuições privativas do (a) Assistente Social.

Para um (a) dos (as) entrevistados (as), existe uma dificuldade no entendimento de que todos (as) os (as) profissionais são trabalhadores (as) do SUAS³ e não somente a equipe técnica; além do fato de outros (as) profissionais terem acesso ao trabalho. Para ele (a), os instrumentos são institucionais e não do Serviço Social.

Ao analisarmos os Parâmetros para a Atuação do (a) Assistente Social na Política de Assistência Social, vimos que o profissional tem a prerrogativa de decidir sobre os instrumentos e técnicas de intervenção na realidade social e que não cabe ao órgão gestor padronizar rotinas e procedimentos. Vimos também que, tendo uma autonomia relativa, o profissional deve fazer uma leitura crítica das raízes das manifestações da questão social, “fugindo” completamente do julgamento pelo viés moralizante e/ou preconceituoso.

As balizas para o exercício profissional do Assistente Social encontram-se no Código de Ética e na Lei de Regulamentação da Profissão e devem ser respeitados tanto pelos (as) profissionais quanto pelas instituições empregadoras.

A intervenção orientada por esta perspectiva crítica pressupõe a assunção, pelo/a profissional, de um papel que aglutine: leitura crítica da realidade e capacidade de identificação das condições materiais de vida, identificação das respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil, reconhecimento e fortalecimento dos espaços e formas de luta e organização dos/ as trabalhadores/as em defesa de seus direitos; formulação e construção coletiva, em conjunto com os/as trabalhadores/as, de estratégias políticas e técnicas para modificação da realidade e formulação de formas de pressão sobre

3 Sistema Único de Assistência Social.

o Estado, com vistas a garantir os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos necessários à garantia e ampliação dos direitos. As competências e atribuições dos/as assistentes sociais, na política de Assistência Social, nessa perspectiva e com base na Lei de Regulamentação da Profissão, requisitam, do/a profissional, algumas competências gerais que são fundamentais à compreensão do contexto sócio histórico em que se situa sua intervenção [...]. (CFESS, 2011, p.18)

Nesse sentido, o uso de instrumentos e técnicas no Serviço Social não podem contrariar objetivos, diretrizes e competências previstos naquelas balizas. Igualmente, não devem ser utilizados visando integração social, homogeneização social, psicologização dos atendimentos individuais e/ ou relações sociais, nem fortalecer a perspectiva subjetivista.

Há entrevistado (a) que justifica que “todo dado coletado passa nas mãos de outras pessoas”. Essa afirmação deve ser problematizada, considerando que existem informações de caráter sigiloso e que podem causar danos aos usuários.

Parte-se do pressuposto de que os (as) outros (as) profissionais são éticos (as) e respeitam o sigilo do que é compartilhado. Cada profissão tem determinado tipo de trabalho a ser realizado e as informações não devem ser expostas por respeito e segurança do mesmo, além de ser um direito do profissional de Serviço Social. A equipe técnica, portanto, tem acesso aos registros. “O compartilhamento de informações numa equipe interdisciplinar deve ser restrita a necessidade interventiva e contar, sempre que possível, com o aval do usuário” – é o que diz um (a) dos (as) entrevistados (as).

Há quem evite ao máximo relatar questões sigilosas.

Um (a) entrevistado(a) revela: “temos esse dever de resguardar esse sigilo, mesmo quando percebemos que o usuário enquanto está na recepção fala muitos detalhes da sua história”.

(...) O nosso lugar é de humanizar o atendimento, é torná-lo um espaço de direito legítimo, socialmente justo. Temos de viabilizar, para as pessoas, uma esfera individual, particular, privada, especial, para que elas possam sentir que ali podem conversar, que o que falarem será acolhido com respeito, e que terão possibilidade de falarem o que quiserem. O sigilo é dever do profissional e faz parte da ética profissional, mesmo em atendimento por equipe multidisciplinar, lembrando que devemos observar com o máximo de cautela os fatos a serem expostos.

Ao mesmo tempo, imprimimos uma identidade institucional de que este espaço é de direito social, fruto de conquistas democráticas e coletivamente organizadas, e que nossa ação expressará em serviços socioassistenciais, esta intenção política. (CARDOSO, 2008, p.24-25)

Há dificuldades enfrentadas pelo Serviço Social, para resguardar o sigilo profissional. Dentre elas, foi destacada a ausência de arquivo próprio do Serviço Social; o fato do relatório social ser encaminhado por endereço eletrônico ao Judiciário; e o sucateamento dos espaços físicos. Para garantir o sigilo profissional, um(a) dos (as) entrevistados(as)

afirma que só expõe no parecer o que está estreitamente ligado ao objeto que gerou a ação.

Documentos como a ata ou a ficha social são colocados como documentos do Serviço Social por um(a) dos(as) entrevistados(as), onde são feitas anotações pertinentes e estas ficam guardadas no próprio setor.

Portanto, a questão do sigilo profissional aparece vinculada a condições de trabalho, como por exemplo, a existência de um arquivo com chave, para a guarda de documentos sigilosos. Um (a) dos (as) entrevistados (as) afirmou que em um dos locais de trabalho, “a sala não tem chave e a coordenação é quem faz o trabalho administrativo e precisa ter acesso aos prontuários”.

O prontuário aparece como um instrumento de registro que, para alguns entrevistados (as), pode ser dividido com outros (as) profissionais, desde que estes tenham órgão de classe ou Código de Ética. Foi colocado como um instrumento coletivo, no caso de internação dos usuários, onde devem ser colocadas as informações estritamente necessárias.

O sigilo profissional aparece como um imperativo da atuação. Em prontuário comum, é feito o registro do essencial em relação à situação atendida, ao qual os demais técnicos têm acesso.

Há um consenso de que as informações sigilosas devem ser registradas apenas nos documentos utilizados pelo (a) Assistente Social e que as informações só poderão ser prestadas em casos estritamente necessários, como dispõe o Código de Ética Profissional.

Indagamos, ainda, sobre a principal dificuldade de garantir o sigilo profissional, de onde emerge a seguinte figura:

3.6- Qual é a principal dificuldade de garantir o sigilo profissional?

44 respostas

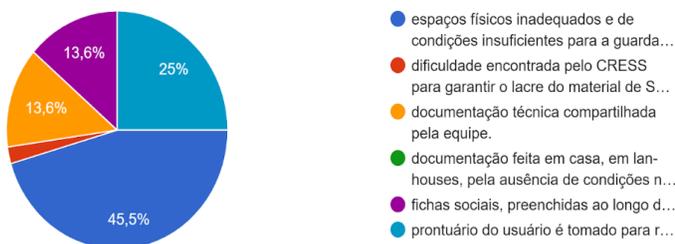


Figura 1 – Principal dificuldade de garantir o sigilo profissional

Fonte: Pesquisa do GATAS/ CRESS- Seccional Norte Fluminense (2020, p.21)

A figura 1 demonstra que para 45,5% a principal dificuldade de garantir o sigilo profissional diz respeito a espaços físicos inadequados e de condições insuficientes para a guarda da documentação; para 25% se deve ao fato do prontuário do usuário ser tomado para registro de providências e espaço de anotação alongada de cada profissional; para 13,6%, refere-se ao fato da documentação técnica ser compartilhada pela equipe; para 13,6%, a principal dificuldade refere-se às fichas sociais, preenchidas ao longo do acompanhamento social, sob guarda do Serviço Social, que são acessíveis ao pessoal de apoio administrativo; e para 2,3% refere-se à dificuldade encontrada pelo CRESS para garantir o lacre do material de Serviço Social.

Perguntamos para os (as) assistentes sociais que, na questão anterior, responderam “documentação técnica compartilhada pela equipe”, qual seria a dificuldade. Duas das entrevistadas disseram que não tinham nenhuma das dificuldades acima, contudo, era resposta obrigatória e que ela assim respondeu para prosseguir com o formulário. Uma delas afirmou que “há resguardo de sigilo na medida em que o parecer só contempla o que precisa estar no laudo”.

Cinco respostas referiram-se ao prontuário como a principal dificuldade no que se refere à documentação técnica compartilhada pela equipe, entre os quais um destacou que se referia ao prontuário do SUAS. Um (a) dos (as) assistentes sociais afirma que as informações “são relatadas no Prontuário. Entretanto, o Serviço Social possui um arquivo próprio para guardar os documentos considerados sigilosos”.

O fato de o trabalho ser multiprofissional não quer dizer que todos os membros da equipe necessitam e devam ter acesso a todas as informações. Não é a questão hierárquica que vai estabelecer o direito de acesso às informações; portanto, as chefias de outras equipes não podem manusear o material do Serviço Social. Portanto, as informações contidas nos prontuários do Serviço Social não devem estar disponíveis para outros profissionais.

Quatro referiram-se à ficha (de acolhida, social), sendo que uma ressalta que “todos da equipe têm acesso às fichas” e outra afirma que a principal dificuldade no que se refere à documentação compartilhada a seguinte:

Ficha individual de acompanhamento do caso (uma espécie de ficha de evolução onde é registrado as intervenções sociais, assim como são registradas intervenções psicológicas e pedagógicas em relação ao acompanhamento técnico realizado enquanto o adolescente está acolhido).
Ficha padronizada nos Serviços de Acolhimento.

Portanto, na equipe interdisciplinar, só devem ser repassadas informações que sejam necessárias e, não todas as informações descritas pelo (a) usuário (a) numa relação de confiança. (TERRA, 2016)

Na equipe multidisciplinar, o (a) Assistente Social atua com outros profissionais que também estão obrigados ao sigilo profissional. Se o (a) usuário (a) está sendo atendido

numa perspectiva de totalidade, as informações devem ser evidentemente compartilhadas, socializadas, no sentido de buscar alternativas para a situação dele. Em certas circunstâncias, em equipe multidisciplinar, o profissional deve se ater ao que é necessário para beneficiar ao (à) usuário (a).

No atendimento multiprofissional, a avaliação e a discussão da situação poderá ser multiprofissional, respeitando a conclusão manifestada por escrito pelo (a) Assistente Social, que tem seu âmbito de intervenção nas suas atribuições privativas.

5 | CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, buscamos discutir o sigilo profissional no atendimento efetuado pelo assistente social nas instituições. Quando tomamos como referência o Código de Ética Profissional, vemos que o sigilo profissional adquire duas dimensões: é direito e obrigação. Portanto, ao tratarmos o sigilo profissional no exercício profissional no Serviço Social, não podemos deixar de abordar o cabedal normativo que norteia as exigências de tal dimensão da ética nas relações profissionais, particularmente na relação com os (as) usuários (as), considerando que a observância da dimensão jurídico-legal e dos pressupostos ético-filosóficos é uma das condições do trabalho do(a) Assistente Social.

O sigilo não é absoluto; ele pode ser excepcionado. Quando se trabalha com outras profissões, o sigilo deve ser relativizado. Numa equipe interdisciplinar, a previsão do Código de Ética Profissional é clara: só devem ser passadas informações necessárias.

O assistente social garantirá o caráter confidencial das informações que obtiver em função do seu trabalho. O sigilo profissional não se aplica ao usuário, mas a terceiros, devendo, portanto, o Assistente Social esclarecer àquele sujeito os objetivos de sua atuação profissional.

O fato de o trabalho ser multiprofissional não dá o direito a todos os membros da equipe de ter acesso a todas as informações. E não é a questão hierárquica que vai estabelecer o direito de acesso às informações. Portanto, chefias de outras equipes não podem manusear o material do Serviço Social.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia. Mesa-Redonda: O sigilo na intervenção e no registro profissional. In: **Seminário Nacional Serviço Social e Sigilo Profissional**. Cuiabá - Mato Grosso, 13 out. 2016.

BORGIANNI, Elizabete. **O serviço social no “campo sociojurídico”**: primeiras aproximações analíticas a partir de uma perspectiva crítico-ontológica. São Paulo, 2012, mimeo.

CARDOSO, Maria de Fátima Matos. **Reflexões sobre instrumentais em serviço social**: observação sensível, entrevista, relatório, visitas e teorias de base no processo de intervenção social. São Paulo: LCTE, 2008.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília, 2011.

_____. **Legislação e Resoluções sobre o trabalho do/a assistente social**. Brasília: CFESS - Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta, 2011.

FERNANDES, Neide A. **Sigilo e Ética do/a Assistente Social**. São Paulo. Cortez, 2018.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; FILHO, Rodrigo de Souza; BACKX, Sheila. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 3.ed. São Paulo, Cortez, 2017.

TERRA, Sylvia. Mesa-Redonda: Serviço Social e Sigilo Profissional. In: CFESS. **Seminário Nacional de Serviço Social na previdência social, 2**. Brasília (DF), 2015.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. Questões ético-políticas para o trabalho do/a assistente social na previdência social. In: CFESS. **Seminário Nacional de Serviço Social na previdência social, 2**. Brasília (DF), 2015.

CAPÍTULO 11

FORMAÇÃO DOCENTE E MERCADO DE TRABALHO: A INSERÇÃO DOS EGRESSOS DA LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS CDSA/SUMÉ NO MERCADO DE TRABALHO NO PERÍODO DE 2013 A 2017

Data de aceite: 01/04/2021

Edmilson Cardoso da Silva

Cientista Social e Mestre em Sociologia
PROFSOCIO
Universidade Federal de Campina Grande
UFCG / CDSA.
Licenciado em História
Universidade Cruzeiro do Sul – UNICSUL.
<http://lattes.cnpq.br/9612366901769180>

Diane Ângela Cunha Custódio

Graduada em Licenciatura Plena em Educação Física. Especialista em Educação Física Escolar. Mestra em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás
Doutoranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás.
Professora da Secretaria de Estado de Educação e Cultura (SEDUC) de Goiás
<http://lattes.cnpq.br/4800467162099554>

Ana Lúcia Nery Sabath

Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás).
Professora da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia (SME)
<http://lattes.cnpq.br/6248618204254541>

RESUMO: A pesquisa teve como objetivo problematizar a relação entre a formação docente e a inserção dos licenciados em Ciências Sociais no mercado de trabalho no contexto do semiárido brasileiro. Tomou-se como objeto de análise os egressos do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido -

CDSA/UFCG, do período de 2013 a 2017. Para tanto, buscou-se traçar o perfil socioeconômico e a trajetória acadêmica, relacionando-as a inserção no mercado de trabalho pós formação inicial. Procurou-se, através da aplicação de questionário e entrevistas, identificar os caminhos percorridos para a escolha, permanência e conclusão do curso, bem como as estratégias utilizadas para inserção no mercado de trabalho na região. A pesquisa identificou, diante do universo analisado, percentual significativo de profissionais atuando em outras áreas, distanciando-se, assim, do objetivo para o qual foram formados, o que demonstra a necessidade de fortalecimento político da categoria e da profissionalização e da construção da identidade do professor das ciências sociais no ensino médio.

PALAVRAS - CHAVE: Ensino superior, ciências sociais, mercado de trabalho.

EDUCATIONAL FORMATION AND THE LABOUR MARKET: THE INSERTION OF THE EGRESSES OF THE DEGREE IN SOCIAL SCIENCES CDSA/SUMÉ INTO THE JOB MARKET IN THE PERIOD 2013-2017

ABSTRACT: The research aimed at problematizing the relationship between education formation and the insertion of graduates in Social Sciences in the job market in the context of the Brazilian semiarid. The egresses of the Full Degree Course in Social Sciences of the Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido - CDSA/UFCG, from 2013 to 2017, were taken as the object of analysis. To this end, the social-

economic profile and academic trajectory were traced, relating them to the insertion in the job market after initial formation. It was sought, through the application of a questionnaire and interviews, to identify the paths taken for the choice, permanence and conclusion of the course, as well as the strategies used for insertion into the labor market in the region. The research identified, before the analyzed universe, a significant percentage of professionals acting in other areas, thus distancing themselves from the objective for which they were trained, which demonstrates the need for political strengthening of the category and professionalization and the construction of the identity of the social sciences teacher in high school.

KEYWORDS: Higher education, social sciences, job market.

1 | INTRODUÇÃO

O Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido - CDSA está localizado em Sumé, município situado no interior da Paraíba. De acordo com o Censo 2010 possui uma população de 16.872 habitantes e IDH de 0,678. Este município está situado na microrregião do Cariri Ocidental paraibano e na macrorregião do Semiárido brasileiro. Esta que é uma área que abrange a maior parte do nordeste brasileiro, chegando ao norte de Minas Gerais. O Semiárido nordestino atinge entre 12% e 18% do território nacional e mais de 11% da população brasileira. É uma região que possui características próprias, identificando-se pela aridez do solo, o baixo índice pluviométrico e o bioma Caatinga.

A implantação do CDSA, em Sumé, ocorreu em 2009, a partir do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) Política governamental que tinha por objetivo interiorizar e democratizar o ensino superior no Brasil. No caso específico as inúmeras mobilizações e reivindicações, realizadas pela população do cariri paraibano, também foram fundamentais para exigir e sensibilizar as autoridades competentes acerca da implantação deste Centro nesta região situada no Semiárido nordestino.

A inserção do CDSA nesta região tem possibilitado aos filhos das camadas populares como agricultores e de trabalhadores assalariados, de uma forma geral, inserirem-se no ensino superior. Algo, até então, distante dos sonhos e projetos de vida destes. O CDSA é constituído por diversos cursos de graduação: Engenharia de Biosistemas, Engenharia de Biotecnologia e Bioprocessos, Engenharia de Produção, Licenciatura em Educação do Campo, Licenciatura em Ciências Sociais, Superior de Tecnologia em Agroecologia e Superior de Tecnologia em Gestão Pública. Em termos de pós-graduação *stricto sensu*, tem-se: Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO; Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos (ProfÁgua) e Mestrado Interinstitucional em Farmacoquímica. Em termos de cursos de pós-graduação *lato sensu* tem-se: Especialização em Ensino de Ciências da Natureza e Matemática para a Convivência com o semiárido; Especialização em Gestão das Políticas Públicas e Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano.

É tendo o CDSA como campo de análise e o curso de Ciências Sociais como objeto de pesquisa, que nos propomos traçar o perfil socioeconômico dos egressos, trajetória acadêmica e a inserção no mercado de trabalho, daqueles que se formaram em licenciatura Plena em Ciências Sociais, no período de 2013 a 2017. O intuito desta investigação deve-se a escassez de estudos sobre esta perspectiva, em relação à inserção do cientista social no mercado de trabalho. É uma pesquisa que se propõe, tomando como objeto de investigação os cientistas sociais, estabelecer diálogo entre a formação e o mundo do trabalho. É pensar o mercado de trabalho docente, em especial o do professor de Sociologia, no contexto das transformações ocorridas.

Após ser decretada a Lei nº 11.684/2008 no qual institui a obrigatoriedade da disciplina de Sociologia na grade curricular no ensino médio em todo o país em 2008, o campus do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido- CDSA, recém-inaugurado, inicia em 2009 sua primeira turma de Ciências Sociais, uma novidade para uma região extremamente carente de profissionais habilitados na área.

O CDSA surge com o intuito de transformar profissionalmente a realidade da região com um curso totalmente voltado à formação de professores com habilitação para ministrar aulas de Sociologia em qualquer escola de ensino médio. Passados oito anos de sua implantação, uma inquietação que chama a atenção para a problemática é referente ao CDSA que já conseguiu formar algumas turmas com um número considerável de formados na área de Ciências Sociais, logo, a grande questão a ser respondida é: quantos são os alunos formados e se já conseguiram adentrar no tão sonhado mercado de trabalho na área de formação?

É nesse cenário de expansão universitária no país, interiorizando as oportunidades de estudar principalmente nas universidades públicas federais com enfoque maior para a questão do desemprego que assusta cada vez mais e em maior quantidade os brasileiros que será realizado este trabalho com a problemática qual é a empregabilidade dos egressos do curso de Ciências Sociais do CDSA. Diante disso, como objetivos específicos, foram fixados os seguintes: 1) Descrever o perfil socioeconômico dos egressos do curso; 2) Destacar os fatores e dificuldades encontradas no mercado de trabalho no pós-formação.

Para a realização deste trabalho, em termos metodológicos, optou-se por pesquisa qualitativa e quantitativa, devido à proporção geográfica na qual se encontra a população a ser pesquisada, após a identificação do público alvo, foi utilizado como técnica, pesquisa bibliográfica na literatura a respeito do ensino superior e mercado de trabalho, tema proposto para guiar este escrito. Seguida de colheita de dados através de questionário com perguntas fechadas e abertas para discussão de determinadas questões pertinentes à problemática investigada. Foram realizadas, ainda, entrevistas qualitativas, pois através dela foi possível obter nuances imperceptíveis em outras técnicas.

O questionário utilizado nesta pesquisa é composto por 26 questões gerais. Sendo 18 questões fechadas e 08 abertas. O mesmo está estruturado em três partes: perfil,

experiências com a graduação e experiência na pós-graduação. A intencionalidade do questionário é a partir de sua estrutura buscar compreender: o **perfil** na tentativa de identificar as condições socioeconômicas dos entrevistados. A **experiências com a graduação** para identificar aspectos que influenciaram na decisão pelo curso, pelo campus, identificar motivos que corroboraram por sua permanência no curso e por fim as **experiências na pós-graduação**, no intuito de discutir os dilemas e dificuldades encontradas no mercado de trabalho após sua formação.

Foi realizado um levantamento do público alvo (81 egressos) inicialmente através do site oficial da instituição de ensino superior a qual eram vinculados¹ ⁵, posteriormente iniciou-se buscas através de redes sociais, aplicativos de mensagens, telefones, *e-mails* e indicação de amigos para contatar, informar da pesquisa bem como convidar para participar da mesma, nesse ponto enfrentamos algumas dificuldades para localizar todos, haja vista que muitos dados encontravam-se desatualizados. Foi realizado ainda um pré-teste do questionário com 10 atuais alunos, após isso o questionário final foi finalizado e encaminhado ao público estudado, tendo o retorno de 62 questionários respondidos. Este quantitativo que será utilizado como base de análise. Após o retorno dos questionários respondidos, sentiu-se a necessidade de realizar entrevistas qualitativas, pois através dessa técnica foi possível perceber sutilezas imperceptíveis no questionário. Diante das dificuldades impostas pelas questões geoespaciais foram realizadas 17 entrevistas com os egressos.

2 | ENSINO SUPERIOR E MERCADO DE TRABALHO

A temática ensino superior e mercado de trabalho tem despertado o interesse de estudiosos em diversas áreas. Nas Ciências Sociais, especificamente, Burgos e Brito (2005), Bonelli (1993), Torini (2012), Schwartzman (1991), desenvolveram relevantes pesquisas tendo como interseção a profissionalização do cientista social e mercado de trabalho. Bonelli (1994) e Dubar (2005), por exemplo, trataram da diferenciação dos termos profissão e ocupação. A profissão estaria relacionada ao processo de especialização, que se dá pelo crivo do acesso aos cursos do ensino superior, quando o indivíduo se gradua, adquirindo conhecimentos específicos, tornando-o perito, especialista em uma determinada área de conhecimento. A ocupação estaria relacionada aqueles que desenvolvem atividade laboral, porém não possuem nenhuma graduação, especialidade. A profissão “também representa uma posição na hierarquia existente no mercado de trabalho e pressupõe uma determinada remuneração. Pode ser exercida como uma posição autônoma, no caso dos profissionais liberais, ou através de vínculo empregatício” (SANTOS, 2002, p. 30).

Simon Schwartzman (1995), pesquisador que também investigou a inserção do cientista social no mercado de trabalho, abordou os motivos que levam os indivíduos escolherem curso “A” e não curso “B”. Buscou entender os fatores subjetivos e objetivos

¹ <http://www.cdsa.ufcg.edu.br/cdsa/>

que motivam as escolhas dos indivíduos. Para Shwartzman (1995), elementos como gratuidade e a possibilidade de aulas no período noturno, na época em que realizou sua pesquisa, podem contribuir para a desvalorização do curso, favorecendo o que denominou de “estratégia frouxa”. Esta “estratégia frouxa” estaria, portanto, relacionada a entrada de pessoas que exercem atividades remuneradas durante o dia e a inserção nos cursos de baixa concorrência à noite.

Buscando compreender mais esse público, Torini (2012) investigou a expansão dos cursos de Ciências Sociais no ensino superior, procura analisar princípios preponderantes que levaram à escolha do curso, mostra ainda duas realidades distintas antes e depois da criação de políticas públicas voltadas para a expansão dos campi universitário bem como a expansão do próprio curso que teve grande ascensão após a recente (re) inserção da Sociologia nos currículos do ensino médio principalmente após a implantação da Lei 11.684/2008, o autor procura mostrar através da pesquisa onde estão localizados os cursos de Ciências Sociais no país demonstrando um fluxo de interiorização dos mesmos, haja vista que o curso era efetuado quase que exclusivamente nas capitais. Revela ainda através de relatos como são construídas as trajetórias e identidades desses profissionais e sua inserção no mercado de trabalho.

3 | CIÊNCIAS SOCIAIS E MERCADO DE TRABALHO: DISCUSSÕES TEÓRICAS

As questões que dizem respeito à vivência, escolhas permanências dos estudantes na universidade são questões que a maioria dos pesquisadores da área procura analisar. Para alguns autores as questões sociais são determinantes “não nos tornamos operários, nascemos operários” Pegny (2014, p. 19). Para o autor ainda estamos amarrados a um mito meritocrático ao qual não conseguimos avançar sem que haja de fato democracia no acesso e permanência à educação em qualquer nível, pois sem transpor a barreira da meritocracia nossos estudantes da classe operária precisam interromper sua trajetória para sujeitar-se a subempregos, ou seja, aqueles indivíduos que estão ocupando cargos no qual exige-se uma qualificação inferior ao seu nível de formação como uma graduada em Ciências Sociais trabalhando como doméstica ou atendente de supermercado. Muitos iniciam em subempregos para depois galgar posições melhores até chegar ao objetivo outros não conseguem transcender.

As instituições de ensino superior têm a função de aprimorar os trabalhadores no intuito de emancipação profissional, financeira e intelectual através da disseminação do conhecimento ainda restrito a uma pequena parcela evitando o abismo entre as classes populares e a elite, por isso não basta apenas ter formação na área, é preciso manter-se atualizado diante de uma sociedade em transformação.

No caso dos professores o curso de formação continuada é de fundamental

importância para que fiquem atentos às mudanças dessa sociedade ávida por novidades. O profissional docente precisa estar apto para o trabalho multidisciplinar principalmente com a introdução das novas tecnologias e metodologias de ensino que surgiram a partir das recentes revoluções tecnológicas.

Em concordância com outros autores, Villas Boas (2003), Burgos e Brito (2005) chama a atenção para a importância de ações afirmativas como as bolsas e participação em projetos de pesquisas que tem função primordial na permanência dos estudantes de graduação são utilizadas como mecanismos capazes de romper o determinismo social imposto no nascimento que é reproduzido ao longo das gerações principalmente para aqueles originários de famílias humildes, uma vez que a ideologia da meritocracia inexistente em sociedades desiguais essa ideologia excludente acaba culpabilizando os que tentaram e não conseguiram, impondo a eles a culpa pelo fracasso sem analisar os aspectos que os envolvem, para haver maior equilíbrio é preciso criar mecanismos para a ascensão da classe operária.

A partir das políticas públicas foi possível a inclusão das minorias no ensino superior. Além disso, outras políticas permitem que com a participação em projetos, os estudantes tenham a oportunidade de aprimoramento nos conhecimentos didático-pedagógico capazes de influenciar não só na permanência em uma graduação, mas também na continuidade dos estudos para uma pós-graduação. Sua participação em projetos permite ainda ao estudante criar uma rede de amizades que poderá ser determinante para seu futuro profissional, pois através desse capital social poderá conseguir empregos em determinadas corporações.

Em meados dos anos 2000 houve grande crescimento nos cursos de Ciências Sociais em todo o Brasil sendo implantados em diversos compus principalmente no interior do país como revela Torini (2012), essa crescente demanda nas universidades requer alto investimento no ensino superior principalmente na abertura de novas vagas e novos campi onde há demanda por qualificação como ocorreu na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) com a implantação do campus de Sumé-PB, porém nem sempre os investimentos resulta em empregos garantidos, haja vista que uma parcela desse público entra no curso não por vocação, mas por fatores externos/objetivos e posteriormente não consegue adentrar no mercado de trabalho ocupando um subemprego em outros cargos o que caracteriza desvio ocupacional.

Com a entrada dos novos cursos de Ciências Sociais em muitas universidades onde jamais tiveram oportunidade, passado um período desde sua implantação inicia-se a fase de avaliação para atestar e quantificar a eficácia do ensino, se realmente está conseguindo êxito na sua missão que na visão de alguns é apenas formar o aluno no ensino superior e que a partir daí não lhes cabe mais nenhuma responsabilidade, mas será que o ciclo não estaria realmente concluído ao inserir seus egressos no mercado de trabalho? Nesse sentido qual seria a taxa de sucesso referente aos egressos que conseguem realmente atingir seus objetivos iniciais? Pesquisas referentes aos egressos são sempre relevantes,

pois é uma maneira de compreender os dilemas encontrados não somente durante o curso o que pode auxiliar as partes para possíveis projetos em conjunto, mas primordialmente torna-se uma avaliação formativa para a universidade direcionar seus caminhos a partir dos resultados obtidos na pesquisa.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

É de grande importância para as licenciaturas uma formação sólida desde o início principalmente as disciplinas voltadas para o intelecto que requer grande carga de leitura com a participação dos estudantes em grupos de pesquisa, ensino e extensão como o é o caso do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) que insere o estudante no seu campo de atuação desde o início da formação evitando possíveis estranhamentos futuros, uma vez que o atual modelo de formação docente no país o graduando de licenciatura só tem acesso à sala de aula no momento do estágio supervisionado que é insuficiente para adaptar-se ao ambiente e rotina escolar por ter curta duração. (SILVA, 2016).²

O curso de Ciências Sociais principalmente as licenciaturas como apontam estudos de Miceli (1989), Torini (2012), Burgos e Brito (2005) entre outros está voltado para um público menos elitizado que tem um perfil socioeconômico baixo onde a questão do capital econômico e cultural, portanto, exerce enorme influencia sendo determinantes na hora da escolha do curso e do campus.

O CDSA é um Centro de Formação novo por isso formou durante o período da pesquisa (2013-2017), 81 graduados em Licenciatura em Ciências Sociais dos quais foi possível obter respostas em 62 questionários.

Assim a pesquisa realizada em Sumé revela um público majoritariamente feminino mesmo que muitas não ocupem esses espaços após sua formação, elas representam 74,2% enquanto os homens ficaram na casa de 25,8%. Esses números estão em conformidade com pesquisas nacionais no qual a licenciatura abarca em maior quantidade o público feminino ao que parece independe da região na qual está inserida.

Outro dado relevante diz respeito à sua origem geoespacial principalmente no tocante a localização do Centro, pois a maioria dos pesquisados são advindos predominantemente do estado da Paraíba com relevância para as cidades circunvizinhas ao CDSA o que corrobora para a teoria de Bourdieu no qual as condições socioeconômicas têm peso circunstancial nas “escolhas” dos indivíduos, visto que a maioria dos egressos é constituída por solteiros 59,7% que na teoria teria fácil mobilidade para estudar em outras universidades do país. Porém é preciso atenção para as condições objetivas desses estudantes. Ainda nesse sentido quando perguntados sobre o porquê da escolha do campus a maioria respondeu que sua escolha se deu a partir da proximidade do campus com seu local de residência

2 <<http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/resumo.php?idtrabalho=279>>. Acessado em 25/08/17 às 23h 44min.

como mostra o gráfico 1:

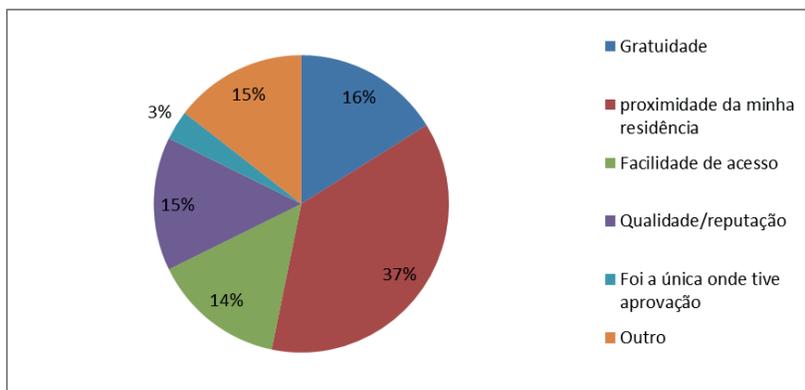


Gráfico 1. Qual o principal motivo para a escolha do campus (CDSA)?

Fonte: Construído com dados da pesquisa.

Esse fato revela a importância da interiorização da educação superior ocorrida recentemente no Brasil. A implantação de novos campi deu oportunidades para a entrada e permanência dos filhos das camadas populares nas universidades principalmente após a criação de políticas públicas como o REUNI E O PROUNI.

Com relação à idade é bastante variada, principalmente quando levamos em consideração a idade adequada para a entrada no ensino superior que é entre 18 e 24 anos. Percebemos que a maior parcela do público estudado está na faixa etária entre 25 e 29 anos representando 48,4% do total; enquanto que 22,6% disseram ter entre 20 e 24 anos. Confirma-se, assim, que a chegada do CDSA possibilitou que parte desse público entrasse na idade certa no ensino superior. Já os estudantes de maior idade com mais de 30 anos representam 29%. Esse índice de adultos saindo das universidades mostra que o acesso chegou tardiamente para muitos que, por inúmeros motivos, não tiveram acesso à escolarização durante sua jovialidade, portanto, as condições sociais os impediram de frequentar universidades na idade certa, podendo inclusive ter sido causada pela falta de um campus universitário na sua região anteriormente.

A chegada da Universidade em uma cidade pequena do interior possibilitou o acesso a outro perfil de egressos. Parte significativa dos alunos são de origem popular e afirmam que escolheram o Curso devido à localização do CDSA, próximo ao município ou mesmo no município em que os alunos residem. Nesses sentidos, as escolhas estão relacionadas, conforme salienta SHWARTZMAN (1995, p. 18):

A gratuidade do curso, a existência de aulas à noite, a relativa facilidade do exame vestibular, a ausência de mecanismos mais estritos de controle

de desempenho, tudo isto permite que os estudantes desenvolvam uma “estratégia frouxa” em relação a seus estudos, que se não traz grandes benefícios, tampouco requer grandes investimentos, e que se manifesta no fato de que somente um em cada quatro estudantes que entra obtém finalmente o diploma (SHWARTZMAN, 1995, p. 18).

Esses fatores acabam acarretando futuramente em evasão por não ser o que realmente pretendiam ou, até mesmo, déficit de aprendizagem. Aqui reside a importância das políticas públicas para o acesso à educação de qualidade pelos filhos das classes populares. Sem políticas públicas de permanência, muito dificilmente se manterão na universidade. Os estudantes das classes populares dividem seu tempo entre o espaço escolar e as atividades laborais, o que, obviamente, tende a diminuir o tempo para a dedicação aos estudos; colocando, assim, a escola em segundo plano frente às necessidades materiais que lhes exigem trabalhar para garantir o alimento e ajudar no sustento do grupo familiar.

A nível de escolaridade dos pais demonstra o quanto que as oportunidades foram reprimidas. A escolaridade dos pais é uma variável importante, tendo em vista que por meio desta é possível, por exemplo, mensurar o capital cultural acumulado. Algo que influencia diretamente nas decisões e operam também nas escolhas realizadas pelos filhos principalmente no campo educacional. Quanto menos escolarizados menos importância tendem a dar à formação de seus descendentes, tendo em vista que a relação que estabelece no mundo prático está relacionada as atividades laborais. Muitos desejam, diante das condições objetivas, que os filhos aprendam a ler e escrever superando-os em alguns anos de estudos. Os filhos se tornam para as classes populares como elemento central nas estratégias desenvolvidas pelo grupo familiar em termos de reprodução da força de trabalho. Os filhos necessitam contribuir para a manutenção financeira da família. Muitos abrem mão de seus sonhos no ensino superior para entrar no mercado de trabalho com rendimentos abaixo do que receberia caso conseguissem sucesso profissional.

Garantir acesso às classes populares nas Universidades é de extrema importância, porém faz-se necessário também garantir condições objetivas de permanência. A origem social, o nascimento, ainda continuam imperando sobre o destino das camadas menos favorecidas da população:

Afrouxar os nós da reprodução social e tornar menos determinantes as condições do nascimento não se resume às questões de emprego e mobilidade social. Esse direito universal à formação, com um estado que assume uma parte substancial do custo de formação e acompanha o acesso à autonomia, representa igualmente uma ocasião de mudar o lugar destinado à juventude (PEGNY, 2014, p. 108).

As escolhas profissionais são bastantes complexas envolvendo inúmeras decisões que poderão direcionar positivamente ou não sua trajetória. No universo pesquisado,

destacou-se que alguns entrevistados gostariam de cursar outra coisa, mas por diversos motivos, com destaque as variáveis economia e cultura, não permitiram ultrapassar as barreiras impostas, fazendo com que escolhessem um curso mais acessível, com maior probabilidade de sucesso, mesmo que não seja essa a vontade inicial, mas é o que muitos conseguem alcançar diante dos limites impostos pelo mundo objetivo. Assim Whitaker (1997) mostra que

Outro fator de peso irremediável para jovens cujas famílias não tem muitos recursos é a impossibilidade de sustentar o estudante, com todos os encargos decorrentes da carreira na vida universitária. Para o jovem que não pode sair de sua cidade, a escolha recairá sobre um dos curso lá existentes, que muitas vezes não condiz com suas tendências. Mais dramático é o caso daqueles que precisam trabalhar o dia todo (WHITAKER, 1997, p. 59).

Diante de tal afirmativa, vê-se a importância que impera no que tange as ações afirmativas. As bolsas de estudos, de incentivo ao aperfeiçoamento de saberes nas Universidades, garantem a permanência desses estudantes advindos das classes populares. Nestes termos, a pesquisa demonstra que dos 62 entrevistados apenas 12 não receberam nenhum tipo de auxílio. O estudo também revela que 80,6% dos egressos entrevistados receberam durante sua trajetória acadêmica alguma bolsa que permitiram sua permanência na Universidade. Sendo que a maioria, 50% participou do PIBID, que tem a finalidade de inserir o aluno de licenciatura no seu campo de trabalho mesmo antes da conclusão do curso corroborando para o aprimoramento de métodos e técnicas voltadas ao ensino de Sociologia no ensino médio. A ausência de políticas públicas desta natureza torna-se prejudicial aos estudantes.

Há, também, em termos de perfil, egressos que não têm clareza a respeito do curso, campo de trabalho e empregabilidade e possíveis áreas de atuação da profissão de cientista social. A curiosidade os encaminhou para o curso na tentativa de desvendar os mistérios que ronda essa profissão que no caso do CDSA é uma licenciatura que envolve ainda outros mecanismos no momento da escolha como a desvalorização docente encontrada e relatada por muitos entrevistados. Muitos percebem o quanto a licenciatura tem sido desvalorizada no Brasil, mesmo diante das políticas adotadas “... o professor no Brasil não consegue ter uma renda equilibrada igual outras profissões, como médicos, juizes, promotores, dentistas etc (egresso B, sexo masculino entre 20 e 24 anos”. A valorização do profissional docente foi sentido com maior ênfase nas respostas descritivas e nas entrevistas realizadas como sendo um dos grandes desafios da profissão no contexto contemporâneo brasileiro:

São os mais variados. Por tratar-se de uma profissão docente, elenco como maior desafio a desvalorização dos profissionais da educação, que reflete,

por sua vez, nos baixos salários destinados a categoria, sobretudo, aos profissionais que atuam na educação básica. E, além disso, em relação a profissão de professora de Sociologia, especificamente, aponto ainda a desvalorização desta ciência enquanto disciplina da grade curricular da educação básica, quando comparada a outras disciplinas, bem como, a pequena carga horária a ela destinada (egressa C, sexo feminino entre 25 e 29 anos “mestranda”).

Mesmo diante do cenário da desvalorização do profissional – professor – vê-se também que, embora em condições precárias, a empregabilidade ainda tem sido possível para o profissional formado em licenciatura em Ciências Sociais. A pesquisa constata que o número de egressos trabalhando é significativo, quando comparado a outras profissões. De acordo com as respostas concebidas nas entrevistas, 79% dos entrevistados estão empregados. Porém, destes tem-se 42% atuando na área da educação, o que não se restringe ao ensino. Um dos entrevistados afirma que:

Assim que conclui o curso consegui emprego em uma escola privada lecionando aula de sociologia, como a carga horária da disciplina é pouco o valor também era bem baixo. Logo após passei no Mestrado que foi a chave para conseguir emprego, o Mestrado me possibilitou trabalhos temporários como ministrar disciplinas em faculdades, aulas no PRONATEC/IFPB, e meu emprego atual na Secretaria de Educação (egresso D, sexo feminino, idade entre 25 e 29 anos, mestra).

Vê-se que há um campo de atuação para esse profissional. Todavia, é importante destacar que parte significativa não estão atuando na sala de aula, ensinando sociologia. No universo pesquisado, 92% não estão em sala de aula trabalhando com o ensino de sociologia. Vários são os fatores que colaboram para esta estatística possíveis elementos correlativos para a situação atual, de acordo com as falas dos entrevistados:

- 1) Por sociologia ser uma disciplina apenas para alunos do ensino médio e ser ministrada apenas uma vez na semana em cada turma, o número de professores são poucos e as escolas às vezes prefere colocar professores de outras áreas para lecionar na intenção de completar a carga horária do mesmo (egresso E, sexo feminino, idade entre 20 e 25 anos).
- 2) A carga horária da disciplina de Sociologia é muito baixa, o que percebe-se e que a sociologia serve para outros professores completarem a carga horária na grade curricular, principalmente no estado da Paraíba. Outro problema esta relacionada à ideia quando se abre um processo seletivo existe apenas uma vaga e muitas vezes, várias graduações pode concorrer à mesma vaga (egresso F, sexo feminino, idade entre 25 e 29 anos).

Constata-se, diante deste relato, que a percepção dos egressos é de que o mercado de trabalho é muito restrito e ainda, entendem que quando surge uma oportunidade geralmente é ocupada por profissionais de outras áreas ou outras disciplinas como descrevem nos relatos.

1) Gostaria de atuar nas escolas do Cariri paraibano, mas até o exato momento não obtive resposta. Trabalhar na área de formação (no meu caso sociologia) torna-se cada vez mais difícil, já que existem profissionais de diferentes graduações exercendo o tal ofício (egresso G, sexo feminino, idade entre 20 e 24 anos).

2) Após minha formação encontrei um mercado de trabalho nada promissor. Com poucas oportunidades e poucas vagas para nós das Ciências sociais. Muitas dessas vagas sendo preenchidas por profissionais que não são das Ciências Sociais (egresso H, sexo feminino, idade acima de 36 anos).

Como podemos perceber um dos fatores de maior relevância e que tem dificultado a entrada do profissional no mercado de trabalho refere-se à baixa carga horária da disciplina. Soma-se isso, outros profissionais atuarem neste mesmo campo (historiadores, geógrafos, filósofos, educador físico, dentre outros). Isto decorre-se da ausência, por parte do Estado, de construir uma política séria de absorção de profissionais para a atuar nas escolas com a formação condizente a sua prática. Isto não se faz sem uma política de valorização deste profissional (o que inclui concursos públicos e áreas definidas de atuação, bem como um perfil do profissional).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa foi possível detectar alguns aspectos e dilemas que envolvem os jovens recém-formados que estão em busca de uma oportunidade de trabalho na área de sua formação. Alguns empecilhos foram apontados como entraves: a falta de vagas nas escolas da região e as poucas existentes são preenchidas por profissionais de outras áreas. Nesse sentido o profissional que queira realmente atuar na sua área de formação precisa sair para outras regiões ou cidades maiores a procura de oportunidades inexistentes nas proximidades do Campus no qual formou-se, o que demonstra que, com o processo de interiorização, a Universidade está mais próxima das classes populares situadas no interior deste país, porém as oportunidades de emprego e trabalho ainda estão distantes.

A não realização de concurso público, também tem sido, outro fator que tem afetado diretamente aqueles formados que ainda não tiveram oportunidades e que não têm intenção de sair de sua cidade natal para grandes centros urbanos. O que tem contribuído para que o egresso se sujeite a trabalhar em subempregos ao qual exige-se uma qualificação inferior à sua e, conseqüentemente, receba valor irrisório se comparado com sua formação acadêmica, inserindo-se em processos de precarização ainda mais perverso.

REFERÊNCIAS

BONELLI, Maria da Glória. **Identidade profissional e mercado de trabalho dos cientistas sociais:** as ciências sociais no sistema das profissões. Tese de doutoramento Campinas: IFCH/Unicamp, 1993.

“**O mercado de trabalho dos cientistas sociais**”. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Nº 25, ano 9, pág.: 110 – 126. 1994. Disponível em <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_25/rbcs25_11.htm>. Acessado em 18/08/17 às 23h 15min.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>. Acessado em: 22.09.2017 às 22h 45min.

BRASIL. **Lei nº 10.172/2001**. Plano Nacional de Educação e outras providências – PNE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10172.htm>. Acessado em 12/04/2019 às 18hs.

Lei nº 11.684/2008. Inclui a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11684.htm>. Acessado em: 17/07/2017 às 15h 25min.

BRASIL. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras**. REUNI. 2007. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>>. Acessado em 20/06/17 às 22h 50min.

BRASIL. **Programa Universidade para Todos. PROUNI**. 2005. Disponível em: <http://siteprouni.mec.gov.br/tire_suas_duvidas.php#conhecendo>. Acessado em 03/09/2017 às 11:00hs.

BURGOS, M; BRITO, D. B. C. **Os egressos do curso de Ciências Sociais da PUC-Rio**. Cadernos de Sociologia Política e Cultural. nº 5, 2005. Disponível em: <http://www.cis.puc-rio.br/assets/pdf/PDF_CIS_1461956707_pesquisa_egressos_2016_-_Informa%C3%A7%C3%B5es_Complementares.pdf>. Acessado em 19/08/17 às 12h 44min.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MICELI, Sérgio. (org.) **História das Ciências Sociais no Brasil**, vol. 2. São Paulo, Editora FAPESP, 1989.

PEGNY, C. **O destino vem de berço?:** Desigualdade e reprodução social/Camille Pegny; tradução Vanina Carrara Sigrist. – Campinas, SP. Papirus, 2014.

SCHWARTZMAN, Simon. “**O lugar das ciências sociais no Brasil dos anos 90**”. In: BOMEY, H & BIRMAN, P. (orgs.). **As Assim Chamadas Ciências Sociais – Formação do Cientista Social no Brasil**. Rio de Janeiro/Relume-Dumará, 1991.

“**Os Estudantes de Ciências Sociais**” In: PESSANHA, E. G. da Fonte e Villas Boas, G. Ciências Sociais – Ensino e Pesquisa na Graduação. J C. Editora, 1995.

SILVA, E. C. **Formação Docente de Professores de Ciências Sociais na UFCG**. In: Conedu, 2016, Natal. Anais do III Conedu, 2016. V.1. Disponível em: <<http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/resumo.php?idtrabalho=279>>. Acessado em 25/08/17 às 23h 44min.

TORINI, Danilo Martins. **Formação de Identidade Profissional**: a trajetória de egressos de Ciências Sociais. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

VILLAS BÔAS, Gláucia K. Currículo, **iniciação científica e evasão de estudantes de ciências sociais**. Revista Tempo Social – Revista de Sociologia de USP, v. nº 1, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000100003>. Acessado em 20/08/17 às 15h 25min.

WHITAKER, Dulce. **Escolha da carreira e globalização** / Dulce Whitaker. – 11. ed. rev. e ampl. – São Paulo: Moderna, 1997.

MOVIMENTOS SOCIAIS E CLASSES SOCIAIS NA COSTURA

Data de aceite: 01/04/2021

Data de submissão: 04/01/2021

José Guirado Neto

Professor autônomo ligado à Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP)
São José dos Campos – São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/7782050517616832>

RESUMO: No início dos anos 2000, imigrantes sul-americanos ligados ao ramo da costura da Região Metropolitana de São Paulo e da Grande Buenos Aires formaram agrupamentos e teceram complexas redes sociais com ONGs de direitos humanos, de direitos dos imigrantes e de promoção da cultura imigrante, centrais sindicais, agentes da mídia e políticos, empresas recuperadas por trabalhadores, cooperativas de catadores, órgãos dos poderes públicos local, regional e nacional, coletivos universitários e a outras organizações ligadas à costura. Nessa medida, nossa pesquisa de campo realizado no Brasil e na Argentina que se estendeu entre 2011 e 2019 identificou a emergência de dois complexos movimentos sociais de baixo – um com a participação de donos de micro confecção, intitulado por nós de Movimento Pró-Imigrante (MPI) e o outro, com a presença de costureiros, de Movimento Pró-Trabalho-Digno (MPTD) – apresentando demandas, ideologias e repertórios de ação política adversas. Esses pontos foram detalhadamente trabalhados em nossa tese de doutorado, defendida no final de

2019. Neste artigo, especificamente, focaremos nas questões de classe que circunscrevem esses dois movimentos e em algumas das conquistas obtidas pelo MPI e pelo MPTD.

PALAVRAS - CHAVE: Movimento Sociais. Classes Sociais. Imigração. Costura.

SOCIAL MOVEMENTS AND SOCIAL CLASSES IN THE GARMENT INDUSTRY

ABSTRACT: In the beginning of 2000s, South American immigrants linked to the garment industry in the Metropolitan Region of São Paulo and Greater Buenos Aires formed groups and woven complex social networks with NGOs of human rights, immigrant rights and promotion of immigrant culture, union centers, media agents and politicians, companies recovered by workers, waste pickers' cooperatives, local, regional and national government agencies, university collectives and other organizations related to sewing. In this sense, our field research carried out in Brazil and Argentina that spanned between 2011 and 2019 and it identified the emergence of two complex social movements from below – one with the participation of micro-confection owners, entitled by us Pro Immigrant Movement (MPI) and the other, with the presence of seamstresses, from the Pro Worthy Work Movement (MPTD) – presenting adverse demands, ideologies and repertoires of political action. These points were worked out in detail in our doctoral thesis, defended at the end of 2019. In this article, specifically, we will focus on the class issues that circumscribe these two movements and on some of the achievements obtained by MPI and MPTD.

KEYWORDS: Social Movements. Social Classes. Immigration. Seam.

1 | INTRODUÇÃO

Na Grande Buenos Aires (GBA) e na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) surgiram, no começo dos anos 2000, organizações de imigrantes sul-americanos, em sua maior parte bolivianos, ligadas ao ramo da costura. A despeito das semelhanças culturais, étnicas e até certo ponto econômicas existente entre esses imigrantes, nossa pesquisa apontou para divergências importantes no plano ideológico entre aqueles que integram organizações de costureiros e de donos de microconfecção. Enquanto os costureiros organizados, que tivemos oportunidade de acompanhar, revelaram um sistema de crenças e um horizonte cognitivo ligado aos interesses dos trabalhadores precarizados, os microconfeccionistas mostraram-se partidários do discurso da classe empresarial.

É importante ressaltar que, pouco após suas criações, tais organizações da costura forjaram intrincadas redes sociais com ONGs de direitos humanos e de fomento à cultura migrante, centrais sindicais, trabalhadores de empresas recuperadas, cooperativas de catadores, coletivos universitários, jornalistas, políticos, agentes públicos e a Igreja Católica. Porque passaram a realizar conjuntamente ações coletivas, persistentes, propositivas e que visavam alterar ou manter um ou mais aspectos das estruturas sociais vigentes, identificamos a existência de dois movimentos sociais (MS). O que tomou curso na Argentina, a partir de 2005, e que intitulamos de Movimento Pró-Trabalho-Digno (MPTD) contou com ampla presença de costureiros e se concentrou no combate aos crimes laborais. No Brasil, diversos microconfeccionistas aderiram ao Movimento Pró-Imigrante (MPI) que, por sua vez, mirou nos direitos humanos e de cidadania dos imigrantes periféricos residentes e teve seu grande ato inaugural em 2006¹.

Isso posto, este artigo tem como principais objetivos: i) propor uma leitura da inserção estrutural nas relações sociais de produção apresentada por costureiros e microconfeccionistas que atuam na cadeia do vestuário na GBA e na RMSP; ii) apresentar um breve relato histórico da criação de três organizações da costura, suas metas, alinhamentos ideológicos, como se deram suas inserções nas redes do MPTD e MPI e que posição ocuparam nessas redes; iii) elencar as principais bandeiras de luta do MPTD e do MPI e debater como as ideologias das organizações de costureiros e microconfeccionistas foram absorvidas pelas redes dos dois movimentos; iv) por fim, discorrer como o MPTD e o MPI têm lidado com os recorrentes casos de desrespeito à legislação trabalhista no interior da cadeia produtiva do vestuário.

¹ Note que o termo movimentos sociais aqui é empregado a um tipo específico de ação coletiva e não às organizações ou a um conjunto de organizações. Para que fique ainda mais claro, nos casos em tela, a parceria das organizações da costura com outras organizações de caracteres diversos e múltiplos, tais quais os já citados, possibilitou a formação de redes que facilitaram a realização de diversas ações reivindicatórias na Argentina e no Brasil.

21 OS ELLOS DE BAIXO DA CADEIA DO VESTUÁRIO: SUBALTERNIDADE E CONTRADIÇÃO

A exemplo de outros países, os principais agentes das cadeias do vestuário brasilo-argentinas são os varejistas, fabricantes, contratantes e costureiros (BONACICH; APPELBAUM, 2000). O varejo está no topo de toda estrutura e atualmente é o elo mais lucrativo. Como a grande maioria das roupas são produzidas para serem vendidas a varejo, os *varejistas* estão mais próximos dos consumidores e detêm maior poder de definir o que será produzido e em qual quantidade. Atualmente, tem se tornado cada vez mais frequente encontrar varejistas detentores de marcas próprias e que, desse modo, agregam também a função de fabricantes. Contudo, até poucas décadas essa não era a regra. Os *fabricantes* normalmente são atacadistas donos das etiquetas. Cabem a eles desenharem as roupas, comprarem os tecidos, organizarem o marketing e comercializarem suas roupas por atacado com os varejos. Malgrado seu nome, os fabricantes poucas vezes fabricam, isto é, costuram efetivamente suas roupas. Essa etapa da produção é repassada aos *contratantes* (ou donos de micro/pequena/média/grande confecção): indivíduos que podem ser verdadeiramente os donos das oficinas ou “testas-de-ferro” de produtores ou varejistas detentores de marca que desejam se eximir dos encargos sociais e trabalhistas e da responsabilidade legal referente às condições em que este trabalho é realizado. São eles que contratam, gerenciam e pagam (ou repassam o pagamento) pela força de trabalho empregada nas oficinas. É bastante comum encontrarmos contratantes de maior porte operando como intermediários que repassam a um ou diversos outros contratantes uma parte ou a totalidade das encomendas que recebem. No caso específico das oficinas irregulares de Buenos Aires e São Paulo, é comum serem imigrantes sul-americanos do sexo masculino que outrora trabalharam como costureiros e que agora empregam informalmente seus patrícios. Por último, os *costureiros* compõem o elo final da cadeia e certamente o mais vulnerável. Os trabalhadores informais que atuam nas duas regiões são frequentemente imigrantes de mesma nacionalidade do contratante que vieram atrás de oportunidades empregatícias e melhores condições de vida. O desejo de regressar ao seus país de origem é frequente entre eles, porém parcela considerável, após permanência variada, acaba deitando raízes definitivas no solo do país receptor, especialmente aqueles que após anos de labor logram abrir sua própria oficina.

Os costureiros e os microconfeccionistas imigrantes possuem semelhanças e diferenças fundamentais que devem ser consideradas ao se tentar compreender e descrever as complexas e variadas relações que estabelecem entre si. Provavelmente, a maior proximidade entre ambos decorra do fato de serem migrantes e quase sempre terem uma mesma nacionalidade. Os números são dissonantes, mas, entre os cálculos que dimensionam por cima, tem-se que de bolivianos exista 800 mil (entre regulares e irregulares) residindo na GBA e 340 mil na RMSP (G1, 2010; CIOFFI; FARIAS, 2014). Ao

passo que no país *hermano* esses imigrantes encontram-se dispersos entre a construção civil, o comércio, os serviços e a indústria manufatureira, no Brasil há uma concentração expressiva nesta última (D’OVIDIO et al, 2007). De qualquer forma, acredita-se que nas duas regiões metropolitanas assinaladas, os imigrantes ocupem a maior parte dos postos informais da indústria do vestuário.

É comum encontrarmos na GBA e na RMSP costureiros e microconfeccionistas imigrantes habitando em um mesmo bairro, falando o mesmo idioma, dividindo a mesma gastronomia, professando as mesmas religiões, enfim, compartilhando hábitos culturais semelhantes. Além disso, os ambientes de sociabilidade (feiras, igrejas, praças, bares, quadras, parques, restaurantes e clubes) e os eventos (festas, comemorações cívicas e culturais e campeonatos esportivos) frequentados também acabam coincidindo. Outro ponto de importante intersecção entre eles diz respeito às suas trajetórias pessoais. Muitos são indivíduos que, por falta de emprego e para fugir da pobreza, deixaram para trás amigos e parentes a fim de tentar a sorte em um outro país. Reunidos, todos esses fatores fortalecem o sentimento de pertencimento a uma mesma coletividade – a dos imigrantes.

A seu turno, a localização no interior do processo produtivo normalmente age em sentido contrário, isto é, realça as dissemelhanças entre costureiros e os microconfeccionistas. A estes, a posse ou a propriedade de uma oficina confere sobre aqueles autoridade² (capacidade de dar ordens, comandar, dirigir e fiscalizar), um poder aquisitivo pouco superior³ e um status social mais elevado dentro e fora da comunidade imigrante. Wright (1997) afirma que a fim de assegurar o desempenho do esforço adequado por parte dos trabalhadores, a produção capitalista sempre envolve todo um aparato de dominação. Desse modo, acrescentaríamos, é sobre esse poder consentido obtido no ambiente das oficinas que alguns microconfeccionistas escoram práticas abusivas, como a peonagem (o pagamento de dívida por meio de trabalho), a imposição de jornadas exaustivas, o pagamento de os salários inferiores ao mínimo legal, a retenção de documentos e, nos casos mais graves, a própria restrição de liberdade.

Tais apontamentos remetem a duas questões. Primeiro, haveria consenso no meio acadêmico acerca do pertencimento de classe de costureiros e microconfeccionistas? E, segundo, seria a inserção estrutural nas relações sociais de produção fator decisivo na construção ideológica desses agentes, sobretudo no que diz respeito à concordância ou oposição às relações estabelecidas entre costureiros e microconfeccionistas no interior das oficinas?

2 Eric Olin Wright (1997) afirma que, a fim de assegurar o desempenho do esforço adequado por parte dos trabalhadores, a produção capitalista sempre envolve um aparato de dominação que envolve vigilância, sanções positivas e negativas e várias formas de hierarquia.

3 Ainda que seja bastante comum costureiros se espelharem no exemplo de algum compatriota que, após ter trabalhado por anos como costureiro, conseguiu abrir sua própria oficina de costura e prosperou, nossa pesquisa não encontrou como regra grandes distâncias econômicas entre donos de microconfecção (que geralmente possuem entre 3 e 5 empregados) e os próprios costureiros. É evidente que, tendencialmente, quanto maior a oficina e o número de trabalhadores contratados, maior o poder econômico dos donos, tanto de forma geral, como com relação aos seus próprios empregados.

Se há poucas controvérsias quanto ao pertencimento dos costureiros à classe trabalhadora, o mesmo não pode ser dito quanto ao enquadramento de classe de seus empregadores. Microconfeccionistas são, como dissemos, na maior parte das vezes, verdadeiramente donos das oficinas e, por conseguinte, do capital empregado na produção. Para alguns pesquisadores, tais características seriam suficientes para localizar a classe desses agentes da costura. Outros pesquisadores do empreendedorismo, inclusive parte deles ligada à tradição teórica marxista, afirmam, porém, que a propriedade dos meios de produção e o seu emprego na geração de mais capital seria condição insuficiente para classificar os microempreendedores ou os pequenos empreendedores como integrantes da classe capitalista (TAVARES, 2007 e 2018; DIAS, WETZEL, 2010; VALENTIM, PERUZZO, 2017). Isso ocorreria, segundo Taveres (2007), porque o pequeno empresário que produz exclusivamente para vender ao capitalista cumpre função idêntica à do trabalhador empregado. Valentim e Peruzzo (2017), de forma semelhante, defendem que mesmo assumindo características e funções próprias dos capitalistas, os micro e pequeno empreendedores fariam parte da classe trabalhadora, pois no processo de acumulação suas produções estão subordinadas e são expropriadas pelo grande capital.

A divisão sublinhada entre pesquisadores certamente reflete, mais que qualquer coisa, a complexidade e as contradições presentes nas relações sociais estabelecidas entre os diferentes agentes da costura. Mesmo reconhecendo a lógica envolvida nas duas interpretações, nosso entendimento caminha em uma outra direção. Em seu *Class Counts*, Eric Olin Wright (1997) norteou-se na noção de *localização contraditória no interior das relações de classe* para discutir as classes dos gerentes e supervisores. Explica-nos, o sociólogo estadunidense, que no interior da produção, tais profissionais se engajam em práticas de dominação, mas, simultaneamente, também são controlados e explorados no mesmo ambiente. Assim, gerentes e supervisores poderiam ser considerados *simultaneamente* integrantes das classes capitalista e trabalhadora. Em suma, seus posicionamentos (*position*) no interior das relações de classe se alterariam dentro de um *continuum*, a depender da hierarquia e autoridade dos postos ocupados.

Operacionalizando trilha racional semelhante para analisar o caso dos donos de confecção, acreditamos que, quanto maior o número de costureiros trabalhando sob seu comando, mais elevada sua posição na cadeia produtiva do vestuário (donos de grandes confecções e intermediaristas > donos de confecções de médio porte > donos de pequenas confecções > donos de micro confecções) e quanto mais abundantes os seus meios produtivos, mais próximos estarão da classe capitalista; e quanto menor o número de costureiros trabalhando sob seu comando, mais próximo da base da cadeia produtiva do vestuário estiver (donos de micro confecções > donos de pequenas confecções > donos de confecções de médio porte > donos de grandes confecções e intermediaristas) e mais escassos os seus meios produtivos, mais próximos estarão da classe trabalhadora.

Quanto à relação entre a posição ocupada no processo produtivo e a ideologia dos

agentes da costura, nossa pesquisa apontou para o seguinte. Entre os microconfeccionistas, quer sejam eles organizados ou não, a ideologia empresarial, manifesta, por exemplo, por meio do discurso enaltecendo ao espírito empreendedor – que tem em um plano mais superficial e evidente como normatividade o indivíduo arrojado, persistente, inovador, flexível e aberto aos desafios do mercado –, se mostrou bastante forte. Em um plano mais profundo, microconfeccionistas revelaram acreditar serem os maiores injustiçados com a atual disposição da cadeia do vestuário, pois enquanto os elos superiores (varejistas e fabricantes) ficariam com a maior parte do lucro das roupas fabricadas em suas oficinas, o elo inferior (os costureiros) não teria, como eles, as responsabilidades administrativas, diretivas e fiscalizatórias e receberiam um valor não substancialmente diferente do que aquele obtido no fim do mês pelos seus empregadores.

Entre os costureiros o cenário é mais multifacetado. Aqueles que integram algum tipo de organização vinculada à sua categoria profissional, como sindicatos ou cooperativas de produção, apresentaram um claro alinhamento ideológico com a classe trabalhadora. De modo geral, para esses costureiros, os três elos superiores (varejistas, fabricantes e contratantes) se aproveitam de suas ascendências sobre o elo mais frágil da cadeia do vestuário (o dos costureiros) para aumentar os seus ganhos. Esse movimento vertical, de cima para baixo, se traduziria em precarização das relações e das condições de trabalho na base produtiva. Os costureiros não organizados, por suas vezes, dividem-se. A maioria deles sonha um dia ter a sua própria oficina e, não raramente, naturalizam todo tipo de situação abusiva, tomando-as, assim, como passageiras, parte inerente de um caminho duro até se atingir o sucesso profissional. Nestes, o discurso empreendedor encontra terreno fértil. Entretanto, há também, mas em um número menor, costureiros não organizados que, após sucessivas experiências negativas, buscam ajuda em ONGs. Nestes outros casos, ainda que não mecanicamente, o posicionamento dessas organizações acaba moldando a visão que esses costureiros têm sobre a organização da produção no vestuário.

A seguir, discutiremos brevemente acerca da criação, das metas, da ideologia e da inserção de três organizações ligadas ao ramo do vestuário – duas de microconfeccionistas no Brasil e uma de costureiros na Argentina – nas redes do MPTD e do MPI.

3 | AS TRÊS ORGANIZAÇÕES DA COSTURA

A Alameda: Organização de Costureiros

A Alameda é uma organização não governamental sediada na Cidade Autônoma de Buenos Aires que atua em diversas frentes. Embora tenha sido oficializada como fundação somente em 2007, a sua origem remonta aos levantes populares descortinados pela grave crise político-econômica argentina de fins de 2001 e princípio de 2002, quando se formaram na capital federal argentina mais de trinta assembleias de bairro que tinham como objetivo

debater e encontrar soluções para problemas locais, regionais e nacionais.

Congregados ainda enquanto uma assembleia de um bairro periférico, os moradores do Parque Avellaneda criaram um refeitório comunitário em 2002 com intuito de mitigar um dos efeitos do empobrecimento da população local, o aumento da fome. A partir de então, o refeitório passou a receber, dentre os seus assistidos, inúmeros imigrantes bolivianos que trabalhavam *en negro*⁴ em oficinas de costura irregulares localizadas no bairro e arredores. Com o tempo, estabeleceu-se uma relação de confiança entre alamedistas e imigrantes da costura, que passaram a relatar reiterados abusos sofridos nas oficinas. Figuravam entre as queixas mais recorrentes as jornadas exaustivas que superavam doze horas diárias, os salários inferiores ao mínimo legal, as retenções de documentos, a insalubridade dos locais de trabalho e das moradias que normalmente era coincidente, além das frequentes intimidações praticadas por alguns empregadores para que não abandonassem o serviço.

Em 2005, esses imigrantes ingressaram na Alameda. Juntos, argentinos e bolivianos assumiram definitivamente o combate ao trabalho escravo e infantil, ao proxenetismo e ao tráfico de pessoas como bandeiras de luta. Em seguida, uma cooperativa de costura, a 20 de Diciembre, concebida para acolher costureiros resgatados de oficinas irregulares, foi criada. O trabalho cresceu e a Alameda ganhou notoriedade nacional, em partes também por conta dos protestos performáticos em frente a edifícios públicos e lojas de vestuário que vendiam roupas fabricadas em regime de escravidão e por conta das invasões e infiltrações em oficinas irregulares.

Nos anos seguintes, o trabalho da Alameda ramificou-se em *l*) um centro comunitário, que abriga uma oficina de cerâmica, um centro de convivência do idoso, uma pequena biblioteca popular, uma sala de reforço escolar; *ii*) uma agremiação de trabalhadores têxteis (UTC – Unión de Trabajadores Costureros), que fornece atenção jurídica gratuita e assessoramento sindical; *iii*) uma fundação especializada em investigação e denúncia de crimes e irregularidades laborais, capacitação de outros movimentos sociais em tal temática, além de atenção às vítimas do tráfico internacional de pessoas, de exploração sexual e de trabalho escravo; e por fim *v*) um partido político, o Bién Comum, criado em 2014.

A Assempbol: Organização de Feirantes e Microempresários da Rua Coimbra

A criação da Assempbol vincula-se à noção de pertencimento a um determinado espaço urbano, assim como se sucedeu com a Alameda. Enquanto nesta, moradores do Parque Avellaneda se uniram, em um primeiro momento, para solucionar os efeitos desencadeados pela crise que afligia seu bairro; naquela, imigrantes bolivianos que vivem no enclave étnico que circunscreve a região da Rua Coimbra, reuniram-se para discutir certos problemas relacionados à feira cultural que ocorre aos sábados e domingos em São Paulo, no Brás, próximo da divisa com os bairros Belenzinho e Mooca.

A feira reúne quase quinhentos feirantes e acontece desde 1999. Atualmente, ao

⁴ Na informalidade.

lado da Praça Kantuta, é o principal espaço de sociabilidade da comunidade boliviana na RMSP. Ali funcionam diferentes estabelecimentos comerciais como restaurantes, bares, lan houses, financeiras especializadas em remessas internacionais, lojas de materiais para oficinas de costura, cabelereiros, escritórios de assessoria jurídica e contábil. Contudo, a maior parte das aproximadamente seis mil pessoas que frequentam a região aos finais de semana buscam os produtos vendidos pelas barracas de rua, tais como, roupas, bonés, DVDs, temperos, grãos, chás, artesanatos, cosméticos, pomadas e unguentos.

De acordo com os líderes da organização, a necessidade de se encontrar meios para melhorar a segurança, a limpeza e de regularizar a feira, impulsionou a formação da Associação de Moradores Bolivianos da Rua Coimbra (AMRC) no início dos anos 2000. Mais tarde, em 2011, a AMRC foi rebatizada como Associação de Empreendedores Bolivianos da Rua Coimbra, ou Assempbol. Em 2012, finalmente essa organização de micro e pequeno empreendedores (como gostam de serem lembrados) que lidam com a produção e comercialização de roupas e produtos artesanais típicos da cultura andina⁵, formalizaram sua associação. Dois anos mais tarde, após intenso ativismo que soube aproveitar a gestão municipal petista, que era favorável à agenda dos imigrantes, a Assempbol conseguiu costurar um acordo com a Subprefeitura da Mooca e com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, logrando finalmente regularizar a feira – demanda maior dos assempbolinos.

Ao longo dos quase vinte anos de existência da AMRC/Assempbol, outros objetivos foram perseguidos por seus membros, como a facilitação da obtenção da autorização de residência temporária e permanente para migrantes sul-americanos, o rechaço às operações da Polícia Federal de combate ao trabalho escravo realizadas em oficinas de confecção de costura, que seriam espetaculosas, e o desvencilhamento simbólico entre oficinas de costura e trabalho escravo, já que para alguns de seus líderes, não haveriam, ou quase não haveriam, imigrantes trabalhando em tal situação uma vez que o fariam de forma consentida.

A Coebiveco: Organização de Microempresários da Costura

Logo que surgiu, em 2009, a organização de imigrantes bolivianos que atuava na Feirinha da Madrugada ganhou o nome de Asembiveco, sigla para Associação dos Empreendedores Bolivianos e Imigrantes em Vestuário e Confecção. No final de 2011, quando foi formalizada sob um status jurídico diferente, passou a se chamar-se Cooperativa dos Empreendedores Bolivianos e Imigrantes em Vestuário e Confecção, ou simplesmente Coebiveco. Segundo seus líderes a alteração jurídica deveu-se aos inúmeros entraves encontrados ao tentarem formalizar uma associação exclusiva de imigrantes.

A Feirinha reúne centenas de imigrantes que somente vendem ou que confeccionam e vendem roupas, como é o caso dos membros da Coebiveco, mas também de outros que, 5 Embora não todos, expressiva parcela destes dedica-se a atividades ligadas ao ramo do vestuário, sobretudo a confecção de roupas.

além de roupas, comercializam acessórios, bolsas e artigos de perfumaria⁶. De acordo com César, presidente da Coebiveco, a existência de espaços como o da feira é vital a uma parcela significativa dos imigrantes que se dedica à costura, pois proporcionam venda direta, sem qualquer intermediário entre o produtor e o cliente. O ambiente da feirinha facilitou o surgimento de vínculos sociais/relacionais entre esses imigrantes. Assim, quando a gestão de Gilberto Kassab na prefeitura de São Paulo investiu contra os vendedores de rua, os alicerces para construção de uma cooperativa de venda que reunisse imigrantes que trabalhavam com a confecção e a comercialização de roupas na feirinha já existiam.

O objetivo inicial, nesse sentido, era organizar essa população em uma associação informal, a fim de fortalecer as suas reivindicações junto ao poder público. Em pouco tempo, a associação se tornou uma cooperativa de venda de roupas que tinha como meta principal a compra de uma grande propriedade na cidade de Guarulhos capaz de reunir um centro de venda de roupas, uma escola comunitária autogestionada direcionada aos filhos dos microconfeccionistas e um complexo residencial.

4 | OS MOVIMENTOS SOCIAIS DA COSTURA

O Movimento Pró - Trabalho Digno

Seria impreciso afirmarmos que a Alameda em si se constitui em um movimento social, mas não exagero que o conjunto de ações às quais aqui denominamos MPTD foram viabilizadas pelas redes sociais forjadas a partir da própria Alameda. Tal constatação nos ajuda a entender porque, ainda que o MPTD em todas as suas ramificações compreenda a participação de dezenas de organizações, a Alameda logrou moldar de forma ativa e cuidadosa as agendas de luta e os significados circulantes nas redes desse movimento.

Em meados de 2002, no momento de sua concepção, a Alameda ainda não possuía uma identidade organizacional bem delineada. Não obstante, a partir de 2005, quando incorporou a insígnia do trabalho decente nas confecções, do combate ao tráfico de pessoas, ao trabalho infantil e ao proxenetismo, os alamedistas também demarcaram quais eram suas diretrizes ético-morais, quais eram os seus objetivos e quem eram seus adversários. Com isso, acabaram indiretamente circunscrevendo quem eram seus possíveis aliados e paulatinamente foram se aproximando dos mesmos.

Os primeiros parceiros da Alameda foram os componentes de outras assembleias de bairro da capital e os catadores de material reciclável da Villa Pueyrredón. Com o tempo, agentes da mídia – como Mercedes Ninci, Rolando Graña e Gustavo Valenza – e da Igreja Católica – como o então Arcebispo de Buenos Aires, Jorge Mario Bergoglio, hoje Papa Francisco –, passaram igualmente a participar de forma mais ou menos direta das manifestações convocadas pela Alameda.

⁶ Os coebivecanos são microconfeccionistas que, muitas vezes, ao lado de seus familiares participam do processo de fabricação das roupas feitas em suas oficinas e utilizam-se de locais como a Feirinha para vender sua produção.

Em 2009, a Alameda e a cooperativa tailandesa Dignity Return encabeçaram a formação de uma aliança transnacional de trabalhadores autogestionados da costura. Atualmente, as cinco organizações que compõem a parceria *No Chains*, além de participarem no mercado internacional com uma mesma marca comprovadamente livre de trabalho escravo, apoiam lutas trabalhistas travadas por costureiros em diferentes partes do globo⁷.

Em 2013 ocorreram dois feitos importantes: a composição da Rede Nacional Antimáfia e a eleição de Gustavo Vera, presidente da Alameda, para o cargo de deputado da Cidade Autônoma de Buenos Aires. Aproximadamente trinta organizações compuseram a Rede Antimáfia que tem como metas a aprovação de leis mais rigorosas contra os crimes de “trata” e tráfico de pessoas e de órgãos⁸, abuso sexual, corrupção de menores e a exploração de trabalho escravo e, ainda, a apreensão, o confisco e a reutilização pela sociedade civil dos bens empregados em tais práticas. Quanto à inserção de Vera na política institucional, ela abriu caminhos para a inauguração do partido político Bien Común, um ano mais tarde, e para o estreitamento entre as organizações que compõem o MPTD e as maiores centrais sindicais argentinas.

A respeito dos aspectos ideológicos do movimento, desde que a Alameda passou a militar no combate ao trabalho escravo e suas primeiras redes sociais foram desenhadas em torno das questões ligadas à cadeia do vestuário, ela também se posicionou abertamente ao lado dos trabalhadores da costura e contra os donos de confecções irregulares, as grandes marcas do vestuário e os dirigentes do SOIVA (Sindicato Obrero de la Industria del Vestido y Afines), a quem julgam ser “pelegos”. Deste modo, o movimento argentino, capitaneado pela Alameda, nasceu tendo como mote acabar com a superexploração a que os costureiros estão submetidos na Argentina. Nele, a imigração nunca foi a pedra angular, pois esse papel foi ocupado originalmente pelo trabalho, num primeiro momento circunscrito por apenas alguns grupos subalternos e, mais recentemente, o trabalho executado por todo e qualquer trabalhador precarizado argentino⁹.

O Movimento Pró - Imigrante

Quando a Assemblé e a Coebiveco adquiriram personalidade jurídica, respectivamente, em dezembro de 2011 e março de 2012, duas ONGs de grande proeminência voltadas à promoção dos direitos dos imigrantes já militavam há algum tempo na cidade de São Paulo. A Pastoral do Migrante foi criada oficialmente em 1986 e, mais tarde, em 2005, reformulada, passou a se chamar CAMI. O Centro de Direitos Humanos

7 São elas: a Alameda, a Dignity Return, a Liza Balandó Collection das Filipinas, a 100% Milik Pekerja da Indonésia e Associação de Mulheres Trabalhadoras de Hong Kong.

8 No idioma espanhol, grosso modo, o termo “tráfico de pessoas”, refere-se aos casos em que migrantes em situação irregular contratam voluntariamente traficantes que agenciam e realizam a travessia de uma determinada fronteira. Já a “trata”, ocorre quando o traficante ludibria o migrante e aproveita-se da situação desfavorável desses para cometer abusos.

9 É preciso salientar que, também nos últimos anos, o combate às máfias tem ganhado espaço no interior do MPTD.

e Cidadania do Imigrante (CDHIC), por sua vez, surgiu alguns anos mais tarde, em 2009.

Além da “experiência de acolhimento ao imigrante”, essas duas ONGs se especializaram em mobilizar os imigrantes na luta por direitos, cidadania e empoderamento social, cultural e político. Nesse sentido, diferente da experiência argentina em que as principais redes do movimento se ramificaram a partir de uma organização ligada à costura, no movimento brasileiro – o MPI –, as duas organizações de microconfeccionistas se inseriram em intrincadas redes já existentes, cujas posições centrais encontravam-se ocupadas por duas ONGs de auxílio a imigrantes oriundos de países periféricos. Com isso, em que pese a relevância da grande presença de microconfeccionistas, nossa pesquisa apontou que o conteúdo simbólico e temático mobilizado pelas redes do MPI foi majoritariamente moldado pelo CAMI e pelo CDHIC, e não pela Assempbol e pela Coebiveco.

Assim sendo, poderíamos dizer que a ideologia dos microconfeccionistas acerca da cadeia do vestuário, mencionada anteriormente neste artigo, foi incorporada parcialmente, mas sofreu um processo de equalização ao penetrar as redes do movimento. Ao invés do focar nas questões trabalhistas, a exemplo do MPTD, o MPI, pautando-se pelo discurso internacional de Direitos Humanos, adotou a “categoria imigrante” como central. Nesta perspectiva, mais urgente seria lutar por uma legislação migratória moderna e que incorporasse os preceitos contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, do que aquela voltada ao empoderamento local dos trabalhadores por intermédio da expansão da regulamentação nacional, da cidadania laboral e da reformulação e do fortalecimento dos sindicatos.

Isso certamente traz implicações na concepção que se tem do vestuário brasileiro. Nessa linha, costureiros imigrantes indocumentados e donos de confecção imigrantes padecem de uma mesma lógica ditada pelo “sistema”. Logo, são igualmente vítimas, conforme as próprias palavras de um dos líderes desse movimento evidenciam. Sai de cena a análise classista a respeito do trabalho em confecção, na qual se considera os interesses quase invariavelmente antagônicos de costureiros e donos de confecção e, em seu lugar, propõe-se uma abordagem alternativa, a da pacificação social entre esses dois elos inferiores do vestuário em nome de uma característica fundamental que os aproxima: a condição de imigrante. Grosso modo, o discurso adotado pelo MPI desloca a responsabilidade (individual ou coletiva) dos donos de confecção que desrespeitam a legislação trabalhista e repassam-na para a estrutura social, ou como preferem chamar, para o sistema.

No plano das ações, os maiores esforços das organizações desse movimento se concentraram nas mudanças no plano legal. Fora os ganhos simbólicos gerados pelas próprias manifestações, as duas primeiras grandes conquistas nesse sentido talvez tenham sido a criação, em maio de 2013 na cidade de São Paulo, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e da Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente. Segundo consta no site da prefeitura da cidade, a missão da secretaria é

(...) formular, articular e coordenar a Política Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, de forma transversal, interseccional, participativa e com respeito à diversidade, por meio da promoção e defesa de direitos, em benefício da população, com atenção especial às pessoas em situação de vulnerabilidade, visando a uma sociedade justa, igualitária, inclusiva, solidária e intercultural

Já a Coordenação, tem como valores e princípios

(...) o reconhecimento da importância dos novos fluxos migratórios para a cidade de São Paulo e dos imigrantes como sujeitos de direitos; a promoção e a garantia de seus direitos fundamentais; a promoção da integração social e cultural mediante o intercâmbio de saberes entre as diferentes comunidades no espaço público; a não-criminalização daqueles que migram e o respeito ao direito de mobilidade. O trabalho da Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente é realizado em estreita relação com os movimentos sociais, com universidades e com as várias esferas do poder público, de forma a construir uma cidade que aponte para a cidadania plena e universal.

Em agosto do mesmo ano, o então prefeito Fernando Haddad também assinou a criação da cadeira de Conselheiro Extraordinário do Conselho Participativo Municipal para imigrantes, por meio do Decreto nº 54.645. O Conselho é um organismo autônomo da sociedade civil, reconhecido pelo Poder Público Municipal como espaço consultivo e de representação da sociedade. Sua atribuição é exercer controle social e assegurar a participação da sociedade no planejamento e fiscalização das ações e gastos públicos nas regiões, como também propor ações e políticas públicas nos territórios. O líder boliviano da Assembléa, Luís Vasquez se tornou o representante legal estrangeiro da subprefeitura da Mooca em 2013, tendo sido, dentre os imigrantes eleitos, o mais bem votado.

Porém a maior e mais perseguida conquista foi a aprovação da Nova Lei de Migração. Criada durante a vigência da ditadura civil-militar brasileira e no contexto da guerra fria, a antiga lei 6.815/1980, denominada Estatuto do Estrangeiro, era pautada pelo paradigma de segurança nacional e buscava munir o Estado com mecanismos de punição e ejeção a qualquer imigrante contrário ao regime ou que, por outra razão qualquer, fosse considerado indesejável. Por esses e outros fatores, era considerada por ativistas e pesquisadores do fenômeno migratório como inadequada aos princípios da Constituição Cidadã de 1988 e aos dispositivos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. No início de 2017, após décadas de intensa militância de membros do MPI e de outros movimentos, a nova lei foi finalmente sancionada. Mesmo tendo sofrido vetos em questões importantes, ela representou inegavelmente grande avanço com relação à antecedente, tanto em pontos específicos como e seu tom geral, agora norteado pelos Direitos Humanos. O direito ao sufrágio e a elegibilidade de imigrantes residentes continuaram de fora da Nova Lei, mas em contrapartida eliminou-se, com ela, a proibição existente de imigrantes participarem de manifestações políticas e de se organizarem em sindicatos.

Como se pode notar, as conquistas elencadas tomaram forma a partir de ações

tomadas pelo poder público, como a aprovação de leis, a criação de secretarias e de coordenações, mas em minha pesquisa ficou claro que essas ações foram influenciadas, senão determinadas, por todo um conjunto de esforços e ações recorrentes engendradas por grupos organizados da sociedade civil e que, aliás, souberam em determinadas circunstâncias se aproveitar das janelas de oportunidades abertas por eventos específicos ou pela eleição de partidos e candidatos afeitos às demandas das comunidades imigrantes.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências mobilizatórias dos imigrantes bolivianos da GBA e da RMSP nos permitem tirar algumas conclusões mais gerais. A primeira é que a posição ocupada na organização social de produção continua sendo relevante na formação do horizonte cognitivo e do sistema de crenças dos diferentes agentes da costura. Esse fator se mostrou particularmente forte no caso dos microconfeccionistas que se revelaram de forma praticamente invariável propagadores da ideologia da classe empresarial. Aqui, mais determinante que a localização contraditória no interior das relações de classe, foi o emprego de capitais próprios e a disposição hierárquica do processo produtivo.

A segunda é que, além da posição no processo produtivo, outros elementos como a participação em organizações da sociedade civil ligadas ao exercício de atividade econômica, como as cooperativas de produção, também influenciam no processo de construção ideológica dos grupos sociais. Isso ficou evidente no caso dos costureiros, pois enquanto aqueles não organizados e que almejam se tornar um dia donos de oficina de confecção – e que são a maior parte – reproduzem o famigerado discurso do empreendedorismo e não raramente naturalizam relações abusivas no interior das oficinas; os organizados revelaram-se alinhados à defesa dos direitos da classe trabalhadora, sobretudo sua fração precarizada.

Pontualmente, a pesquisa ainda demonstrou que a inserção dos imigrantes microconfeccionistas nas redes do MPI se deu de um modo distinto daquela apresentada pelos imigrantes costureiros no MPTD. Ao passo em que os alamedistas ocuparam posições centrais no MPTD e lograram avançar uma agenda de luta diretamente atada aos seus ideais de melhorias nas condições e relações de trabalho; os assemblistas e os coebivecanos se firmaram em posições mais periféricas e suas ideologias foram apenas parcialmente assimiladas e ainda assim balanceadas dentro da agenda dos direitos dos imigrantes pelas outras organizações que participam do MPI.

Bem para além do enquadramento midiático de invisibilidade social e impotência política, os imigrantes bolivianos da costura de Buenos Aires e de São Paulo descortinaram enorme capacidade de agirem coletivamente, de darem curso às suas próprias escolhas e de participarem da política em diferentes frentes e temas – evidenciando, por consequência, também suas capacidades de reescreverem suas próprias Histórias.

REFERÊNCIAS

BONACICH, E; APPELBAUM, R. **Behind the label: inequality in the Los Angeles apparel industry**. Berkeley, University of California Press, 2000.

CIOFFI, S; FARIAS, A. **PF exige comprovação de renda para para bolivianos entrarem no Brasil**. Folha on-line, Caderno Cotidiano, 14 de fev. de 2014 <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/152653-pf-exige-comprovacao-de-renda-para-bolivianos-entrarem-no-brasil.shtml>>. Data de acesso: 07/09/2020.

D'OVIDIO, M. et al. **Quién es quién en la cadena de valor del sector de indumentaria têxtil: Hacia una solución conjunta del sector**. Buenos Aires: Fundación El Otro, 2007.

DIAS, V; WETZEL, U. **Empreendedorismo como ideologia: análise do enfoque da revista Exame em dez anos de publicação (1990-99)**. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, Volume 44, Número 1, p. 97-118, Abril de 2010.

G1. **Polícia argentina resgata 80 bolivianos escravizados em oficinas têxteis**. Portal de informações G1, 08 de fev., 2010. <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1562056-5602,00-POLICIA+ARGENTINA+RESGATA+BOLIVIANOS+ESCRAVIZADOS+EM+OFICINAS+TEXTEIS.html>>. Data de acesso: 07/09/2020.

TAVARES, M. **O empreendedorismo à luz da tradição marxista**. Revista Em Pauta, Rio de Janeiro, 1o Semestre, n. 41, v. 16, p. 107–121, 2018.

TAVARES, M. **O empreendedorismo e a corrosão das leis trabalhistas**. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 3., 2007, São Luís. **Anais...** São Luís, 2007.

TAVARES, M. **Trabalho informal: os fios (in)visíveis da produção capitalista**. Revista Outubro, São Paulo, n. 7, 2002.

VALENTIN, E; PERUZZO, J. **A ideologia empreendedora: ocultamento da questão de classe e sua funcionalidade ao capital**. Revista Temporalis, Brasília, ano 17, n. 34, jul-dez. 2017.

WRIGHT, O. **Class counts: comparative studies in class analysis**. Cambridge University Press, 1997

CAPÍTULO 13

O HISTÓRICO DAS LUTAS PELA INSERÇÃO DA SOCIOLOGIA NO CURRÍCULO BÁSICO DE ENSINO BRASILEIRO: REFLEXÕES ACERCA DO ENGAJAMENTO DA COMUNIDADE ACADÊMICA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Data de aceite: 01/04/2021

Data de submissão: 05/03/2021

Suelén Alves da Silva

Universidade Federal de Pernambuco
Recife – Pernambuco
<http://lattes.cnpq.br/6701506892353254>

Sabrina da Silva Sousa

Universidade Federal de Pernambuco
Recife – Pernambuco
<http://lattes.cnpq.br/8482688002877897>

Marco Aurélio Neves

Universidade Federal de Pernambuco
Recife – Pernambuco
<http://lattes.cnpq.br/1070623552135738>

Manuscrito disponível em VI Encontro Nacional de Ensino de Sociologia na Educação Básica - Grupos de Trabalhos - GT04 - História do ensino de sociologia no Brasil (sinteseeventos.com.br)

RESUMO: A pesquisa desenvolvida visa contextualizar a trajetória dos processos de inclusão da disciplina de Sociologia com ênfase em sua trajetória política no Brasil. Além disso, pretende situar a atuação da comunidade acadêmica no que diz respeito aos seus engajamentos com a área de educação, e às práticas que auxiliam no processo de formação dos futuros professores de sociologia dando ênfase ao departamento de sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Com isso, irá

relacioná-los de forma a buscar explicações para a perpetuação da deslegitimação da área de ensino em questão. Para tais fins, como referencial metodológico, nos utilizamos de levantamentos bibliográficos acerca das leis que regulamentam sua obrigatoriedade no currículo básico de ensino em paralelo ao contexto político das mesmas; apuramento de dados dos currículos do corpo docente em questão; e por fim, as nossas contribuições reflexivas enquanto estudantes da área nesse processo de formação. **PALAVRAS - CHAVE:** Corpo docente. Currículo básico. Educação. Engajamento. Sociologia.

THE HISTORY OF THE CONFLICT FOR THE INSERTION OF SOCIOLOGY IN THE BASIC CURRICULUM OF BRAZILIAN EDUCATION: REFLECTIONS ON THE ENGAGEMENT OF THE SOCIAL SCIENCES ACADEMIC COMMUNITY

ABSTRACT: This research objective is contextualize the trajectory the criteria for inclusion of the Sociology as a school subjects with emphasis on its political trajectory in Brazil. In addition, it intends to situate the interactions of the academic community with their engagements with this specific area of education considering the practices that assist in the process of training future sociology teachers emphasizing the sociology department of the Federal University of Pernambuco (UFPE). With this, will list them in order to seek explanations for the perpetuation of delegitimization of teaching area in question. For such purposes, as a methodological reference, we use bibliographical surveys about the laws that regulate their mandatory nature in the basic

teaching curriculum in parallel to their political context; collection of data from the curricula of the college in question; and finally, our reflective contributions as students in the field in this training process.

KEYWORDS: Academic staff. Core curriculum. Education. Engagement. Sociology.

1 | INTRODUÇÃO

A presente pesquisa objetiva explicar historicamente os processos políticos que permearam a inclusão da disciplina de sociologia no currículo básico brasileiro e refletir sobre as interferências e influências que o corpo docente do departamento de sociologia pertencente à Universidade Federal de Pernambuco exercem no processo de formação dos futuros professores de sociologia, assim como para a estabilidade da disciplina na educação básica.

Nesse sentido, pretende-se situar a trajetória da disciplina assim como relacionar esses processos com nossas vivências inseridos nas propostas universitárias a fim de apontá-los como fatores influentes na (des)legitimação das ciências sociais. Para tal feito, nos utilizaremos metodologicamente de pesquisas referentes a legislações, contextualização do cenário político do Brasil juntamente com análise dos currículos dos professores do departamento de sociologia, e os nossos aportes que levam em consideração nossas atuações em escolas através dos estágios obrigatórios da grade curricular e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Justifica-se a importância desse trabalho a partir do argumento de que conhecer as experiências da formação discente no que concerne seus aprendizados e referências acadêmicas mais próximas, assim como compreender o cenário de conflitos políticos, nos auxilia a enxergar e refletir sobre o ensino de Sociologia a partir de uma visão mais abrangente e contextual, para além de suas aspirações metodológicas.

2 | OS PROCESSOS POLÍTICOS E A INCLUSÃO DA SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

Primeiramente é útil apontar que a trajetória do ensino das ciências sociais na educação básica no Brasil é marcada por uma série de instabilidades em sua obrigatoriedade: em 1971 as disciplinas de Sociologia e Filosofia haviam sido banidas do currículo e substituídas por educação moral e cívica devido às adaptações ao contexto da ditadura militar. Posteriormente, em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases (LDB nº 9.394/96) foi regulamentada para estabelecer como se dá o ensino básico nacional e no que se refere às disciplinas citadas, determinando que os conteúdos, metodologias e avaliações contemplem o exercício e aprendizado da cidadania.

Entre 2001 e 2004 foram lançados através das Diretrizes Curriculares de todos os cursos de graduação existentes na época, incluindo as ciências sociais que englobam as

áreas de Antropologia, Ciência Política e Sociologia alguns pareceres. O primeiro é o CNE/CES nº 492/2001 de Abril de 2001 que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social. O segundo é o Parecer CNE/CES nº 1.363/2001 de Dezembro de 2001 que retifica o anterior. Em 2002, são estabelecidas as Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Sociais através da Resolução CNE/CES nº 17 de 13 de Março do mesmo ano. Já em 2004 há uma solicitação do parecer formal do Conselho Nacional da Educação (CNE) em relação à obrigatoriedade de estágio para a modalidade de bacharelado do curso através do Parecer CNE/CES nº 224/2004 que foi aprovado em Agosto.

Em 2005, os sociólogos se mostram engajados com a inclusão das disciplinas de Sociologia e Filosofia no Ensino Médio e recorrem ao Ministério da Educação (MEC) para obter apoio na implementação das disciplinas, e este último por sua vez, se mostra favorável a causa. Em 2006, o MEC lança uma nota afirmando a obrigatoriedade das disciplinas no Ensino Médio sem esclarecer em quais séries elas deveriam ser implantadas. O Ministro da Educação do período, Fernando Haddad homologou a decisão do CNE determinando que as mesmas fossem restituídas nas escolas tanto públicas, quanto privadas através do Parecer nº 38/2006. Neste momento, o ensino da disciplina era opcional nos estados da Paraíba e Rio Grande do Sul. O texto contido no CNE afirma: “Na óptica da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), os conhecimentos de filosofia e sociologia são necessários ao exercício da cidadania”¹ ressaltando o reflexo da realidade da educação brasileira. Neste mesmo ano, a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) começou a enviar a coleção de Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM) às escolas públicas e secretarias estaduais e municipais de educação.

Em decorrência disso, a formação de professores da área envolvendo seus recursos de apoio e de efetivação da profissão começaram a serem pautas entre acadêmicos, políticos e afins. Isso deu cabo a eventos que visavam tais temáticas, assim como a possível aprimoração das OCEM - Sociologia. Em contribuição, de acordo com Amaury César Moraes, a Sociedade Brasileira de Sociologia teve participação significativa em meados de 2007:

(...) a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) vem desenvolvendo atividades, pela sua Comissão de Ensino, quer na divulgação das OCEM - Sociologia (I Seminário Nacional sobre Ensino de Sociologia no nível médio, USP, São Paulo, março de 2007), quer na divulgação de pesquisas sobre o ensino de Sociologia (XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, UFPE, Recife, GTs Ensino de Sociologia, maio e junho de 2007; I Seminário Nacional de Educação em Ciências Sociais, UFRN, Natal, março de 2008; I Encontro Estadual de Ensino de Sociologia, UFRJ, Rio de Janeiro, junho de 2008; I Simpósio Estadual sobre a Formação de Professores de Sociologia, UEL, Londrina, setembro de 2008; I

1 Citação extraída de notícia do MEC em junho de 2019. Acesso: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/211-noticias/218175739/6821-sp-2099277251>

Finalmente, depois de um período de quase 4 décadas, as disciplinas de filosofia e sociologia são novamente incorporadas ao 3 anos do Ensino Médio em junho de 2008 ao vigorar a Lei Federal nº 11.684/2008, que por sua vez, fortificou o Parecer nº 38/2006. Tal marco na história da disciplina na educação básica brasileira tem seus impactos estendidos também para o ensino superior que ao acompanhar as mudanças políticas referentes à consolidação da disciplina, reorientam seus modelos de avaliações, currículos e de sistemas de ingresso. Mas como se trata de uma trajetória de instabilidades, no ano seguinte (2009), o Ministério da Educação emite uma nota que denuncia a não vigoração plena da obrigatoriedade do ensino de sociologia. O título "filosofia e sociologia devem ser incluídas nas escolas até 2011"² mostra que dentro desse parecer, proposta homologada em 2008 não foi cumprida totalmente, e por isso, há uma extensão do prazo de implementação da oferta para os estudantes até o ano de 2011. Tal determinação segue na Resolução nº 1/2009 da Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional da Educação.

No intermédio desse trajeto, outro marco político significativo: a primeira mulher é eleita ao cargo de presidente do Brasil (Dilma Rousseff) em 2010 e a mesma põe a educação como prioridade em suas pautas. De acordo com o Censo Demográfico do ano divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o Brasil ainda se mostra atrasado no âmbito educacional geral, principalmente o fundamental. Mesmo mostrando avanços importantes na última década, os mesmos são insuficientes para o alcance de um desenvolvimento do país. O individualismo é ressaltado quando a pauta é "problemas sociais", fazendo assim com que a relevância do ensino de sociologia seja novamente fragilizada.

Programas são lançados, eventos são realizados, pesquisas ganham mais produções e para acompanhar a lógica da realidade vingente, determinados incentivos são acionados pelas organizações governamentais. Exemplo disso é a atuação de um grupo de licenciandos das ciências sociais da Universidade Federal de Viçosa (UFV) em duas escolas públicas daquele município. Os estudantes auxiliaram professores não formados na área a consolidarem o ensino da disciplina na educação básica.³ Isso nos remete à definição de "ensinagem" colocada por Anastasiou:

(...) o termo ensinagem, usado então para indicar uma prática social complexa efetivada entre os sujeitos, professor e aluno, englobando tanto ação de ensinar quanto a de apreender, em processo contratual, de parceria deliberada e consciente para o enfrentamento na construção do conhecimento escolar, resultante de ações efetivadas na, e fora da, sala de aula. (ANASTASIOU, 2015, p. 3-4)

²Notícia obtida no portal do MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/211-noticias/218175739/13590-ensino-medio-sp-146084424>. Acesso em: 02 de Junho de 2019.

³Notícia disponível no portal do MEC: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/211-noticias/218175739/16846-programa-estimula-formacao-de-professores-da-educacao-basica>. Acesso em: 02 de junho de 2019

Outro exemplo é o Programa de Qualificação de Docentes e Ensino de Língua Portuguesa (PQLP) no Timor-Leste que em 2013⁴ ofereceu 50 bolsas a brasileiros que gostariam de trabalhar no país no ano seguinte. O edital conta com a área de Sociologia para a formação de professores. Estas iniciativas podem ser consideradas espelhos do contexto ao qual a disciplina esteve envolvida nestes momentos mostrando assim, que o reconhecimento de sua legitimidade revoluciona a forma como ela é enxergada e logo, valorizada. As tendências na área em questão começam a serem positivas contando com a ampliação na criação de novos cursos para a formação de professores de sociologia:

É nesse curto intervalo de tempo que analisamos, entre os anos de 2008 e 2013, que ocorre a ampliação mais significativa do número de cursos de Ciências Sociais no Nordeste, sendo criados mais onze novos cursos junto às seguintes Universidades por Estado: Bahia, Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB; Maranhão, UFMA, nos campi de Bacabal, Imperatriz e São Bernardo; Paraíba, UFCG, campus de Sumé; Universidade Federal da Paraíba – UFPB; Pernambuco – UPE; Piauí – Universidade Estadual do Piauí (UESPI), totalizando 11 novos cursos, ou seja, um aumento de 78% no número total, sendo que tais cursos ofereceram conjuntamente no ano de 2013 mais 520 vagas para a formação de professores habilitados a lecionar Sociologia na Educação Básica.

(...)

Observamos que algumas tendências permanecem, como a formação universitária e em instituições públicas, além de que todos os novos cursos presenciais criados após 2008 ocorrem neste tipo de instituição. O fato de se desenvolverem junto a universidades não pode ser encarado como algo menor, muito pelo contrário, tendo em vista que tal elemento aponta para uma possibilidade de articulação entre ensino e pesquisa, fundamento do que se compreende por Universidade. (OLIVEIRA, 2014. p. 290 -291)

Em 2014, o Congresso Federal sanciona o Plano Nacional da Educação (PNE) que é composto por 14 artigos e 20 metas a serem cumpridas na próxima década para em tese, melhorar a qualidade da educação no país. Seus principais aportes se referem a dimensão básica com assuntos relacionados a alfabetização e inclusão de alunos. A formação continuada de professores é umas das pautas, assim como a expansão do ensino profissionalizante para adolescentes e adultos o que por sua vez, expõe a intenção de formar mão- de-obra e levar o ensino a um viés tecnicista. As eleições de tal ano tiveram candidatos que priorizaram a pauta da educação em grande escala. Provavelmente este é um reflexo das contribuições políticas da época que acentuava a importância da área como uma de suas principais preocupações.

Em 2016 foi apontado através do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

⁴ Informação extraída da notícia disponível no portal do MEC: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/211-noticias/218175739/19240-professores-receberao-bolsas-para-trabalhar-no-timor-leste> . Acesso em: 02 de junho de 2019

Educacionais Anísio Teixeira) que os investimentos não provocaram mudanças significativas no Brasil, e por consequência, assume inclinações preocupantes assim como o afastamento do alcance aos objetivos da PNE. O mesmo ano foi marcado pelo impeachment da presidente eleita e pelo processo lava-jato. Ambos acontecimentos influenciaram fortemente a forma como todos os feitos de Rousseff eram interpretados, inclusive, na área da educação. Aqui vale salientar que mesmo diante das conquistas evidentes nesses últimos anos, o campo da sociologia não se encontra legitimado em sua plenitude. Devido ao seu caráter estimulador a reflexões, a utilidade da disciplina é sempre questionada a depender do projeto de governo existente. Por isso, deve-se ter cautela e atenção para o contexto político, e para as produções que auxiliam na formação continuada de professores da área, como ressalva a professora Ileizi Luciana Fiorelli Silva:

Entretanto, conhecer o campo de luta, que é o currículo, nos ajuda a entender que toda essa expansão não significa consolidação definitiva da disciplina ou de seus conteúdos nas escolas. Lembrar de que como vem ocorrendo a legalização e a legitimação possibilita uma postura mais comedida diante do processo. Postura comedida no sentido de reconhecer que ainda temos que estar atentos às reformas educacionais, mudanças curriculares e alterações na conjuntura política do País e dos Estados. (SILVA, 2010, p. 28)

O trecho citado dialoga com o que acontece nos anos seguintes. Os eventos recentemente citados deram lugar a atuação de Michel Temer no ano consecutivo que propôs diversas reformulações, incluindo a reforma no Ensino Médio a través da Medida provisória nº 746/2016 que propõe mudanças inclusive na LDB 9394/96 (Leis de Diretrizes e Bases). Essa mesma medida torna facultativas as disciplinas de educação física, sociologia, filosofia e artes dando lugar à formulação da BNCC (Base Nacional Curricular Comum) que seria implantada em todas as escolas privadas ou públicas com a intenção de igualar o aprendizado das crianças, deixando o Ensino Médio para ser um projeto posterior.

Para reiterar o argumento, 2018 se desenvolve como palco de mudanças extremas tanto no contexto político, quanto na área educacional. As eleições do ano elegem o Jair Bolsonaro como presidente e este por sua vez, estima ideias que cada vez se mostram anticonstitucionais e aversivas às propostas do ensino de sociologia. Como consequência, temos um cenário onde pessoas são influenciadas por tal perspectiva. Neste ano, a BNCC é homologada dando espaço a maiores investimentos na educação básica e em contrapartida, a um potencial desespero dos estudantes em formação e futuros professores de sociologia que por sua vez, experienciam suas oportunidades de emprego vedadas e controladas por ideais que deturpam a realidade brasileira. Em complemento, a pesquisa divulgada pela Varkey Foundation⁵ aponta o Brasil em último lugar no ranking referente a valorização dos professores contando com o levantamento de 35 países, o MEC e Inep anunciam que haverá mudanças no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), o

⁵ Informação extraída de uma notícia do Jornal de Brasília: Brasil é o país com menor valorização dos professores, indica estudo internacional (jornaldebrasil.com.br) . Acesso em 02 de junho de 2019.

EAD (Ensino a Distância) começa a ter maior aplicação como prevista na Reforma, e o CNE (Conselho Nacional de Educação) aprova novas diretrizes para o Ensino Médio a partir das propostas da BNCC.

3 | NA PRÁTICA

Aqui nos dedicamos a analisar o empenho do corpo docente de sociologia da Universidade Federal de Pernambuco com o ensino da mesma em escolas, visto que é a partir desta comunidade que conseguiremos tornar possível a relação entre nossas práticas e reflexões acerca da formação de futuros educadores da área. Para tanto, assumimos a análise dos currículos acadêmicos da comunidade como fonte de informações sobre suas respectivas atuações e linhas de pesquisa.

3.1 Empenho do corpo docente da UFPE

Dentro da proposta de identificar o engajamento dos professores que constituem o corpo docente do curso de ciências sociais na UFPE, nos propomos a expor dados contidos no site da própria universidade (podendo ou não estarem atualizados) que são de fácil acesso a qualquer pessoa que se interessar a fazer a busca. Diante disso, o processo se deu da seguinte forma: através das listas de docentes que se encontram vinculadas ao ambiente de cada departamento, procuramos seus respectivos currículos na plataformaattes do CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e extraímos informações referentes às formações e pesquisas que estivessem relacionadas com o ensino de sociologia. Neste intuito, foram buscados professores dos seguintes departamentos: sociologia, antropologia e ciência política.

A escolha por considerar estes três departamentos se dá pelo fato de que ao longo da formação de licenciandos de ciências sociais, os alunos têm contato com professores destes três departamentos por quase todo o curso. Portanto, relacionar os engajamentos de tais docentes com a formação de potenciais educadores, como também com a consolidação da disciplina no ensino básico nos aproxima mais de uma coerência. Vale lembrar que apesar de existirem professores derivados do Centro de Educação que são responsáveis por nossa formação pedagógica, os levantamentos dos dados referentes a estes seria prejudicado por se tratarem em sua grande maioria, de professores substitutos, e por isso, dificilmente são inseridos na plataforma virtual da instituição. Este é um fato que dificulta tanto o processo aqui desenvolvido, quanto a aproximação entre professores e alunos vislumbrando o empenho com pesquisas na área do ensino de sociologia a longo prazo. Os dados encontrados⁶ foram estes que constam no gráfico a seguir:

⁶ Esses dados foram extraídos através das informações disponíveis nos sites: <https://www.ufpe.br/ds>, <https://www.ufpe.br/depantropologia/equipe#docentes>, <https://www.ufpe.br/ciencia-politica-bacharelado-cfch> e <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?metodo=apresentar>. Informações coletadas em junho de 2019.

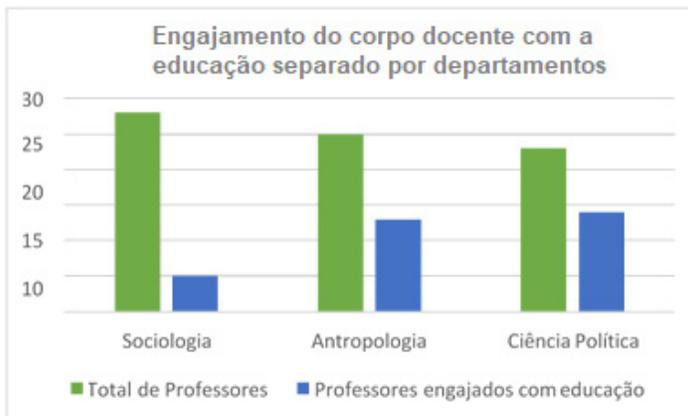


Gráfico desenvolvido pelos autores.

As coletas mostram que o departamento de sociologia que contém no total 28 professores (25 permanentes e 3 substitutos), onde apenas 7 têm algum contato com pesquisa ou ensina na área de educação de sociologia (sendo 6 professores permanentes e 1 substituto). Destes 7, apenas 4 são envolvidos com pesquisas voltadas para as práticas de ensino totalizando assim, um percentual de 14,29% de docentes da graduação. O departamento de antropologia contendo 25 professores (22 permanentes e 3 substitutos) conta com 13 deles envolvidos com a área de educação (12 permanentes, 1 substituto), porém, com a maioria voltada para a educação em museus, alguns envolvidos com educação indígena e apenas 1 relacionando-se com educação escolar, correspondendo assim a 52% de professores comprometidos com educação. Já o departamento de ciência política possui 23 professores e destes, 14 são ou foram envolvidos com pesquisa e/ou atuação profissional no âmbito educacional correspondendo a 60,87% do corpo docente. Nesse caso, a maioria desses atuantes estão ligados à atuação profissional no Ministério da Educação, educação para cidadania em situações de criminalidade, ou políticas de educação no geral.

Em suma, todo esse apanhado confirma a hipótese de que os próprios cientistas sociais estão insuficientemente engajados com a causa de legitimação da disciplina de sociologia dentro da educação básica. Apesar dos números relativamente significativos nos departamentos de antropologia e ciência política, o envolvimento destes não necessariamente interferem diretamente na consolidação da tão debatida enquanto fundamental no ensino de base, uma vez que não se envolvem diretamente com as práticas pedagógicas do ensino de sociologia dentro das escolas, como nos reforça o seguinte trecho:

Além disso, é sensato admitir que temos que estruturar as áreas de metodologia e estágio nos departamentos de educação e de ciências sociais para garantir a formação inicial e continuada dos professores, nós temos que multiplicar a produção de materiais didáticos, negociar concursos públicos para professores licenciados na área, desenvolver a pesquisa sobre o ensino da Sociologia, entre outras tarefas. (SILVA, 2010, p. 28)

Essa comprovação não quer dizer de forma determinista que essa escassez de relacionamento com a educação anula os processos de lutas ou efetividade da relevância da matéria, mas inevitavelmente, frustra ainda mais o sucesso e continuidade das conquistas derivadas destes.

3.2 Experiências discentes e suas contribuições para a formação docente

A estruturação da formação do professor é muito mais profunda e ligada à fatores que não concernem apenas o ambiente acadêmico. Trata-se pois, da influência de capacitações práticas, que aproximem o discente à esfera escolar/educacional. Com base nisso, confereciaremos acerca de duas ações práticas que permeiam o processo formativo de um futuro professor: o Pibid e as disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado.

3.3 Pibid

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) foi legitimado por meio da Portaria de Nº 38 de 12 de dezembro de 2007 tendo por objetivo levar o aluno à realidade do ensino nas escolas que apresentam baixo rendimento no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O programa consiste na atuação de licenciandos em escolas, juntamente com um supervisor (professor da escola) e um coordenador (docente da IES), onde a equipe atua de forma a facilitar o acesso e discussões sobre a prática docente. O programa oferta bolsas de apoio financeiro ao supervisor, coordenador e contemplação de alguns alunos. O Pibid passou por alterações, sendo retificado recentemente, através da Portaria Capes Nº 75 de 07 de agosto de 2018. Essa nova modificação trouxe algumas mudanças no programa, como por exemplo o número mínimo de 24 bolsistas para a permanência deste.

Para o angariamento das percepções acerca da influência do Pibid, nós, autores desta pesquisa discutimos sobre nossas experiências enquanto discentes da Licenciatura em Ciências Sociais. Um aspecto que foi comum em nossos relatos foi o aguçamento das nossas sensibilidades na qualificação de futuros professores de sociologia e surgiram algumas indagações, entre elas a seguinte: “quais táticas devem ser elencadas para que a transmissão do conteúdo sociológico aconteça de forma satisfatória?”

Com esses enfrentamentos diversos, o docente vê-se à frente da tarefa de driblar as diversidades e lograr êxito em sua atuação, êxito esse pautado na verdadeira compreensão do aluno acerca da disciplina, entendendo que este aprendeu e apreendeu (ANASTASIOU, 2007) o conhecimento sociológico. Essa e outras indagações nos suscitam a elucidação pontos que permeiam a prática docente quanto às metodologias e mecanismos utilizados

em sala de aula. A falta de execução ou existência de planos de aula adequados à cada contexto escolar, prendem o processo de ensino-aprendizagem à parede, onde o aluno recebe a carga do conteúdo e não consegue movê-lo para outras áreas além da sociologia ou de sua vida fora da escola.

3.4 Estágio Curricular Supervisionado

As disciplinas de Estágio Supervisionado compõem a grade curricular dos cursos das licenciaturas em geral, com o intuito de aproximarem o licenciando às realidades do contexto educacional. Durante o curso na UFPE, há quatro módulos dessa grade, sendo a primeira ofertada no 5^a período e as demais sequencialmente até o 8^a. A cada semestre, essa prática se dá de maneira diferente, a fim de que o discente passe por um processo de aproximação da realidade escolar e do exercício da docência.

As experiências aqui se deram de maneira mais ampla, tendo em vista a autonomia que nós, licenciandos, tivemos ao escolher as escolas as quais queríamos intervir. De uma maneira geral, por conta das vivências distintas, pudemos perceber os Estágios Supervisionados como um manual mais apurado do “ser docente”. Durante suas quatro fases, pudemos mapear e esmerar cada ação do docente, desde sua relação com a gestão escolar até a aplicação de uma aula.

4 | A RELAÇÃO CONTEXTO-ENGAJAMENTO DOS PROFESSORES-FORMAÇÃO DOCENTE NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Com a contextualização histórico-política de forma mais genérica desde de 1971 a respeito da propagação da sociologia na educação brasileira, conseguimos elencar os seguintes aspectos: há poucos feitos realizados em nome dessa ciência e sua reviravolta na questão de legitimidade está sempre vulnerável visto que, mesmo se tornando obrigatória dentro dos currículos escolares em 2008, é alvo de refutação por meio de proposições governamentais. É certo que há ações no país para promover a educação de modo geral, mas, no que se refere a legitimação da sociologia na base curricular, ainda há muito a ser feito. As mesmas iniciativas que giram em torno das necessidades educacionais estão atendendo às demandas de um projeto educacional que minimiza a importância de disciplinas reflexivas e formadoras de censo crítico, como faz a sociologia, eprioriza uma visão mais imediatista das necessidades técnicas de trabalho. À medida em que o alunado de ciências sociais depende irrefutavelmente dos estímulos internos da própria instituição para dar sentido a sua formação, o interesse pelo ensino de sociologia se torna muito mais distante da realidade discente dos futuros educadores.

O contexto social e político ao qual se inserem e a pouca atividade da própria Universidade em torno de aprimorações dessa área, são razões plausíveis para esta tendência. Em muitos casos, é na graduação que existe o primeiro contato com pesquisas e participações ativas através da identificação dos interesses próprios com as áreas de

atuações disponíveis, por isto, aquilo que é produzido pelo corpo docente e pela própria universidade é, de certa forma, um dos determinantes da carreira profissional de muitos alunos que cursam as Ciências Sociais. Esses mesmos interesses são influenciados por seus conteúdos programáticos e contato com professores que em inúmeros momentos estão em contato com pessoas despreparadas para uma “transposição didática” (FILHO, 2000). Como cita Moraes em relação à trajetória dos professores universitários como um fator de interferência na formação de um docente de sociologia:

Basta-lhe ter feito “pesquisa” e defendido uma dissertação ou tese. Por esses exemplos, percebe-se que a própria universidade não reconhece a necessidade de uma formação específica para aqueles que fazem parte de seus quadros. Como se fosse suficiente ser pesquisador para ser professor (MORAES, 2003, p. 10).

No mais, é notório que o corpo docente é também dos responsáveis pela criação de teses que fundamentem a relevância do ensino de sociologia na educação básica a fim depromover uma melhor compreensão da área em suas abrangências e a consumação de sua função social.

As experiências práticas que possibilitam o contato do licenciando com a sala de aula são de extrema relevância para o amadurecimento de suas visões realísticas sobre o lecionar. Além do mais, atribui qualidade ao processo reflexivo de formação pedagógica e metodológica não só da disciplina de sociologia, como em todas as outras áreas. Nessa tão citada área, as empirias estimulam a valorização não só do curso como da profissão “professor” no ensino básico. Apesar de não darem conta de toda a demanda que surge e se mostra necessária para a concretização do sujeito enquanto educador preparado, os estágios práticos e programas como o PIBID são fundamentais para atribuir significado as aspirações teóricas que a sociologia traz consigo.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de existente, a luta pela consolidação da sociologia como disciplina obrigatória no currículo básico é ainda insuficiente para atender às necessidades que a sua trajetória ocasionou como mostram os acontecimentos de 2018. O contexto político geral está inteiramente ligado aos projetos que incluem e/ou excluem a determinação da sociologia nas bases de ensino.

Infelizmente, este é um fator que repercute no engajamento (ou na escassez dele) por meio dos próprios docentes que são responsáveis pela formação de futuros professores de sociologia. Como mostra a pesquisa, há pouco interesse do corpo docente analisado, nas questões da educação de sociologia em si. Isto se reproduz nas escolhas e aspirações dos discentes que podem entender como desprazerosa a cogitação de se envolverem com tal área, ou até mesmo, os direcionam a uma aspiração por carreiras acadêmicas que excluem ou não priorizam a relevância da disciplina para a educação básica. Reflexo disso

são os dados de egresso de discentes no curso de ciências sociais dentro dessa linha de tempo proposta. Nesse sentido, as experiências práticas propiciadas por programas que estimulam o ensino de sociologia é de grande importância para a formação do licenciando em um contexto de instabilidades, como é o caso discorrido.

Outro ponto que gostaríamos de enfatizar nessa finalização é que mesmo diante de um cenário pessimista quando se trata desta trajetória instável, é necessário que além de iniciativas governamentais, os próprios professores da área estejam interessados em contestar tais iniciativas e a falta delas para que se consolide também, o sentido de lutar por essa causa. Apesar de haver uma sobrecarga dos já formados e dos formandos, o adicional peso do contexto político é mais um fator que desmotiva e afeta o ensino da sociologia em sua efetividade e instabilidade.

Diante disso, a incumbência dos docentes ganha mais um desafio a longo prazo: as constantes reconstruções de argumentos e provas de que o ensino de sociologia é tão importante quanto as outras áreas de conhecimento dentro da proposta básica de educação.

REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, Léa das Graças. **Ensinar, aprender, apreender e processos de ensinagem**. In: Processos de Ensinagem na Universidade: Pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. Joinville, SC: Editora Univille, 2015

BRASIL. MEC/Conselho Nacional de Educação. (2000), **Proposta de diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica em nível superior**. Brasília, MEC.

BRASIL. MEC/Grupo Tarefa. (1999), **Subsídios para a elaboração de diretrizes curriculares para cursos de formação de professores**. Brasília, MEC.

BRASIL. MEC/Secretaria de Educação Média e Tecnológica. (1999), Parâmetros curriculares nacionais: Ensino Médio. Brasília, MEC.

FILHO, José de Pinho Alves. **Regras da transposição didática aplicadas ao laboratório didático**. Florianópolis - SC - Publicado no Caderno Catarinense de Ensino de Física, v. 17, n. 2, ago. 2000

Indicadores Educacionais - 2018 - Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais>. Acesso em: 05 de Junho de 2019

MEC. **Censo 2008 indica tendências da educação**. 2009.

MEC. **Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**. 2014

MEC. **Sociologia : ensino médio** / Coordenação Amaury César Moraes. - Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. 304 p. : il. (Coleção Explorando o Ensino ; v. 15)

Microdados do Censo Escolar 2008 e 2018. Disponível em: <http://inep.gov.br/microdados> . Acesso em: 2019. Jun. 2019.

MORAES, Amaury Cesar. **Licenciatura em ciências sociais e ensino desociologia: entre o balanço e o relato.** USP - 2003.

OLIVEIRA, Amurabi. **A formação inicial de professores de sociologia no Nordeste: alguns breves apontamentos.** In: Rev.Eletrônica Pesquiseduca, Santos, v. 06, n. 12, p. 285-299, jul.-dez. 2014

SILVA, Ileizi Luciana Fioreli. **O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas.** In: Sociologia: ensino médio. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. p. 304. (Coleção Explorando o Ensino ; v. 15)

UMA TIPOLOGIA DOS ESTUDOS SOBRE O PODER LOCAL NO BRASIL: CAPITALS, ESTRUTURAS E INSTITUIÇÕES

Data de aceite: 01/04/2021

Data de submissão: 23/12/2020

André Barsch Ziegmann

UFPR\Uninter

Curitiba-PR

<http://lattes.cnpq.br/6311189462689550>

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo desenvolver uma pesquisa bibliográfica acerca dos principais estudos sobre o poder local no Brasil. Para alcançarmos nosso intento, classificamos as principais investigações acerca da política regional de acordo com a sua abordagem teórica. Sendo assim, os trabalhos foram agrupados em três grandes categorias: estruturas, capital social e instituições. A primeira, agrega os trabalhos que explicam o poder local a partir de algumas características da formação social e política brasileira. Na segunda, procuramos inserir aqueles estudos que visam identificar os atributos sociais mais comuns dos membros das elites dirigentes locais, e como tais recursos podem entendidos como recursos simbólicos que são convertidos em poder político. No terceiro, incluímos aqueles estudos que procuraram compreender a política nos Estados e Municípios, especialmente a partir da redemocratização, como resultado dos incentivos criados pelas instituições políticas. Concentramos nossa análise nas diversas formas que essas abordagens teóricas responderam a duas questões clássicas da teoria política e social: quem governa? E como governa? Além

disso, quando respondemos a primeira pergunta, procuramos destacar quais as fontes do poder social dos grupos dirigentes. Por fim, elaboramos algumas indicações sobre o potencial explicativa de cada um dos referenciais teóricos.

PALAVRAS - CHAVE: Política local; instituições; estrutura; capitais.

A TYPOLOGY OF STUDIES ON LOCAL POWER IN BRAZIL: CAPITALS, STRUCTURES AND INSTITUTIONS

ABSTRACT: The present work aims to develop a bibliographic research about the main studies on local power in Brazil. To achieve our goal, we classify the main investigations about regional policy according to its theoretical approach. Thus, the works were grouped into three major categories: structures, social capital and institutions. The first, aggregates the works that explain the local power from some characteristics of the Brazilian social and political formation. In the second, we try to insert those studies that aim to identify the most common social attributes of the members of the local ruling elites, and how these resources can be understood as symbolic resources that are converted into political power. In the third, we included those studies that sought to understand politics in States and Municipalities, especially from the re-democratization, as a result of the incentives created by political institutions. We concentrated our analysis on the different ways that these theoretical approaches answered two classic questions of political and social theory: who governs? And how does it govern? In addition, when we answer the first question, we

try to highlight the sources of the social power of the governing groups. Finally, we elaborate some indications about the explanatory potential of each of the theoretical references.

KEYWORDS: Local politics; institutions; structure; capital.

INTRODUÇÃO

A política local brasileira tem sido objeto de importantes pesquisas e debates no interior da sociologia política e da ciência política. As elites e o modo como se governam Estados e Municípios – é a essas duas unidades que nos referimos quando usamos a expressão política local – foram abordadas a partir de uma diversidade de prismas teóricos.

O objetivo desse trabalho é classificar os principais estudos sobre a política local brasileira, a partir dos referenciais teóricos usados por seus autores. Como todos os enquadramentos em tipos e categorias geram uma certa arbitrariedade, nos permitidos algumas licenças, a mais evidente é a dupla leitura que realizamos de *Coronelismo, Enxada e Voto*, de Victor Nunes Leal, sem dúvida, a obra referencial acerca da política regional no Brasil.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa bibliográfica, que tem como objeto estudos relevantes sobre realidade política subnacional. Sendo assim, em nosso universo de análise, incluímos trabalhos que procuraram responder duas perguntas clássicas da Teoria Política e Social: *quem governa? E como governa?* Ao responder a primeira pergunta, demos especial destaque às fontes do poder social de quem governa.

Nem todos os trabalhos procuraram responder as duas perguntas, mas isso não foi um motivo de exclusão de nosso universo de análise. É preciso lembrar que a produção científica sobre a vida política local no Brasil é ampla e de ótima qualidade. Entretanto, para prejuízo do presente artigo, isso torna inevitável a não inclusão em nossa análise de trabalhos excelentes.

Em nosso entendimento, as pesquisas sobre a política local no Brasil podem ser divididas em três grandes abordagens: *i)* estruturais, que são aquelas que visam entender a política local a partir de alguns traços da formação social e política brasileira; *ii)* capital social, que são investigações sobre os recursos simbólicos mais comuns dos integrantes da elite política local; *iii)* Institucionalistas, que analisam como as instituições políticas incentivam diferentes padrões de relações entre os poderes Executivo e Legislativo, o que redundam em diversos modos de governar.

Cada um desses tipos será discutido em seções específicas do artigo. Ao final, à guisa de conclusão, faremos algumas indicações sobre o potencial explicativo de cada orientação teórica.

ABORDAGENS ESTRUTURAIS

Duas leituras de coronelismo, enxada e voto

A leitura de *Coronelismo, Enxada e Voto*, permite múltiplas interpretações para o poder dos coronéis na República Velha. A fim de compreender aquele fenômeno, Victor Nunes Leal relacionou o sistema coronelista com vários traços da formação social e política do Brasil, sem, contudo, apresentar um que fosse determinante. Segundo José Murilo de Carvalho:

Victor Nunes combinou diversas abordagens, sem atribuir a apenas uma variável caráter explicativo exclusivo e excludente. Reconhece uma estrutura agrária e uma classe proprietária que se inserem na economia de exportação. Mas o coronel, operador dessa economia, é também um ser profundamente político que interage com o Estado, servindo-o e dele se servindo, perdendo lentamente no processo sua hegemonia (CARVALHO, 2012, pg. 13)

Acreditamos ser possível ler, ou reler, esse clássico da sociologia política brasileira através das duas principais tradições do pensamento político e social brasileiro: *a sociologia da dependência e a sociologia da herança patriarcal-patrimonial* (TAVOLARO, 2005).

Ao lermos *Coronelismo, Enxada e Voto*, a partir da sociologia da dependência, podemos enfatizar o caráter arcaico do capitalismo brasileiro, baseado na grande propriedade rural. Nesse caso, como latifundiários, os coronéis podem ser analisados como uma classe economicamente dominante, que controlava o principal ativo econômico daquela sociedade essencialmente rural, a terra. Assim, essas figuras transformavam seu poderio econômico em grande influência política.

A partir da sociologia da herança patriarcal-patrimonial, o coronelismo pode ser entendido como herdeiro da hipertrofia do poder privado no Brasil. Tal elemento da formação social e política brasileira, tem raiz na estratégia de colonização do território brasileiro, que atribuiu muito poder às famílias patriarcais. Assim se inicia a expansão do poder privado, que viria a se fundir com o poder público.

Sinteticamente, os coronéis podem ser entendidos como uma classe social dominante ou através do binômio tradição/carisma, sendo assim, como figuras que exerciam uma dominação na política local da República Velha, que articulava elementos tradicionais e carismáticos.

Os coronéis como uma classe economicamente dominante

O coronelismo, conforme descrito por Victor Nunes Leal, no clássico *Coronelismo, Enxada e Voto*, foi um sistema político que vigorou durante a República Velha (1889-1930). Era baseado nos compromissos firmados entre os chefes políticos locais, e os governos estaduais e federal. A base dessa arquitetura eram os grandes proprietários de terra, que interligavam os municípios com os demais níveis de governo.

Segundo o próprio Victor Nunes Leal, o que explicaria a emergência do coronelismo era a “superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura social inadequada” (LEAL, 2012 [1948]). Essa estrutura social era um capitalismo arcaico, baseado na grande propriedade rural, e uma sociedade ainda pouco urbanizada. Acrescenta-se a esse quadro a baixa participação eleitoral, e teremos um retrato suficientemente claro dessa estrutura social inadequada¹.

Nessa formação social atrasada, os grandes latifundiários eram figuras dominantes. Ao controlarem o principal recurso econômico, a terra, eles podiam subordinar toda a sociedade, inclusive bloquear o acesso ao mercado e à sociedade política (CARVALHO, 1997). Assim, a fonte do poder social dos coronéis era a sua posição na infraestrutura econômica.

Não usamos o termo infraestrutura à toa. Em uma interpretação marxista, eles se faziam chefes políticos locais, devido ao seu poder econômico. Eram uma classe social, e como proprietários dos meios de produção mais estratégicos daquela sociedade, configuravam-se em classe dominante nos municípios brasileiros durante a República Velha. Victor Nunes Leal não chama os coronéis de classe social em sua obra. Mas, segundo Carvalho (2012), está claro em *Coronelismo, Enxada e Voto*, que eles formavam uma classe social².

Contudo, o coronel tradicional, ou seja, o grande proprietário rural, muitas vezes não exercia o poder diretamente. Os chefes políticos locais podiam ser médicos e advogados, por exemplo, mas esses “doutores” eram parentes ou aliados dos autênticos coronéis. Havia também o que Victor Nunes Leal classificou como *absenteísmo*. Isso ocorreria quando o coronel, depois de ter herdado e consolidado a sua liderança, se afastava do município para ser deputado federal, ou exercer algum cargo no poder executivo de outras esferas de governo. Mas, mesmo nessa situação, eles preservavam o poder político local, pois deixavam nos municípios seus *lugares tenentes*. Assim, “doutores” e lugares tenentes, eram delegados da classe dominante, e exerciam o poder como representantes dela.

Dessa maneira, a política local pode ser compreendida a partir da estrutura social e das relações de classe resultantes dela. O capitalismo arcaico, a estrutura social inadequada, nos dizeres de Victor Nunes Leal, instituiu relações de produção específicas. Segundo Marx (1974 [1859], 1996 [1867]) as relações de produção são constituídas pelas formas de propriedade dos meios de produção, ou seja, pela maneira como a propriedade dos meios de produção é dividida.

Marx, em suas obras históricas³, distingue o *poder real* do *poder nominal*. Muitas

1 Segundo Nicolau (2004), apenas 2,3% da população brasileira, em média, participou das dezoito eleições presidenciais realizadas durante a República Velha (1889-1930).

2 Carvalho (2012, pg. 15) afirma: “No entanto, está claro que eles constituem uma classe social, e uma classe dominante, e que foi seu enfraquecimento como produtores que os levou a um acordo com o poder estatal. Há aí, sem dúvida, indicação da mordida marxista”.

3 As obras principais obras históricas de Marx são: *O Dezoito de Brumário de Louis Bonaparte*, *Lutas de Classes na Alemanha*, *A Guerra Civil na França*, *As Lutas de Classe na França de 1848 a 1850*.

vezes a classe economicamente dominante não governa diretamente. O governo pode ser exercido por outra classe que retém o poder governamental, mas não o poder estatal, que continua sendo da classe economicamente dominante (CODATO; PERISSINOTTO, 2001). Isso significa que essa classe economicamente dominante controla os recursos institucionais do aparelho de Estado, mas não exerce a gestão cotidiana desses mesmos recursos.

Sendo assim, o poder real – que poderia ser exercido nominalmente pelos próprios coronéis, por seus aliados, ou lugares tenentes – estava assentado em uma classe economicamente dominante, formada pelos proprietários de grandes extensões de terra. Além disso, essa classe dominante era a base de um sistema de poder que articulava todos os níveis de governo durante a República Velha.

Os coronéis como herdeiros do poder privado hipertrofiado

Para Victor Nunes Leal, a figura central da política local durante a República Velha era o coronel. Essa figura pode ser entendida como herdeira do patriarca dos tempos coloniais e do império. É visível o eco da tradição intelectual que enfatiza a importância do patriarcalismo na formação do Brasil em *Coronelismo, Enxada e Voto*.

Desde *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, que uma linhagem do pensamento político e social brasileiro destaca a importância do patriarcado para compreender as relações de poder no Brasil. A origem do patriarcalismo remonta às grandes dimensões territoriais da colônia, que dificultaram a sua ocupação econômica e político-administrativa (QUEIROZ, 1976; JANOTTI, 1981). As longas distâncias e as dificuldades de comunicação, somadas à pequena penetração da ordem estatal, corporificada nas Câmaras Municipais e controladas pelos patriarcas⁴, proporcionou aos grandes proprietários rurais um poder absoluto⁵, não apenas sobre esposas e filhos, mas também sobre parentes, agregados e escravos (FREYRE, 2006 [1933]; ITABORAÍ, 2005). Dessa maneira, a família patriarcal se constituiu em uma verdadeira unidade econômica, política e social, além de ser uma esfera de autoridade e afetividade (ITABORAÍ, 2005).

Além da direção econômica da colonização, e de um poder ilimitado dentro de suas posses, esses “homens de valor”, que possuíam a riqueza, tornaram-se também homens de posição, ao integrarem os governos das vilas e, assim, dispor do poder repressivo das milícias (JANOTTI, 1981). Desse modo, a família patriarcal será empreendedora e diretora do Estado (ITABORAÍ, 2005). Essas são as origens sociais da hipertrofia do poder privado no Brasil colonial. Mas, segundo Victor Nunes Leal, o coronelismo não era resultado da

4 Segundo Janotti (1981, pg. 16): “De início, os cargos de vereadores só podiam ser providos pelos “homens bons” – em geral, colonos de fortuna – ou por aqueles que tivessem exercido cargos públicos, desde que de irrepreensível probidade. Constituíam a elite econômica local, sendo em sua maioria proprietários de terras.”

5 O coronel já não tinha esse poder absoluto, pois uma das condições para o surgimento do coronelismo foi a própria decadência econômica dos coronéis. O declínio ocorreu devido ao avanço das informações (estradas, rádios e telégrafos) e de outras atividades econômicas, como a indústria e o comércio. Assim ocorreu o enfraquecimento do poder político dos coronéis sobre seus dependentes e rivais (QUEIROZ, 1976; CARVALHO, 1997)

mera sobrevivência desse poder privado hipertrofiado. Segundo o autor, o coronelismo:

“É antes uma forma particular de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado tem conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa” (LEAL, 2012 [1948]).

Max Weber (2000 [1922]) definiu patrimonialismo como a extensão ou penetração do poder privado no poder público, o que comprometeria a universalidade e impessoalidade deste. Em *Coronelismo, Enxada e Voto*, o patrimonialismo se manifestava na política local através do *paternalismo* e do *filhotismo*. No primeiro caso, segundo Victor Nunes Leal, o coronel, a fim de manter o seu poder político, distribuía favores pessoais, que em geral eram empregos públicos. O paternalismo, por sua vez, levava ao filhotismo, que seria o preenchimento dos cargos da prefeitura pela simples vontade do coronel, e não por critérios técnicos. A consequência, segundo Leal, era a completa desorganização do serviço público local.

Assim, nessa leitura feita através da sociologia da sociedade patriarcal, o poder local durante a República Velha residia nos coronéis, entendidos nessa interpretação não como membros de uma classe dominante, mas como chefes de famílias patriarcais. A sua fonte de poder não seria apenas a posse da terra, mas também uma cultura específica que informava as relações sociais no meio rural e nas pequenas cidades brasileiras.

Como a centralidade das famílias patriarcais era algo histórico, que remontava ao período colonial, podemos dizer que os coronéis exerciam uma espécie de dominação tradicional. Como eles eram responsáveis por trazer benesses para seus municípios, que em geral eram paupérrimos, a ação dos coronéis ganhava contornos de heroísmo⁶. Desse modo, os coronéis eram também lideranças de tipo carismático, que atuava em momentos de dificuldade econômica e política. Seu poder, além de ter uma fonte tradicional, também se originava em seu carisma pessoal. Portanto, os coronéis governavam porque exerciam uma dominação que mesclava carisma e tradição.

O modo autoritário de exercício do poder

Seja qual for a explicação da origem do poder social dos coronéis – seja o binômio tradição/carisma ou a propriedade dos meios de produção – o grande controle que eles tinham sobre a administração municipal significava também um comando desmesurado das forças repressivas do Estado que atuavam em nível local. Isso implicava em um modo autoritário de exercer o poder.

Segundo Victor Nunes Leal, um dos grandes trunfos que o governo colocava à disposição do coronel era o controle do poder de polícia. O chefe político local nomeava

⁶ Victor Nunes Leal afirma o seguinte sobre a atuação do coronel: “É ao seu interesse à sua insistência que se devem os principais melhoramentos do lugar. A escola, a estrada, o correio, o telégrafo, o futebol, a linha de tiro, a luz elétrica, a rede esgoto, a água encanada – tudo exige o seu esforço, às vezes um penoso esforço que chega ao heroísmo.” (LEAL, 2012 [1948], pg. 58).

pessoas de sua confiança para os cargos de delegado e subdelegado. Com esse poder era possível atrapalhar a oposição, negar favores aos adversários e “fechar os olhos” às perseguições aos inimigos (LEAL, 2012 [1948]).

O autoritarismo contra a oposição é uma das características do mandonismo, que pode ser definido como o exercício pessoal e arbitrário do poder (CARVALHO, 1997). Sendo assim, de acordo com Carvalho (1997), o mandonismo não é um sistema político como o coronelismo, mas uma característica da política tradicional, que estava presente na política local antes da República Velha⁷. É, portanto, um aspecto do sistema coronelista.

O mandonismo, somado ao filhotismo e ao paternalismo, além do controle de um grande contingente de votos de cabresto, dava aos coronéis um poder desproporcional na vida política local durante a República Velha. Além de se constituírem em classe dirigente (*quem governa?*) exerciam o poder de modo autoritário (*como governa?*) Isso, concluiu Victor Nunes Leal, levava a uma mistificação do regime representativo.

Abordagens do capital social

Teoria das Elites e Teoria do Nepotismo

Um conjunto importante dos estudos sobre a política local brasileira é aquele que procurou estudar a trajetória das elites dirigentes de Estados e municípios. Essas pesquisas buscaram verificar se os dirigentes políticos tinham traços socioeconômicos que os distinguiam do restante da população, e se esse perfil determinava de alguma forma um tipo específico de ação política.

Dois ramos de análise podem ser diferenciados nessa tentativa de investigar as elites políticas e judiciárias locais. O primeiro, influenciado pela teoria das elites, procurou se concentrar na pesquisa de um grupo de características sociais e econômicas, como escolaridade, profissão, raça, renda e sexo. O segundo, que desenvolveu a teoria do nepotismo, pesquisou se os membros das elites locais pertenciam a um número restrito de famílias historicamente ligadas ao poder, ou eram ligadas a elas de outras formas, através de casamentos, por exemplo.

Entretanto, os dois grupos parecem estar unidos pelos métodos de identificação das elites dirigentes. Ambos “acharam” a elite no topo das principais instituições da sociedade local (Poder Executivo, Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais, Tribunais de Conta, Tribunais de Justiça). Como o sugerido por Wright Mills (1962), eles estudaram aqueles indivíduos que ocupam as principais posições nessas instituições. Além disso, esses dois ramos são ligados pelo fato de considerarem a elite uma minoria que tem o poder de decidir sobre questões que afetam o cotidiano das pessoas (DAHL, 1970)⁸

⁷ Ver: *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*, de Maria Isaura Pereira de Queiroz e *O coronelismo: uma política de compromissos*, de Maria de Lourdes M. Janotti.

⁸ A referência a esses métodos de achar as “elites” é mais explícita naqueles estudos influenciados pela teoria das elites. Entretanto, há uma grande coincidência no universo de indivíduos pesquisados pelos dois ramos de pesquisa. Ou

A despeito de certas semelhanças metodológicas há diferenças teóricas entre esses grupos. Love (1982) analisou a trajetória social e política da elite paulista entre 1889 e 1937. Seu estudo pesquisou dados biográficos de 263 indivíduos que ocuparam os cargos mais importantes no governo e nos partidos dominantes (Partido Republicano Paulista e Partido Democrático). O autor constatou que a maior parte dos membros da elite estadual tinha formação universitária, pois apenas 8% não cursaram o ensino superior. Além disso, três quartos eram formados em direito ou medicina, sendo que 63% deles estudaram na Faculdade de Direito de São Paulo. Esse grupo ainda exercia um número restrito de profissões, como advocacia, jornalismo, magistério, além de estar envolvido em certas atividades econômicas, especialmente agricultura e indústria.

Levine (1980), em estudo sobre a elite pernambucana, chega a conclusões parecidas. O autor analisou dados sobre 276 líderes que fizeram parte da elite pernambucana entre 1889 e 1937. Constatou-se um alto grau de homogeneidade no grupo dirigente estadual. Segundo os dados levantados por Levine, mais de 90% dos integrantes desse grupo tinham o ensino superior, especialmente em cursos como medicina e direito, sendo que cerca de 70% deles estudaram na Faculdade de Direito do Recife. Além disso, exerciam profissões liberais, ou atividades empresariais ligadas à indústria e comércio.

Em estudo mais recente, Perissinotto, Codato, Braga e Fuks (2007) organizaram um amplo trabalho sobre as elites parlamentar, administrativa e partidária do Paraná, durante o governo de Jaime Lerner (1995-2003). O universo de pessoas analisadas abrangia deputados da Assembleia Legislativo do Estado, secretários estaduais e presidentes das seções regionais dos partidos. Ao todo foram investigadas a trajetória de 108 pessoas.

Os autores concluíram que os membros do grupo dirigente eram predominantemente homens, brancos, de religião católica e oriundos dos estratos alto e médio da sociedade. Em se tratando de formação e carreira profissional, esses dirigentes políticos tinham, em geral, curso superior, eram formados majoritariamente em cursos de direito e engenharia e, antes de ingressar na carreira política, eram profissionais liberais ou servidores públicos.

A conclusão desses pesquisadores os aproxima de alguns dos postulados de autores clássicos das Teorias das Elites, como Gaetano Mosca e Robert Michels. Mosca (*apud* GRYNSZPAN, 1996), por exemplo, afirmava que as sociedades são divididas em dois grupos: uma minoria que governa (centenas de pessoas) e uma grande massa de milhões que é governada. Ainda segundo Mosca, os indivíduos que compõem essa minoria dirigente carregam atributos socialmente muito valorizados (como curso superior, atuação em profissões de prestígio, envolvimento em atividades empresariais importantes, origem nas classes alta e média alta). Além disso, Mosca chamava a atenção para o fato da elite ser formada por um grupo pequeno de pessoas, o que permitia a ela agir de forma organizada, em contraposição a uma maioria descoordenada.

A tendência à concentração de poder nas mãos de poucas pessoas também foi
seja, ambos coincidiram em identificar os membros das elites nas mesmas posições institucionais.

ressaltada por Robert Michels (1982, [1911]). Segundo ele, as organizações levavam necessariamente a uma estrutura oligarquizada de poder, sendo essa uma tendência irresistível, chamada por Michels de *lei de ferro da oligarquia*. Isso ocorreria inclusive em partidos políticos de esquerda e de base popular, tidos como bastiões da democracia (GRYNSZPAN, 1996).

A abordagem da política local a partir da Teoria das Elites, como mostram os estudos acima resumidos, considera que o grupo dirigente dos Estados Brasileiros é pequeno, homogêneo e coeso. Assim, ao responder sobre quem governa, esses trabalhos, em consonância com as tradições do elitismo nas ciências sociais, e com estudos sobre a elite nacional, constataram que os governantes estaduais formam uma espécie de espelho invertido da sociedade⁹.

Assim, as fontes de poder dos dirigentes políticos locais estão assentadas no fato de possuírem atributos socialmente valorizados e restritos a uma pequena parcela da população. Também é evidente a homogeneidade e coesão dessas elites, o que incentiva outro importante fator de poder desse grupo, a capacidade de organização.

Joseph Love (1980) mostrou em seu trabalho que 43% do grupo de lideranças paulistas estudado por ele tinham relações de parentesco. Esse fato, sem dúvida, emprestava maior unidade aquele grupo dirigente. Esse elemento familiar na composição das classes governantes tem sido bastante explorado pela sociologia política brasileira, como forma de compreender quais fatores influenciam no acesso às posições de poder. A partir da constatação de que o pertencimento à determinadas famílias importantes é um fator relevante para integrar a elite política, alguns autores desenvolveram a chamada teoria do nepotismo.

Segundo Oliveira (2012) quando falamos em nepotismo em sociologia política, estamos abordando as relações entre estruturas de parentesco e estruturas de poder. Isso levaria a políticas que conjugam favoritismo e patronagem, o que redundaria em uma grande rede de interesses e influências. A base dessa articulação de interesses e favores é o pertencimento à determinadas famílias, que são definidas por Oliveira (2018, pg. 28):

A nossa leitura, a nossa visão, conceitualmente, ela é muito claramente definida – família é qualquer reunião social em que exista um conjunto de relações pessoais, de relações sociais, de afeto, de afinidade, de relacionamentos, sejam eles quais forem dentro de um pacto social que se estabeleça nessa própria unidade familiar.

Os inúmeros estudos que tendem a explicar a política local a partir da teoria do nepotismo (OLIVERIA, 2001, 2007, 2012, 2018; MONTEIRO, 2016), chegaram a 5 conclusões básicas: *i) membros de um conjunto restrito de famílias tendem a ocupar posições de poder nas principais instituições da sociedade local por longos períodos de*

⁹ Por exemplo, Joseph Love mostra em seu estudo sobre a elite paulista, que 1 em cada 250 habitantes do Estado de São Paulo possuía ensino superior em 1940. Isso corrobora a conclusão de José Murilo de Carvalho em seu estudo sobre a elite imperial. Segundo ele, os dirigentes políticos brasileiros formavam uma “ilha de letrados” (CARVALHO, 2003).

tempo, o que as transforma em verdadeiras famílias históricas; *ii*) a rede de influências dessas famílias não está restrita a uma ramo do Estado, pelo contrário, ela se espalha por todos os poderes; *iii*) aqueles que não pertencem a essas famílias, se associam a elas indiretamente, através de alianças políticas, ou diretamente, através de casamentos; *iv*) a partir do controle dos principais meios institucionais, elas desenvolvem uma ação política específica, o que resulta em processos singulares de *state-building*, como exemplifica o estudo de Oliveira (2001); *v*) Os processos de modernização, que são caracterizados pela racionalização e burocratização das relações sociais, não eliminam a presença e influência dessas famílias.

Assim, a fonte de poder para esse grupo de estudiosos são as relações de parentesco, em especial o pertencimento a famílias históricas. Dessa maneira, quem governa Estados e Municípios para a teoria do nepotismo é um grupo restrito de famílias que, ao instrumentalizar posições de comando em benefício próprio, montam e operam redes de influência.

A despeito das diferenças, a teoria do nepotismo e a teoria das elites, em nosso entendimento, podem ser unidas, ao menos aproximadas, pelo conceito de capital social de Pierre Bourdieu. Segundo esse sociólogo francês, capital social é um conjunto agregado de recursos, efetivos e potenciais que estão ligados a uma rede de relações e reconhecimentos (BOURDIEU, 1985; PORTES, 2000).

Assim, os atributos socialmente valorizados da teoria das elites, ou o pertencimento a um pequeno grupo de famílias de prestígio, é reconhecido pelos membros das elites governantes como meios de acesso à posições de poder. Sendo assim, formas de capital social, como formação superior, atuação em profissões liberais e atividades empresariais, e determinadas relações de parentesco, se convertem em poder político. Resumidamente, as fontes de poder de quem governa são recursos simbólicos valorizados.

Abordagens institucionalistas

O neoinstitucionalismo tem exercido grande influência nos estudos sobre a política local desde os anos 90. As pesquisas que têm como base essa abordagem teórica, procuram explicar o exercício do poder em Estados e Municípios a partir dos incentivos criados por determinadas instituições políticas.

Segundo Douglass North (2018), as instituições são regras formais ou informais que reduzem a incerteza da ação humana ao conferir uma estrutura à vida cotidiana. Essas instituições orientam os indivíduos sobre o que é proibido e o que é permitido fazer, assim estabelecem as condições para que as pessoas exerçam determinadas atividades. Desse modo, as instituições são, de acordo com North, o espaço onde se dá a interação humana.

É a partir dessa ideia de interação, mediada por instituições, que podemos compreender as diversas análises acerca da política estadual produzidas pelos autores institucionalistas. Em suas pesquisas, eles encontraram diversos padrões de interação entre

os poderes Executivo e Legislativo, o que significa a existência de formas diferenciadas de governar.

Um desses padrões é o que se denominou de “ultrapresidencialismo estadual”. Segundo Abrúcio (1998) os governadores adquiriram grande importância no processo de redemocratização nos anos 80. Isso se associou à concentração de inúmeros poderes nas mãos dos chefes dos executivos estaduais, alguns deles, conforme destaca o autor, são: a possibilidade de nomear conselheiros para o Tribunal de Contas, de indicar o Procurador Geral do Estado, além do controle de recursos importantes para os projetos eleitorais dos deputados estaduais.

Tal acúmulo de poder permitia aos governadores formar uma ampla base de apoio na Assembleia Legislativa, e impedir ou limitar iniciativas de fiscalização dos órgãos de controle e dos parlamentares. A consequência, para Abrúcio, seria a emergência de um poder incontestável no âmbito local, um ultrapresidencialismo.

A um diagnóstico parecido chegou Schlegel (2018). Para esse autor as Assembleias Legislativas dos Estados têm limitado poder de decisão, tanto em termos sobre quais assuntos elas podem deliberar, quanto no que tange ao controle das ações do Poder Executivo. Assim, os parlamentos estaduais têm poucos recursos institucionais, o que, segundo Schlegel, levaria a um quadro de atuação débil e deficitária.

Entretanto, outros trabalhos mostraram uma relação mais equilibrada entre os poderes Executivo e Legislativo no âmbito estadual. Anastasia (2001) e Santos (2001), em estudos sobre as Assembleias Legislativas de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, respectivamente, mostraram que os legislativos estaduais podem desenvolver uma agenda própria, e não apenas deliberar sobre os projetos dos governadores. Segundo os autores, esse padrão equitativo é possível em contextos onde os parlamentares tentam se aproximar dos eleitores. Os estudos de Anastasia e Santos evidenciam alguns fatores que incentivam essas iniciativas: qualificação e profissionalização do corpo técnico dos parlamentos, estímulo à participação da sociedade civil, que visava melhorar a informação sobre as políticas públicas preferidas dos cidadãos, grande descentralização dos trabalhos legislativos e alta competição eleitoral por uma vaga no legislativo estadual.

O que essas diferenças nos mostram é que as instituições políticas não limitam a um modo único as interações entre os poderes. Assim, relações mais ou menos equilibradas entre os poderes Executivo e Legislativo tem definido padrões diferentes de como se governam os Estados brasileiros desde a redemocratização.

CONCLUSÃO

Como vimos, a política local brasileira pode ser compreendida a partir de inúmeras teorias. Essas abordagens teóricas podem focalizar na classe política, em quem governa, ou na maneira que essas lideranças exercem o seu poder, na forma como se governa.

Pretendemos nessa conclusão fazer alguns apontamentos sobre as teorias estudadas nesse trabalho, e as possibilidades que elas oferecem às pesquisas acerca da política local.

Coronelismo, Enxada e Voto ainda tem muito a ensinar sobre a política regional. É fato que não existem mais as condições sociais que permitiam aos coronéis exercer uma enorme influência em seus municípios, e assim, se constituírem na base de um sistema político que amarrava também as esferas estadual e federal de governo.

Mas essa obra descreveu uma espécie de gramática da política local brasileira, que é composta pelo *governismo, fisiologismo, mandonismo e filhotismo*. Um caminho de pesquisa seria investigar como que essas práticas, ainda muito presentes no cotidiano da política, se adaptaram em uma sociedade urbanizada, assentada economicamente nos serviços e bastante estratificada socialmente.

Quanto ao estudo sobre elites e famílias, acreditamos que, além de descrever as características sociais e políticas dos dirigentes, e demonstrar a contínua presença de membros de um número restrito de famílias em posições de poder, é preciso associar o perfil das elites e a permanência de algumas famílias ao processo de formação social ou de *state-building*. Desse modo, um caminho interessante a ser seguido a partir dessas abordagens teóricas, seria replicar o exercício feito por Ricardo Costa Oliveira, em *O Silêncio dos Vencedores*, em outros Estados, ou até mesmo cidades, ou seja, compreender a formação dessas unidades federativas, a partir de uma investigação sobre o perfil e a ação de suas elites. Essa é uma possibilidade ainda pouco explorada, tanto pela Teoria das Elites quanto pela Teoria do Nepotismo.

Quanto à tradição institucionalista, é preciso continuar explorando a diversidade de padrões de governabilidade existentes nos Estados e Municípios brasileiros, especialmente depois das grandes transformações políticas ocorridas nos últimos anos. Além disso, um outro caminho para os estudos que partem desse marco teórico, seriam as pesquisas históricas acerca das transformações institucionais dos governos subnacionais. Como os seus poderes, atribuições e relações com o poder central se modificaram ao longo do tempo.

Essas três tradições apresentam um grande potencial explicativo, e amplas possibilidades de estudar a política local, seja de forma articulada com o nível nacional, ou no que ela tem de específico, de singular.

REFERÊNCIAS

ABRÚCIO, L. F. **Os barões da federação**: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1998.

ANASTASIA, F. Transformando o Legislativo: a experiência da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. In: SANTOS, F (org). **O poder legislativo nos Estados**: diversidade e convergências. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 163 – 187

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: J. G. R. (org.) **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**, Nova Iorque, Greenwood, pp. 241-58, 1985

CARVALHO, J. M. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, vol. 40, n° 2, 1997.

_____. Prefácio à sétima edição. In: LEAL, V. N. **Coronelismo, Enxada e Voto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1948].

CODATO, A. N.; PERISSINOTTO, R. M. O Estado como instituição. Uma leitura das “obras históricas” de Marx. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 13, 2001, p. 9-28

DAHL, R. Uma crítica ao modelo da elite dirigente. In: AMORIM, M. S. **Sociologia Política II**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. São Paulo: Global Editora, 2006 [1933].

GRYNSZPAN, M. A teoria das elites e sua genealogia consagrada. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 41, 1º semestre de 1996, pp. 35-83.

ITABORAÍ, N. R. A família colonial e a construção do Brasil: vida doméstica e identidade nacional em Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Nestor Duarte. **Revista Antropológicas**, Recife, vol. 16, n. 1, 171-196, 2005

JANOTTI, M. L. M. **O coronelismo**: uma política de compromissos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

LEAL, V. N. **Coronelismo, Enxada e Voto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1948].

LEVINE, R. **A velha usina**: Pernambuco na federação brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LOVE, J. **A locomotiva**: São Paulo na federação brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MARX, K. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MICHELS, R. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Editora UnB, 1982.

MILLS, C. W. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.

MONTEIRO, J. M. **A política como negócio de família**: para uma sociologia política das elites e do poder político familiar. São Paulo: LiberArs, 2016.

NICOLAU, J. Participação eleitoral: evidências sobre o caso brasileiro. Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: a questão social no novo milênio, 8º, 2004, Coimbra. **Anais...Coimbra**, 2004. Disponível em: < <https://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/JairoNicolau.pdf>> Acesso em: 04 de setembro de 2020.

NORTH, D. **Instituições, mudança institucional e desempenho econômico**. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

OLIVEIRA, R. C (org.). **Família importa e explica: instituições políticas e parentesco no Brasil**. São Paulo: LiberArs, 2018.

_____. “Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007”. **Sociologias**, v. 18, pp. 150-169, 2007.

_____. **Na teia do nepotismo – sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil**. Curitiba: Editora Insight, 2012. 271 p.

_____. **O silêncio dos Vencedores: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná**. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

PERISSINOTTO, R. M; CODATO, A; BRAGA, S. S; FUKS, Mário (orgs.). **Quem governa?** Um estudo das elites políticas do Paraná. Curitiba: UFPR, 2007.

PORTES, A. **Capital Social: origens e aplicações na sociologia contemporânea**. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n.º 33, 2000, pp. 133-158

QUEIROZ, M. I. **O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SANTOS, F. A dinâmica legislativa no Estado do Rio de Janeiro: análise de uma legislatura. In: SANTOS, F. (org). **O poder legislativo nos Estados: diversidade e convergências**. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 163 – 187

SCHLEGEL, R. Presidencialismo e influência restrita no centro limitam poder de Assembleias. In: TOMIO, Fabrício R. de L; RICCI, P (org.). **Governadores e Assembleias Legislativas: instituições e política nos Estados Brasileiros**. São Paulo: Alameda, 2018.

TAVORALO, Sérgio B. F. Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 20, nº 59, junho de 2005, pp. 5-22

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000 [1922].

DESMISTIFICANDO UM CLAMOR SOCIAL CRIMINOSO E CRIMINALIZANTE

Data de aceite: 01/04/2021

Data de submissão: 14/01/2021

Rafaela Lourenço da Silva

Bacharel em Direito, especialista em Direito Público (Universidade Estácio).

Alexandra Lourenço

Bacharel em Ciências Sociais (UFPR), mestre em Política Social UnB, doutora em Ciência Política (Universidade Nova de Lisboa).

RESUMO: O presente trabalho buscará analisar a relação conflituosa entre clamor social e direitos individuais, a partir de um caso concreto. O estudo se propõe estabelecer uma discussão interdisciplinar entre Direito, Sociologia e História. Na discussão sobre os aspectos jurídicos, foram utilizados os conceitos de aborto legal e direito a intimidade e privacidade. Na análise do discurso sobre a violência sofrida pela vítima, foi utilizado conceitos referentes a relações de gênero e violência contra a mulher. Ao observar o discurso presente nos grupos fundamentalistas, a partir de uma ótica de gênero, percebe-se que ele serve a uma função de proteção da estrutura patriarcal e da dominação sobre a mulher, em especial, sobre o seu corpo. Também, diante da análise da legalidade dos procedimentos efetuados, observa-se que a voz do clamor social ignora a legislação nacional, base do Estado Democrático de Direito, constituindo um discurso criminoso e criminalizante.

PALAVRAS - CHAVE: Aborto legal; Violência contra a mulher; Liberdade de expressão; Crimes

contra a honra, Estado Democrático de Direito.

ABSTRACT: The present work will seek to analyze the conflicting relationship between social outcry and individual rights, based on a specific case. The study aims to establish an interdisciplinary discussion between Law, Sociology and History. In the discussion on legal aspects, the concepts of legal abortion and the right to intimacy and privacy were used. In the analysis of the discourse on violence suffered by the victim, concepts related to gender relations and violence against women were used. When observing the discourse present in fundamentalist groups, from a gender perspective, it is perceived that it serves a function of protecting the patriarchal structure and domination over women, especially over their bodies. Also, in view of the analysis of the legality of the procedures carried out, it is observed that the voice of social outcry ignores national legislation, the basis of the Democratic Rule of Law, constituting a criminal and criminalizing discourse.

KEYWORDS: Legal abortion; Violence against women; Freedom of expression; Crimes against honor, Democratic Rule of Law.

INTRODUÇÃO

Este estudo irá abordar a relação entre Direito, Clamor Público, Estado Democrático de Direito e abuso de poder a partir dos desdobramentos do caso concreto de uma menor, brasileira, grávida como consequência de estupro, que teve a interrupção da gravidez

autorizada pelo poder Judiciário, mas enfrentou dificuldades para poder exercer o seu direito.

O caso ocorrido em 2020, levantou duas questões que pretendemos explorar nesse artigo. A primeira diz respeito a relação entre o Estado Democrático de Direito e o clamor público e suas consequências. A segunda diz respeito a necessidade de uma leitura mais ampla da violência de gênero vivenciada pela menor.

Na primeira questão serão explorados os aspectos jurídicos e políticos e na segunda os aspectos sociológicos e históricos da dominação masculina no Brasil. Por fim, concluiremos buscando responder se houve ação criminosa dos agentes envolvidos nos atos contrários aos direitos da menor, garantidos na medida judicial e por consequência contrário ao contrato social de manutenção ao Estado de Direito brasileiro em seu atual formato.

Quando ocorreu o fato, a menor residia no estado do Espírito Santo que ocupava a oitava posição no ranking nacional de homicídios de mulheres e feminicídios entre os anos de 2016-2017 (CERQUEIRA, 2018, p.56). De fato, o desprezo pela vida das mulheres no Espírito Santo tem sido constatado nas estatísticas de anos anteriores. Segundo os dados de 2012 “[...] o estado que puxa o Brasil para a 7ª posição é, em primeiro lugar, o Espírito Santo, já que apresenta mais que o dobro da média brasileira com taxa de 9,4 homicídios em cada 100 mil mulheres” (INSTITUTO SANGARI, 2012, p. 7) ¹. Mas é importante considerar que a violência praticada contra as mulheres, incluindo a violência sexual, não está restrita ao estado citado, assim como, o caso da menor aqui analisado, não se trata de um fato isolado.

Segundo as informações do 13ª Anuário Brasileiro de Segurança Pública o Brasil bateu seus próprios recordes nos registros de violência sexual desde 2007, apresentando 66 mil vítimas de estupro. Sendo que 53,8% das ocorrências diziam respeito a meninas de até 13 anos (COSTA, 2019). Uma criança ou adolescente grávida, como resultado de estupro, tem sido relatado com relativa frequência nas mídias brasileiras e isso aponta para a urgência e relevância de estudos que busquem compreender os conflitos presentes na forma de abordagem do poder público e da reação da sociedade brasileira.

Assim, foi realizado um estudo do caso em questão, a partir dos conceitos jurídicos de aborto legal e direito a intimidade e privacidade, bem como, para análise do discurso que reforça a violência sofrida pela vítima, foi utilizado conceitos referentes a relação de gênero e violência contra a mulher.

¹ “A região é seguida por Alagoas (taxa de 8,3 em cada 100 mil mulheres), Paraná (6,3), Paraíba e Mato Grosso do Sul (ambos com taxa de 6,0)”. (INSTITUTO SANGARI, 2012, p. 7). A violência contra mulher é um problema que se pode perceber em todo o Brasil, ainda que existam localidades em que ocorra com maior incidência.

O CASO

No início de agosto de 2020, uma menina de dez anos acompanhada da avó, foi a uma unidade de saúde procurar atendimento pois estava com dores. A família e a avó são pessoas simples da classe popular. Isso é relevante pois foi levantado o fato de que por se tratar de uma criança e família pobre, o uso político que fizeram da sua situação poderia ter sido diferente. Segundo a jornalista Carolina Trevisan,

A criança deveria ter sido resguardada, [...] o caso é mais um exemplo de como o Estado protege com mais afinco o brasileiro de classe mais alta. Pelo que se sabe, a criança era de uma família mais pobre e você fica imaginando: Se fosse uma criança de uma família abastada, seria exposta da maneira que ela foi (UOL, 2020).

Esse caso repercutiu nas redes sociais e levantou a questão sobre as ações do governo, por meio do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e sua relação com os grupos fundamentalistas religiosos no país. De fato, a discussão foi em torno da própria laicidade do Estado.

As pessoas que estavam ali em nome de Deus ou de crenças próprias não estavam ali pela criança de 10 anos. É uma série de sobreposições que mostram a fragilidade dos direitos da infância. Esse governo, com a ministra Damares, entra neste tema com viés religioso, que deveria ser evitado porque o Estado é laico. (UOL, 2020)

Dando sequência ao relato, na unidade de saúde foi constatado que a menor estava grávida. Após, descobriu-se que a menina era estuprada pelo tio já fazia quatro anos. Sobre esse fato, houve pronunciamentos de religiosos conservadores e funcionários públicos que questionaram, nas redes sociais, a participação voluntária da “mulher” no ato, pois argumentaram que se ela não quisesse teria contado para a família após anos da prática sexual.

Uma professora da rede estadual de educação de São Paulo postou no face book: ‘Não foi Nenhuma violência. Já tinha vida sexual há quatro anos com esse homem. Deve ter sido bem paga’ e completou” e completou: “crianças se defendem chorando pra mãe, esta menina nunca chorou por quê?” (G1, 2020a).

O padre Ramiro José Perotto, pároco da cidade de Carlinda no MT, no Facebook e em uma rádio local, afirmou que a menina teria “compactado com o estupro”. Em outro posta afirmou: “Você acredita que a menina é inocente? Acredita em Papai Noel também. Seis anos, por quatro anos, e não disse nada. Claro que estava gostando”, afirmou no post antes de excluir a conta da rede social (G1, 2020b).

Discursos como os transcritos acima, reforçam a importância da inserção realizada na legislação penal, pela incorporação do artigo 217-A no Código Penal (BRASIL, 1940),

mediante a Lei 12.015 de 2009. O artigo 217-A tipificou o estupro de vulnerável, declarando que não há consentimento com menores de 14 anos, sendo assim, a relação sexual com menores de 14 anos é crime de estupro para a legislação penal.

Por isso a necessidade do texto legal estabelecer a impossibilidade de consentimento da vítima menor de idade, pode ser pensada como uma resposta as representações sociais baseadas nas relações generificadas. Conhecer estas representações, nos ajuda a compreender os modelos de gênero que a cultura tem delineado e compreender melhor, não apenas o fenômeno da violência contra as mulheres e meninas, violência de gênero, como também a “aceitação” dessa violência do agressor por parte da sociedade. Essa violência,

[...] pode ter como estímulo o gênero, a idade ou a situação de vulnerabilidade, no caso da mulher a violência pode ser ocasionada pela questão de gênero e vulnerabilidade. A violência de gênero (sobretudo a restrita à dimensão simbólica), uma vez instalada no seio de relações familiares, tende a se reproduzir de forma ampliada, sob o olhar complacente da sociedade, do poder público e dos técnicos envolvidos nesse campo, prescindindo de justificativas para seu exercício cotidiano contra suas vítimas preferenciais. (ALMEIDA, 2007, p. 29)

Desta forma, a violência perpetrada contra a menina, ultrapassa aquela imposta pelo agressor do estupro e se configura em violência simbólica e moral imposta pela sociedade e por uma parcela dos operadores do Estado.

Diante da situação narrada, a avó da criança e ela procuraram o poder Judiciário para conseguir autorização para realização do aborto legal previsto para casos como este.

A legislação brasileira no que diz respeito a possibilidade de realização do aborto é restritiva. O código penal brasileiro entre os artigos 124 e 127 tipifica a conduta (BRASIL, 1940). Nesse sentido, como regra geral o ordenamento jurídico criminaliza a interrupção da gravidez. Enquanto exceção à regra geral, o artigo 128 (BRASIL, 1940) especifica os casos nos quais a prática do aborto é despenalizada trazendo duas hipóteses: quando não há outro meio de salvar a vida da gestante e quando resultado de estupro mediante consentimento da gestante ou representante legal.

A partir do requerimento judicial para a realização da interrupção da gravidez, conforme previsão legal, o caso tomou proporção nacional após Damares Alves, a ministra do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, defender a continuidade da gravidez em suas redes sociais, independente do posicionamento do juízo.

O Despacho foi publicado no dia 14 de agosto, no qual o juiz da Vara da Infância e Juventude de São Mateus autorizava o procedimento para proteger a vida da criança. Segundo o MP o caso seria tratado em sigilo. Todavia, a ministra enviou aliados para solicitar ao conselho tutelar que interviesse e, por meio destes aliados foi a casa da família para tentar persuadir a criança e a avó para não interromperem a gravidez. Pedro Teodoro dos Santos, pré-candidato a vereador pelo Partido Social Liberal (PSL) foi a casa da família

no dia 15 e realizou o que foi caracterizado como terror psicológico, inclusive organizando manifestação na frente da residência (ESTADÃO CONTEÚDO, 2020).

Observamos na situação narrada se configura em afronta aos direitos individuais da menina. A necessidade de sigilo no caso analisado decorre do direito inviolável a intimidade e privacidade. Não há interesse público que justifique a quebra do sigilo no caso tratado. A liberdade de expressão não se constitui em justificativa plausível, servindo apenas de muleta para uso político pautado na dominação das relações de gênero.

Ademais, nem um direito fundamental é absoluto, possuindo limites no âmbito de proteção, podendo ser restringido diante da situação fática-normativa (SARLET; MARINONI; MITIDIERO, 2017, p.402) e a liberdade de expressão encontra limitação no também direito fundamental a privacidade e intimidade, especialmente nesse caso por se tratar dos direitos individuais de uma menina menor de idade. Na verdade, percebemos que no presente caso nem sequer há aparente conflito entre direitos fundamentais, mas sim, um uso discursivo equívocado do direito à liberdade de expressão.

Após decisão judicial que autorizou a realização do aborto, a criança chegou a ser internada no Hospital Universitário Cassiano Antonio Moraes (Hucam), em Vitória, mas a equipe médica do Programa de Atendimento as Vítimas de Violência Sexual (Pavivi) se recusou a realizar o procedimento no sábado dia 15 de agosto. Os médicos alegaram que não tinham capacidade técnica para o procedimento por que a gestação já estava com 22 semanas e o feto com peso acima de 500 gramas, o que, segundo o HUCAM, contrariaria uma nota técnica do Ministério da Saúde.

Com apoio de uma assistente social do Espírito Santo, conseguiram uma vaga no estado de Pernambuco e ela e a mãe precisaram viajar quase três mil quilômetros para poder realizar o aborto que o tribunal autorizou. Foi realizado no Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros (Cisam), no Recife. A menina precisou ir à capital pernambucana para interromper a gravidez porque, no estado de origem, os médicos do hospital em que ela foi atendida afirmaram que não tinham capacidade técnica para fazer o procedimento.

Na noite da viagem, uma ativista de direita associada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos postou nas redes sociais as informações sobre a menina e o Hospital que realizaria o procedimento. Ela também convocou os grupos contra o aborto a irem para o hospital para impedir o cumprimento da medida judicial.

No dia 16 de agosto a criança e a avó deram entrada no hospital, mas devido a situação criada por grupos que protestavam, a menina entrou no porta malas do carro para não ser vista. Após tentarem invadir, sem sucesso, grupos de fundamentalistas se ajoelharam na frente da maternidade, orando, fazendo barulho e xingando a menina de 10 anos de assassina.

Nestes discursos inflamados, podemos identificar de forma enfática a violência simbólica pautada nas relações generificadas, praticada pelo grupo.² A compreensão de

2 Não entraremos no mérito da intenção do grupo sobre a proteção da vida fetal, pois isso seria necessário um outro

que teriam direito de controlar o corpo da menina, ou das mulheres, baseados em uma crença ou interesse político, fundamentado no modelo patriarcal, criou o cenário no qual, coube as mulheres o espaço de obrigatoriedade da reprodução, mesmo que isso lhes custe a vida ou a saúde. Nesta perspectiva, o conceito desenvolvido por Bourdieu (1998) a respeito da dominação simbólica é fundamental para compreender a violência de gênero como processo de dominação.

Para o autor, a força da ordem masculina pode ser conferida pelo fato de que ela não precisa de justificção, na medida em que a visão androcêntrica se impõe como neutra. Portanto, a ordem social, composta por papéis e espaços divididos, funciona como uma imensa máquina simbólica, tendendo a legitimar a dominação masculina na qual encontra seu fundamento. “Neste sentido, a própria dominação constitui, por si só, uma violência”. (BOURDIEU, 1998, p. 15)

A violência simbólica institui-se por meio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominador (logo, à dominação), uma vez que ele não dispõe para pensá-lo ou pensar a si próprio, ou melhor, para pensar sua relação com ele, senão de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo senão a forma incorporada da relação de dominação, mostram esta relação como natural; ou, em outros termos, que os esquemas que ele mobiliza para se perceber e se avaliar ou para perceber e avaliar o dominador são o produto da incorporação de classificações, assim naturalizadas, das quais seu ser social é o produto. (BOURDIEU, 1998, p. 41)

Desta forma, a menina que havia sido estuprada, e vivenciado toda a trajetória narrada, estava sendo violentada novamente, pois ela partilha dos mesmos símbolos do grupo que a atacava. Ela compreende o que significa ser uma “assassina” no imaginário da sociedade, ainda que possa não se inserir neste grupo. Mas partilhar do sistema cultural e simbólico de sua sociedade, não a torna menos vítima em relação ao estupro vivenciado, a gravidez de risco indesejada e aos discursos e ações que buscavam violar o seu direito de abortar determinado pela Justiça.

Sobre a forma que buscaram equiparar a menina ao seu agressor, Saffioti (2001) afirma que essa igualdade não existe e é somente ao nível do sistema cultural e simbólico que se pode atribuir alguma culpa a elas.

[...] exclusivamente neste contexto que se pode falar em contribuição de mulheres para a produção da violência de gênero. Trata-se de fenômeno situado aquém da consciência, o que exclui a possibilidade de se pensar em cumplicidade feminina com homens no que tange ao recurso à violência para a realização do projeto masculino de dominação-exploração das mulheres. Como o poder masculino atravessa todas as relações sociais, transforma-se em algo objetivo, traduzindo-se em estruturas hierarquizadas, em objetos, em senso comum. (SAFFIOTI, 2001, 120)

capítulo. Apenas pontuamos que esse discurso tem aspecto instrumental de controle sobre o corpo e vidas mulheres.

E aqui constatamos um aspecto criminoso na conduta dos manifestantes que desqualifica qualquer pretensão de exercício da liberdade de expressão. O código penal tipifica os crimes contra a honra: calúnia, difamação e injúria (BRASIL, 1940). Considerando que havia autorização judicial para a realização do aborto o referido tratamento além de constituir injúria também se enquadra no crime de calúnia.

Também compareceram políticos locais e apoiadores da ministra. Um exemplo da situação foi a presença do deputado Joel da Harpa (PP) que faz live durante tumulto na porta do centro médico.

Os evangélicos estavam desde meio dia em frente à maternidade, esperando a criança chegar, não permitindo que as pessoas entrassem. Eles criaram uma confusão ao tentar entrar no hospital e xingaram a criança de “assassina”. Comandando o grupo, estavam os deputados estaduais Clarissa Tércio (PSC) e Joel da Harpa (PP), ambos da bancada evangélica. Os dois gravavam vídeos com os apoiadores e postavam em suas redes sociais. Já no fim da tarde, chegaram também o deputado estadual e pastor Clayton Collins (PP) e a vereadora do Recife Michele Collins (PP). “Eles tentaram invadir o hospital, chegaram até a quebrar a porta do hospital. A polícia teve que intervir. Gritavam, chamando a menina de assassina, dizendo que ela tinha que gestar um feto causado por decorrentes estupros que vinha sofrendo há quatro anos (BRITTO, 2020).

O médico que realizou o procedimento afirmou que foi necessário chamar reforço policial para conseguir entrar no hospital.

[...] e garantir que pacientes não fossem constrangidos pelo grupo religioso. “Eu mesmo fui impedido de entrar na maternidade. Quando cheguei, a deputada Clarissa Tércio, que eu nem conhecia, queria falar comigo. Ela estava até calma, tranquila, mas o problema são as pessoas em torno. Fizeram um cordão de isolamento na entrada da maternidade e quando acabei de explicar o que estava acontecendo não me deixaram entrar. Com palavra de ordem, de assassino, e outras palavras mais. Eu não consegui entrar, só quando chegou a viatura policial”, conta (BRITTO, 2020).

Após o ocorrido a criança e a avó precisaram desaparecer, criando novas identidades e mudando de casa. No dia 25 de agosto o tio foi preso em MG e confessou aos policiais, mas disse que deveriam investigar outros parentes homens pois ele provavelmente não era o único que abusava da menina.

ESTADO DE DIREITO, CLAMOR PÚBLICO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Com a análise do caso retratado, a luz da legislação nacional, constatamos que não houve qualquer ilegalidade nos trâmites jurídicos para a realização do aborto no caso estudado.

Uma vez superada a questão da legalidade nos procedimentos para interrupção da gravidez, é relevante compreender as razões pelas quais as agressivas manifestações

contra a menina, além de constituírem violação ao direito da menor a intimidade e privacidade e caracterizarem crimes contra a honra, também, implicaram em afronta ao Estado Democrático de Direito.

A relação entre o direito e a vontade da maioria é extremamente relevante. Porém, por mais alto que sejam os gritos dos fundamentalistas religiosos, ao observar o resultado apontado nas urnas na eleição de Jair Bolsonaro (TSE, 2018), observa-se que esse grupo não corresponde a maioria efetiva da população.

Porém, mesmo que fossem a maioria, enquanto aspecto substantivo do Estado Direito, a concepção de um Estado também democrático pressupõe a existência de um direito, especialmente os direitos fundamentais, como forma de proteção das minorias e instrumento de redução das desigualdades.

A necessária correlação entre direito e moral exige que o direito não represente apenas os desejos da maioria. Pode-se dizer que o Estado Democrático garante que uma minoria possa mediante procedimentos democráticos reivindicar direitos diante de uma maioria (PEREIRA, 2014, p.24-25).

Ainda, enquanto Estado de Direito, a atuação dos indivíduos e do próprio Estado deve seguir as prescrições previamente estabelecidas em lei. Estado de Direito, em um entendimento formal, (PEREIRA, 2014, p.22-23). visa a possibilidade de orientação da conduta através de uma ordem jurídica, ou seja, um conjunto sistêmico de regras claras, determinadas, inteligíveis, proscrias que regulem os direitos individuais e a forma de funcionamento do Estado.

Entretanto, a partir da concepção substantiva que deve compor o conceito de Estado de Direito, não basta pensar o direito enquanto regulamentação da vida dos cidadãos e do Estado, como forma de orientação de conduta, mas é necessário vislumbrar no processo de formação e aplicação das leis, de maneira substancial, a isonomia de tratamento a todos, bem como, a proteção dos direitos dos diversos grupos que compõe a coletividade.

Nesse contexto, considerando que o Direito compõe o aspecto principal de crença que conduz a ação racional dos indivíduos (WEBER, 1999) e que o Estado brasileiro se constitui como um Estado Democrático de Direito, se os grupos fundamentalistas desejam excluir da normativa penal as hipóteses legais de aborto, estes devem lutar no âmbito da construção da legislação, ou seja, no parlamento.

A concepção de que o simples desejo de um grupo poderia ocasionar o descumprimento da legislação seria a quebra do próprio contrato social, base da sociedade em que vivemos. Nesse sentido, constata-se que estando os procedimentos previstos em lei, o clamor social no caso analisado implica em grave afronta ao Estado Democrático de Direito.

O modelo patriarcal, a violência e a tutela jurídica do corpo das mulheres

Na busca de compreender os fatores que impulsionam a violência contra as mulheres e a violência de gênero, muitos trabalhos têm sido desenvolvidos no Brasil. Ao revisar vinte e cinco anos de estudos sobre violência contra as mulheres e violência de gênero Cecília Mac Dowell Santos e Wânia Pasinato Izumino (2005) observaram como os conceitos de violência contra as mulheres e violência de gênero são elaborados e utilizados nos estudos feministas. Segundo as autoras os trabalhos analisados podem ser organizados em três correntes teóricas.

[...] a primeira, que denominamos de dominação masculina, define violência contra as mulheres como expressão de dominação da mulher pelo homem, resultando na anulação da autonomia da mulher, concebida tanto como “vítima” quanto “cúmplice” da dominação masculina; a segunda corrente, que chamamos de dominação patriarcal, é influenciada pela perspectiva feminista e marxista, compreendendo violência como expressão do patriarcado, em que a mulher é vista como sujeito social autônomo, porém historicamente vitimada pelo controle social masculino; a terceira corrente, que nomeamos de relacional, relativiza as noções de dominação masculina e vitimização feminina, concebendo violência como uma forma de comunicação e um jogo do qual a mulher não é “vítima” senão “cúmplice”. (SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 148)

A principal representante desta terceira corrente é a pesquisadora Maria Filomena Gregori, com seu trabalho publicado no início dos anos 90 sob o título *Cenas e Queixas*. Sua pesquisa foi desenvolvida com “participantes do SOS-Mulher de São Paulo entre fevereiro de 1982 e julho de 1983, a autora analisa as contradições entre as práticas e os discursos feministas na área de violência conjugal e as práticas das mulheres que sofrem violência”. (SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 151)

Este trabalho demonstra que o discurso feminista do SOS-Mulheres percebe a mulher somente como vítima e simplifica o fenômeno da dominação e da violência. Santos e Izumino ao avaliarem o trabalho de Gregori afirmam que, para a autora, a liberação da mulher “depende de sua conscientização enquanto sujeito autônomo e independente do homem, o que será alcançado através das práticas de conscientização feminista.” (SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 152)

Diferente de Gregori que analisa a violência como comunicação o trabalho de Wânia Pasinato Izumino “Justiça e Violência contra a Mulher” propõe uma perspectiva que consideramos mais realista para o nosso estudo. Nesta visão os sujeitos da ação não se encontram em condições igualitárias nas relações de dominação.

a autora realiza uma leitura comparativa das histórias narradas pelas partes e refuta a ideia de vitimização feminina. Contudo, ao contrário de Gregori, não trata da violência como uma mera forma de comunicação. A partir de uma perspectiva de gênero como relação de poder, Izumino propõe uma análise do papel das mulheres na condução das queixas e dos processos penais.

Observa que há diferenças significativas entre os depoimentos prestados pelas mulheres nas diferentes fases de muitos processos e analisa a forma como essas diferenças influem nas decisões judiciais. (SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 154)

Assim como Santos e Izumino (2005) também compreendemos as contribuições do trabalho de Gregori, todavia, acreditamos que a cumplicidade da mulher deve ser pensada e analisada em cada caso concreto e que essa cumplicidade resulta de uma lógica sistêmica na qual estão inscritas relações de poder. Desta forma, nos aproximamos do conceito de gênero em Joan Scott, para quem, “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 86). Na mesma linha de Heleieth Saffioti, entendemos que não se pode compreender o fenômeno da violência como algo que acontece fora de uma relação de poder. Por afastar de sua análise qualquer referência ao poder. (SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 153)

Uma análise a partir de uma lente de gênero sobre o caso estudado nos permite observar que é a busca pela manutenção do controle sobre o corpo da mulher, vista como propriedade masculina em uma sociedade patriarcal que subsidia a busca da criminalização do aborto legal.

Considerando que as relações de gênero são construídas historicamente, culturalmente e socialmente e que nelas estão inseridas relações de poder (SCOTT, 1990) compreendemos que a busca pela tutela do corpo da mulher brasileira vem desde a sociedade colonial.

De fato, podemos encontrar no passado colonial os modelos, legislações e valores que sustentam, ainda nos dias atuais, a permanência de uma relação de dominação e violência sobre as mulheres na sociedade brasileira que tem raízes históricas nas relações generificadas construídas neste território.

Na história do Brasil, durante muito tempo, a violência sofrida pelas mulheres não era considerada um problema social que exigisse a intervenção do Estado, pelo fato de ocorrer, sobretudo, no espaço doméstico e em meio a relações conjugais e familiares. (LAGE; NADER, 2018, p.287).

O corpo da mulher era representado como uma propriedade do homem e dessa forma seu corpo deveria ser vigiado, controlado e cuidado para que não fosse a “propriedade” usurpada por outro homem. A ideologia que organizava as relações familiares e conjugais no período colonial permitia que pais e maridos praticassem ações violentas contra as mulheres da família de forma justificada pelo Estado e pela sociedade (LAGE; NADER, 2018).

A história da família patriarcal no Brasil e seus resquícios na atualidade têm sido observados nos diversos setores, no âmbito dos discursos políticos e ideologias partidárias, no discurso religioso, nas imagens veiculadas pelos meios de comunicação e por um

conjunto de símbolos que buscam delimitar as relações de gênero em nossa sociedade.

É relevante a compreensão histórica de que a dominação sobre a mulher foi juridicamente tutelada até recentemente e que após as conquistas dos movimentos sociais feministas e pelos direitos humanos vemos hoje, um discurso de reação que parece desejar reestabelecer padrões de controle como no período colonial.

No estudo do direito penal, dentro do discurso oficial dos objetivos declarados do sistema (ZAFFARONI, 2015), tem-se que o direito penal tutela os bens mais relevantes para a sociedade, por exemplo, o homicídio é crime porque a vida é um bem relevante. No caso em questão, fica nítido que o bem ao qual busca-se tutelar na tentativa de criminalizar o aborto legal é o corpo da mulher, porém, não se trata da defesa da mulher em si, mas sim, da perspectiva de proteção à uma propriedade.

A professora Vera Regina Pereira de Andrade (2003) em sua análise do direito penal a partir de uma perspectiva crítica e feminista, compreende que o processo de criminalização que ocorre na seletiva eleição dos bens a serem tutelados e na desigual aplicação da lei penal, serve como instrumento de manutenção e reprodução do patriarcado.

Nesse contexto, a autora argumenta que o sistema penal é “um (sub) sistema de controle social seletivo e desigual (de homens e mulheres)” (ANDRADE, 2003, p.86). Mas à frente ela complementa descrevendo que o sistema penal “expressa e reproduz a violência estrutural das relações sociais capitalistas (a desigualdades de classe) e patriarcais (a desigualdade de gêneros) de nossas sociedades e os estereótipos que elas criam e se recriam no sistema penal” (ANDRADE, 2003, p.86).

Nesse sentido, o aspecto criminalizante do discurso fundamentalista que ganha força no país, corresponde a tentativa de atribuir ao controle patriarcal sobre a mulher, a partir da eleição seletiva dos bens jurídicos tutelados pelo sistema penal, o status de bem fundamental do Estado.

No caso estudado observa-se que as reiteradas violências sofridas pela menor demonstram a culpabilização da vítima nos casos de estupro e a criminalização da mulher que busca a autonomia de seu próprio corpo.

CONCLUSÃO

Analisamos o caso da menina de 10 anos que após sofrer violência sexual que resultou em gravidez, recebeu autorização judicial para realização do aborto, porém, devido a atuação de grupos fundamentalistas, sofreu uma série de violações de direitos.

Constatamos que o uso equivocado de um suposto direito à liberdade de expressão não é absoluto, não servindo de justificativa para a violação à intimidade e privacidade da menina e para efetuar ofensas que se enquadram na tipificação de crimes contra honra.

Concluimos, também, ao observar o discurso presente nos grupos fundamentalistas, a partir de uma ótica de gênero, que ele serve a uma função de proteção do patriarcado e

da dominação sobre a mulher, em especial, sobre o seu corpo.

Também, diante da análise da legalidade dos procedimentos efetuados, observa-se que a voz do clamor social que ignora a legislação nacional, base do Estado Democrático de Direito, constitui um discurso criminoso e criminalizante.

Nesse contexto, a defesa do Estado Democrático de Direito e dos direitos fundamentais por ele tutelados são cada vez mais urgentes e necessários no contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Sistema penal máxima X cidadania mínima**, Porto Alegre: Livraria do advogado, 2003

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. **Código penal**. 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em 26 de setembro de 2020.

BRITTO Débora. **Políticos evangélicos protestam contra aborto na porta de clínica e chama menina de 10 anos de ‘assassina’**. 17 de agosto de 2020. Disponível em <<https://domtotal.com/noticia/1465904/2020/08/politicos-evangelicos-protestam-contra-aborto-na-porta-de-clinica-e-chamam-menina-de-10-anos-de-assassina/>>. Acesso em 26 de setembro de 2020.

CERQUEIRA, Daniel; et. al. (orgs.). **Atlas da Violência 2018**. Ipea e FBSP, Rio de Janeiro, junho de 2018. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432>. Acesso em: 01 de janeiro de 2020.

COSTA. Gilberto. **Estupro bate recorde e maioria das vítimas são meninas de até 13 anos**. 10 de setembro de 2019. Disponível em: <<http://crianca.mppr.mp.br/2020/03/233/ESTADISTICAS-Estupro-bate-recorde-e-maioriadas-vitimas-sao-meninas-de-ate-13-anos.html>>. Acesso em 26 de setembro de 2020.

ESTADÃO CONTEÚDO. **MP denuncia pré-candidato do PSL que teria invadido casa de menina estuprada**. 20 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/brasil/mp-denuncia-pre-candidato-do-psl-que-teria-invadido-casa-de-menina-estuprada-1.2374968>>. Acesso em 26 de setembro de 2020.

G1. **Padre que disse que menina de 10 anos ‘compactuou com o estupro’ é investigado por apologia ao crime em MT**. 21 de agosto de 2020a. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/08/21/padre-que-disse-que-menina-de-10-anos-compactuou-com-o-estupro-e-investigado-por-apologia-ao-crime-em-mt.ghtml>>. Acesso em 26 de setembro de 2020.

G1. **Defensor público repudia declarações de padre de MT sobre menina de 10 anos grávida após estupro no ES: “postura abominável”**. 22 de agosto de 2020b. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/08/22/defensor-publico-repudia-declaracoes-de-padre-de-mt-sobre-menina-de-10-anos-gravida-apos-estupro-no-es-postura-abominavel.ghtml>>. Acesso em 26 de setembro de 2020.

INSTITUTO SANGARI. **Mapa da Violência 2012**: Caderno Complementar 1, Homicídio de Mulheres no Brasil. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_mulher.pdf Acesso em: 10 fev. 2021.

LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Violência contra a mulher. Da legitimação à condenação social. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018.

PEREIRA, Paula Pessoa. **Legitimidade dos precedentes: universabilidade das decisões do STJ**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu** (16) 2001. p.115-136.

SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. **Revista Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe**. E.I.A.L., Universidade de Tel Aviv, 2005.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. 6. Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, 16 (2): 5-22, jul/dez, 1990.

TSE. **Estatísticas eleitorais**. 2018. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>>. Acesso em 26 de setembro de 2020.

UOL. **Aborto de menina reforça como direitos da infância são violados**. 21 de agosto de 2020. Disponível em: <https://noticia.s.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/08/21/trevisan-abortode-menina-reforca-como-direitos-da-infanciaaoviolados.htm>. Acesso em 26 de setembro de 2020.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução: Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de direito penal brasileiro: parte geral**. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

CAPÍTULO 16

A LUTA DAS MÃES DE ACARI POR JUSTIÇA

Data de aceite: 01/04/2021

Data de submissão: 05/01/2021

Dandara Vicente Soares

Universidade Federal Fluminense
Niterói – Rio de Janeiro
<http://lattes.cnpq.br/5051210070964532>

RESUMO: O presente artigo visa analisar a atuação das Mães de Acari, cujos filhos foram assassinados pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro em julho de 1990. Este grupo nasceu após uma chacina ocorrida em um sítio em Magé, município pertencente à Baixada Fluminense. Onze jovens negros moradores da Favela de Acari, localizada na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, foram brutalmente assassinados por um grupo de extermínio – Cavalos Corredores – e seus corpos foram depositados clandestinamente em alguns pontos da cidade de Magé, segundo as investigações oficiais policiais e aquelas paralelas empreendidas pelas mães. Essas mulheres, ao longo de sua peregrinação por justiça e memória de seus filhos e pelo direito de os enterrar, acionam as instituições dos poderes legislativo e judiciário do Estado do Rio de Janeiro: Assembleia do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), fóruns e tribunais. A metodologia empregada para a realização da pesquisa consiste em três etapas: levantamento bibliográfico; leituras da bibliografia levantada; e idas ao campo (ALERJ; favelas; eventos em universidades). As conclusões preliminares do

trabalho são: a luta dessas mães consiste em buscar os corpos dos filhos, em um primeiro momento. Em um segundo momento, elas focam em cobrar do estado a punição dos assassinos de seus filhos. A pergunta motivadora do trabalho é: qual a eficácia desses espaços para a concretização do propósito da luta destas mães por justiça para seus filhos?

PALAVRAS - CHAVE: Chacinas – desaparecidos – vítimas de Estado – mães – RJ.

MOTHERS OF ACARI'S STRUGGLE FOR JUSTICE

ABSTRACT: The present article aims to analyze Acari's Mother acting, whose sons and daughters were murdered by Rio de Janeiro State Military Police in July 1990. It was born after a slaughter occurred on one site in Magé, county belonged to Baixada Fluminense. Eleven young people who lived in Acari Slum, localized in the North Zone of Rio de Janeiro city, were brutally murdered by a death squad – Horse Runners – and their bodies were clandestinely placed in some places of Magé city, according to the police official investigations and those parallels undertaken by mothers. These women, along their pilgrimage for justice and memory of their sons and daughters and for the right to bury them, trigger the institutions from Legislative and Judiciary powers from Rio de Janeiro State: Rio de Janeiro State Assembly, forums and courts. The methodology used to carry out the research consists of three stages: bibliographic survey; bibliography readings; and journeys to the fields (ALERJ; slums; events in universities). The work's preliminary conclusions are: mothers' struggle consists of seeking their

sons and daughters' bodies, at first moment. At the second moment, they focus on charging the state with punishment for murderers of this barbarian crime. The motivating question is: what is the effectiveness of these spaces for the embodiment of the purpose of these mothers' fight for justice for their sons and daughters?

KEYWORDS: slaughter – disappeared – mothers – victims of the State - RJ.

INTRODUÇÃO

Na noite de 26 de julho de 1990, policiais militares que compunham um grupo de extermínio conhecido à época como Cavalos Corredores, adentraram um sítio no bairro de Suruí, em Magé, assassinaram e sequestraram onze jovens negros. Os Cavalos Corredores eram comandados pelo coronel Emir Campos Laranjeira. O grupo foi criado para combater o tráfico de drogas.

Os jovens assassinados são: Rosana Souza Santos, 17 anos; Cristiane Souza Leite, 17 anos; Luiz Henrique da Silva Eusébio, 16 anos; Luiz Carlos Vasconcelos de Deus, 32 anos; Hudson de Oliveira Silva, 16 anos; Edson Souza Costa, 16 anos; Antônio Carlos da Silva, 17 anos; Hédio Oliveira do Nascimento, 30 anos; Moisés Santos Cruz, 26 anos; Wallace Oliveira do Nascimento, 17 anos; e Viviane Rocha da Silva, 13 anos.

Listar os nomes deles não é um mero detalhe, uma vez que ao relatar o que ocorre com seus filhos, toda mãe cujo filho foi vítima da violência do Estado começa sua fala em eventos públicos, tais como audiências públicas, tribunais e atividades em favelas e em universidades com o nome de sua prole e a trajetória de vida dele. Uma das Mães de Manguinhos, Ana Paula Oliveira, foi a uma atividade na Universidade Federal Fluminense em outubro de 2019 – intitulado “Seminário Memórias, Reparação e Direitos”, no qual eu estava presente. Neste evento, Ana Paula iniciou seu relato com o nome completo de seu filho, a idade quando ele havia sido morto, o local do assassinato e como ocorreu. Monica Cunha, mãe de Rafael da Silva Cunha, fundadora e coordenadora do Movimento Moleque, conta em outra atividade, ocorrida em outubro do mesmo ano na FAETEC Adolpho Bloch, que as Mães de Acari também traçam esse percurso em suas explicações. A própria Monica, ao expor a caminhada de seu filho, elenca tais elementos presentes na fala de Ana Paula e nas das Mães de Acari. Daí se conclui que esse tipo de construção de narrativa é comum ao conjunto de mães que tiveram seus filhos assassinados e/ou desaparecidos.

Três garotos fugiram ao saber que estavam sendo procurados: Moisés, Luiz Carlos e Wallace do Nascimento. Juntamente com eles, foram para o sítio aqueles supracitados e também Rubens Ramos da Silva, 25 anos, o qual foi a Magé e voltou um dia antes do sequestro. O sítio pertencia à família de Wallace e se encontrava na Estrada Fim da Picada, descrita por Nobre (1994) como uma “região inóspita, com poucas moradias, que se destacava no noticiário policial como área dominada pelos grupos de extermínio” (NOBRE, 1994, p. 28).

A Baixada Fluminense está inserida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro,

e reúne treze municípios conforme o registro da administração pública, como explicita Rodrigues (2017). O autor traça uma perspectiva histórica para explicar a violência que a Baixada vive, expondo a “articulação entre grupos criminosos organizados e segmentos da sociedade formal (comerciantes, empresários, etc.) e por uma forte influência do crime na política local” existente nesse território (RODRIGUES, 2017, p. 105), o que vai de encontro com o caso estudado, no qual um detetive-inspetor da Polícia Civil, afastado por causa de vários processos, chamado João da Silva Bistene – ou Peninha – era um forte suspeito de participação nesse crime bárbaro e foi assassinado em junho de 1991 no bairro da Ilha do Governador, evidenciando a relação entre crime, violência e política nessa área. Ele era velho conhecido da comunidade de Acari, acusado do sequestro e assassinato de um deficiente mental e de um comerciante (irmão do traficante Cy de Acari). Denúncias anônimas diziam que os rapazes e as moças teriam estado no sítio de Peninha em Magé até o pagamento de resgate ser efetuado. Outro motivo para ligar Peninha ao crime é o fato dele ter reservado seis sepulturas no Cemitério Municipal de Magé, porém a suspeita não pôde ser posta à prova porque a caixa de registros dos sepultamentos tinha sido destruída em um incêndio acidental.

Esta é uma região conhecida por ser escolhida por grupos de extermínio como sede de cemitérios clandestinos, uma vez que ali o Estado não garante direitos civis e sociais, se tornando uma localidade inóspita e repleta de problemas estruturais, como ausência de saneamento básico, esgoto não tratado, calçamento deficiente, difícil acesso por causa de transporte precarizado, dentre outros fatores. Em relação à Chacina de Acari, os corpos dos jovens foram espalhados por lugares do município de Magé, dificultando as buscas do Corpo de Bombeiros e das Polícias Civil e Militar.

Os jovens eram moradores da Favela de Acari e adjacências, por isso o caso ficou conhecido como Chacina de Acari. Deste evento trágico, nasceu o movimento de Mães de Acari, composto pelas mães das onze moças e rapazes assassinados.

A Favela de Acari é um conjunto existente entre os bairros de Acari e Irajá, formado por sete favelas (Parque Proletário Acari, Parmalat, Parque Columbia, Beira Rio, Vila Esperança, Coroado ou Vila Rica e Fim do Mundo), além do entorno do Conjunto Habitacional Amarelinho. Christina Vital (2015) relata que a Favela de Acari surge nos anos 1940 fruto de um Parque Proletário, projetado para a ocupação do território por trabalhadores de uma fábrica de tecidos. Apesar de fechada a fábrica, os moradores ali permaneceram. Ela é conhecida nacional e internacionalmente por causa de acontecimentos negativos, como tráfico de drogas, a Chacina de Acari e a Feira de Acari, também conhecida como Robauto, pois lá se vendiam produtos roubados.

Segundo dados do Instituto Pereira Passos (IPP) em seu estudo Uma Análise do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal para a Cidade do Rio de Janeiro, baseado no último censo brasileiro realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, a região da Pavuna, na qual o bairro de Acari está circunscrito, apresenta

um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baixíssimo. Esta se posiciona no décimo lugar dentre 11 regiões da cidade do Rio de Janeiro mapeadas por este documento. O censo 1991, o primeiro da série histórica do IBGE, e o mais próximo à data da chacina, mostra que Acari ocupava a 126ª colocação, isto é, último lugar dentre todos os bairros da capital do Estado do Rio de Janeiro.

Os números revelam duas constatações: a primeira é que a cidade do Rio de Janeiro apresenta uma alta desigualdade social, como coloca Cunha (2015). Em 1991, o bairro com IDH mais alto era a Gávea. Em 2010, há uma mudança no diagnóstico do censo, passando a interessar para o IBGE a medição comparativa entre as regiões da cidade e não mais entre os bairros. Vemos, portanto, que a Zona Sul da cidade ocupa a primeira posição do ranking.

A segunda é que o governo do Estado do Rio de Janeiro – historicamente - ingressa nas favelas e periferias com seu aparato policial. A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro provém da Guarda Imperial, criada pela Família Imperial Portuguesa para capturar negros advindos de diversos países da África e que eram subjugados no Brasil colonial e imperial como força de trabalho escravizada.

As antropólogas Das e Poole (2008) expõem o conceito de “margens”. As autoras trabalham com a Antropologia das margens, que segundo elas “ofrece uma perspectiva única para compreender al estado, no porque capture prácticas exóticas, sino porque sugiere que dichos márgenes son supuestos necesarios del estado, de la misma forma que la excepción es a la regla” (DAS e POOLE, 2008, p. 20). As estudiosas (2008) entendem que a relação estabelecida entre violência e as funções que ordenam o estado são o ponto chave para se compreender o problema das margens. Elas citam Weber e sua definição de estado: esta entidade detém o monopólio legítimo da violência. Daí se entende porque as margens são impostas pelo estado. Das e Poole estabelecem três usos de “margens”, como menciona Feltran (2010): “margens da legalidade oficial; margens da legibilidade estatal (por referência à burocracia escrita); e margens da normalidade (relação entre corpos, lei e disciplina), tendo por referência o biopoder foucaultiano” (FELTRAN, 2010, p. 203). Lendo Das e Poole se apreende o motivo de o Estado brasileiro se utilizar de termos como “marginalizados” para justificar o uso da violência em territórios de favela e periferia.

PANORAMA POLÍTICO E ECONÔMICO DE 1970 A 1990

Entre 1968 e 1973, no auge da ditadura civil-militar, o Brasil passou pelo designado “milagre econômico”, durante os governos de Artur Costa e Silva e de Emílio Garrastazu Médici. Dentre os variados fatores, Veloso, Villela e Giambiagi (2008) destacam que a conjuntura econômica externa favorável e as variáveis de política econômica foram pouco determinantes para o “milagre” ocorrer. Já o efeito das reformas institucionais estabelecidas pelo Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) anterior – Castello Branco foram

bastante relevantes para o período bem-sucedido economicamente já citado. A década de 1970 apresentou números na economia de crescimento do PIB e de emprego e renda estáveis. No plano econômico, os anos 1980 são conhecidos como a década perdida, por apresentar uma estagnação da economia com alta inflação, desemprego alto e renda baixa, o que se estende aos anos 1990, pois os últimos governos militares e o governo de transição de José Sarney não obtiveram êxito em suas projeções e política econômicas.

Politicamente, o Brasil passava por um período de muita repressão, com prisão em massa de opositores políticos. Entre 1968 e 1973, vivenciamos os Anos de Chumbo, momento em que houve os mais absurdos casos de violação dos direitos humanos da 6 época ditatorial. Paralelo a isso, nascia nos anos 1970 o Comando Vermelho, facção que até os dias de hoje hegemoniza o tráfico de drogas nas favelas do Rio de Janeiro.

O Brasil do ano de 1990, quando acontece a Chacina de Acari, vivia o período de transição da ditadura civil-militar instalada em 1964 para o período democrático iniciado em 1985. Politicamente, o país inspirava uma instabilidade existente em um momento de transição, com a ascensão de Fernando Collor de Mello ao cargo mais alto do Executivo Nacional no dia 15 de março de 1990. Este era o primeiro presidente eleito por voto popular após 21 anos de regime ditatorial. Collor de Mello não era conhecido pela grande população, mas ao mesmo tempo ofereceu uma esperança em seus eleitores de que estes teriam emprego e renda estabilizados.

Entretanto, no segundo dia de governo, Collor lança o Plano Brasil Novo – o famoso Plano Collor –, colocando em prática as reformas econômicas e planos de estabilização da inflação que prometeu e que são bastante necessários à população, sobretudo a periférica e de comunidades. Sua política econômica não deu certo, pois os brasileiros continuavam sentindo a recessão em seus bolsos. Aliado a isso, o confisco das cadernetas de poupança pelo governo federal frustrou as esperanças iniciais em um novo momento do país, onde a estabilidade seria alcançada.

O país chega em 1990 assolado por uma grave crise político-econômica. Gabriel Feltran (2010) coloca o desemprego estrutural como fundamental para entender o mercado de trabalho popular dos anos 1990, uma vez que o país enfrentava crises de emprego, algo que atinge em cheio a juventude, como a que se encontra em Acari, onde três dos jovens assassinados e desaparecidos eram acusados de roubo de caminhão de carga, o que faziam porque não tinham emprego formal. Aqui há outra problemática: o roubo de caminhão de carga vinha sendo acobertado pelos policiais do 9º BPM de Rocha Miranda, os quais cobravam propina para acobertar tal crime.

Nobre (1994) destaca que as empresas da cidade do Rio de Janeiro estavam demitindo os trabalhadores, ação fruto da recessão: “os mais atingidos eram os moradores da periferia da cidade” (NOBRE, 1994, p.19).

O Rio de Janeiro não está descolado do que acontece no resto do país durante a década em 1990. O Estado do Rio de Janeiro era governado por Moreira Franco no

ano da Chacina. No campo da segurança pública, o ex-governador prometeu, ao longo da campanha eleitoral, acabar com a violência do estado em seis meses. Nesse período (1987-1990), o governo estimulava a repressão de policiais à criminalidade através de prêmios e promoções por bravura.

O tenente-coronel da Polícia Militar, Nilson Pinto Madureira, que trabalhou no 14º BPM, em Bangu, Zona Oeste do Rio, destacou que “esses estímulos levaram a corporação a adotar o critério de que a população era a grande inimiga, sobretudo a de baixa renda” (NOBRE, 1994, p.74). O oficial realizou um estudo – *A PM e as tensões sociais através de uma visão da comunidade do Rebu* – no qual descreve os resultados da política implementada pelo governo Moreira Franco para expurgar a violência do estado do Rio de Janeiro: os policiais militares entravam nas favelas, arrombavam as casas, o que gerava resistências tanto dos moradores quanto da corporação: as comunidades não colaboravam com a PM, e a PM via o favelado como um criminoso em potencial.

OS ANTECEDENTES DO CASO, O FATÍDICO DIA E O IMEDIATO DESENROLAR DA TRAGÉDIA

As chacinas, um tipo específico de violência – as quais são assassinatos coletivos de pessoas – começaram a ocorrer com bastante frequência em 1990, ganhando espaço no noticiário carioca, nacional e internacional.

Seis policiais militares do grupo Cavalos Corredores invadiram a casa de Edméia da Silva Eusébio, 47 anos, no dia 14 de julho de 1990, na favela de Acari. Havia três reféns: Edson Costa; Moisés Cruz; e Viviane da Silva, namorada de Luiz Henrique Eusébio, que não se encontrava ali. Uma moça identificada por Nobre (1994) por S. foi à casa de Edméia e quando saiu de lá um policial foi até ela e pediu que ela procurasse os traficantes para conseguir a propina de Cr\$5 milhões para que os reféns fossem libertados. S. pediu a Edson Cruz, irmão de Moisés, o qual falou com Luiz Carlos Vasconcelos de Deus, ex-taxista e que junto com Moisés era perseguido por policiais por causa de assalto a caminhões de carga. Os dois propuseram a liberação dos reféns por Cr\$2 milhões e os PMs aceitaram. No entanto, faltaram Cr\$150 mil, os quais seriam pagos dois dias depois. Os policiais apareceram no dia combinado e S. disse a eles que o encarregado de entregar o dinheiro fora o advogado Salvador Meneses do Couto, que não estava na favela. Três 8 dias depois, um PM apareceu na casa de Edméia, disse que não tinha recebido o dinheiro ainda e que por isso ‘passaria o rodo’ em todo mundo.

No dia 26 de julho, os PMs entraram no sítio e sequestraram os onze jovens, incluindo Hédio do Nascimento, tio de Wallace. Os policiais pertenciam ao 9º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, localizado no bairro de Rocha Miranda, apelidado à época de Triângulo das Bermudas: os detidos pelos PMs ligados ao Batalhão iam para lá e não eram mais vistos.

O taxista Carlos Roberto Lafuente Freire, o Beto, era conhecido pelo pessoal de Acari e inspirava confiança. Rubens e Wallace trataram com Beto dele levar parte dos onze jovens a Magé. Outra parte foi até Magé no Fiat Uno preto do sogro de Luiz Carlos. Beto se tornou o principal suspeito por envolvimento no sequestro, desde o início das investigações, tanto pelos parentes das vítimas quanto pela polícia, afinal ele conhecia muito bem a localização do sítio de onde os desaparecidos foram sequestrados. O taxista mentiu diversas vezes em seus depoimentos. Rubens – que não voltara a Magé com o restante das pessoas – era um segundo suspeito, pois alegou ter perdido a hora de voltar para o sítio, o que despertou a desconfiança dos policiais. Beto e ele poderiam ter levado os sequestradores ao sítio. Após o depoimento de Rubens, os policiais convocaram Beto a depor de novo, já sabendo que ele era informante da Delegacia de Roubos e Furtos de Cargas (DRFC) e do 9º BPM. Finalmente, se confirmou que Beto participou do sequestro e ele foi indiciado. Em meados de 1992, havia boatos na favela de que Rubens tinha sido assassinado.

A conclusão mais óbvia desse caso foi o envolvimento de policiais civis e militares, principalmente do 9º BPM e da Delegacia de Roubos e Furtos de Cargas (DRFC). Porém a Comissão Especial não tinha autonomia para intimá-los a depor, uma vez que instâncias superiores tinham que fornecer essa autorização. Além disso, um dispositivo do Código de Processo Penal respaldava a impunidade dos policiais: não havia provas – os cadáveres das onze pessoas – portanto não havia assassinato.

No início das investigações, o responsável por investigar o sequestro era o delegado titular da 69ª DP, em Magé, Heralmir Ramires Gomes. Com a pressão popular exercida pelas mães dos jovens, pelas organizações de direitos humanos e por parlamentares progressistas, o então secretário da Polícia Civil – delegado Heraldo Gomes – prometeu repassar o caso para a Comissão Especial, órgão que investigava 9 crimes que os grupos de extermínio praticavam nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

O Centro de Articulação das Populações Marginalizadas – CEAP – foi um grande aliado na luta das Mães de Acari. Arcélio Faria José, integrante do Programa Racial do CEAP em 1990, e Ivanir dos Santos, secretário-executivo do CEAP à época da chacina, entraram em ação assim que souberam do ocorrido. Organizaram um protesto em frente à Secretaria de Polícia Civil, que contou com a participação de favelados, familiares dos sequestrados, políticos progressistas e militantes de entidades de direitos humanos. A partir daí, era nítido que as mães começavam a conhecer seus direitos e como a democracia brasileira usava suas armas políticas.

Arcélio levou a imprensa internacional para noticiar a tragédia ocorrida na favela de Acari e dar visibilidade ao caso. Os jornalistas estrangeiros se tornaram presença constante no momento imediato ao crime, o que colaborou para que os moradores passassem a lutar por seus direitos. A realidade da favela, entretanto, pouco mudou.

Paiva (2015), ao analisar a Chacina ocorrida na região da Grande Messejana, em

Fortaleza, verifica inicialmente o motivo da morte dos conhecidos como “bandidos” serem colocados pela sociedade como “normal”. Ele entende que a população, influenciada diretamente pelas notícias da mídia, não associa a morte dos “bandidos” à violência de imediato, assim que ouvem a notícia de uma chacina. Isso ocorre, segundo o autor, porque esses seres são matáveis, pois a “posição social do morto tem implicação no seu destino” (PAIVA, 2015, p. 271).

É interessante notar, entretanto, que na reportagem intitulada “Mistério no sumiço de 11 jovens em Magé”, do dia 04 de agosto de 1990, do Jornal O Globo, veículo de imprensa com circulação nacional, os desaparecidos são citados como “jovens” e o grupo de extermínio como “criminosos”. O Jornal O Globo apoiou as vítimas do caso de Acari, humanizando essas pessoas e indo contra, no pano de fundo, à política de segurança pública implementada pelo governador do Estado do Rio de Janeiro, Moreira Franco, ao colocar os PMs como “criminosos”. Desta forma, o jornal assumia sua posição política contra uma política que não estava funcionando, pois os índices de violência não abaixaram conforme o prometido por Moreira Franco em sua campanha eleitoral de 1986. Ainda segundo a notícia, “os outros jovens teriam sido mortos como “queima de arquivo” (O GLOBO, 1990, p.13). Portanto, a opinião do jornal se dá não porque os jornalistas e 10 donos das Organizações Globo defendem esses meninos e meninas, mas porque eles almejavam desqualificar a governança de Moreira Franco e posteriormente de Leonel Brizola, chefe do Executivo estadual entre 1991 e 1994.

Em 16 de maio de 1992, o mesmo jornal fez uma matéria com a manchete “Polícia procura ossada e acha leões em Magé”. O discurso do jornal quase dois anos depois da situação trágica mudou em relação à chamada dos partícipes do evento: os policiais de “criminosos” passaram a “policiais” na linguagem do veículo de comunicação. Naquele momento, cinco policiais militares, cinco civis e dois alcaguetes envolvidos diretamente no caso respondiam a um processo por extorsão, mas não por assassinato, sequestro e desaparecimento, pois para a delegacia de desaparecidos, se não há corpo, não há crime.

Após o assassinato de uma mãe em janeiro de 1993 – Edméia Eusébio – o acontecimento retomou o fôlego. Na reportagem “Chacina de Acari: Polícia acha ossadas”, de 17 de fevereiro de 1993, o jornal destaca que o Secretário de Polícia Civil do governo Brizola – Nilo Batista – recebeu um mapa juntamente com uma carta apontando o local das ossadas onde estariam os corpos de dois dos onze jovens. Ao se referir aos policiais, a linguagem se modifica mais uma vez, apontando os assassinos como “autores da chacina”.

O CAMINHO SEGUIDO PELAS MÃES

Após o impacto inicial da perda e para compensar a culpa que sentiam pelo ocorrido aos seus filhos, as mães começaram a se movimentar. Primeiro, realizaram reuniões para pensar seus passos: inicialmente elas se reuniam na casa de Edméia, em Acari. Em

seguida, começaram as buscas pelos corpos desaparecidos de seus entes, nos lugares onde possivelmente eles teriam passado. O trabalho de investigação das mães – paralelo às investigações das autoridades policiais – ganhou o apoio e a adesão dos moradores de Acari, os quais foram em busca de informações.

A partir do momento que conseguiram se organizar, as Mães de Acari montaram cinco caminhos que levavam a uma estratégia de como realizar uma denúncia pública, como pontua Araújo (2007): depoimentos que denunciavam o caso em diversos eventos; o luto reivindicativo transformado em luta por justiça; exposição ao mundo do caso através de denúncia à Anistia Internacional; levada do caso aos meios de comunicação em forma de denúncia; e a denúncia em livros.

As Mães de Acari passaram por diversos locais em vista de solucionar a questão e dar visibilidade a ela: idas a cemitérios clandestinos, penitenciárias; escavações em sítios e supostas covas; participação na novela da Rede Globo ‘Explode Coração’; participação em um show de Roberto Carlos; gravação de um clipe do músico Marcelo Yuka; aparições no programa da Rede Globo ‘Linha Direta’; e duas idas a Europa. A primeira em 1994 para participar de um Encontro de Mães a convite da então primeira-dama da França, Danielle Mitterrand, e a segunda em 1996 para realizar um tour político por seis países europeus, a convite da organização internacional Anistia Internacional.

A força dessas mulheres pobres e negras advinha da luta coletiva na qual se colocaram, marchavam com seu luto e sua sede por justiça, mas não por vingança, nem com o uso da violência para alcançar seu objetivo. Elas avançam pacificamente até seu propósito. O choque da perda as fez tornarem-se sujeitos políticos, como afirma Araújo, pois não tinham outra alternativa a não ser lutar pela solução, junto às autoridades, desse trágico acontecimento. Muitas mães morreram sem ver a justiça ser feita. A primeira a morrer foi Edméia da Silva Eusébio, mãe de Luiz Henrique Eusébio da Silva, 17 anos, assassinada no centro da cidade do Rio de Janeiro no dia 15 de janeiro de 1993. Ela lutava por informações e punição dos Cavalos Corredores, apontados pelo Ministério Público como responsáveis pela chacina de Acari. Sua morte continua impune. Os sete suspeitos de seu assassinato ainda não foram julgados, apesar da campanha encampada pela Anistia Internacional para que isso aconteça.

As mães se colocam em situações nas quais suas dores possam ser expostas e materializadas concretamente, e como dizem Vianna e Farias (2011), para que aqueles que se encontram em lugares de poder as vejam, saibam que estão em luta por seus filhos, pois a morte de seus filhos não foi em vão e o recado mais explícito dessas mulheres é que seus filhos vivem na luta delas.

Com o evento brutal ocorrido em suas vidas, as mães saem do seu lugar comum – a casa – para se colocarem em marcha rumo às ruas, pois o assassinato de seus filhos significa o rompimento de suas relações de mãe e filho, e a cisão de um papel social primordial em suas vidas: a maternidade. As mães em luta batem na tecla de que tiraram

seu direito de ser mãe. Porém, ao não deixarem a memória de seus filhos se apagarem, exibem a continuidade de sua história familiar. Assim o fazem através de faixas, banners e camisetas com as imagens de seus filhos. E no caso das Mães de Acari, esse direito foi retirado com uma pitada de crueldade a mais – a de não poder enterrar seus filhos. Como relata uma das mães – Marilene – o objetivo último de sua procura é dar um enterro digno a seus filhos. A militância em um coletivo de mães também é um fator de continuidade de sua relação com seu filho e de sua maternidade. Expor essas mortes em espaços públicos é uma das ferramentas que as mães dispõem, para que os assassinatos não caiam no esquecimento de mais um caso corriqueiro no dia a dia de uma cidade grande brasileira como o Rio de Janeiro, e como apontam Vianna e Farias, uma “baixa de guerra” e, portanto, algo desimportante.

A questão de gênero aparece muito forte em todos os movimentos de mulheres que lutam contra violência policial materializada no assassinato de jovens periféricos. Em grande parte dos casos os grupos reivindicadores de justiça são compostos apenas por mulheres – mães que perderam seus filhos. As mulheres entendem a busca por justiça como uma missão inerente a elas, natural e definitiva. Faz parte do papel de mãe seguir os rastros que levem à honra da memória de seus filhos. Dentro de uma família, cabe à mulher historicamente, dentro de nossa construção social, tudo o que se refere ao cuidado: mais uma vez essas figuras estariam cuidando de seus entes que tiveram suas vidas ceifadas brutalmente.

As Mães de Acari têm consciência que a não elucidação do assassinato de seus filhos têm total relação com sua condição: mulheres, negras, pobres e moradoras de favela. Ou seja, o racismo institucional impede seu acesso à justiça. O Estado trata não só seus filhos como seres matáveis, mas a elas como sujeitos desprezáveis. Como afirma Araújo, o Estado se recusa a “reconhecer o pleno pertencimento à sociedade dos indivíduos em situação de inferioridade social” (ARAÚJO, 2007, p. 89).

As Mães de Acari procuram os espaços públicos não porque estão preocupadas com a eficácia jurídico-legal de tais ambientes, mas porque, através da sua luta, permanecem vivas, dia a dia, em busca de redes de solidariedade que extrapolem elas próprias. O mais importante para essas mulheres é o vínculo entre essa rede ampla que elas obtiveram ao longo de 30 anos de luta incessante pela memória, justiça e verdade de seus filhos. A maior justiça não é a punição dos assassinos e sim a sua vida ser preservada diariamente e seus filhos não terem sido apagados da roda da História do Estado do Rio de Janeiro e do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Movimentos de mães que surgem após tragédias abatidas sobre as famílias com os assassinatos de seus entes queridos por forças policiais têm um recado a ofertar ao Estado: não vão se calar diante das atrocidades cometidas por aquele que deveria garantir

segurança, cidadania, dignidade, educação, saúde, e todos os direitos civis que constam na Constituição. Como relata uma mãe: “são pessoas de dentro da comunidade que não aguentam mais ficar calados, vendo seus filhos serem assassinados. Se o país não tem pena de morte, porque que toda comunidade favelada está condenada à morte e à exclusão?” (FARIAS, 2007, p. 148).

As Mães de Acari simbolizam a luta por justiça mais ampla – a que é contra o extermínio dos jovens negros no Brasil, tendo sido precursoras nessa luta.

Essas mulheres fazem parte de um conjunto maior de familiares de vítimas de violência policial que existe nacionalmente, mas sobretudo no Rio de Janeiro, que vão de encontro ao Estado para interpelá-lo em decorrência do sofrimento causado pela violência direta ou pela incapacidade de o Estado promover segurança pública, sobretudo nos espaços periféricos e segregados.

As Mães de Acari representaram um grito dessa comunidade de pessoas que têm seus direitos furtados pelo Estado constantemente. Esse movimento é de suma importância para escancarar o problema social grave no qual a democracia se alicerça: extermínio de populações que não são do interesse do Estado fornecer Justiça, direitos sociais, civis e políticos.

O caminho traçado pelas Mães de Acari rumo à resolução foi penoso e o seu desígnio final não foi alcançado: o aparecimento dos corpos dos seus filhos para que elas os enterrassem; o atestado de óbito emitido pelo Estado; o julgamento e a subsequente condenação dos policiais envolvidos no sequestro, tortura e assassinato dos jovens negros residentes em Acari e adjacências.

Entretanto, elas ganharam em força para seguir vivendo mesmo com a ausência diária de seus meninos e meninas as massacrando; solidariedade; consciência de classe; conhecimento de seus direitos enquanto cidadãs; consciência política. Essas conquistas simbólicas se exemplificam nas falas das mães captadas por Brites e Fonseca: “Ao fazerem-nos os relatos dessa época, as mães insistiam no quanto encontravam consolo na interação com outras pessoas que sentiam “na pele” aquela mesma dor e compartilhavam relatos sobre as moléstias físicas que as assolavam” (BRITES e FONSECA, 2013, p. 862).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, F. A. **Do luto à luta**: a experiência das Mães de Acari. 2007. 168 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

BRITES, J.; FONSECA, C. As metamorfoses de um movimento social: Mães de vítimas de violência no Brasil. **Análise Social**, n. 209, p. 858-877, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aso/n209/n209a05.pdf>. Acesso em: 11/11/2019.

FARIAS, J.; VIANNA, A. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cadernos Pagu**, n. 37, p. 79-116, jul./dez. 2011. DOI 10.1590/S0104-83332011000200004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332011000200004>. Acesso em: 09/05/2019.

FARIAS, J. Quando a exceção vira regra: os favelados como população “matável” e sua luta por sobrevivência. **Teoria e Sociedade**, v. 15 n. 2, p. 138-171, jul./dez. 2007. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4905896/mod_resource/content/1/artigo%20-%20Quando%20a%20exce%C3%A7%C3%A3o%20vira%20regra-%20os%20favelados%20como%20popula%C3%A7%C3%A3o%20mat%C3%A1vel%20e%20sua%20luta%20por%20sobreviv%C3%Aancia.pdf. Acesso em: 25/10/2019.

FELTRAN, G. Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 79, p. 201-233, 2010. DOI 10.1590/S0102-64452010000100009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452010000100009>. Acesso em: 30/09/2019.

Jornal O Globo. Num crime nunca resolvido, 11 jovens de Acari foram mortos em Magé, em 1990. Rio de Janeiro, 02/09/2013. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/numcrime-nunca-resolvido-11-jovens-de-acari-foram-mortos-em-mage-em-1990-9795504>. Acesso em: 15/11/2019.

NOBRE, C. **Mães de Acari**: Uma História de Luta contra a Impunidade. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. 172 p.

NOBRE, C. **Mães de Acari**: Uma história de protagonismo social. Rio de Janeiro: PUC Rio: Pallas, 2005. 220 p.

PAIVA, L. F. S. Mortes na periferia: considerações sobre a chacina de 12 de novembro em Fortaleza. **O público e o privado**, Ceará, n. 26, p. 269-281, 2015. Disponível em: <http://www.seer.uece.br/jage=article&op=view&path%5B%5D=1414&path%5B%5D=1345>. Acesso em: 22/10/2019.

POOLE, DAS. El Estado y sus márgenes: etnografías comparadas. **Cuadernos de antropología social**, Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, n. 27, p. 19-52, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180913917002>. Acesso em: 12/11/2019.

RODRIGUES, A. Homicídios na Baixada Fluminense: Estado, mercado, criminalidade e poder. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 104-127, 2017. DOI 10.12957/geouerj.2017.32058. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/geouerj.2017.32058>. Acesso em: 14/11/2019.

VELOSO, F; VILLELA, A.; GIAMBIAGI, F. Determinantes do “Milagre” Econômico Brasileiro (1968-1973): Uma Análise Empírica, **RBE**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 221- 246, 2008. DOI 10.1590/S0034-71402008000200006 . Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71402008000200006>. Acesso em: 24/08/2019.

DA CUNHA, C. V. **Oração de traficante**: uma etnografia. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

SOBRE O ORGANIZADOR

ALEXSANDRO TEIXEIRA RIBEIRO - Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) na linha de pesquisa em Cidadania e Estado, no eixo temático Instituições e Poder, é mestre em jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), na linha de pesquisa em processos jornalísticos com pesquisa sobre o jornalismo sindical e o processo de produção da notícia no meio paranaense. Graduado em Comunicação Social (Jornalismo) pelo Centro Universitário Uninter e Especialista em Docência em EaD pela Uninter e em Comunicação Empresarial e Institucional pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Educação e Letras (Facel). É coordenador do grupo de pesquisa da Uninter sobre transparência pública passiva e ativa a partir da Lei de Acesso à Informação (LAI) e seus reflexos no jornalismo, e editor assistente da Revista Uninter de Comunicação (RUC). Atualmente é professor nos cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda e em Marketing Digital do Centro Universitário Uninter atuando em disciplinas como teorias da comunicação, teorias do jornalismo, produção gráfica, jornalismo online, jornalismo de dados, planejamento de produtos digitais, redação para web, produção de inovações em jornalismo, narrativas contemporâneas, diagramação e layout, composto mercadológico, campanha publicitária, dentre outras. Como jornalista, tem experiência em assessoria de imprensa, assessoria de comunicação, jornalismo político e jornalismo de dados. É integrante da agência Livre.jor, que é a primeira atividade de acompanhamento sistemático de dados públicos relacionados ao Paraná. É produtor de material didático e livros teóricos no campo da comunicação para a Editora Intersaberes, como Jornalismo de dados Conceitos, rotas e estrutura produtiva e Conceitos fundamentais de planejamento e produção gráfica.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abandono Emocional 47
Achille Mbembe 6, 52, 53, 62, 64
Antropologia 33, 34, 89, 109, 182, 186, 187, 223, 230

B

Base Nacional Curricular Comum 185

C

Ciência sem Fronteiras 7, 110, 111, 114, 121, 122
Classes Sociais 7, 29, 122, 166
Comunidades Rurais 98, 99, 104
Consciência Ecológica 83, 86, 89, 95
Costureiros 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 176, 178
Crimes contra a honra 207, 213, 214
Crise da modernidade ocidental 6, 1, 2, 10
Currículo básico 5, 7, 180, 181, 190

D

Deleuze 52, 64, 129, 138
Democracia racial 5, 6, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 30, 31, 33, 34, 37
Desigualdade Social 15, 113, 223
Direitos da infância 209, 219
Ditadura Civil-Militar 177, 223, 224

E

Ecologia de saberes 1, 2, 3, 7, 12, 16
Escola de Chicago 83, 90, 91, 95
Espiritualidade 125, 126, 127, 129, 132, 135, 137, 138, 139
Estado Democrático de Direito 207, 208, 214, 218
Ética do cuidado 5, 6, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 79, 80
Ética profissional 69, 141, 142, 143, 145, 147, 148, 150

F

Favela de Acari 220, 222

G

Gilberto Freyre 19, 21, 23, 34, 36, 197, 205

H

Human Exemptionalism Paradigm 91

I

Interseccionalidade 110, 112, 119, 121, 122

M

Mães de Acari 8, 220, 221, 222, 226, 228, 229, 230, 231

Memória Coletiva 98, 100, 106, 108, 109

Mercado de trabalho 7, 152, 154, 155, 156, 157, 160, 162, 163, 164, 224

Michel Foucault 6, 52, 53, 58

Mobilidade Espacial 98, 106, 107, 108

Modelo Patriarcal 212, 215

Movimento Negro 111, 112

N

New Environmental Paradigm 83, 91

Nova Era 125, 126, 128, 129, 130, 132, 135, 137, 138

P

Pós-modernidade 6, 1, 2, 6, 7, 11, 15

Projetos Intervencionista 98

Q

Quilombo 19, 23, 35, 36

R

Regime de Poder 6, 52, 53, 57, 63

Relativização 25, 136, 140, 141, 144

S

Sigilo Profissional 7, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151

Sul Global 1, 2, 3, 5, 6, 7, 16

T

Teoria Moral 69, 70, 71, 79, 81

Teoria Política 56, 193

V

Violência contra a mulher 207, 208, 219

SOCIOLOGIA:

Das Ausências às Emergências

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021

SOCIOLOGIA:

Das Ausências às Emergências

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021